

PROCESSO:	@PCP 17/00131971		
AUTUADO:	22/03/2017	PROTOCOLO:	4967/2017
RELATOR:	CONSELHEIRO Luiz Roberto Herbst		
UN. GESTORA:	Prefeitura Municipal de Canoinhas		
INTERESSADO:	Gilmar Martins De Souza		
RESPONSVEL:	Luiz Alberto Rincoski Faria		
ESPCIE:	Prestação de Contas do Prefeito		
ASSUNTO:	Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2016.		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RECEBIDAS - PRESTAÇÃO DE CONTAS

Município: CANOINHAS
Data recebimento das informações: 22 de Março de 2017

Descrição Arquivo	Situação Contador	Data Execução	CPF Contador	Situação Gestor	Data Execução	CPF Gestor
Anexo 1 - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 2 - Resumo Geral das Despesas	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 2 - Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 6 - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 7 - Demonstrativo de Funções, SubFunções e Programas por Projetos e Atividades	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, SubFunções e Programas conforme o vínculo com os Recursos	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Funções, SubFunções e Programas conforme o vínculo com os Recursos	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada	Assinado	22/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 12 - Balanço Orçamentário	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 13 - Balanço Financeiro	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 14 - Balanço Patrimonial	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Demonstração do Fluxo de Caixa	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Assinado	21/03/2017	551.142.969-49	Assinado	22/03/2017	477.740.299-15
Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno	-	-	-	Assinado	22/03/2017	003.649.429-16
Relatório do Conselho do FUNDEB	-	-	-	Assinado	08/03/2017	003.649.429-16
Notas Explicativas do Balanço	Assinado	20/03/2017	551.142.969-49	-	-	-
Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA	-	-	-	Assinado	22/03/2017	003.649.429-16
Anexo 13 - Balanço Financeiro - Prefeitura	Assinado	10/03/2017	551.142.969-49	Assinado	14/03/2017	477.740.299-15
Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Prefeitura	Assinado	10/03/2017	551.142.969-49	Assinado	14/03/2017	477.740.299-15

Florianópolis, 22 de Março de 2017

Sr. Presidente

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminho por intermédio do presente, e em atenção ao previsto no artigo 20 da Resolução TC n.º 16/94, e alterações posteriores, as Demonstrações Contábeis e quadros demonstrativos do exercício encerrado, de forma Consolidada, nos termos dos anexos estabelecidos nos artigos 101 da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964 e alterações posteriores, com abrangência ao exercício de 2016.

Sendo o que nos apresenta para o momento e colocando-nos à disposição para informações adicionais que se fizerem necessárias.

Cordialmente,

Gilberto dos Passos Vanessa Langer
Prefeito Contador - CRC

Demonstrativo da Receita e Despesa

Segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Títulos	R\$	Títulos	R\$
RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	120.130.319,44	Despesas Correntes	111.623.833,63
Receita Tributária	17.286.995,49	Pessoal e Encargos Sociais	61.930.445,09
Receita de Contribuições	4.365.435,57	Juros e Encargos da Dívida	223.906,36
Receita Patrimonial	2.072.311,73	Outras despesas correntes	49.469.482,18
Receita Agropecuária			
Receita industrial		Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	3.078.636,48
Receita de Serviços	286.939,80		
Transferências Correntes	93.079.620,58		
Outras Receitas Correntes	3.039.016,27		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	3.078.636,48		
Déficit		Superávit	8.506.485,81
Total	123.208.955,92	Total	123.208.955,92
Receitas de Capital	7.571.613,89	Despesas de Capital	17.249.116,15
Operações de Crédito	1.888.260,14		
Alienação de Bens	289.052,40	Investimentos	15.053.010,93
Amortização de Empréstimos		Inversões Financeiras	19.172,97
Transferências de Capital	5.394.301,35	Amortização da Dívida	2.176.932,25
Outras Receitas de Capital			
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Déficit	9.677.502,26	Superávit	
Total	17.249.116,15	Total	17.249.116,15
RESUMO			
Receitas Correntes	120.130.319,44	Despesas Correntes	111.623.833,63
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	3.078.636,48	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	3.078.636,48
Receita de Capital	7.571.613,89	Despesas de Capital	17.249.116,15
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Subtotal	130.780.569,81	Subtotal	131.951.586,26
Déficit	1.171.016,45	Superávit	
TOTAL	131.951.586,26	TOTAL	131.951.586,26

Município de CANOINHAS
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	RECEITAS			142.335.820,00
1000000	Receitas Correntes			131.685.569,63
1100000	Receita Tributária		17.884.797,57	
1110000	Impostos		15.053.574,50	
1112000	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	8.830.075,67		
1112020	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	5.023.651,24		
	Recursos Ordinários	2.562.062,12		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.406.622,41		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.054.966,71		
1112040	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.549.182,60		
11120431	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	2.549.182,60		
	Recursos Ordinários	1.300.083,13		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	713.771,09		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	535.328,38		
1112080	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.257.241,83		
	Recursos Ordinários	641.193,32		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	352.027,71		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	264.020,80		
1113000	Impostos sobre a Produção e a Circulação	6.223.498,83		
1113050	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	6.223.498,83		
11130501	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	6.223.498,83		
	Recursos Ordinários	3.174.687,83		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.741.986,90		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.306.824,10		
1120000	Taxas		2.699.625,64	
1121000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	748.763,44		
11211700	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	130.699,38		
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	130.699,38		
11212200	Taxa de Serviços Administrativos	238.529,10		
	Recursos Ordinários	238.529,10		
11212500	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Servi	224.533,82		
	Recursos Ordinários	224.533,82		
11212900	Taxa de Licença para Execução de Obras	155.001,14		
	Recursos Ordinários	155.001,14		
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	1.950.862,20		
11229000	Taxa de Limpeza Pública	1.597.851,50		
	Recursos Ordinários	1.597.851,50		
11229900	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	353.010,70		
	Recursos Ordinários	353.010,70		
1130000	Contribuição de Melhoria		131.597,43	
11300400	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	131.597,43		
	Recursos Ordinários	131.597,43		
12000000	Receitas de Contribuições		4.365.435,57	
12100000	Contribuições Sociais		1.825.179,49	

Município de CANOINHAS
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
12102900	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	1.736.251,58		
12102907	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	1.736.251,58		
	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	1.736.251,58		
12103000	Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	88.927,91		
12109900	Outras Contribuições Sociais	88.927,91		
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	34.009,53		
	FIA Imposto de Renda	54.918,38		
12300000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		2.540.256,08	
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		2.540.256,08	
13000000	Receita Patrimonial		2.075.149,36	
13200000	Receitas de Valores Mobiliários		2.075.149,36	
13250000	Remuneração de Depósitos Bancários	1.996.845,31		
	Recursos Ordinários	980.575,19		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	19.053,77		
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	4.776,41		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	4.698,01		
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	57.585,74		
	FIA Imposto de Renda	43.346,99		
	Convênio de Trânsito - Militar	1.964,74		
	Convênio de Trânsito - Civil	4.586,12		
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	60.838,90		
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	88.096,82		
	Transferências de Convênios – União/Educação	21.853,70		
	Transferências de Convênios – União/Saúde	22.431,49		
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	93.129,77		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	37.956,69		
	Salário-Educação	73.927,94		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	17.866,89		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	263.340,14		
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	24.538,46		
	Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	11.063,37		
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	6.061,46		
	Transferências de Convênios – Estado/Saúde	2.004,01		
	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	91.829,66		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	4.594,91		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	17.834,75		
	Operações de Crédito Internas - Outros Programas	1.302,42		
	Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	322,71		
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	41.264,25		
13280000	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor	78.304,05		
13281000	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Fixa	78.304,05		
	Recursos Ordinários	5.134,23		
	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	73.169,82		

Município de CANOINHAS
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
16000000	Receita de Serviços		316.939,80	
16001700	Serviços Agropecuários	316.939,80		
	Recursos Ordinários	316.939,80		
17000000	Transferências Correntes		103.947.582,42	
17200000	Transferências Intergovernamentais		103.345.182,33	
17210000	Transferências da União	51.680.246,29		
17210100	Participação na Receita da União	33.272.336,89		
17210101	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	6.508.440,89		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	6.508.440,89		
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	24.646.973,80		
	Recursos Ordinários	12.753.947,60		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	6.717.161,70		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	5.175.864,50		
17210104	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	1.818.905,21		
	Recursos Ordinários	1.309.611,75		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	509.293,46		
17210105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	298.016,99		
	Recursos Ordinários	151.988,66		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	83.444,77		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	62.583,56		
17212200	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	250.788,14		
17212220	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	43.425,09		
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	43.425,09		
17212270	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	207.363,05		
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	207.363,05		
17213300	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	13.256.402,95		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	13.256.402,95		
17213400	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	1.045.921,10		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	1.045.921,10		
17213500	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	3.609.058,77		
17213501	Transferências do Salário-Educação	2.464.946,79		
	Salário-Educação	2.464.946,79		
17213502	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	2.460,00		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	2.460,00		
17213503	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	828.400,00		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	828.400,00		
17213504	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – P	313.251,98		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	313.251,98		
17213600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	94.552,56		
	Recursos Ordinários	48.221,76		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	26.474,76		

Município de CANOINHAS
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	19.856,04		
17219900	Outras Transferências da União	151.185,88		
	Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	151.185,88		
17220000	Transferências dos Estados	25.422.213,36		
17220100	Participação na Receita dos Estados	23.723.536,13		
17220101	Cota-Parte do ICMS	17.196.722,78		
	Recursos Ordinários	12.218.638,42		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	4.978.084,36		
17220102	Cota-Parte do IPVA	5.255.175,29		
	Recursos Ordinários	2.680.139,36		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.471.449,09		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.103.586,84		
17220104	Cota-Parte do IPI - Municípios	338.705,68		
	Recursos Ordinários	172.739,85		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	94.837,59		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	71.128,24		
17220113	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	79.820,35		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	79.820,35		
17220199	Outras Participações na Receita dos Estados	853.112,03		
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	853.112,03		
17223300	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	1.678.937,11		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	1.678.937,11		
17229900	Outras Transferências dos Estados	19.740,12		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	19.740,12		
17230000	Transferências dos Municípios	137.500,00		
17239900	Outras Transferências dos Municípios	137.500,00		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	137.500,00		
17240000	Transferências Multigovernamentais	26.105.222,68		
17240100	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	26.105.222,68		
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	21.330.907,74		
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	4.774.314,94		
17600000	Transferências de Convênios		602.400,09	
17620000	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	602.400,09		
17629900	Outras Transferências de Convênio dos Estados	602.400,09		
	Convênio de Trânsito - Militar	81.584,90		
	Convênio de Trânsito - Civil	81.584,90		
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	380.729,97		
	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	58.500,32		
19000000	Outras Receitas Correntes		3.095.664,91	
19100000	Multas e Juros de Mora		1.293.953,47	
19110000	Multas e Juros de Mora dos Tributos	122.591,62		
19113500	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	2.946,95		
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2.946,95		

Município de CANOINHAS
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
19113800	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	19.011,99		
	Recursos Ordinários	9.696,09		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	5.323,36		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3.992,54		
19114000	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	87.370,20		
	Recursos Ordinários	44.558,64		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	24.463,71		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	18.347,85		
19119800	Multas e Juros de Mora das Contribuições de Melhoria	1.728,52		
	Recursos Ordinários	1.728,52		
19119900	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	11.533,96		
19119901	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	11.533,96		
	Recursos Ordinários	11.533,96		
19130000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	721.532,40		
19131100	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana –	571.179,45		
	Recursos Ordinários	291.301,47		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	159.930,30		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	119.947,68		
19131300	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	99.438,49		
	Recursos Ordinários	50.713,60		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	27.842,79		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	20.882,10		
19133500	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	3.087,22		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3.087,22		
19139800	Multas e Juros de mora da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria.	21.494,67		
	Recursos Ordinários	21.494,67		
19139900	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	26.332,57		
	Recursos Ordinários	26.332,57		
19150000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	335.476,18		
19159900	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	335.476,18		
19159901	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas – Principal	335.476,18		
	Recursos Ordinários	335.476,18		
19190000	Multas de Outras Origens	114.353,27		
19199900	Outras Multas	114.353,27		
	Recursos Ordinários	114.353,27		
19200000	Indenizações e Restituições		103.051,42	
19220000	Restituições	103.051,42		
19222300	Restituição de Recursos de Fomento	75.014,09		
	Recursos Ordinários	75.014,09		
19229900	Outras Restituições	28.037,33		
	Recursos Ordinários	26.211,86		
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	1.825,47		
19300000	Receita da Dívida Ativa		1.287.778,08	

Município de CANOINHAS
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
19310000	Receita da Dívida Ativa Tributária	924.416,64		
19311100	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	617.256,15		
	Recursos Ordinários	315.759,05		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	172.284,12		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	129.212,98		
19311300	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	176.214,36		
	Recursos Ordinários	89.869,32		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	49.340,05		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	37.004,99		
19313500	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	6.565,91		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	6.565,91		
19319800	Receita da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria.	71.036,89		
	Recursos Ordinários	71.036,89		
19319900	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	53.343,33		
19319901	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos – Principal	53.343,33		
	Recursos Ordinários	53.343,33		
19320000	Receita da Dívida Ativa não tributária	363.361,44		
19329900	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	363.361,44		
19329901	Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas – Principal	363.361,44		
	Recursos Ordinários	363.361,44		
19900000	Receitas Diversas		410.881,94	
19902100	Receita de Seguros decorrente da Indenização por Sinistro	899,00		
	Recursos Ordinários	899,00		
19909900	Outras Receitas	409.982,94		
19909901	Outras Receitas - Primárias	409.982,94		
	Recursos Ordinários	407.389,57		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.851,00		
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	742,37		
20000000	Receitas de Capital			7.571.613,89
21000000	Operações de Crédito		1.888.260,14	
21100000	Operações de Crédito Internas		1.888.260,14	
21190000	Outras Operações de Crédito Internas	1.888.260,14		
	Operações de Crédito Internas - Outros Programas	1.888.260,14		
22000000	Alienação de Bens		289.052,40	
22100000	Alienação de Bens Móveis		289.052,40	
22150000	Alienação de Veículos	83.790,00		
	Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	20.790,00		
	Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	12.075,00		
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	50.925,00		
22190000	Alienação de Outros Bens Móveis	205.262,40		
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	205.262,40		
24000000	Transferências de Capital		5.394.301,35	
24200000	Transferências Intergovernamentais		5.319.732,62	
24210000	Transferências da União	4.112.556,49		

Município de CANOINHAS
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
24210100	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	363.200,00		
	Transferências de Convênios – União/Saúde	363.200,00		
24210200	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	1.700.353,52		
	Transferências de Convênios – União/Educação	1.700.353,52		
24219900	Outras Transferências da União	2.049.002,97		
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	2.049.002,97		
24220000	Transferências dos Estados	1.207.176,13		
24220100	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	128.000,00		
	Transferências de Convênios – Estado/Saúde	128.000,00		
24229900	Outras Transferências dos Estados	1.079.176,13		
	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.033.115,84		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	46.060,29		
24700000	Transferências de Convênios		74.568,73	
24720000	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	74.568,73		
24729900	Outras Transferências de Convênio dos Estados	74.568,73		
	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	74.568,73		
70000000	Receitas Correntes			3.078.636,48
72000000	Receitas de Contribuições		3.078.636,48	
72100000	Contribuições Sociais		3.078.636,48	
72102900	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	3.078.636,48		
72102901	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	3.078.151,25		
	Recursos Ordinários	315.681,31		
	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	2.762.469,94		
72102903	Contribuição Patronal – Inativo Civil	485,23		
	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	485,23		
	DEDUÇÕES DA RECEITA			11.555.250,19
10000000	Receitas Correntes			11.555.250,19
11000000	Receita Tributária		597.802,08	
11100000	Impostos		461.415,82	
11120000	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	451.295,92		
11120200	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	431.215,96		
	Recursos Ordinários	219.920,10		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	120.740,52		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	90.555,34		
11120800	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	20.079,96		
	Recursos Ordinários	10.240,78		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	5.622,39		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	4.216,79		
11130000	Impostos sobre a Produção e a Circulação	10.119,90		
11130500	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	10.119,90		
11130501	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	10.119,90		
	Recursos Ordinários	5.161,03		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.833,64		

Município de CANOINHAS
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.125,23		
11200000	Taxas		136.015,05	
11210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4.571,62		
11211700	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	493,88		
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	493,88		
11212200	Taxa de Serviços Administrativos	3.974,56		
	Recursos Ordinários	3.974,56		
11212500	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Servi	90,64		
	Recursos Ordinários	90,64		
11212900	Taxa de Licença para Execução de Obras	12,54		
	Recursos Ordinários	12,54		
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	131.443,43		
11229000	Taxa de Limpeza Pública	131.285,93		
	Recursos Ordinários	131.285,93		
11229900	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	157,50		
	Recursos Ordinários	157,50		
11300000	Contribuição de Melhoria		371,21	
11300400	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	371,21		
	Recursos Ordinários	371,21		
13000000	Receita Patrimonial		2.837,63	
13200000	Receitas de Valores Mobiliários		2.837,63	
13280000	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor	2.837,63		
13281000	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Fixa	2.837,63		
	Recursos Ordinários	186,06		
	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	2.651,57		
16000000	Receita de Serviços		30.000,00	
16001700	Serviços Agropecuários	30.000,00		
	Recursos Ordinários	30.000,00		
17000000	Transferências Correntes		10.867.961,84	
17200000	Transferências Intergovernamentais		10.867.714,98	
17210000	Transferências da União	5.007.908,10		
17210100	Participação na Receita da União	4.988.997,65		
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	4.929.394,42		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	4.929.394,42		
17210105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	59.603,23		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	59.603,23		
17213600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	18.910,45		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	18.910,45		
17220000	Transferências dos Estados	5.859.806,88		
17220100	Participação na Receita dos Estados	5.859.806,88		
17220101	Cota-Parte do ICMS	4.741.031,69		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	4.741.031,69		
17220102	Cota-Parte do IPVA	1.051.034,00		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.051.034,00		

Município de CANOINHAS
Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
17220104	Cota-Parte do IPI - Municípios	67.741,19		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	67.741,19		
17600000	Transferências de Convênios		246,86	
17620000	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	246,86		
17629900	Outras Transferências de Convênio dos Estados	246,86		
	Convênio de Trânsito - Militar	37,03		
	Convênio de Trânsito - Civil	37,03		
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	172,80		
19000000	Outras Receitas Correntes		56.648,64	
19100000	Multas e Juros de Mora		33.811,36	
19110000	Multas e Juros de Mora dos Tributos	97,59		
19113500	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	34,01		
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	34,01		
19113800	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	29,09		
	Recursos Ordinários	14,82		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	8,29		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	5,98		
19114000	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	5,04		
	Recursos Ordinários	2,59		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1,44		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1,01		
19119800	Multas e Juros de Mora das Contribuições de Melhoria	0,04		
	Recursos Ordinários	0,04		
19119900	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	29,41		
19119901	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	29,41		
	Recursos Ordinários	29,41		
19130000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	26.209,76		
19131100	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana –	17.004,50		
	Recursos Ordinários	8.672,25		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	4.761,27		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3.570,98		
19131300	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.197,50		
	Recursos Ordinários	610,73		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	335,30		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	251,47		
19133500	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	1,46		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1,46		
19139800	Multas e Juros de mora da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria.	3.847,17		
	Recursos Ordinários	3.847,17		
19139900	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	4.159,13		
	Recursos Ordinários	4.159,13		
19150000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	7.504,01		
19159900	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	7.504,01		

Município de CANOINHAS

Exercício de 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
19159901	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas – Principal	7.504,01		
	Recursos Ordinários	7.504,01		
19300000	Receita da Dívida Ativa		22.837,28	
19310000	Receita da Dívida Ativa Tributária	18.069,53		
19311100	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	5.505,44		
	Recursos Ordinários	2.807,80		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.541,52		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.156,12		
19311300	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.517,58		
	Recursos Ordinários	774,00		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	424,90		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	318,68		
19313500	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	3,25		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3,25		
19319800	Receita da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria.	6.687,72		
	Recursos Ordinários	6.687,72		
19319900	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	4.355,54		
19319901	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos – Principal	4.355,54		
	Recursos Ordinários	4.355,54		
19320000	Receita da Dívida Ativa não tributária	4.767,75		
19329900	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	4.767,75		
19329901	Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas – Principal	4.767,75		
	Recursos Ordinários	4.767,75		
	TOTAL GERAL			130.780.569,81

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Unidade Gestora: (Legislativo) Câmara Municipal de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 1001 - CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			3.212.662,47
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			2.957.546,75
3.1.90.00	Aplicações Diretas		2.900.012,53	
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	24.945,31		
3.1.90.03	Pensões	429.885,30		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	2.070.576,74		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	374.605,18		
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		57.534,22	
3.1.91.13	Obrigações Patronais	57.534,22		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			255.115,72
3.3.90.00	Aplicações Diretas		255.115,72	
3.3.90.14	Diárias Civil	70.693,72		
3.3.90.30	Material de Consumo	19.685,48		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	344,99		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	50.445,74		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	1.752,75		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	89.423,14		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	22.769,90		
	Total Unidade Orçamentária			3.212.662,47

Unidade Gestora: (Executivo) Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			1.625.855,94
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			1.450.048,46
3.1.90.00	Aplicações Diretas		1.444.536,72	
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	866,67		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	1.135.622,05		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	211.883,25		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	96.164,75		
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		5.511,74	
3.1.91.13	Obrigações Patronais	5.511,74		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			175.807,48
3.3.90.00	Aplicações Diretas		175.807,48	
3.3.90.14	Diárias Civil	24.160,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	11.385,46		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	836,59		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	20.216,70		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	101.375,05		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.972,05		

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	566,79		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	14.294,84		
4.0.00.00	Despesas de Capital			1.308,90
4.4.00.00	Investimentos			1.308,90
4.4.90.00	Aplicações Diretas		1.308,90	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	1.308,90		
Total Unidade Orçamentária				1.627.164,84

Unidade Orçamentária: 3001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			10.312.735,42
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			6.097.807,71
3.1.90.00	Aplicações Diretas		5.952.514,55	
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	2.530.396,23		
3.1.90.03	Pensões	4.790,95		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	2.969.467,73		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	312.018,77		
3.1.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	19.408,32		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	116.432,55		
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		145.293,16	
3.1.91.13	Obrigações Patronais	145.293,16		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida			223.906,36
3.2.90.00	Aplicações Diretas		223.906,36	
3.2.90.21	Juros sobre a Dívida por Contrato	223.906,36		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			3.991.021,35
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		37.150,00	
3.3.50.43	Subvenções Sociais	37.150,00		
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Público		3.410,00	
3.3.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	3.410,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		3.912.951,35	
3.3.90.14	Diárias Civil	11.844,66		
3.3.90.30	Material de Consumo	87.012,83		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	204.819,23		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	1.112.637,59		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.151.694,47		
3.3.90.67	Depósitos Compulsórios	169.908,76		
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	1.095.376,80		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	4.002,10		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	75.654,91		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		37.510,00	
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	37.510,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			2.262.765,57
4.4.00.00	Investimentos			98.451,60
4.4.90.00	Aplicações Diretas		98.451,60	

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

4.4.90.51	Obras e Instalações	0,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	98.451,60	
4.6.00.00	Amortização da Dívida		2.164.313,97
4.6.90.00	Aplicações Diretas		2.164.313,97
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	2.164.313,97	
	Total Unidade Orçamentária		12.575.500,99

Unidade Orçamentária: 5001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			41.088.288,52
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			31.203.396,94
3.1.90.00	Aplicações Diretas		29.328.914,48	
3.1.90.05	Outros Benefícios Previdenciários	71.922,15		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	25.452.785,46		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	2.839.877,57		
3.1.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	612.808,84		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	351.520,46		
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		1.874.482,46	
3.1.91.13	Obrigações Patronais	1.874.482,46		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			9.884.891,58
3.3.90.00	Aplicações Diretas		9.884.891,58	
3.3.90.14	Diárias Civil	8.325,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	2.741.710,61		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	2.968,03		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	889.012,46		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	108.353,95		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	6.108.093,46		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.290,61		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	23.464,96		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	672,50		
4.0.00.00	Despesas de Capital			2.584.417,38
4.4.00.00	Investimentos			2.584.417,38
4.4.90.00	Aplicações Diretas		2.584.417,38	
4.4.90.51	Obras e Instalações	2.187.082,08		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	394.318,21		
4.4.90.93	Indenizações e Restituições	3.017,09		
	Total Unidade Orçamentária			43.672.705,90

Unidade Orçamentária: 7001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			3.110.412,09
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			2.837.000,89
3.1.90.00	Aplicações Diretas		2.666.656,62	

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

3.1.90.05	Outros Benefícios Previdenciários	5.970,66	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	2.302.175,02	
3.1.90.13	Obrigações Patronais	287.934,00	
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	70.576,94	
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		170.344,27
3.1.91.13	Obrigações Patronais	170.344,27	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		273.411,20
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		0,00
3.3.50.43	Subvenções Sociais	0,00	
3.3.90.00	Aplicações Diretas		273.411,20
3.3.90.14	Diárias Civil	1.530,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	55.060,24	
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	510,00	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	214.661,31	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.524,47	
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	25,18	
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	100,00	
4.0.00.00	Despesas de Capital		9.602,09
4.4.00.00	Investimentos		9.602,09
4.4.90.00	Aplicações Diretas		9.602,09
4.4.90.14	Diárias Civil	0,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	9.602,09	
	Total Unidade Orçamentária		3.120.014,18

Unidade Orçamentária: 8001 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONOMICO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			1.046.801,94
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			707.440,17
3.1.90.00	Aplicações Diretas		693.748,47	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	554.709,86		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	99.982,35		
3.1.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	3.234,72		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	35.821,54		
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		13.691,70	
3.1.91.13	Obrigações Patronais	13.691,70		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			339.361,77
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		50.000,00	
3.3.50.41	Contribuições	50.000,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		289.361,77	
3.3.90.14	Diárias Civil	1.320,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	26.300,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	19.743,47		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	241.998,30		
4.0.00.00	Despesas de Capital			638.743,99

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

4.4.00.00	Investimentos		619.571,02
4.4.90.00	Aplicações Diretas		619.571,02
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	0,00	
4.4.90.51	Obras e Instalações	614.908,11	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	4.662,91	
4.5.00.00	Inversões Financeiras		19.172,97
4.5.90.00	Aplicações Diretas		19.172,97
4.5.90.61	Aquisição de Imóveis	19.172,97	
	Total Unidade Orçamentária		1.685.545,93

Unidade Orçamentária: 9001 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			957.189,12
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			690.445,45
3.1.90.00	Aplicações Diretas		668.557,79	
3.1.90.05	Outros Benefícios Previdenciários	758,16		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	551.285,42		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	92.805,79		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	23.708,42		
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		21.887,66	
3.1.91.13	Obrigações Patronais	21.887,66		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			266.743,67
3.3.90.00	Aplicações Diretas		266.743,67	
3.3.90.14	Diárias Civil	1.450,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	54.526,37		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	15.877,99		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	193.260,19		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	736,64		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	892,48		
4.0.00.00	Despesas de Capital			1.057.433,93
4.4.00.00	Investimentos			1.057.433,93
4.4.90.00	Aplicações Diretas		1.057.433,93	
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	0,00		
4.4.90.51	Obras e Instalações	743.507,94		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	313.925,99		
	Total Unidade Orçamentária			2.014.623,05

Unidade Orçamentária: 10001 - SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			3.727.233,44
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			437.880,71
3.1.90.00	Aplicações Diretas		429.943,42	
3.1.90.05	Outros Benefícios Previdenciários	991,44		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	342.348,82		

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

3.1.90.13	Obrigações Patronais	57.863,47	
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	28.739,69	
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		7.937,29
3.1.91.13	Obrigações Patronais	7.937,29	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		3.289.352,73
3.3.90.00	Aplicações Diretas		3.289.352,73
3.3.90.14	Diárias Civil	838,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	35.026,69	
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	10.772,17	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	3.241.860,01	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	843,96	
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	11,90	
4.0.00.00	Despesas de Capital		212.354,50
4.4.00.00	Investimentos		212.354,50
4.4.90.00	Aplicações Diretas		212.354,50
4.4.90.51	Obras e Instalações	89.400,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	122.954,50	
	Total Unidade Orçamentária		3.939.587,94

Unidade Orçamentária: 11001 - SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			1.429.321,26
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			1.062.313,46
3.1.90.00	Aplicações Diretas		1.025.323,97	
3.1.90.05	Outros Benefícios Previdenciários	1.996,23		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	765.732,49		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	90.347,70		
3.1.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	120.716,46		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	46.531,09		
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		36.989,49	
3.1.91.13	Obrigações Patronais	36.989,49		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			367.007,80
3.3.90.00	Aplicações Diretas		367.007,80	
3.3.90.14	Diárias Civil	1.690,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	80.906,22		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	35.652,70		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	244.729,10		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	3.832,61		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	197,17		
4.0.00.00	Despesas de Capital			90.346,43
4.4.00.00	Investimentos			90.346,43
4.4.90.00	Aplicações Diretas		90.346,43	
4.4.90.51	Obras e Instalações	11.168,80		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	79.177,63		

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Total Unidade Orçamentária 1.519.667,69

Unidade Orçamentária: 12001 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBANO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			12.235.978,29
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			3.777.353,43
3.1.90.00	Aplicações Diretas		3.633.803,33	
3.1.90.05	Outros Benefícios Previdenciários	2.128,68		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	2.679.129,86		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	281.604,93		
3.1.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	568.965,36		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	101.974,50		
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		143.550,10	
3.1.91.13	Obrigações Patronais	143.550,10		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			8.458.624,86
3.3.90.00	Aplicações Diretas		8.458.624,86	
3.3.90.14	Diárias Civil	2.734,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	4.348.272,34		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	172.365,29		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	3.845.954,93		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	10.850,19		
3.3.90.51	Obras e Instalações	0,00		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	78.047,26		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	400,85		
4.0.00.00	Despesas de Capital			9.095.199,31
4.4.00.00	Investimentos			9.095.199,31
4.4.90.00	Aplicações Diretas		9.095.199,31	
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	25.643,90		
4.4.90.51	Obras e Instalações	8.706.473,32		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	363.082,09		
	Total Unidade Orçamentária			21.331.177,60

Unidade Gestora: (Executivo) Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 14001 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			734.713,99
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			369.202,73
3.1.90.00	Aplicações Diretas		353.778,19	
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	160,00		
3.1.90.05	Outros Benefícios Previdenciários	145,80		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	291.604,32		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	42.449,80		
3.1.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	19.418,27		

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		15.424,54
3.1.91.13	Obrigações Patronais	15.424,54	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		365.511,26
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		130.000,00
3.3.50.43	Subvenções Sociais	130.000,00	
3.3.90.00	Aplicações Diretas		235.511,26
3.3.90.14	Diárias Civil	10.361,16	
3.3.90.30	Material de Consumo	54.235,45	
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	6.488,96	
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	68.832,35	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	84.811,46	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	8.731,88	
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	2.050,00	
4.0.00.00	Despesas de Capital		14.645,20
4.4.00.00	Investimentos		14.645,20
4.4.90.00	Aplicações Diretas		14.645,20
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	14.645,20	
	Total Unidade Orçamentária		749.359,19

Unidade Gestora: (Executivo) Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da PM de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 15001 - FUNREBOM DE CANOINHAS

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			187.974,23
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			187.974,23
3.3.90.00	Aplicações Diretas		187.974,23	
3.3.90.30	Material de Consumo	127.277,83		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	21.102,33		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	37.809,92		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.784,15		
4.0.00.00	Despesas de Capital			437.335,67
4.4.00.00	Investimentos			437.335,67
4.4.90.00	Aplicações Diretas		437.335,67	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	437.335,67		
	Total Unidade Orçamentária			625.309,90

Unidade Orçamentária: 15002 - FUNPOM DE CANOINHAS

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			40.994,70
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			40.994,70
3.3.90.00	Aplicações Diretas		40.994,70	
3.3.90.30	Material de Consumo	7.652,29		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	990,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	2.220,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	28.376,28		

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.756,13		
4.0.00.00	Despesas de Capital			5.830,00
4.4.00.00	Investimentos			5.830,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		5.830,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	5.830,00		
	Total Unidade Orçamentária			46.824,70

Unidade Gestora: (Executivo) Fundo da Infância e Adolescência de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 16001 - FUNDO MUN.INFANCIA E ADOLESC.DE CANOINHAS

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			34.277,80
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			34.277,80
3.3.90.00	Aplicações Diretas		34.277,80	
3.3.90.14	Diárias Civil	2.695,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	22.375,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	8.856,54		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	351,26		
	Total Unidade Orçamentária			34.277,80

Unidade Gestora: (Executivo) Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 17001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			31.975.158,19
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			12.286.974,81
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Público		73.018,29	
3.1.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	73.018,29		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		11.642.335,98	
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00		
3.1.90.05	Outros Benefícios Previdenciários	16.470,51		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	10.416.671,23		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	1.114.940,85		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	94.253,39		
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		571.620,54	
3.1.91.13	Obrigações Patronais	571.620,54		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			19.688.183,38
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		3.225.400,00	
3.3.50.41	Contribuições	2.396.400,00		
3.3.50.43	Subvenções Sociais	829.000,00		
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Público		39.544,79	
3.3.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	39.544,79		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		15.647.001,58	
3.3.90.14	Diárias Civil	142.887,02		
3.3.90.30	Material de Consumo	1.321.882,73		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.395.846,33		

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	408.568,38	
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	248.631,67	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	11.917.143,02	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	6.900,51	
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	63.803,82	
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	5.099,34	
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	136.238,76	
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		776.237,01
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	776.237,01	
4.0.00.00	Despesas de Capital		722.054,01
4.4.00.00	Investimentos		709.435,73
4.4.90.00	Aplicações Diretas		709.435,73
4.4.90.51	Obras e Instalações	264.036,74	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	445.398,99	
4.6.00.00	Amortização da Dívida		12.618,28
4.6.71.00	Transferência a Consórcios Público		12.618,28
4.6.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	12.618,28	
	Total Unidade Orçamentária		32.697.212,20

Unidade Gestora: (Executivo) Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 18001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			1.375.436,56
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			507.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas		507.000,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	507.000,00		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			868.436,56
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		168.486,18	
3.3.50.43	Subvenções Sociais	168.486,18		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		699.950,38	
3.3.90.14	Diárias Civil	12.278,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	292.045,92		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	100.872,73		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	122.525,59		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	154.705,38		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	1.986,92		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	15.535,84		
4.0.00.00	Despesas de Capital			116.894,77
4.4.00.00	Investimentos			116.894,77
4.4.90.00	Aplicações Diretas		116.894,77	
4.4.90.51	Obras e Instalações	71.000,64		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	45.894,13		
	Total Unidade Orçamentária			1.492.331,33

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Unidade Gestora: (Executivo) Fundação Cultural de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 19001 - FUNDAÇÃO CULTURAL HELMY WENDT MAYER

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			575.727,93
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			348.613,13
3.1.90.00	Aplicações Diretas		337.971,80	
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	480,00		
3.1.90.05	Outros Benefícios Previdenciários	729,00		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	291.989,86		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	44.772,94		
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		10.641,33	
3.1.91.13	Obrigações Patronais	10.641,33		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			227.114,80
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		13.000,00	
3.3.50.43	Subvenções Sociais	13.000,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		214.114,80	
3.3.90.14	Diárias Civil	2.075,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	24.866,87		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	33.269,34		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	510,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	101.838,83		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	3.504,25		
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	46.000,00		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	2.050,51		
4.0.00.00	Despesas de Capital			69,90
4.4.00.00	Investimentos			69,90
4.4.90.00	Aplicações Diretas		69,90	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	69,90		
	Total Unidade Orçamentária			575.797,83

Unidade Gestora: (Executivo) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 20001 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			594.556,61
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			594.556,61
3.3.90.00	Aplicações Diretas		594.556,61	
3.3.90.30	Material de Consumo	51.277,19		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	541.905,42		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	1.374,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			114,50
4.4.00.00	Investimentos			114,50
4.4.90.00	Aplicações Diretas		114,50	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	114,50		
	Total Unidade Orçamentária			594.671,11

Município de CANOINHAS
Competência: 2016

Unidade Gestora: (Executivo) Fundo Municipal de Saneamento Básico do Município de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 21001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			11.393,10
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			11.393,10
3.3.90.00	Aplicações Diretas		11.393,10	
3.3.90.30	Material de Consumo	6.834,50		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	4.558,60		
	Total Unidade Orçamentária			11.393,10

Unidade Gestora: (Executivo) Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			423.270,14
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			273.568,56
3.1.90.00	Aplicações Diretas		269.840,58	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	218.979,13		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	38.539,98		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	12.321,47		
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		3.727,98	
3.1.91.13	Obrigações Patronais	3.727,98		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			149.701,58
3.3.90.00	Aplicações Diretas		149.701,58	
3.3.90.14	Diárias Civil	510,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	108.957,18		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	24.007,67		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	16.226,73		
	Total Unidade Orçamentária			423.270,14

Unidade Gestora: (Executivo) Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV

Unidade Orçamentária: 24001 - INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			2.488,37
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			2.488,37
3.1.90.00	Aplicações Diretas		2.488,37	
3.1.90.03	Pensões	2.488,37		
	Total Unidade Orçamentária			2.488,37

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
	Total Geral			131.951.586,26

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Elemento	Natureza da Despesa por Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			114.702.470,11
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			65.009.081,57
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Público		73.018,29	
3.1.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	73.018,29		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		61.857.426,80	
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	2.556.848,21		
3.1.90.03	Pensões	437.164,62		
3.1.90.05	Outros Benefícios Previdenciários	101.112,63		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	50.550.077,99		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	5.889.626,58		
3.1.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	1.344.551,97		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	978.044,80		
3.1.91.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social		3.078.636,48	
3.1.91.13	Obrigações Patronais	3.078.636,48		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida			223.906,36
3.2.90.00	Aplicações Diretas		223.906,36	
3.2.90.21	Juros sobre a Dívida por Contrato	223.906,36		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			49.469.482,18
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		3.624.036,18	
3.3.50.41	Contribuições	2.446.400,00		
3.3.50.43	Subvenções Sociais	1.177.636,18		
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Público		42.954,79	
3.3.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	42.954,79		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		44.988.744,20	
3.3.90.14	Diárias Civil	295.391,56		
3.3.90.30	Material de Consumo	9.454.916,20		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	9.456,99		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.387.066,51		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	409.404,97		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	1.181.721,19		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	2.262,75		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	28.290.225,26		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.197.773,18		
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	46.000,00		
3.3.90.51	Obras e Instalações	0,00		
3.3.90.67	Depósitos Compulsórios	169.908,76		
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	1.159.180,62		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	113.204,45		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	272.231,76		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		813.747,01	
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	813.747,01		
4.0.00.00	Despesas de Capital			17.249.116,15
4.4.00.00	Investimentos			15.053.010,93

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Elemento	Natureza da Despesa por Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
4.4.90.00	Aplicações Diretas		15.053.010,93	
4.4.90.14	Diárias Civil	0,00		
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	25.643,90		
4.4.90.51	Obras e Instalações	12.687.577,63		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2.336.772,31		
4.4.90.93	Indenizações e Restituições	3.017,09		
4.5.00.00	Inversões Financeiras			19.172,97
4.5.90.00	Aplicações Diretas		19.172,97	
4.5.90.61	Aquisição de Imóveis	19.172,97		
4.6.00.00	Amortização da Dívida			2.176.932,25
4.6.71.00	Transferência a Consórcios Público		12.618,28	
4.6.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	12.618,28		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		2.164.313,97	
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	2.164.313,97		
	Total Geral			131.951.586,26



Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 02001 GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
4	Administração	0,00	0,00
4.122	Administração Geral	0,00	0,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR EFICIENTE	0,00	0,00
04.122.0002.02.000002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	0,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária		0,00	0,00

Unidade Orçamentária: 03001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
4	Administração	2.535.187,18	0,00
4.122	Administração Geral	2.535.187,18	0,00
04.122.0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	2.535.187,18	0,00
04.122.0003.01.000027	Implementação do PMAT	0,00	0,00
04.122.0003.02.000003	Manutenção da Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento	0,00	0,00
04.122.0003.02.000011	Ações em Prestação de Contas de Convênios	0,00	0,00
04.122.0003.02.000012	Publicidades de Atos Oficiais	0,00	0,00
04.122.0003.02.000035	Contribuições à Entidades	0,00	0,00
04.122.0003.09.000004	Pagamento de Inativos e Pensionistas	2.535.187,18	0,00
28	Encargos Especiais	4.528.134,10	0,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	2.388.220,33	0,00
28.843.0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	2.388.220,33	0,00
28.843.0003.09.000002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada	2.388.220,33	0,00
28.845	Transferências	857.258,50	0,00
28.845.0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	857.258,50	0,00
28.845.0003.09.000001	Contribuição ao PASEP	857.258,50	0,00





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

28.846	Outros Encargos Especiais	1.282.655,27	0,00
28.846.0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	1.282.655,27	0,00
28.846.0003.09.000003	Precatórios e Setenças Judiciais	1.282.655,27	0,00
Total da Unidade Orçamentária		7.063.321,28	0,00

Unidade Orçamentária: 05001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
12	Educação	0,00	2.235.459,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	2.059.601,00
12.361.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	0,00	2.059.601,00
12.361.0005.01.000001	Construções, ampliações e reformas de escolas	0,00	1.799.886,00
12.361.0005.01.000081	Construções de quadras cobertas	0,00	259.715,00
12.361.0005.02.000004	Manutenção da Sec. Mun de Educação	0,00	0,00
12.361.0005.02.000005	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	0,00	0,00
12.361.0005.02.000006	Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental	0,00	0,00
12.361.0005.02.000007	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	0,00	0,00
12.362	Ensino Médio	0,00	0,00
12.362.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	0,00	0,00
12.362.0005.02.000036	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio	0,00	0,00
12.364	Ensino Superior	0,00	0,00
12.364.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	0,00	0,00
12.364.0005.02.000054	Apoio ao Ensino Superior	0,00	0,00
12.365	Educação Infantil	0,00	175.857,00
12.365.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	0,00	175.857,00
12.365.0005.01.000002	Construções, ampliações e reformas de CEI's	0,00	175.857,00
12.365.0005.02.000008	Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	0,00	0,00
12.365.0005.02.000050	Manutenção da Alimentação Escolar da Educação Infantil	0,00	0,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

12.366.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	0,00	0
12.366.0005.02.000028	Manutenção da Alimentação Escolar do EJA	0,00	0
12.366.0005.02.000067	Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA	0,00	0
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	2.235.459,8

Unidade Orçamentária: 07001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
8	Assistência Social	0,00	42.482,8
8.244	Assistência Comunitária	0,00	42.482,8
08.244.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL RESPONSÁVEL	0,00	42.482,8
08.244.0010.01.000060	Implantação da Cozinha Comunitária	0,00	42.482,8
08.244.0010.02.000009	Manutenção da Sec. Mun. de Assistência Social	0,00	0
08.244.0010.02.000069	Manutenção do Conselho tutelar	0,00	0
08.244.0010.02.000100	Ações de trabalho e ressocialização de detentos	0,00	0
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	42.482,8

Unidade Orçamentária: 08001 SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONOMICO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
23	Comércio e Serviços	0,00	634.081,8
23.691	Promoção Comercial	0,00	19.172,8
23.691.0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	0,00	19.172,8
23.691.0004.01.000028	Aquisição de Terreno p/ ações de Desenvolvimento Econômico	0,00	19.172,8
23.691.0004.02.000013	Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Econômico	0,00	0
23.691.0004.02.000026	Ações em Iluminação Natalina	0,00	0
23.691.0004.02.000065	Manutenção do Parque de Exposições Ouro Verde	0,00	0
23.695	Turismo	0,00	614.908,8
23.695.0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	0,00	614.908,8
23.695.0004.01.000115	Revitalização do Parque de Exposições Ouro Verde	0,00	614.908,8





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS
Competência: 2016

Total da Unidade Orçamentária	0,00	634.081,0
-------------------------------	------	-----------

Unidade Orçamentária: 09001 SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
20	Agricultura	0,00	1.052.383,4
20.606	Extensão Rural	0,00	1.052.383,4
20.606.0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	0,00	130.261,4
20.606.0004.01.000038	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	0,00	130.261,4
20.606.0004.02.000015	Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Rural	0,00	0,00
20.606.0004.02.000016	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	0,00	0,00
20.606.0106	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	0,00	254.282,4
20.606.0106.03.000007	Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos	0,00	254.282,4
20.606.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	667.839,4
20.606.xxxx.01.000104	Aquisição de veículos para o Prog. de Aquis. de Alimentos - PAA	0,00	107.545,4
20.606.xxxx.01.000105	Construção do Mercado Público Municipal	0,00	484.175,4
20.606.xxxx.01.000110	Aquisição de equipamentos agrícolas	0,00	76.119,4
Total da Unidade Orçamentária		0,00	1.052.383,4

Unidade Orçamentária: 10001 SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
18	Gestão Ambiental	0,00	200.000,0
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	200.000,0
18.541.0014	MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	0,00	0,00
18.541.0014.02.000020	Manutenção da Sec Mun de Meio Ambiente	0,00	0,00
18.541.0014.02.000053	Ações de coleta e destino de resíduos sólidos	0,00	0,00
18.541.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	200.000,0
18.541.xxxx.01.000103	Reforma, ampliação e aquisição de equip. p/barracão de reciclagem	0,00	200.000,0
Total da Unidade Orçamentária		0,00	200.000,0





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS
Competência: 2016

Unidade Orçamentária: 11001 SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
4	Administração	0,00	0
4.121	Planejamento e Orçamento	0,00	0
04.121.0007	PLANEJAMENTO EFICAZ	0,00	0
04.121.0007.02.000021	Manutenção da Secretaria Mun de Planejamento	0,00	0
13	Cultura	0,00	45.284
13.392	Difusão Cultural	0,00	45.284
13.392.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	45.284
13.392.xxxx.01.000108	Aquisição de instrumentos musicais	0,00	45.284
27	Desporto e Lazer	0,00	48.313
27.812	Desporto Comunitário	0,00	48.313
27.812.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	48.313
27.812.xxxx.01.000106	Aquisição de móveis, materiais e equipamentos esportivos	0,00	48.313
Total da Unidade Orçamentária		0,00	93.597,2

Unidade Orçamentária: 12001 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBANO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
15	Urbanismo	0,00	8.798.122
15.452	Serviços Urbanos	0,00	8.798.122
15.452.0006	AÇÕES EFICIENTES EM OBRAS E URBANISMO	0,00	8.496.471
15.452.0006.01.000015	Pavimentação e recuperação de ruas e estradas	0,00	8.496.471
15.452.0006.01.000088	Reurbanização do Loteamento Vila Verde	0,00	0
15.452.0006.02.000022	Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano	0,00	0
15.452.0006.02.000023	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros	0,00	0
15.452.0006.02.000024	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	0,00	0
15.452.0006.02.000025	Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito	0,00	0





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS
Competência: 2016

15.452.0006.02.000038	Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha	0,00	0
15.452.0006.02.000080	Ações da Defesa Civil	0,00	0
15.452.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	301.650
15.452.xxxx.01.000100	Conclusão do Ginásio de Esportes - Distrito Campo d'Água Verde	0,00	238.949
15.452.xxxx.01.000107	Implantação de academias ao ar livre	0,00	62.701
Total da Unidade Orçamentária		0,00	8.798.122,7

Unidade Orçamentária: 23001 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
16	Habitação	0,00	0
16.482	Habitação Urbana	0,00	0
16.482.0018	MORADIA PARA TODOS	0,00	0
16.482.0018.02.000010	Manutenção da Sec Mun de Habitação	0,00	0
16.482.0018.02.000052	Manutenção do FROHAB	0,00	0
16.482.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	0
16.482.xxxx.01.000102	Projeto de Trabalho Social - PMCMV	0,00	0
Total da Unidade Orçamentária		0,00	0,0
Total da Unidade Gestora		7.063.321,28	13.056.127,2

Unidade Gestora: Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV

Unidade Orçamentária: 24001 INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
9	Previdência Social	0,00	0
9.272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0
09.272.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	0
09.272.xxxx.02.000130	Pagamento de Benefícios aos Servidores	0,00	0





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS
Competência: 2016

Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00
Total da Unidade Gestora	0,00	0,00

Unidade Gestora: Fundação Cultural de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 19001 FUNDAÇÃO CULTURAL HELMY WENDT MAYER

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
13	Cultura	0,00	0,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00
13.392.0017	CULTURA AO ALCANCE DE TODOS	0,00	0,00
13.392.0017.02.000033	Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas	0,00	0,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00
	Total da Unidade Gestora	0,00	0,00

Unidade Gestora: Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 14001 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
27	Desporto e Lazer	0,00	0,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	0,00
27.812.0016	ESPORTE COMO QUALIDADE DE VIDA	0,00	0,00
27.812.0016.02.000032	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	0,00	0,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00
	Total da Unidade Gestora	0,00	0,00





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Unidade Orçamentária: 16001 FUNDO MUN.INFANCIA E ADOLESC.DE CANOINHAS

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
8	Assistência Social	0,00	0,00
8.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00
08.243.0009	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	0,00
08.243.0009.02.000029	Manutenção do FIA	0,00	0,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00
	Total da Unidade Gestora	0,00	0,00

Unidade Gestora: Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da PM de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 15001 FUNREBOM DE CANOINHAS

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
6	Segurança Pública	0,00	0,00
6.181	Policimento	0,00	0,00
06.181.0015	SEGURANÇA PÚBLICA EFICIENTE	0,00	0,00
06.181.0015.02.000030	Ações do FUNREBOM	0,00	0,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00

Unidade Orçamentária: 15002 FUNPOM DE CANOINHAS

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
6	Segurança Pública	0,00	0,00
6.181	Policimento	0,00	0,00
06.181.0015	SEGURANÇA PÚBLICA EFICIENTE	0,00	0,00
06.181.0015.02.000031	Ações do FUNPOM	0,00	0,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Total da Unidade Gestora	0,00	0,00
--------------------------	------	------

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 18001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
8	Assistência Social	0,00	0,00
8.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00
08.244.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL RESPONSÁVEL	0,00	0,00
08.244.0010.02.000039	Manutenção do PETI	0,00	0,00
08.244.0010.02.000040	Manutenção do CREAS	0,00	0,00
08.244.0010.02.000041	Manutenção e Ações do Fundo Mun de Assistência Social	0,00	0,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00
	Total da Unidade Gestora	0,00	0,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 20001 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
20	Agricultura	0,00	0,00
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00
20.606.0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	0,00	0,00
20.606.0004.02.000034	Programa Porteira Adentro	0,00	0,00
20.606.0004.02.000046	Apoio à Fruticultura	0,00	0,00
20.606.0004.02.000051	Ações de Incentivo à Pecuária	0,00	0,00
20.606.0004.02.000066	Apoio à Olericultura	0,00	0,00





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00
Total da Unidade Gestora	0,00	0,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saneamento Básico do Município de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 21001 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAE

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
17	Saneamento	0,00	0,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00
17.512.0019	SANEAMENTO BÁSICO EFETIVO	0,00	0,00
17.512.0019.02.000068	Manutenção do FUNSAE	0,00	0,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00
	Total da Unidade Gestora	0,00	0,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 17001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
10	Saúde	0,00	610.332
10.301	Atenção Básica	0,00	286.932
10.301.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	0,00	286.932
10.301.0008.01.000021	Construções, Ampliações e reformas de Prédios da Saúde	0,00	286.932
10.301.0008.02.000027	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00
10.301.0008.02.000043	Ações em Prestação de Contas de Convênios	0,00	0,00
10.301.0008.02.000044	Publicidade de atos oficiais	0,00	0,00
10.301.0008.02.000057	Ações de Atenção Básica	0,00	0,00





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	323.400,00
10.302.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	0,00	126.000,00
10.302.0008.01.000053	Aquisição de Ambulância e/ou Veículo p/ Transp de Passageiros	0,00	126.000,00
10.302.0008.02.000049	Produção MAC - Prestadores SUS	0,00	0,00
10.302.0008.02.000060	Ações de Média e Alta Complexidade	0,00	0,00
10.302.0008.02.000062	Apoio do HSCC	0,00	0,00
10.302.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	197.400,00
10.302.xxxx.01.000109	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o HSCC	0,00	197.400,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00
10.303.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	0,00	0,00
10.303.0008.02.000055	Ações de Assistência Farmacêutica	0,00	0,00
10.303.0008.02.000056	Farmácia Popular do Brasil	0,00	0,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00
10.304.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	0,00	0,00
10.304.0008.02.000059	Ações de Vigilância em Saúde - VISA	0,00	0,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00
10.305.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	0,00	0,00
10.305.0008.02.000058	Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP	0,00	0,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	610.332,60
	Total da Unidade Gestora	0,00	610.332,60

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Canoinhas

Unidade Orçamentária: 01001 CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
1	Legislativa	0,00	0,00
1.032	Controle Externo	0,00	0,00





Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS
Competência: 2016

01.032.0001	LEGISLATIVO EFICIENTE	0,00	0,00
01.032.0001.02.000001	Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores	0,00	0,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00
	Total da Unidade Gestora	0,00	0,00
	Total Geral	7.063.321,28	13.666.459,80





Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
01	Legislativa	0,00	0
01.032	Controle Externo	0,00	0
01.032.0001	LEGISLATIVO EFICIENTE	0,00	0
01.032.0001.02.000001	Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores	0,00	0
04	Administração	2.535.187,18	0
04.121	Planejamento e Orçamento	0,00	0
04.121.0007	PLANEJAMENTO EFICAZ	0,00	0
04.121.0007.02.000021	Manutenção da Secretaria Mun de Planejamento	0,00	0
04.122	Administração Geral	2.535.187,18	0
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR EFICIENTE	0,00	0
04.122.0002.02.000002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	0,00	0
04.122.0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	2.535.187,18	0
04.122.0003.01.000027	Implementação do PMAT	0,00	0
04.122.0003.02.000003	Manutenção da Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento	0,00	0
04.122.0003.02.000011	Ações em Prestação de Contas de Convênios	0,00	0
04.122.0003.02.000012	Publicidades de Atos Oficiais	0,00	0
04.122.0003.02.000035	Contribuições à Entidades	0,00	0
04.122.0003.09.000004	Pagamento de Inativos e Pesnionistas	2.535.187,18	0
06	Segurança Pública	0,00	0
06.181	Policimento	0,00	0
06.181.0015	SEGURANÇA PÚBLICA EFICIENTE	0,00	0
06.181.0015.02.000030	Ações do FUNREBOM	0,00	0
06.181.0015.02.000031	Ações do FUNPOM	0,00	0
08	Assistência Social	0,00	42.482
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0
08.243.0009	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	0
08.243.0009.02.000029	Manutenção do FIA	0,00	0
08.244	Assistência Comunitária	0,00	42.482





Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
08.244.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL RESPONSÁVEL	0,00	42.482
08.244.0010.01.000060	Implantação da Cozinha Comunitária	0,00	42.482
08.244.0010.02.000009	Manutenção da Sec. Mun. de Assistência Social	0,00	0
08.244.0010.02.000039	Manutenção do PETI	0,00	0
08.244.0010.02.000040	Manutenção do CREAS	0,00	0
08.244.0010.02.000041	Manutenção e Ações do Fundo Mun de Assistência Social	0,00	0
08.244.0010.02.000069	Manutenção do Conselho tutelar	0,00	0
08.244.0010.02.000100	Ações de trabalho e ressocialização de detentos	0,00	0
09	Previdência Social	0,00	0
09.272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0
09.272.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	0
09.272.xxxx.02.000130	Pagamento de Benefícios aos Servidores	0,00	0
10	Saúde	0,00	610.332
10.301	Atenção Básica	0,00	286.932
10.301.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	0,00	286.932
10.301.0008.01.000021	Construções, Ampliações e reformas de Prédios da Saúde	0,00	286.932
10.301.0008.02.000027	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	0,00	0
10.301.0008.02.000043	Ações em Prestação de Contas de Convênios	0,00	0
10.301.0008.02.000044	Publicidade de atos oficiais	0,00	0
10.301.0008.02.000057	Ações de Atenção Básica	0,00	0
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	323.400
10.302.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	0,00	126.000
10.302.0008.01.000053	Aquisição de Ambulância e/ou Veículo p/ Transp de Passageiros	0,00	126.000
10.302.0008.02.000049	Produção MAC - Prestadores SUS	0,00	0
10.302.0008.02.000060	Ações de Média e Alta Complexidade	0,00	0
10.302.0008.02.000062	Apoio do HSCC	0,00	0
10.302.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	197.400
10.302.xxxx.01.000109	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o HSCC	0,00	197.400





Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0
10.303.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	0,00	0
10.303.0008.02.000055	Ações de Assistência Farmacêutica	0,00	0
10.303.0008.02.000056	Farmácia Popular do Brasil	0,00	0
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0
10.304.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	0,00	0
10.304.0008.02.000059	Ações de Vigilância em Saúde - VISA	0,00	0
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0
10.305.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	0,00	0
10.305.0008.02.000058	Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP	0,00	0
12	Educação	0,00	2.235.459
12.361	Ensino Fundamental	0,00	2.059.601
12.361.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	0,00	2.059.601
12.361.0005.01.000001	Construções, ampliações e reformas de escolas	0,00	1.799.886
12.361.0005.01.000081	Construções de quadras cobertas	0,00	259.715
12.361.0005.02.000004	Manutenção da Sec. Mun de Educação	0,00	0
12.361.0005.02.000005	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	0,00	0
12.361.0005.02.000006	Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental	0,00	0
12.361.0005.02.000007	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	0,00	0
12.362	Ensino Médio	0,00	0
12.362.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	0,00	0
12.362.0005.02.000036	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio	0,00	0
12.364	Ensino Superior	0,00	0
12.364.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	0,00	0
12.364.0005.02.000054	Apoio ao Ensino Superior	0,00	0
12.365	Educação Infantil	0,00	175.857
12.365.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	0,00	175.857
12.365.0005.01.000002	Construções, ampliações e reformas de CEI's	0,00	175.857





Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
12.365.0005.02.000008	Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	0,00	0
12.365.0005.02.000050	Manutenção da Alimentação Escolar da Educação Infantil	0,00	0
12.366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0
12.366.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	0,00	0
12.366.0005.02.000028	Manutenção da Alimentação Escolar do EJA	0,00	0
12.366.0005.02.000067	Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA	0,00	0
13	Cultura	0,00	45.284
13.392	Difusão Cultural	0,00	45.284
13.392.0017	CULTURA AO ALCANCE DE TODOS	0,00	0
13.392.0017.02.000033	Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas	0,00	0
13.392.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	45.284
13.392.xxxx.01.000108	Aquisição de instrumentos musicais	0,00	45.284
15	Urbanismo	0,00	8.798.122
15.452	Serviços Urbanos	0,00	8.798.122
15.452.0006	AÇÕES EFICIENTES EM OBRAS E URBANISMO	0,00	8.496.471
15.452.0006.01.000015	Pavimentação e recuperação de ruas e estradas	0,00	8.496.471
15.452.0006.01.000088	Reurbanização do Loteamento Vila Verde	0,00	0
15.452.0006.02.000022	Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano	0,00	0
15.452.0006.02.000023	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros	0,00	0
15.452.0006.02.000024	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	0,00	0
15.452.0006.02.000025	Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito	0,00	0
15.452.0006.02.000038	Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha	0,00	0
15.452.0006.02.000080	Ações da Defesa Civil	0,00	0
15.452.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	301.650
15.452.xxxx.01.000100	Conclusão do Ginásio de Esportes - Distrito Campo d'Água Verde	0,00	238.949
15.452.xxxx.01.000107	Implantação de academias ao ar livre	0,00	62.701
16	Habitação	0,00	0
16.482	Habitação Urbana	0,00	0





Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
16.482.0018	MORADIA PARA TODOS	0,00	0
16.482.0018.02.000010	Manutenção da Sec Mun de Habitação	0,00	0
16.482.0018.02.000052	Manutenção do FROHAB	0,00	0
16.482.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	0
16.482.xxxx.01.000102	Projeto de Trabalho Social - PMCMV	0,00	0
17	Saneamento	0,00	0
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	0
17.512.0019	SANEAMENTO BÁSICO EFETIVO	0,00	0
17.512.0019.02.000068	Manutenção do FUNSAE	0,00	0
18	Gestão Ambiental	0,00	200.000
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	200.000
18.541.0014	MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	0,00	0
18.541.0014.02.000020	Manutenção da Sec Mun de Meio Ambiente	0,00	0
18.541.0014.02.000053	Ações de coleta e destino de resíduos sólidos	0,00	0
18.541.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	200.000
18.541.xxxx.01.000103	Reforma, ampliação e aquisição de equip. p/barracão de reciclagem	0,00	200.000
20	Agricultura	0,00	1.052.383
20.606	Extensão Rural	0,00	1.052.383
20.606.0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	0,00	130.261
20.606.0004.01.000038	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	0,00	130.261
20.606.0004.02.000015	Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Rural	0,00	0
20.606.0004.02.000016	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	0,00	0
20.606.0004.02.000034	Programa Porteira Adentro	0,00	0
20.606.0004.02.000046	Apoio à Fruticultura	0,00	0
20.606.0004.02.000051	Ações de Incentivo à Pecuária	0,00	0
20.606.0004.02.000066	Apoio à Olericultura	0,00	0
20.606.0106	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	0,00	254.282
20.606.0106.03.000007	Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos	0,00	254.282





Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
20.606.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	667.839
20.606.xxxx.01.000104	Aquisição de veículos para o Prog. de Aquis. de Alimentos - PAA	0,00	107.545
20.606.xxxx.01.000105	Construção do Mercado Público Municipal	0,00	484.175
20.606.xxxx.01.000110	Aquisição de equipamentos agrícolas	0,00	76.119
23	Comércio e Serviços	0,00	634.081
23.691	Promoção Comercial	0,00	19.172
23.691.0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	0,00	19.172
23.691.0004.01.000028	Aquisição de Terreno p/ ações de Desenvolvimento Econômico	0,00	19.172
23.691.0004.02.000013	Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Econômico	0,00	0
23.691.0004.02.000026	Ações em Iluminação Natalina	0,00	0
23.691.0004.02.000065	Manutenção do Parque de Exposições Ouro Verde	0,00	0
23.695	Turismo	0,00	614.908
23.695.0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	0,00	614.908
23.695.0004.01.000115	Revitalização do Parque de Exposições Ouro Verde	0,00	614.908
27	Desporto e Lazer	0,00	48.313
27.812	Desporto Comunitário	0,00	48.313
27.812.0016	ESPORTE COMO QUALIDADE DE VIDA	0,00	0
27.812.0016.02.000032	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	0,00	0
27.812.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	48.313
27.812.xxxx.01.000106	Aquisição de móveis, materiais e equipamentos esportivos	0,00	48.313
28	Encargos Especiais	4.528.134,10	0
28.843	Serviço da Dívida Interna	2.388.220,33	0
28.843.0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	2.388.220,33	0
28.843.0003.09.000002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada	2.388.220,33	0
28.845	Transferências	857.258,50	0
28.845.0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	857.258,50	0
28.845.0003.09.000001	Contribuição ao PASEP	857.258,50	0
28.846	Outros Encargos Especiais	1.282.655,27	0





Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos
28.846.0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	1.282.655,27	0
28.846.0003.09.000003	Precatórios e Setenças Judiciais	1.282.655,27	0
	Total Geral	7.063.321,28	13.666.459,8



Município de CANOINHAS
Competência: 2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	3.212.662,47	0,00	3.212.662,47
01.032	Controle Externo	3.212.662,47	0,00	3.212.662,47
01.032.0001	LEGISLATIVO EFICIENTE	3.212.662,47	0,00	3.212.662,47
01.032.0001.02.000001	Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores	3.212.662,47	0,00	3.212.662,47
04	Administração	11.011.805,54	88.796,66	11.100.602,20
04.121	Planejamento e Orçamento	1.426.070,47	0,00	1.426.070,47
04.121.0007	PLANEJAMENTO EFICAZ	1.426.070,47	0,00	1.426.070,47
04.121.0007.02.000021	Manutenção da Secretaria Mun de Planejamento	1.426.070,47	0,00	1.426.070,47
04.122	Administração Geral	9.585.735,07	88.796,66	9.674.531,73
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR EFICIENTE	1.627.164,84	0,00	1.627.164,84
04.122.0002.02.000002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	1.627.164,84	0,00	1.627.164,84
04.122.0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	7.958.570,23	88.796,66	8.047.366,89
04.122.0003.01.000027	Implementação do PMAT	0,00	0,00	0,00
04.122.0003.02.000003	Manutenção da Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento	5.080.864,06	34.900,00	5.115.764,06
04.122.0003.02.000011	Ações em Prestação de Contas de Convênios	0,00	53.896,66	53.896,66
04.122.0003.02.000012	Publicidades de Atos Oficiais	95.876,99	0,00	95.876,99
04.122.0003.02.000035	Contribuições à Entidades	246.642,00	0,00	246.642,00
04.122.0003.09.000004	Pagamento de Inativos e Pesnionistas	2.535.187,18	0,00	2.535.187,18
06	Segurança Pública	0,00	672.134,60	672.134,60
06.181	Policiamento	0,00	672.134,60	672.134,60
06.181.0015	SEGURANÇA PÚBLICA EFICIENTE	0,00	672.134,60	672.134,60
06.181.0015.02.000030	Ações do FUNREBOM	0,00	625.309,90	625.309,90
06.181.0015.02.000031	Ações do FUNPOM	0,00	46.824,70	46.824,70
08	Assistência Social	3.651.109,73	995.513,58	4.646.623,31
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	351,26	33.926,54	34.277,80
08.243.0009	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	351,26	33.926,54	34.277,80
08.243.0009.02.000029	Manutenção do FIA	351,26	33.926,54	34.277,80
08.244	Assistência Comunitária	3.650.758,47	961.587,04	4.612.345,51
08.244.0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL RESPONSÁVEL	3.650.758,47	961.587,04	4.612.345,51
08.244.0010.01.000060	Implantação da Cozinha Comunitária	0,00	42.482,88	42.482,88
08.244.0010.02.000009	Manutenção da Sec. Mun. de Assistência Social	2.774.873,89	0,00	2.774.873,89
08.244.0010.02.000039	Manutenção do PETI	879,81	47.506,00	48.385,81
08.244.0010.02.000040	Manutenção do CREAS	5.133,45	145.206,90	150.340,35
08.244.0010.02.000041	Manutenção e Ações do Fundo Mun de Assistência Social	567.213,91	726.391,26	1.293.605,17
08.244.0010.02.000069	Manutenção do Conselho tutelar	212.707,41	0,00	212.707,41
08.244.0010.02.000100	Ações de trabalho e ressocialização de detentos	89.950,00	0,00	89.950,00
09	Previdência Social	0,00	2.488,37	2.488,37
09.272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	2.488,37	2.488,37
09.272.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	2.488,37	2.488,37
09.272.xxxx.02.000130	Pagamento de Benefícios aos Servidores	0,00	2.488,37	2.488,37
10	Saúde	17.428.128,86	15.269.083,34	32.697.212,20
10.301	Atenção Básica	5.661.703,45	3.205.609,04	8.867.312,49
10.301.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	5.661.703,45	3.205.609,04	8.867.312,49
10.301.0008.01.000021	Construções, Ampliações e reformas de Prédios da Saúde	140.117,37	146.815,24	286.932,61

Município de CANOINHAS
Competência: 2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10.301.0008.02.000027	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	1.482.681,08	0,00	1.482.681,08
10.301.0008.02.000043	Ações em Prestação de Contas de Convênios	0,00	81.641,85	81.641,85
10.301.0008.02.000044	Publicidade de atos oficiais	14.315,21	0,00	14.315,21
10.301.0008.02.000057	Ações de Atenção Básica	4.024.589,79	2.977.151,95	7.001.741,74
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.716.685,49	10.962.955,63	21.679.641,12
10.302.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	10.716.685,49	10.765.555,63	21.482.241,12
10.302.0008.01.000053	Aquisição de Ambulância e/ou Veículo p/ Transp de Passageiros	0,00	126.000,00	126.000,00
10.302.0008.02.000049	Produção MAC - Prestadores SUS	0,00	6.512.412,85	6.512.412,85
10.302.0008.02.000060	Ações de Média e Alta Complexidade	9.926.685,49	4.127.142,78	14.053.828,27
10.302.0008.02.000062	Apoio do HSCC	790.000,00	0,00	790.000,00
10.302.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	197.400,00	197.400,00
10.302.xxxx.01.000109	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o HSCC	0,00	197.400,00	197.400,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	405.633,69	615.052,76	1.020.686,45
10.303.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	405.633,69	615.052,76	1.020.686,45
10.303.0008.02.000055	Ações de Assistência Farmacêutica	316.474,99	468.531,08	785.006,07
10.303.0008.02.000056	Farmácia Popular do Brasil	89.158,70	146.521,68	235.680,38
10.304	Vigilância Sanitária	211.586,86	209.158,79	420.745,65
10.304.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	211.586,86	209.158,79	420.745,65
10.304.0008.02.000059	Ações de Vigilância em Saúde - VISA	211.586,86	209.158,79	420.745,65
10.305	Vigilância Epidemiológica	432.519,37	276.307,12	708.826,49
10.305.0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	432.519,37	276.307,12	708.826,49
10.305.0008.02.000058	Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP	432.519,37	276.307,12	708.826,49
12	Educação	11.123.236,24	32.549.469,66	43.672.705,90
12.361	Ensino Fundamental	7.816.693,27	22.584.608,56	30.401.301,83
12.361.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	7.816.693,27	22.584.608,56	30.401.301,83
12.361.0005.01.000001	Construções, ampliações e reformas de escolas	187.877,80	1.612.009,15	1.799.886,95
12.361.0005.01.000081	Construções de quadras cobertas	0,00	259.715,03	259.715,03
12.361.0005.02.000004	Manutenção da Sec. Mun de Educação	2.447.947,41	0,00	2.447.947,41
12.361.0005.02.000005	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	1.979.203,61	2.014.340,50	3.993.544,11
12.361.0005.02.000006	Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental	944.390,93	510.260,60	1.454.651,53
12.361.0005.02.000007	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	2.257.273,52	18.188.283,28	20.445.556,80
12.362	Ensino Médio	0,00	842.366,17	842.366,17
12.362.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	0,00	842.366,17	842.366,17
12.362.0005.02.000036	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio	0,00	842.366,17	842.366,17
12.364	Ensino Superior	244.471,58	0,00	244.471,58
12.364.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	244.471,58	0,00	244.471,58
12.364.0005.02.000054	Apoio ao Ensino Superior	244.471,58	0,00	244.471,58
12.365	Educação Infantil	3.043.921,97	8.995.421,41	12.039.343,38
12.365.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	3.043.921,97	8.995.421,41	12.039.343,38
12.365.0005.01.000002	Construções, ampliações e reformas de CEI's	20.979,97	154.877,94	175.857,91
12.365.0005.02.000008	Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	2.435.466,09	8.479.959,39	10.915.425,48
12.365.0005.02.000050	Manutenção da Alimentação Escolar da Educação Infantil	587.475,91	360.584,08	948.059,99
12.366	Educação de Jovens e Adultos	18.149,42	127.073,52	145.222,94
12.366.0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	18.149,42	127.073,52	145.222,94

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12.366.0005.02.000028	Manutenção da Alimentação Escolar do EJA	18.149,42	4.613,31	22.762,73
12.366.0005.02.000067	Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA	0,00	122.460,21	122.460,21
13	Cultura	575.797,83	45.284,00	621.081,83
13.392	Difusão Cultural	575.797,83	45.284,00	621.081,83
13.392.0017	CULTURA AO ALCANCE DE TODOS	575.797,83	0,00	575.797,83
13.392.0017.02.000033	Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas	575.797,83	0,00	575.797,83
13.392.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	45.284,00	45.284,00
13.392.xxxx.01.000108	Aquisição de instrumentos musicais	0,00	45.284,00	45.284,00
15	Urbanismo	13.366.584,85	7.964.592,75	21.331.177,60
15.452	Serviços Urbanos	13.366.584,85	7.964.592,75	21.331.177,60
15.452.0006	AÇÕES EFICIENTES EM OBRAS E URBANISMO	13.290.871,15	7.738.655,50	21.029.526,65
15.452.0006.01.000015	Pavimentação e recuperação de ruas e estradas	5.116.850,88	3.379.620,95	8.496.471,83
15.452.0006.01.000088	Reurbanização do Loteamento Vila Verde	0,00	0,00	0,00
15.452.0006.02.000022	Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano	3.901.549,50	69.800,00	3.971.349,50
15.452.0006.02.000023	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros	3.836.196,97	1.087.072,75	4.923.269,72
15.452.0006.02.000024	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	0,00	2.458.169,05	2.458.169,05
15.452.0006.02.000025	Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito	282.387,97	743.992,75	1.026.380,72
15.452.0006.02.000038	Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha	139.592,93	0,00	139.592,93
15.452.0006.02.000080	Ações da Defesa Civil	14.292,90	0,00	14.292,90
15.452.xxxx	*** Programa não identificado ***	75.713,70	225.937,25	301.650,95
15.452.xxxx.01.000100	Conclusão do Ginásio de Esportes - Distrito Campo d'Água Verde	59.737,29	179.211,88	238.949,17
15.452.xxxx.01.000107	Implantação de academias ao ar livre	15.976,41	46.725,37	62.701,78
16	Habitação	423.270,14	0,00	423.270,14
16.482	Habitação Urbana	423.270,14	0,00	423.270,14
16.482.0018	MORADIA PARA TODOS	423.270,14	0,00	423.270,14
16.482.0018.02.000010	Manutenção da Sec Mun de Habitação	326.965,30	0,00	326.965,30
16.482.0018.02.000052	Manutenção do FROHAB	96.304,84	0,00	96.304,84
16.482.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	0,00	0,00
16.482.xxxx.01.000102	Projeto de Trabalho Social - PMCMV	0,00	0,00	0,00
17	Saneamento	11.393,10	0,00	11.393,10
17.512	Saneamento Básico Urbano	11.393,10	0,00	11.393,10
17.512.0019	SANEAMENTO BÁSICO EFETIVO	11.393,10	0,00	11.393,10
17.512.0019.02.000068	Manutenção do FUNSAE	11.393,10	0,00	11.393,10
18	Gestão Ambiental	3.789.587,94	150.000,00	3.939.587,94
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	3.789.587,94	150.000,00	3.939.587,94
18.541.0014	MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	3.739.587,94	0,00	3.739.587,94
18.541.0014.02.000020	Manutenção da Sec Mun de Meio Ambiente	557.320,76	0,00	557.320,76
18.541.0014.02.000053	Ações de coleta e destino de resíduos sólidos	3.182.267,18	0,00	3.182.267,18
18.541.xxxx	*** Programa não identificado ***	50.000,00	150.000,00	200.000,00
18.541.xxxx.01.000103	Reforma, ampliação e aquisição de equip. p/barracão de reciclagem	50.000,00	150.000,00	200.000,00
20	Agricultura	1.597.216,98	1.012.077,18	2.609.294,16
20.606	Extensão Rural	1.597.216,98	1.012.077,18	2.609.294,16
20.606.0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1.589.671,98	97.500,00	1.687.171,98

Município de CANOINHAS
Competência: 2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
20.606.0004.01.000038	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	32.761,24	97.500,00	130.261,24
20.606.0004.02.000015	Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Rural	916.489,63	0,00	916.489,63
20.606.0004.02.000016	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	45.750,00	0,00	45.750,00
20.606.0004.02.000034	Programa Porteira Adentro	343.813,12	0,00	343.813,12
20.606.0004.02.000046	Apoio à Fruticultura	20.044,50	0,00	20.044,50
20.606.0004.02.000051	Ações de Incentivo à Pecuária	204.534,59	0,00	204.534,59
20.606.0004.02.000066	Apoio à Olericultura	26.278,90	0,00	26.278,90
20.606.0106	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	0,00	254.282,23	254.282,23
20.606.0106.03.000007	Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos	0,00	254.282,23	254.282,23
20.606.xxxx	*** Programa não identificado ***	7.545,00	660.294,95	667.839,95
20.606.xxxx.01.000104	- PAA Aquisição de veículos para o Prog. de Aquis. de Alimentos	7.545,00	100.000,00	107.545,00
20.606.xxxx.01.000105	Construção do Mercado Público Municipal	0,00	484.175,20	484.175,20
20.606.xxxx.01.000110	Aquisição de equipamentos agrícolas	0,00	76.119,75	76.119,75
23	Comércio e Serviços	1.070.637,82	614.908,11	1.685.545,93
23.691	Promoção Comercial	1.070.637,82	0,00	1.070.637,82
23.691.0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1.070.637,82	0,00	1.070.637,82
23.691.0004.01.000028	Aquisição de Terreno p/ ações de Desenvolvimento Econômico	19.172,97	0,00	19.172,97
23.691.0004.02.000013	Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Econômico	976.073,47	0,00	976.073,47
23.691.0004.02.000026	Ações em Iluminação Natalina	20.905,63	0,00	20.905,63
23.691.0004.02.000065	Manutenção do Parque de Exposições Ouro Verde	54.485,75	0,00	54.485,75
23.695	Turismo	0,00	614.908,11	614.908,11
23.695.0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	0,00	614.908,11	614.908,11
23.695.0004.01.000115	Revitalização do Parque de Exposições Ouro Verde	0,00	614.908,11	614.908,11
27	Desporto e Lazer	761.623,66	36.048,75	797.672,41
27.812	Desporto Comunitário	761.623,66	36.048,75	797.672,41
27.812.0016	ESPORTE COMO QUALIDADE DE VIDA	749.359,19	0,00	749.359,19
27.812.0016.02.000032	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	749.359,19	0,00	749.359,19
27.812.xxxx	*** Programa não identificado ***	12.264,47	36.048,75	48.313,22
27.812.xxxx.01.000106	Aquisição de móveis, materiais e equipamentos esportivos	12.264,47	36.048,75	48.313,22
28	Encargos Especiais	4.528.134,10	0,00	4.528.134,10
28.843	Serviço da Dívida Interna	2.388.220,33	0,00	2.388.220,33
28.843.0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	2.388.220,33	0,00	2.388.220,33
28.843.0003.09.000002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada	2.388.220,33	0,00	2.388.220,33
28.845	Transferências	857.258,50	0,00	857.258,50
28.845.0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	857.258,50	0,00	857.258,50
28.845.0003.09.000001	Contribuição ao PASEP	857.258,50	0,00	857.258,50
28.846	Outros Encargos Especiais	1.282.655,27	0,00	1.282.655,27
28.846.0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	1.282.655,27	0,00	1.282.655,27
28.846.0003.09.000003	Precatórios e Setenças Judiciais	1.282.655,27	0,00	1.282.655,27
Total Geral		72.551.189,26	59.400.397,00	131.951.586,26

Município de CANOINHAS
Competência: 2016

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01001 - CAMARA DE VEREADORES	3.212.662,47					
02001 - GABINETE DO PREFEITO				1.627.164,84		
03001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				8.047.366,89		
05001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
07001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
08001 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONOMICO						
09001 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL						
10001 - SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE						
11001 - SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO				1.426.070,47		
12001 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBANO						
13001 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER						
15001 - FUNREBOM DE CANOINHAS						625.309,90
15002 - FUNPOM DE CANOINHAS						46.824,70
16001 - FUNDO MUN.INFANCIA E ADOLESC.DE CANOINHAS						
17001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
18001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
19001 - FUNDAÇÃO CULTURAL HELMY WENDT MAYER						
20001 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL						
21001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAE						
23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO						
24001 - INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV						
Total:	3.212.662,47			11.100.602,20		672.134,60

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01001 - CAMARA DE VEREADORES						
02001 - GABINETE DO PREFEITO						
03001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						
05001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						43.672.705,90
07001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		3.120.014,18				
08001 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONOMICO						
09001 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL						
10001 - SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE						
11001 - SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO						
12001 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBANO						
13001 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER						
15001 - FUNREBOM DE CANOINHAS						
15002 - FUNPOM DE CANOINHAS						

Município de CANOINHAS
Competência: 2016

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
16001 - FUNDO MUN.INFANCIA E ADOLESC.DE CANOINHAS		34.277,80				
17001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				32.697.212,20		
18001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		1.492.331,33				
19001 - FUNDAÇÃO CULTURAL HELMY WENDT MAYER						
20001 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL						
21001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAE						
23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO						
24001 - INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV			2.488,37			
Total:		4.646.623,31	2.488,37	32.697.212,20		43.672.705,90

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01001 - CAMARA DE VEREADORES						
02001 - GABINETE DO PREFEITO						
03001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						
05001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
07001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
08001 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONOMICO						
09001 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL						
10001 - SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE						3.939.587,94
11001 - SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	45.284,00					
12001 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBANO			21.331.177,60			
13001 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER						
15001 - FUNREBOM DE CANOINHAS						
15002 - FUNPOM DE CANOINHAS						
16001 - FUNDO MUN.INFANCIA E ADOLESC.DE CANOINHAS						
17001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
18001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
19001 - FUNDAÇÃO CULTURAL HELMY WENDT MAYER	575.797,83					
20001 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL						
21001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAE					11.393,10	
23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				423.270,14		
24001 - INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV						
Total:	621.081,83		21.331.177,60	423.270,14	11.393,10	3.939.587,94

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01001 - CAMARA DE VEREADORES						
02001 - GABINETE DO PREFEITO						

Município de CANOINHAS
Competência: 2016

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
03001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						
05001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
07001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
08001 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONOMICO					1.685.545,93	
09001 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL		2.014.623,05				
10001 - SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE						
11001 - SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO						
12001 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBANO						
13001 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER						
15001 - FUNREBOM DE CANOINHAS						
15002 - FUNPOM DE CANOINHAS						
16001 - FUNDO MUN.INFANCIA E ADOLESC.DE CANOINHAS						
17001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
18001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
19001 - FUNDAÇÃO CULTURAL HELMY WENDT MAYER						
20001 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL		594.671,11				
21001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAE						
23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO						
24001 - INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV						
Total:		2.609.294,16			1.685.545,93	

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva Contingência	Total
01001 - CAMARA DE VEREADORES						3.212.662,47
02001 - GABINETE DO PREFEITO						1.627.164,84
03001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				4.528.134,10		12.575.500,99
05001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						43.672.705,90
07001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						3.120.014,18
08001 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONOMICO						1.685.545,93
09001 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL						2.014.623,05
10001 - SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE						3.939.587,94
11001 - SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO			48.313,22			1.519.667,69
12001 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBANO						21.331.177,60
13001 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER			749.359,19			749.359,19
15001 - FUNREBOM DE CANOINHAS						625.309,90
15002 - FUNPOM DE CANOINHAS						46.824,70
16001 - FUNDO MUN.INFANCIA E ADOLESC.DE CANOINHAS						34.277,80
17001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						32.697.212,20

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva Contingência	Total
18001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						1.492.331,33
19001 - FUNDAÇÃO CULTURAL HELMY WENDT MAYER						575.797,83
20001 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL						594.671,11
21001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAE						11.393,10
23001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO						423.270,14
24001 - INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV						2.488,37
Total:			797.672,41	4.528.134,10		131.951.586,26

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	RECEITAS	148.355.320,00	142.335.820,00	0,00	6.019.500,00
1000000	Receitas Correntes	129.810.673,93	131.685.569,63	1.874.895,70	0,00
1100000	Receita Tributária	18.070.800,00	17.884.797,57	0,00	186.002,43
1110000	Impostos	13.750.000,00	15.053.574,50	1.303.574,50	0,00
1112000	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	7.150.000,00	8.830.075,67	1.680.075,67	0,00
1112020	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	3.850.000,00	5.023.651,24	1.173.651,24	0,00
	Recursos Ordinários	1.963.500,00	2.562.062,12	598.562,12	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.078.000,00	1.406.622,41	328.622,41	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	808.500,00	1.054.966,71	246.466,71	0,00
1112040	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.760.000,00	2.549.182,60	789.182,60	0,00
11120431	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	1.760.000,00	2.549.182,60	789.182,60	0,00
	Recursos Ordinários	897.600,00	1.300.083,13	402.483,13	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	492.800,00	713.771,09	220.971,09	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	369.600,00	535.328,38	165.728,38	0,00
1112080	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.540.000,00	1.257.241,83	0,00	282.758,17
	Recursos Ordinários	785.400,00	641.193,32	0,00	144.206,68
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	431.200,00	352.027,71	0,00	79.172,29
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	323.400,00	264.020,80	0,00	59.379,20
1113000	Impostos sobre a Produção e a Circulação	6.600.000,00	6.223.498,83	0,00	376.501,17
1113050	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	6.600.000,00	6.223.498,83	0,00	376.501,17
11130501	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	6.600.000,00	6.223.498,83	0,00	376.501,17
	Recursos Ordinários	3.366.000,00	3.174.687,83	0,00	191.312,17
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.848.000,00	1.741.986,90	0,00	106.013,10
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.386.000,00	1.306.824,10	0,00	79.175,90
1120000	Taxas	2.670.800,00	2.699.625,64	28.825,64	0,00
1121000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	781.000,00	748.763,44	0,00	32.236,56
1121170	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	121.000,00	130.699,38	9.699,38	0,00
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	121.000,00	130.699,38	9.699,38	0,00
1121220	Taxa de Serviços Administrativos	165.000,00	238.529,10	73.529,10	0,00
	Recursos Ordinários	165.000,00	238.529,10	73.529,10	0,00
1121250	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Servi	220.000,00	224.533,82	4.533,82	0,00
	Recursos Ordinários	220.000,00	224.533,82	4.533,82	0,00
1121290	Taxa de Licença para Execução de Obras	165.000,00	155.001,14	0,00	9.998,86
	Recursos Ordinários	165.000,00	155.001,14	0,00	9.998,86
1121990	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
	Recursos Ordinários	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
1122000	Taxas pela Prestação de Serviços	1.889.800,00	1.950.862,20	61.062,20	0,00
1122900	Taxa de Limpeza Pública	1.320.000,00	1.597.851,50	277.851,50	0,00
	Recursos Ordinários	1.320.000,00	1.597.851,50	277.851,50	0,00
1122990	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	569.800,00	353.010,70	0,00	216.789,30
	Recursos Ordinários	569.800,00	353.010,70	0,00	216.789,30
1130000	Contribuição de Melhoria	1.650.000,00	131.597,43	0,00	1.518.402,57
1130040	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	1.650.000,00	131.597,43	0,00	1.518.402,57
	Recursos Ordinários	1.650.000,00	131.597,43	0,00	1.518.402,57

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
12000000	Receitas de Contribuições	2.640.000,00	4.365.435,57	1.725.435,57	0,00
12100000	Contribuições Sociais	770.000,00	1.825.179,49	1.055.179,49	0,00
12102900	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	0,00	1.736.251,58	1.736.251,58	0,00
12102907	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00	1.736.251,58	1.736.251,58	0,00
	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	1.736.251,58	1.736.251,58	0,00
12109900	Outras Contribuições Sociais	770.000,00	88.927,91	0,00	681.072,09
	Recursos Ordinários	693.000,00	0,00	0,00	693.000,00
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	55.000,00	34.009,53	0,00	20.990,47
	FIA Imposto de Renda	22.000,00	54.918,38	32.918,38	0,00
12300000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.870.000,00	2.540.256,08	670.256,08	0,00
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	1.870.000,00	2.540.256,08	670.256,08	0,00
13000000	Receita Patrimonial	577.832,36	2.075.149,36	1.497.317,00	0,00
13200000	Receitas de Valores Mobiliários	572.332,36	2.075.149,36	1.502.817,00	0,00
13250000	Remuneração de Depósitos Bancários	572.332,36	1.996.845,31	1.424.512,95	0,00
	Recursos Ordinários	128.700,00	980.575,19	851.875,19	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	11.000,00	19.053,77	8.053,77	0,00
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	16.500,00	4.776,41	0,00	11.723,59
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	220,00	4.698,01	4.478,01	0,00
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	3.300,00	57.585,74	54.285,74	0,00
	FIA Imposto de Renda	1.100,00	43.346,99	42.246,99	0,00
	Convênio de Trânsito - Militar	550,00	1.964,74	1.414,74	0,00
	Convênio de Trânsito - Civil	550,00	4.586,12	4.036,12	0,00
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	550,00	60.838,90	60.288,90	0,00
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet. exercício na Ed. Bá	44.000,00	88.096,82	44.096,82	0,00
	Salário-Educação	16.500,00	73.927,94	57.427,94	0,00
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas p	12.476,41	17.633,99	5.157,58	0,00
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	5.500,00	24.538,46	19.038,46	0,00
	Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	220,00	11.063,37	10.843,37	0,00
	Transferências de Convênios - União/Educação	38.000,00	21.853,70	0,00	16.146,30
	Transferências de Convênios - União/Saúde	10.000,00	22.431,49	12.431,49	0,00
	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	43.475,39	93.129,77	49.654,38	0,00
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	15.200,00	37.956,69	22.756,69	0,00
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas p	0,00	232,90	232,90	0,00
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	182.520,00	263.340,14	80.820,14	0,00
	Transferências de Convênios - Estado/Educação	3.300,00	6.061,46	2.761,46	0,00
	Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	2.004,01	2.004,01	0,00
	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	16.920,56	91.829,66	74.909,10	0,00
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	1.200,00	4.594,91	3.394,91	0,00
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	9.350,00	17.834,75	8.484,75	0,00
	Operações de Crédito Internas - Outros Programas	7.000,00	1.302,42	0,00	5.697,58
	Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	1.000,00	322,71	0,00	677,29
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	3.200,00	41.264,25	38.064,25	0,00
13280000	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor	0,00	78.304,05	78.304,05	0,00

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
13281000	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Fixa	0,00	78.304,05	78.304,05	0,00
	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	2.488,37	2.488,37	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	5.134,23	5.134,23	0,00
	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	70.681,45	70.681,45	0,00
13300000	Receita de Concessões e Permissões	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00
13330000	Receita de Concessões e Permissões – Direitos de Uso de Bens Públicos	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00
13330100	Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00
	Recursos Ordinários	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00
16000000	Receita de Serviços	727.760,00	316.939,80	0,00	410.820,20
16001700	Serviços Agropecuários	727.760,00	316.939,80	0,00	410.820,20
	Recursos Ordinários	727.760,00	316.939,80	0,00	410.820,20
17000000	Transferências Correntes	105.557.111,57	103.947.582,42	0,00	1.609.529,15
17200000	Transferências Intergovernamentais	104.868.111,57	103.345.182,33	0,00	1.522.929,24
17210000	Transferências da União	53.440.098,25	51.680.246,29	0,00	1.759.851,96
17210100	Participação na Receita da União	33.721.000,00	33.272.336,89	0,00	448.663,11
17210101	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	7.084.000,00	6.508.440,89	0,00	575.559,11
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	7.084.000,00	6.508.440,89	0,00	575.559,11
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	26.550.000,00	24.646.973,80	0,00	1.903.026,20
	Recursos Ordinários	13.890.500,00	12.753.947,60	0,00	1.136.552,40
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	7.084.000,00	6.717.161,70	0,00	366.838,30
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	5.575.500,00	5.175.864,50	0,00	399.635,50
17210104	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	0,00	1.818.905,21	1.818.905,21	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	1.309.611,75	1.309.611,75	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	509.293,46	509.293,46	0,00
17210105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	87.000,00	298.016,99	211.016,99	0,00
	Recursos Ordinários	44.370,00	151.988,66	107.618,66	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	24.360,00	83.444,77	59.084,77	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	18.270,00	62.583,56	44.313,56	0,00
17212200	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	396.000,00	250.788,14	0,00	145.211,86
17212220	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	66.000,00	43.425,09	0,00	22.574,91
	Recursos Ordinários	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	0,00	43.425,09	43.425,09	0,00
17212270	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	330.000,00	207.363,05	0,00	122.636,95
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	330.000,00	207.363,05	0,00	122.636,95
17213300	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	14.185.500,04	13.256.402,95	0,00	929.097,09
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	14.185.500,04	13.256.402,95	0,00	929.097,09
17213400	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	1.040.474,74	1.045.921,10	5.446,36	0,00
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	1.040.474,74	1.045.921,10	5.446,36	0,00
17213500	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	3.702.328,27	3.609.058,77	0,00	93.269,50
17213501	Transferências do Salário-Educação	2.310.000,00	2.464.946,79	154.946,79	0,00
	Salário-Educação	2.310.000,00	2.464.946,79	154.946,79	0,00
17213502	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	8.800,00	2.460,00	0,00	6.340,00

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	8.800,00	2.460,00	0,00	6.340,00
17213503	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	998.528,27	828.400,00	0,00	170.128,27
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	998.528,27	828.400,00	0,00	170.128,27
17213504	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – P	385.000,00	313.251,98	0,00	71.748,02
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	385.000,00	313.251,98	0,00	71.748,02
17213600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	110.000,00	94.552,56	0,00	15.447,44
	Recursos Ordinários	56.100,00	48.221,76	0,00	7.878,24
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	30.800,00	26.474,76	0,00	4.325,24
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	23.100,00	19.856,04	0,00	3.243,96
17219900	Outras Transferências da União	284.795,20	151.185,88	0,00	133.609,32
	Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	110.000,00	151.185,88	41.185,88	0,00
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	174.795,20	0,00	0,00	174.795,20
17220000	Transferências dos Estados	27.617.013,32	25.422.213,36	0,00	2.194.799,96
17220100	Participação na Receita dos Estados	24.961.577,00	23.723.536,13	0,00	1.238.040,87
17220101	Cota-Parte do ICMS	18.216.000,00	17.196.722,78	0,00	1.019.277,22
	Recursos Ordinários	12.903.000,00	12.218.638,42	0,00	684.361,58
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	5.313.000,00	4.978.084,36	0,00	334.915,64
17220102	Cota-Parte do IPVA	5.500.000,00	5.255.175,29	0,00	244.824,71
	Recursos Ordinários	2.805.000,00	2.680.139,36	0,00	124.860,64
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.540.000,00	1.471.449,09	0,00	68.550,91
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.155.000,00	1.103.586,84	0,00	51.413,16
17220104	Cota-Parte do IPI - Municípios	390.000,00	338.705,68	0,00	51.294,32
	Recursos Ordinários	198.900,00	172.739,85	0,00	26.160,15
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	109.200,00	94.837,59	0,00	14.362,41
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	81.900,00	71.128,24	0,00	10.771,76
17220113	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	16.940,00	79.820,35	62.880,35	0,00
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	16.940,00	79.820,35	62.880,35	0,00
17220199	Outras Participações na Receita dos Estados	838.637,00	853.112,03	14.475,03	0,00
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	838.637,00	853.112,03	14.475,03	0,00
17223300	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	2.465.676,32	1.678.937,11	0,00	786.739,21
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2.465.676,32	1.678.937,11	0,00	786.739,21
17229900	Outras Transferências dos Estados	189.760,00	19.740,12	0,00	170.019,88
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	189.760,00	19.740,12	0,00	170.019,88
17230000	Transferências dos Municípios	161.000,00	137.500,00	0,00	23.500,00
17239900	Outras Transferências dos Municípios	161.000,00	137.500,00	0,00	23.500,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	150.000,00	137.500,00	0,00	12.500,00
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
17240000	Transferências Multigovernamentais	23.650.000,00	26.105.222,68	2.455.222,68	0,00
17240100	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	23.650.000,00	26.105.222,68	2.455.222,68	0,00
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	19.156.500,00	21.330.907,74	2.174.407,74	0,00
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	4.493.500,00	4.774.314,94	280.814,94	0,00
17600000	Transferências de Convênios	689.000,00	602.400,09	0,00	86.599,91

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
17620000	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	689.000,00	602.400,09	0,00	86.599,91
17629900	Outras Transferências de Convênio dos Estados	689.000,00	602.400,09	0,00	86.599,91
	Convênio de Trânsito - Militar	143.000,00	81.584,90	0,00	61.415,10
	Convênio de Trânsito - Civil	143.000,00	81.584,90	0,00	61.415,10
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	154.000,00	380.729,97	226.729,97	0,00
	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	249.000,00	58.500,32	0,00	190.499,68
19000000	Outras Receitas Correntes	2.237.170,00	3.095.664,91	858.494,91	0,00
19100000	Multas e Juros de Mora	726.100,00	1.293.953,47	567.853,47	0,00
19110000	Multas e Juros de Mora dos Tributos	67.100,00	122.591,62	55.491,62	0,00
19113500	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00	2.946,95	2.946,95	0,00
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	0,00	2.946,95	2.946,95	0,00
19113800	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	16.500,00	19.011,99	2.511,99	0,00
	Recursos Ordinários	8.415,00	9.696,09	1.281,09	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	4.620,00	5.323,36	703,36	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3.465,00	3.992,54	527,54	0,00
19113900	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis – ITBI	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00
	Recursos Ordinários	561,00	0,00	0,00	561,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	308,00	0,00	0,00	308,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	231,00	0,00	0,00	231,00
19114000	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	44.000,00	87.370,20	43.370,20	0,00
	Recursos Ordinários	22.440,00	44.558,64	22.118,64	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	12.320,00	24.463,71	12.143,71	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	9.240,00	18.347,85	9.107,85	0,00
19119800	Multas e Juros de Mora das Contribuições de Melhoria	0,00	1.728,52	1.728,52	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	1.728,52	1.728,52	0,00
19119900	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	5.500,00	11.533,96	6.033,96	0,00
19119901	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	5.500,00	11.533,96	6.033,96	0,00
	Recursos Ordinários	5.500,00	11.533,96	6.033,96	0,00
19130000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	253.000,00	721.532,40	468.532,40	0,00
19131100	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana –	220.000,00	571.179,45	351.179,45	0,00
	Recursos Ordinários	112.200,00	291.301,47	179.101,47	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	61.600,00	159.930,30	98.330,30	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	46.200,00	119.947,68	73.747,68	0,00
19131300	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	27.500,00	99.438,49	71.938,49	0,00
	Recursos Ordinários	14.025,00	50.713,60	36.688,60	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	7.700,00	27.842,79	20.142,79	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	5.775,00	20.882,10	15.107,10	0,00
19133500	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00	3.087,22	3.087,22	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	3.087,22	3.087,22	0,00
19139800	Multas e Juros de mora da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria.	0,00	21.494,67	21.494,67	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	21.494,67	21.494,67	0,00
19139900	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	5.500,00	26.332,57	20.832,57	0,00
	Recursos Ordinários	5.500,00	26.332,57	20.832,57	0,00

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
19150000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	5.500,00	335.476,18	329.976,18	0,00
19159900	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	5.500,00	335.476,18	329.976,18	0,00
19159901	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas – Principal	5.500,00	335.476,18	329.976,18	0,00
	Recursos Ordinários	5.500,00	335.476,18	329.976,18	0,00
19190000	Multas de Outras Origens	400.500,00	114.353,27	0,00	286.146,73
19199900	Outras Multas	400.500,00	114.353,27	0,00	286.146,73
	Recursos Ordinários	400.500,00	114.353,27	0,00	286.146,73
19200000	Indenizações e Restituições	18.920,00	103.051,42	84.131,42	0,00
19210000	Indenizações	9.460,00	0,00	0,00	9.460,00
19210600	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	9.460,00	0,00	0,00	9.460,00
	Recursos Ordinários	7.260,00	0,00	0,00	7.260,00
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00
19220000	Restituições	9.460,00	103.051,42	93.591,42	0,00
19222300	Restituição de Recursos de Fomento	0,00	75.014,09	75.014,09	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	75.014,09	75.014,09	0,00
19229900	Outras Restituições	9.460,00	28.037,33	18.577,33	0,00
	Recursos Ordinários	7.260,00	26.211,86	18.951,86	0,00
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2.200,00	1.825,47	0,00	374,53
19300000	Receita da Dívida Ativa	1.441.000,00	1.287.778,08	0,00	153.221,92
19310000	Receita da Dívida Ativa Tributária	1.441.000,00	924.416,64	0,00	516.583,36
19311100	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.100.000,00	617.256,15	0,00	482.743,85
	Recursos Ordinários	561.000,00	315.759,05	0,00	245.240,95
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	308.000,00	172.284,12	0,00	135.715,88
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	231.000,00	129.212,98	0,00	101.787,02
19311300	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	330.000,00	176.214,36	0,00	153.785,64
	Recursos Ordinários	168.300,00	89.869,32	0,00	78.430,68
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	92.400,00	49.340,05	0,00	43.059,95
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	69.300,00	37.004,99	0,00	32.295,01
19313500	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00	6.565,91	6.565,91	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	6.565,91	6.565,91	0,00
19319800	Receita da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria.	0,00	71.036,89	71.036,89	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	71.036,89	71.036,89	0,00
19319900	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	11.000,00	53.343,33	42.343,33	0,00
19319901	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos – Principal	11.000,00	53.343,33	42.343,33	0,00
	Recursos Ordinários	11.000,00	53.343,33	42.343,33	0,00
19320000	Receita da Dívida Ativa não tributária	0,00	363.361,44	363.361,44	0,00
19329900	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	0,00	363.361,44	363.361,44	0,00
19329901	Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas – Principal	0,00	363.361,44	363.361,44	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	363.361,44	363.361,44	0,00
19900000	Receitas Diversas	51.150,00	410.881,94	359.731,94	0,00
19902100	Receita de Seguros decorrente da Indenização por Sinistro	0,00	899,00	899,00	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	899,00	899,00	0,00
19909900	Outras Receitas	51.150,00	409.982,94	358.832,94	0,00
19909901	Outras Receitas - Primárias	51.150,00	409.982,94	358.832,94	0,00

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Recursos Ordinários	43.450,00	407.389,57	363.939,57	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	1.851,00	1.851,00	0,00
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	7.700,00	742,37	0,00	6.957,63
20000000	Receitas de Capital	18.544.646,07	7.571.613,89	0,00	10.973.032,18
21000000	Operações de Crédito	7.393.000,00	1.888.260,14	0,00	5.504.739,86
21100000	Operações de Crédito Internas	7.393.000,00	1.888.260,14	0,00	5.504.739,86
21190000	Outras Operações de Crédito Internas	7.393.000,00	1.888.260,14	0,00	5.504.739,86
	Operações de Crédito Internas - Outros Programas	7.393.000,00	1.888.260,14	0,00	5.504.739,86
22000000	Alienação de Bens	320.000,00	289.052,40	0,00	30.947,60
22100000	Alienação de Bens Móveis	320.000,00	289.052,40	0,00	30.947,60
22150000	Alienação de Veículos	0,00	83.790,00	83.790,00	0,00
	Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	20.790,00	20.790,00	0,00
	Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	12.075,00	12.075,00	0,00
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	50.925,00	50.925,00	0,00
22190000	Alienação de Outros Bens Móveis	320.000,00	205.262,40	0,00	114.737,60
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	320.000,00	205.262,40	0,00	114.737,60
24000000	Transferências de Capital	10.831.646,07	5.394.301,35	0,00	5.437.344,72
24200000	Transferências Intergovernamentais	10.830.646,07	5.319.732,62	0,00	5.510.913,45
24210000	Transferências da União	8.004.866,63	4.112.556,49	0,00	3.892.310,14
24210100	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	725.000,00	363.200,00	0,00	361.800,00
	Transferências de Convênios – União/Saúde	725.000,00	363.200,00	0,00	361.800,00
24210200	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	1.637.608,23	1.700.353,52	62.745,29	0,00
	Transferências de Convênios – União/Educação	1.637.608,23	1.700.353,52	62.745,29	0,00
24219900	Outras Transferências da União	5.642.258,40	2.049.002,97	0,00	3.593.255,43
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	5.642.258,40	2.049.002,97	0,00	3.593.255,43
24220000	Transferências dos Estados	2.825.779,44	1.207.176,13	0,00	1.618.603,31
24220100	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	758.000,00	128.000,00	0,00	630.000,00
	Transferências de Convênios – Estado/Saúde	758.000,00	128.000,00	0,00	630.000,00
24220200	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
24229900	Outras Transferências dos Estados	1.367.779,44	1.079.176,13	0,00	288.603,31
	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.367.779,44	1.033.115,84	0,00	334.663,60
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	46.060,29	46.060,29	0,00
24700000	Transferências de Convênios	1.000,00	74.568,73	73.568,73	0,00
24720000	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.000,00	74.568,73	73.568,73	0,00
24729900	Outras Transferências de Convênio dos Estados	1.000,00	74.568,73	73.568,73	0,00
	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.000,00	74.568,73	73.568,73	0,00
70000000	Receitas Correntes	0,00	3.078.636,48	3.078.636,48	0,00
72000000	Receitas de Contribuições	0,00	3.078.636,48	3.078.636,48	0,00
72100000	Contribuições Sociais	0,00	3.078.636,48	3.078.636,48	0,00
72102900	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	0,00	3.078.636,48	3.078.636,48	0,00
72102901	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00	3.078.151,25	3.078.151,25	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	315.681,31	315.681,31	0,00

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	2.762.469,94	2.762.469,94	0,00
72102903	Contribuição Patronal – Inativo Civil	0,00	485,23	485,23	0,00
	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	485,23	485,23	0,00
	(...) DEDUÇÕES	-11.337.400,00	-11.555.250,19	0,00	217.850,19
10000000	Receitas Correntes	-11.337.400,00	-11.555.250,19	0,00	217.850,19
11000000	Receita Tributária	0,00	-597.802,08	0,00	597.802,08
11100000	Impostos	0,00	-461.415,82	0,00	461.415,82
11120000	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	-451.295,92	0,00	451.295,92
11120200	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	0,00	-431.215,96	0,00	431.215,96
	Recursos Ordinários	0,00	-219.920,10	0,00	219.920,10
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	-120.740,52	0,00	120.740,52
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	-90.555,34	0,00	90.555,34
11120800	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	0,00	-20.079,96	0,00	20.079,96
	Recursos Ordinários	0,00	-10.240,78	0,00	10.240,78
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	-5.622,39	0,00	5.622,39
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	-4.216,79	0,00	4.216,79
11130000	Impostos sobre a Produção e a Circulação	0,00	-10.119,90	0,00	10.119,90
11130500	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	-10.119,90	0,00	10.119,90
11130501	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	-10.119,90	0,00	10.119,90
	Recursos Ordinários	0,00	-5.161,03	0,00	5.161,03
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	-2.833,64	0,00	2.833,64
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	-2.125,23	0,00	2.125,23
11200000	Taxas	0,00	-136.015,05	0,00	136.015,05
11210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	-4.571,62	0,00	4.571,62
11211700	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	-493,88	0,00	493,88
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	0,00	-493,88	0,00	493,88
11212200	Taxa de Serviços Administrativos	0,00	-3.974,56	0,00	3.974,56
	Recursos Ordinários	0,00	-3.974,56	0,00	3.974,56
11212500	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Servi	0,00	-90,64	0,00	90,64
	Recursos Ordinários	0,00	-90,64	0,00	90,64
11212900	Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	-12,54	0,00	12,54
	Recursos Ordinários	0,00	-12,54	0,00	12,54
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-131.443,43	0,00	131.443,43
11229000	Taxa de Limpeza Pública	0,00	-131.285,93	0,00	131.285,93
	Recursos Ordinários	0,00	-131.285,93	0,00	131.285,93
11229900	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-157,50	0,00	157,50
	Recursos Ordinários	0,00	-157,50	0,00	157,50
11300000	Contribuição de Melhoria	0,00	-371,21	0,00	371,21
11300400	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	0,00	-371,21	0,00	371,21
	Recursos Ordinários	0,00	-371,21	0,00	371,21
13000000	Receita Patrimonial	0,00	-2.837,63	0,00	2.837,63
13200000	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	-2.837,63	0,00	2.837,63
13280000	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor	0,00	-2.837,63	0,00	2.837,63

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
13281000	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Fixa	0,00	-2.837,63	0,00	2.837,63
	Recursos Ordinários	0,00	-186,06	0,00	186,06
	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	-2.651,57	0,00	2.651,57
16000000	Receita de Serviços	0,00	-30.000,00	0,00	30.000,00
16001700	Serviços Agropecuários	0,00	-30.000,00	0,00	30.000,00
	Recursos Ordinários	0,00	-30.000,00	0,00	30.000,00
17000000	Transferências Correntes	-11.337.400,00	-10.867.961,84	469.438,16	0,00
17200000	Transferências Intergovernamentais	-11.337.400,00	-10.867.714,98	469.685,02	0,00
17210000	Transferências da União	-5.099.400,00	-5.007.908,10	91.491,90	0,00
17210100	Participação na Receita da União	-5.077.400,00	-4.988.997,65	88.402,35	0,00
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	-5.060.000,00	-4.929.394,42	130.605,58	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-5.060.000,00	-4.929.394,42	130.605,58	0,00
17210105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-17.400,00	-59.603,23	0,00	42.203,23
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-17.400,00	-59.603,23	0,00	42.203,23
17213600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	-22.000,00	-18.910,45	3.089,55	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-22.000,00	-18.910,45	3.089,55	0,00
17220000	Transferências dos Estados	-6.238.000,00	-5.859.806,88	378.193,12	0,00
17220100	Participação na Receita dos Estados	-6.238.000,00	-5.859.806,88	378.193,12	0,00
17220101	Cota-Parte do ICMS	-5.060.000,00	-4.741.031,69	318.968,31	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-5.060.000,00	-4.741.031,69	318.968,31	0,00
17220102	Cota-Parte do IPVA	-1.100.000,00	-1.051.034,00	48.966,00	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-1.100.000,00	-1.051.034,00	48.966,00	0,00
17220104	Cota-Parte do IPI - Municípios	-78.000,00	-67.741,19	10.258,81	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-78.000,00	-67.741,19	10.258,81	0,00
17600000	Transferências de Convênios	0,00	-246,86	0,00	246,86
17620000	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	0,00	-246,86	0,00	246,86
17629900	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	-246,86	0,00	246,86
	Convênio de Trânsito - Militar	0,00	-37,03	0,00	37,03
	Convênio de Trânsito - Civil	0,00	-37,03	0,00	37,03
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	-172,80	0,00	172,80
19000000	Outras Receitas Correntes	0,00	-56.648,64	0,00	56.648,64
19100000	Multas e Juros de Mora	0,00	-33.811,36	0,00	33.811,36
19110000	Multas e Juros de Mora dos Tributos	0,00	-97,59	0,00	97,59
19113500	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00	-34,01	0,00	34,01
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	0,00	-34,01	0,00	34,01
19113800	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	0,00	-29,09	0,00	29,09
	Recursos Ordinários	0,00	-14,82	0,00	14,82
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	-8,29	0,00	8,29
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	-5,98	0,00	5,98
19114000	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	0,00	-5,04	0,00	5,04
	Recursos Ordinários	0,00	-2,59	0,00	2,59
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	-1,44	0,00	1,44
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	-1,01	0,00	1,01
19119800	Multas e Juros de Mora das Contribuições de Melhoria	0,00	-0,04	0,00	0,04

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Recursos Ordinários	0,00	-0,04	0,00	0,04
19119900	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	-29,41	0,00	29,41
19119901	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	-29,41	0,00	29,41
	Recursos Ordinários	0,00	-29,41	0,00	29,41
19130000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	0,00	-26.209,76	0,00	26.209,76
19131100	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana –	0,00	-17.004,50	0,00	17.004,50
	Recursos Ordinários	0,00	-8.672,25	0,00	8.672,25
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	-4.761,27	0,00	4.761,27
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	-3.570,98	0,00	3.570,98
19131300	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	0,00	-1.197,50	0,00	1.197,50
	Recursos Ordinários	0,00	-610,73	0,00	610,73
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	-335,30	0,00	335,30
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	-251,47	0,00	251,47
19133500	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00	-1,46	0,00	1,46
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	-1,46	0,00	1,46
19139800	Multas e Juros de mora da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria.	0,00	-3.847,17	0,00	3.847,17
	Recursos Ordinários	0,00	-3.847,17	0,00	3.847,17
19139900	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	0,00	-4.159,13	0,00	4.159,13
	Recursos Ordinários	0,00	-4.159,13	0,00	4.159,13
19150000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	0,00	-7.504,01	0,00	7.504,01
19159900	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	0,00	-7.504,01	0,00	7.504,01
19159901	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas – Principal	0,00	-7.504,01	0,00	7.504,01
	Recursos Ordinários	0,00	-7.504,01	0,00	7.504,01
19300000	Receita da Dívida Ativa	0,00	-22.837,28	0,00	22.837,28
19310000	Receita da Dívida Ativa Tributária	0,00	-18.069,53	0,00	18.069,53
19311100	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	0,00	-5.505,44	0,00	5.505,44
	Recursos Ordinários	0,00	-2.807,80	0,00	2.807,80
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	-1.541,52	0,00	1.541,52
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	-1.156,12	0,00	1.156,12
19311300	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	0,00	-1.517,58	0,00	1.517,58
	Recursos Ordinários	0,00	-774,00	0,00	774,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	-424,90	0,00	424,90
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	-318,68	0,00	318,68
19313500	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00	-3,25	0,00	3,25
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	-3,25	0,00	3,25
19319800	Receita da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria.	0,00	-6.687,72	0,00	6.687,72
	Recursos Ordinários	0,00	-6.687,72	0,00	6.687,72
19319900	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	0,00	-4.355,54	0,00	4.355,54
19319901	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos – Principal	0,00	-4.355,54	0,00	4.355,54
	Recursos Ordinários	0,00	-4.355,54	0,00	4.355,54
19320000	Receita da Dívida Ativa não tributária	0,00	-4.767,75	0,00	4.767,75
19329900	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	0,00	-4.767,75	0,00	4.767,75
19329901	Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas – Principal	0,00	-4.767,75	0,00	4.767,75

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Recursos Ordinários	0,00	-4.767,75	0,00	4.767,75
Totais		137.017.920,00	130.780.569,81	0,00	6.237.350,19



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
02001	GABINETE DO PREFEITO	1.678.106,20	8.293,80
02001.04	Administração	1.678.106,20	8.293,80
02001.04.122	Administração Geral	1.678.106,20	8.293,80
02001.04.122.02.000002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	1.678.106,20	8.293,80
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.445.648,06	0,00
3.1.90.01.00	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas		
3.1.90.01.01	proventos - pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	8.293,80
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	221.458,14	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.14.16	diárias no exterior – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção		
3.3.90.33.01	passagens para o país		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.35	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		
3.3.90.36.39	fretes e transportes de encomendas		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.01	assinatura de periódicos e anuidades		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.15	limpeza de veículos		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.46	serviços domésticos		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.57	serviços de processamento de dados		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.30	material de consumo		
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
3.3.90.93.03	ajuda de custo		
3.3.90.93.99	diversas indenizações e restituições		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	11.000,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
03001	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	14.344.610,77	155.492,42
03001.04	Administração	9.438.955,50	155.492,42
03001.04.122	Administração Geral	9.438.955,50	155.492,42
03001.04.122.01.000027	Implementação do PMAT	1.200.000,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000.000,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.07	reforma		
03001.04.122.02.000003	Manutenção da Sec Mun de Adm, Finanças e Orçamento	5.070.207,35	155.492,42
3.1.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	0,00	0,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	3.421.754,07	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização		
3.1.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	155.492,42
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	4.677,50	0,00
3.3.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público		
3.3.71.70.00	detalhamento opcional para modalidade de aplicação 71		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.545.224,18	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.11	material químico		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.04	comissões e corretagens		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.15	locação de imóveis		
3.3.90.36.35	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		
3.3.90.36.45	jetons a conselheiros		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.24	serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins		
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		
3.3.90.39.57	serviços de processamento de dados		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.74	frete e transportes de encomendas		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.79	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF		
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.92.93	indenizações e restituições		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
3.3.90.93.03	ajuda de custo		
3.3.90.93.99	diversas indenizações e restituições		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
4.4.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	98.551,60	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório		
4.4.90.52.42	mobiliário em geral		
4.4.90.52.51	peças não incorporáveis a imóveis		
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica		
03001.04.122.02.000011	Ações em Prestação de Contas de Convênios	246.485,65	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	246.485,65	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
03001.04.122.02.000012	Publicidades de Atos Oficiais	100.000,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
03001.04.122.02.000035	Contribuições à Entidades	262.472,50	0,00
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	37.150,00	0,00
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais		
3.3.50.43.02	transferências a instituições privadas de assistência social		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	187.812,50	0,00
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.17	contribuições para associações		
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid	37.510,00	0,00
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.93.39.01	assinatura de periódicos e anuidades		
03001.04.122.09.000004	Pagamento de Inativos e Pensionistas	2.559.790,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	2.559.790,00	0,00
3.1.90.01.00	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas		
3.1.90.01.06	13º salário - pessoal civil		
3.1.90.01.01	proventos - pessoal civil		
3.1.90.03.00	Pensões		
3.1.90.03.01	civis		
03001.28	Encargos Especiais	4.905.655,27	0,00
03001.28.843	Serviço da Dívida Interna	2.708.000,00	0,00
03001.28.843.09.000002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada	2.708.000,00	0,00
3.2.90.00.00	Aplicações Diretas	296.000,00	0,00
3.2.90.21.00	Juros sobre a Dívida por Contrato		
3.2.90.21.02	juros da dívida contratada com governos		
4.6.90.00.00	Aplicações Diretas	2.412.000,00	0,00
4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado		
4.6.90.71.02	amortização da dívida contratada com governos		
03001.28.845	Transferências	915.000,00	0,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
03001.28.845.09.000001	Contribuição ao PASEP	915.000,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	915.000,00	0,00
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.12	contribuição para o PIS/PASEP		
03001.28.846	Outros Encargos Especiais	1.282.655,27	0,00
03001.28.846.09.000003	Precatórios e Setenças Judiciais	1.282.655,27	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.282.655,27	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.67.00	Depósitos Compulsórios		
3.3.90.67.02	depósitos judiciais		
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais		
3.3.90.91.02	precatórios incluídos na Lei de Orçamento		
3.3.90.91.15	sentenças judiciais de pequeno valor		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.99	diversas indenizações e restituições		
05001	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	45.839.512,12	1.896.358,65
05001.12	Educação	45.839.512,12	1.896.358,65
05001.12.361	Ensino Fundamental	31.623.580,18	1.358.304,11
05001.12.361.01.000001	Construções, ampliações e reformas de escolas	3.585.307,12	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	237.100,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	3.348.207,12	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
4.4.90.51.07	reforma		
4.4.90.51.80	estudos e projetos		
4.4.90.51.92	instalações incorporáveis ou inerentes ao imóvel		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
05001.12.361.01.000081	Construções de quadras cobertas	273.189,03	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	273.189,03	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
05001.12.361.02.000004	Manutenção da Sec. Mun de Educação	2.419.414,37	116.199,63
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	2.105.204,77	0,00
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		
3.1.90.05.03	salário-maternidade - pessoal civil		
3.1.90.05.70	Salário-família - ativo pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	116.199,63
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	313.789,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.15	locação de imóveis		
3.3.90.36.16	locação de bens móveis e intangíveis		
3.3.90.36.28	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.10	locação de imóveis		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.46	serviços domésticos		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.74	fretes e transportes de encomendas		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	420,60	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação		
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro		
05001.12.361.02.000005	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	4.085.906,92	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	4.085.906,92	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.26	serviços de transporte escolar		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.30	material de consumo		
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
05001.12.361.02.000006	Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental	1.938.131,87	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.938.131,87	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
05001.12.361.02.000007	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	19.321.630,87	1.242.104,48
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	17.805.384,52	0,00
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		
3.1.90.05.01	auxílio-doença - pessoal civil		
3.1.90.05.03	salário-maternidade - pessoal civil		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.05.70	Salário-família - ativo pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização		
3.1.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	1.242.104,48
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.324.624,38	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.03	combustíveis e lub. p/outras finalidades		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem		
3.3.90.30.20	material de cama, mesa e banho		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.30.50	bandeiras, flâmulas e insígnias		
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		
3.3.90.31.04	premiações desportivas		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.39	frete e transportes de encomendas		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.14	locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.21	manutenção e conservação de estradas e vias		
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.65	serviços de apoio ao ensino		
3.3.90.39.72	vale-transporte		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.74	fretes e transportes de encomendas		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.30	material de consumo		
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	191.621,97	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.08	aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
4.4.90.52.42	mobiliário em geral		
4.4.90.93.00	Indenizações e Restituições		
4.4.90.93.02	restituições		
05001.12.362	Ensino Médio	842.366,17	0,00
05001.12.362.02.000036	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio	842.366,17	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	842.366,17	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.26	serviços de transporte escolar		
05001.12.364	Ensino Superior	251.519,34	16.480,66
05001.12.364.02.000054	Apoio ao Ensino Superior	251.519,34	16.480,66
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	234.519,34	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	16.480,66
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.03	ajuda de custo		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
05001.12.365	Educação Infantil	12.895.497,91	521.573,88
05001.12.365.01.000002	Construções, ampliações e reformas de CEI's	1.161.483,02	0,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	297.063,05	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	864.419,97	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.92	instalações incorporáveis ou inerentes ao imóvel		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
05001.12.365.02.000008	Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	10.781.532,10	521.573,88
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	9.384.382,15	0,00
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		
3.1.90.05.01	auxílio-doença - pessoal civil		
3.1.90.05.03	salário-maternidade - pessoal civil		
3.1.90.05.70	Salário-família - ativo pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.1.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização		
3.1.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	521.573,88





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.099.654,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem		
3.3.90.30.20	material de cama, mesa e banho		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.01	livros didáticos		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.15	locação de imóveis		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.65	serviços de apoio ao ensino		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	297.495,95	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.92	instalações incorporáveis ou inerentes ao imóvel		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.10	aparelhos e equipamentos para esportes e diversões		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.18	coleções e materiais bibliográficos		
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro		
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto		
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
4.4.90.52.39	equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos		
4.4.90.52.42	mobiliário em geral		
4.4.90.52.51	peças não incorporáveis a imóveis		
05001.12.365.02.000050	Manutenção da Alimentação Escolar da Educação Infantil	952.482,79	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	952.482,79	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		
05001.12.366	Educação de Jovens e Adultos	226.548,52	0,00
05001.12.366.02.000028	Manutenção da Alimentação Escolar do EJA	27.667,14	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	27.667,14	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		
05001.12.366.02.000067	Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA	198.881,38	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	92.881,38	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo		
3.3.90.30.16	material de expediente		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	6.000,00	0,00
07001	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	3.190.133,60	216.344,27
07001.08	Assistência Social	3.190.133,60	216.344,27
07001.08.244	Assistência Comunitária	3.190.133,60	216.344,27
07001.08.244.01.000060	Implantação da Cozinha Comunitária	124.433,88	46.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	46.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	124.433,88	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
4.4.90.52.51	peças não incorporáveis a imóveis		
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente		
07001.08.244.02.000009	Manutenção da Sec. Mun. de Assistência Social	2.709.449,72	170.344,27
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	2.480.849,72	0,00
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		
3.1.90.05.03	salário-maternidade - pessoal civil		
3.1.90.05.70	Salário-família - ativo pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.01	FGTS		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	170.344,27
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	32.900,00	0,00
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais		
3.3.50.43.02	transferências a instituições privadas de assistência social		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	192.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.47.15	multas		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	3.700,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente		
07001.08.244.02.000069	Manutenção do Conselho tutelar	259.250,00	0,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	195.750,00	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	52.500,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.30	material de consumo		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	11.000,00	0,00
4.4.90.14.00	Diárias Civil		
4.4.90.14.14	diárias no país – civil		
07001.08.244.02.000100	Ações de trabalho e ressocialização de detentos	97.000,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	96.000,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.53	serviços de assistência social		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00	0,00
08001	SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONOMICO	2.377.590,26	13.691,70
08001.23	Comércio e Serviços	2.377.590,26	13.691,70
08001.23.691	Promoção Comercial	1.135.761,27	13.691,70
08001.23.691.01.000028	Aquisição de Terreno p/ ações de Desenvolvimento Econômico	19.172,97	0,00
4.5.90.00.00	Aplicações Diretas	19.172,97	0,00
4.5.90.61.00	Aquisição de Imóveis		
4.5.90.61.03	terrenos		
08001.23.691.02.000013	Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Econômico	991.088,30	13.691,70
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	694.088,30	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização		
3.1.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	13.691,70
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	55.000,00	0,00
3.3.50.41.00	Contribuições		
3.3.50.41.99	outras contribuições		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	230.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.74	frete e transportes de encomendas		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	12.000,00	0,00
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
4.4.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório		
4.4.90.52.38	máquinas, ferramentas e utensílios de oficina		
4.4.90.52.48	veículos diversos		
4.4.90.52.51	peças não incorporáveis a imóveis		
08001.23.691.02.000026	Ações em Iluminação Natalina	65.000,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	55.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.74	frete e transportes de encomendas		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro		
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório		
4.4.90.52.38	máquinas, ferramentas e utensílios de oficina		
08001.23.691.02.000065	Manutenção do Parque de Exposições Ouro Verde	60.500,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	55.000,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.500,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
4.4.90.52.38	máquinas, ferramentas e utensílios de oficina		
08001.23.695	Turismo	1.241.828,99	0,00
08001.23.695.01.000115	Revitalização do Parque de Exposições Ouro Verde	880.528,99	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	880.528,99	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
08001.23.695.03.000035	Construção do Centro de Eventos Municipal	361.300,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	361.300,00	0,00
09001	SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	2.524.920,50	815.074,03
09001.20	Agricultura	2.524.920,50	815.074,03
09001.20.606	Extensão Rural	2.524.920,50	815.074,03
09001.20.606.01.000038	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	550.000,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	550.000,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.40	máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários		
09001.20.606.01.000104	Aquisição de veículos para o Prog. de Aquis. de Alimentos - PAA	0,00	111.065,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	111.065,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica		
09001.20.606.01.000105	Construção do Mercado Público Municipal	0,00	549.621,37
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	549.621,37
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
09001.20.606.01.000110	Aquisição de equipamentos agrícolas	0,00	132.500,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	132.500,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.40	máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
09001.20.606.02.000015	Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Rural	957.972,34	21.887,66
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	671.472,34	0,00
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		
3.1.90.05.70	Salário-família - ativo pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	21.887,66
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	270.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.11	material químico		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.10	locação de imóveis		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.74	fretes e transportes de encomendas		
3.3.90.39.79	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
3.3.90.93.03	ajuda de custo		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	16.500,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
09001.20.606.02.000016	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	62.500,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	61.500,00	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.65	serviços de apoio ao ensino		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00	0,00
09001.20.606.03.000007	Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos	954.448,16	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	954.448,16	0,00
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
4.4.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
10001	SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	3.804.914,74	207.937,29
10001.18	Gestão Ambiental	3.804.914,74	207.937,29
10001.18.541	Preservação e Conservação Ambiental	3.804.914,74	207.937,29
10001.18.541.01.000103	Reforma, ampliação e aquisição de equip. p/barracão de reciclagem	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	200.000,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.07	reforma		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
4.4.90.52.48	veículos diversos		
10001.18.541.02.000020	Manutenção da Sec Mun de Meio Ambiente	619.087,71	7.937,29
3.1.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	2.314,79	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	429.943,42	0,00
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.05.70	Salário-família - ativo pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	7.937,29
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	11.000,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.03	combustíveis e lub. p/outras finalidades		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.11	material químico		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.28	coleta de lixo e demais resíduos		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.30	material de consumo		
4.4.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	11.000,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	14.829,50	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro		
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
4.4.90.52.39	equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos		
4.4.90.52.48	veículos diversos		
10001.18.541.02.000053	Ações de coleta e destino de resíduos sólidos	3.185.827,03	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	3.185.827,03	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.28	coleta de lixo e demais resíduos		
11001	SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	1.482.410,51	153.475,82
11001.04	Administração	1.482.410,51	36.989,49
11001.04.121	Planejamento e Orçamento	1.482.410,51	36.989,49
11001.04.121.02.000021	Manutenção da Secretaria Mun de Planejamento	1.482.410,51	36.989,49
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.089.410,51	0,00
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		
3.1.90.05.03	salário-maternidade - pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização		
3.1.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	36.989,49
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	379.900,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.13	conferências, exposições e espetáculos		
3.3.90.36.15	locação de imóveis		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.24	serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	13.100,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.80	estudos e projetos		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
11001.13	Cultura	0,00	47.486,00
11001.13.392	Difusão Cultural	0,00	47.486,00
11001.13.392.01.000108	Aquisição de instrumentos musicais	0,00	47.486,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	47.486,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.26	instrumentos musicais e artísticos		
11001.27	Desporto e Lazer	0,00	69.000,33
11001.27.812	Desporto Comunitário	0,00	69.000,33
11001.27.812.01.000106	Aquisição de móveis, materiais e equipamentos esportivos	0,00	69.000,33
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	20.858,09
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo		
3.3.90.30.20	material de cama, mesa e banho		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	48.142,24
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.04	aparelhos de medição e orientação		
4.4.90.52.10	aparelhos e equipamentos para esportes e diversões		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto		
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
4.4.90.52.42	mobiliário em geral		
12001	SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBANO	30.438.773,32	415.644,98
12001.15	Urbanismo	30.438.773,32	415.644,98





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anel

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
12001.15.452	Serviços Urbanos	30.438.773,32	415.644,98
12001.15.452.01.000015	Pavimentação e recuperação de ruas e estradas	14.010.386,28	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	210.000,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.51	materiais para conservação e manutenção de bens de uso comum do povo		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.21	manutenção e conservação de estradas e vias		
3.3.90.39.24	serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	13.800.386,28	0,00
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
4.4.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.07	reforma		
4.4.90.51.80	estudos e projetos		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
12001.15.452.01.000088	Reurbanização do Loteamento Vila Verde	2.400.000,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	125.000,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	2.275.000,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
12001.15.452.01.000100	Conclusão do Ginásio de Esportes - Distrito Campo d'Água Verde	324.074,79	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	324.074,79	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.91	obras em andamento		
12001.15.452.01.000107	Implantação de academias ao ar livre	0,00	122.094,88
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	122.094,88
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente		
12001.15.452.02.000022	Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano	3.870.337,88	139.822,12
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	3.552.745,21	0,00
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		
3.1.90.05.70	Salário-família - ativo pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização		
3.1.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	139.822,12
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	240.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.20	material de cama, mesa e banho		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.30	material de consumo		
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	77.592,67	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro		
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
4.4.90.52.40	máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários		
4.4.90.52.48	veículos diversos		
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica		
4.4.90.52.57	acessórios para automóveis		
12001.15.452.02.000023	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros	5.250.573,90	50.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	5.250.573,90	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.03	combustíveis e lub. p/outras finalidades		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.20	material de cama, mesa e banho		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		
3.3.90.30.51	materiais para conservação e manutenção de bens de uso comum do povo		
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.15	locação de imóveis		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.10	locação de imóveis		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.21	manutenção e conservação de estradas e vias		
3.3.90.39.24	serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins		
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.74	fretes e transportes de encomendas		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.51.00	Obras e Instalações		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.51.93	benfeitorias em propriedades de terceiros		
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.30	material de consumo		
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	50.000,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.07	reforma		
12001.15.452.02.000024	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	3.063.009,07	3.727,98
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	106.272,02	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	3.727,98
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	2.516.737,05	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.15	locação de imóveis		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.10	locação de imóveis		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	440.000,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
12001.15.452.02.000025	Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito	1.212.935,40	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	932.635,40	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.34	sobressalentes de máquinas e motores de navios e embarcações		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		
3.3.90.30.51	materiais para conservação e manutenção de bens de uso comum do povo		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.15	locação de imóveis		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.21	manutenção e conservação de estradas e vias		
3.3.90.39.24	serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.60	serviços de manobra e patrulhamento		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.79	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.03	ajuda de custo		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	280.300,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.14	armamentos		
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório		
4.4.90.52.38	máquinas, ferramentas e utensílios de oficina		
4.4.90.52.42	mobiliário em geral		
4.4.90.52.48	veículos diversos		
4.4.90.52.51	peças não incorporáveis a imóveis		
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica		
4.4.90.52.57	acessórios para automóveis		
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente		
12001.15.452.02.000038	Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha	72.456,00	100.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	72.456,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.27	material de manobra e patrulhamento		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.29	material para áudio, vídeo e foto		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.24	serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.74	fretes e transportes de encomendas		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	100.000,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.39	equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos		
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica		
12001.15.452.02.000080	Ações da Defesa Civil	235.000,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	230.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.51	materiais para conservação e manutenção de bens de uso comum do povo		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação		
13001	RESERVA DE CONTINGENCIA	66.000,00	0,00
13001.99	Reserva Contingência	66.000,00	0,00
13001.99.999	Reserva Contingência	66.000,00	0,00
13001.99.999.09.000999	Reserva de Contingência	66.000,00	0,00
9.9.99.00.00	A Definir (ou Res.Contingência)	66.000,00	0,00
23001	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	507.664,66	356.127,98
23001.16	Habitação	507.664,66	356.127,98
23001.16.482	Habitação Urbana	507.664,66	356.127,98
23001.16.482.01.000102	Projeto de Trabalho Social - PMCMV	0,00	352.400,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	352.400,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
23001.16.482.02.000010	Manutenção da Sec Mun de Habitação	389.002,02	3.727,98
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	270.202,02	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	3.727,98
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	108.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.10	locação de imóveis		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	10.800,00	0,00
23001.16.482.02.000052	Manutenção do FROHAB	118.662,64	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	98.662,64	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00	0,00
	Total da Unidade Gestora	106.254.636,68	4.238.440,94

Unidade Gestora: Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
24001	INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV	0,00	2.500,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
24001.09	Previdência Social	0,00	2.500,00
24001.09.272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	2.500,00
24001.09.272.02.000130	Pagamento de Benefícios aos Servidores	0,00	2.500,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	2.500,00
3.1.90.03.00	Pensões		
3.1.90.03.01	civis		
3.1.90.03.03	13º salário - pensionista civil		
Total da Unidade Gestora		0,00	2.500,00

Unidade Gestora: Fundação Cultural de Canoinhas

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
19001	FUNDAÇÃO CULTURAL HELMY WENDT MAYER	695.998,67	10.641,33
19001.13	Cultura	695.998,67	10.641,33
19001.13.392	Difusão Cultural	695.998,67	10.641,33
19001.13.392.02.000033	Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas	695.998,67	10.641,33
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	354.008,67	0,00
3.1.90.01.00	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas		
3.1.90.01.01	proventos - pessoal civil		
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		
3.1.90.05.70	Salário-família - ativo pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	10.641,33





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	13.000,00	0,00
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais		
3.3.50.43.99	outras subvenções sociais		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	309.350,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.03	combustíveis e lub. p/outras finalidades		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.29	material para áudio, vídeo e foto		
3.3.90.30.36	material hospitalar		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra		
3.3.90.37.03	vigilância		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.10	locação de imóveis		
3.3.90.39.14	locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.24	serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.57	serviços de processamento de dados		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.74	frete e transportes de encomendas		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.79	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.88	serviços de publicidade e propaganda		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.12	contribuição para o PIS/PASEP		
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		
3.3.90.48.01	auxílio financeiro a pessoas físicas		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
3.3.90.93.03	ajuda de custo		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	19.640,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto		
Total da Unidade Gestora		695.998,67	10.641,33

Unidade Gestora: Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
14001	FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	720.350,46	145.424,54
14001.27	Desporto e Lazer	720.350,46	145.424,54
14001.27.812	Desporto Comunitário	720.350,46	145.424,54
14001.27.812.02.000032	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	720.350,46	145.424,54
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	353.842,54	0,00
3.1.90.01.00	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas		
3.1.90.01.01	proventos - pessoal civil		
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		
3.1.90.05.70	Salário-família - ativo pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização		
3.1.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	15.424,54
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	130.000,00
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais		
3.3.50.43.99	outras subvenções sociais		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	347.925,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		
3.3.90.31.04	premiações desportivas		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.14	locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.57	serviços de processamento de dados		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.74	frete e transportes de encomendas		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.79	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		
3.3.90.39.81	serviços bancários		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.47.12	contribuição para o PIS/PASEP		
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
3.3.90.93.03	ajuda de custo		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	18.582,92	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro		
4.4.90.52.40	máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários		
Total da Unidade Gestora		720.350,46	145.424,54

Unidade Gestora: Fundo da Infância e Adolescência de Canoinhas

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
16001	FUNDO MUN.INFANCIA E ADOLESC.DE CANOINHAS	123.200,00	0,00
16001.08	Assistência Social	123.200,00	0,00
16001.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	123.200,00	0,00
16001.08.243.02.000029	Manutenção do FIA	123.200,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	112.200,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.28	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	11.000,00	0,00
	Total da Unidade Gestora	123.200,00	0,00

Unidade Gestora: Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da PM de Canoinhas

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
15001	FUNREBOM DE CANOINHAS	675.971,28	0,00
15001.06	Segurança Pública	675.971,28	0,00
15001.06.181	Policiamento	675.971,28	0,00
15001.06.181.02.000030	Ações do FUNREBOM	675.971,28	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	228.024,77	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.09	material farmacológico		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.36	material hospitalar		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.79	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	447.946,51	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.22	equipamentos de manobra e patrulhamento		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica		
4.4.90.52.57	acessórios para automóveis		
15002	FUNPOM DE CANOINHAS	167.500,00	0,00
15002.06	Segurança Pública	167.500,00	0,00
15002.06.181	Policciamento	167.500,00	0,00
15002.06.181.01.000099	Construção do estande de tiros do 3º BPM	1.000,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00	0,00
15002.06.181.02.000031	Ações do FUNPOM	166.500,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	82.700,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.35	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.81	serviços bancários		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	83.800,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
	Total da Unidade Gestora	843.471,28	0,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
18001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.134.834,34	51.500,00
18001.08	Assistência Social	2.134.834,34	51.500,00
18001.08.244	Assistência Comunitária	2.134.834,34	51.500,00
18001.08.244.02.000039	Manutenção do PETI	75.674,68	51.500,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	51.500,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoa Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	70.174,68	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.28	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.500,00	0,00
18001.08.244.02.000040	Manutenção do CREAS	321.942,59	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	90.000,00	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	192.666,80	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.15	locação de imóveis		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.53	serviços de assistência social		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.74	frete e transportes de encomendas		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
3.3.90.93.03	ajuda de custo		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	39.275,79	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
4.4.90.52.42	mobiliário em geral		
18001.08.244.02.000041	Manutenção e Ações do Fundo Mun de Assistência Social	1.737.217,07	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	397.100,00	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	170.960,66	0,00
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais		
3.3.50.43.02	transferências a instituições privadas de assistência social		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	969.057,57	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.11	material químico		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.15	locação de imóveis		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.14	locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.53	serviços de assistência social		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.67	serviços funerários		
3.3.90.39.70	confecção de uniforme, bandeira e flâmulas		
3.3.90.39.74	frete e transportes de encomendas		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.30	material de consumo		
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.93.02	restituições		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	200.098,84	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.07	reforma		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação		
4.4.90.52.10	aparelhos e equipamentos para esportes e diversões		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório		
4.4.90.52.42	mobiliário em geral		
	Total da Unidade Gestora	2.134.834,34	51.500,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
20001	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1.106.725,00	0,00
20001.20	Agricultura	1.106.725,00	0,00
20001.20.606	Extensão Rural	1.106.725,00	0,00
20001.20.606.02.000034	Programa Porteira Adentro	509.737,17	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	503.737,17	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	6.000,00	0,00
20001.20.606.02.000046	Apoio à Fruticultura	141.375,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	135.875,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.500,00	0,00
20001.20.606.02.000051	Ações de Incentivo à Pecuária	301.972,66	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	296.172,66	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.18	materiais e medicamentos p/uso veterinário		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.40	material biológico		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.74	fretes e transportes de encomendas		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.800,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.38	máquinas, ferramentas e utensílios de oficina		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
20001.20.606.02.000066	Apoio à Olericultura	153.640,17	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	148.140,17	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.24	serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.500,00	0,00
	Total da Unidade Gestora	1.106.725,00	0,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saneamento Básico do Município de Canoinhas

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
21001	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAE	60.940,18	0,00
21001.17	Saneamento	60.940,18	0,00
21001.17.512	Saneamento Básico Urbano	60.940,18	0,00
21001.17.512.02.000068	Manutenção do FUNSAE	60.940,18	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	60.940,18	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.51	materiais para conservação e manutenção de bens de uso comum do povo		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.39.21	manutenção e conservação de estradas e vias		
3.3.90.39.81	serviços bancários		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
	Total da Unidade Gestora	60.940,18	0,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
17001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	37.375.327,61	832.867,59
17001.10	Saúde	37.375.327,61	832.867,59
17001.10.301	Atenção Básica	10.235.423,86	313.085,80
17001.10.301.01.000021	Construções, Ampliações e reformas de Prédios da Saúde	924.500,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	182.800,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	741.700,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.92	instalações incorporáveis ou inerentes ao imóvel		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro		
4.4.90.52.51	peças não incorporáveis a imóveis		
17001.10.301.02.000027	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	1.474.088,65	48.686,35
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.117.088,65	0,00
3.1.90.01.00	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.01.01	proventos - pessoal civil		
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		
3.1.90.05.03	salário-maternidade - pessoal civil		
3.1.90.05.70	Salário-família - ativo pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	48.686,35
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	335.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.03	combustíveis e lub. p/outras finalidades		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.32.02	medicamentos		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.24	serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		
3.3.90.39.57	serviços de processamento de dados		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.74	fretes e transportes de encomendas		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.79	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.30	material de consumo		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
3.3.90.93.03	ajuda de custo		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	22.000,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.92	instalações incorporáveis ou inerentes ao imóvel		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro		
17001.10.301.02.000043	Ações em Prestação de Contas de Convênios	220.610,42	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	220.610,42	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
17001.10.301.02.000044	Publicidade de atos oficiais	46.500,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	46.500,00	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal		
17001.10.301.02.000057	Ações de Atenção Básica	7.359.174,79	264.399,45
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	5.338.164,79	0,00
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.05.01	auxílio-doença - pessoal civil		
3.1.90.05.03	salário-maternidade - pessoal civil		
3.1.90.05.70	Salário-família - ativo pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.01	FGTS		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	264.399,45
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.839.010,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.03	combustíveis e lub. p/outras finalidades		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.09	material farmacológico		
3.3.90.30.10	material odontológico		
3.3.90.30.11	material químico		
3.3.90.30.16	material de expediente		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.17	material de processamento de dados		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.29	material para áudio, vídeo e foto		
3.3.90.30.35	material laboratorial		
3.3.90.30.36	material hospitalar		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.02	medicamentos		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.15	locação de imóveis		
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
3.3.90.93.03	ajuda de custo		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	182.000,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação		
4.4.90.52.08	aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar		
4.4.90.52.10	aparelhos e equipamentos para esportes e diversões		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro		
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
4.4.90.52.38	máquinas, ferramentas e utensílios de oficina		
4.4.90.52.48	veículos diversos		
17001.10.301.02.000063	Ações voltadas à Gestão do SUS	110.550,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	33.000,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	55.550,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	22.000,00	0,00
17001.10.301.03.000015	Reforma, Ampliação e Estruturação da Casa dos Diabéticos	100.000,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	100.000,00	0,00
17001.10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	24.268.255,42	471.448,57
17001.10.302.01.000008	Construção da Policlínica	50.000,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00	0,00
17001.10.302.01.000053	Aquisição de Ambulância e/ou Veículo p/ Transp de Passageiros	179.000,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	179.000,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica		
17001.10.302.01.000109	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o HSCC	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	200.000,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.08	aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar		
17001.10.302.02.000049	Produção MAC - Prestadores SUS	6.984.440,52	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	6.984.440,52	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		
17001.10.302.02.000060	Ações de Média e Alta Complexidade	16.164.814,90	271.448,57
3.1.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	73.018,29	0,00
3.1.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público		
3.1.71.70.00	detalhamento opcional para modalidade de aplicação 71		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	4.346.353,50	0,00
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		
3.1.90.05.01	auxílio-doença - pessoal civil		
3.1.90.05.03	salário-maternidade - pessoal civil		
3.1.90.05.70	Salário-família - ativo pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.01	FGTS		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	219.285,50
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	2.435.400,00	0,00
3.3.50.41.00	Contribuições		
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado		
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais		
3.3.50.43.99	outras subvenções sociais		
3.3.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	0,00	39.544,79
3.3.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público		
3.3.71.70.00	detalhamento opcional para modalidade de aplicação 71		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	8.438.763,43	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.03	combustíveis e lub. p/outras finalidades		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.09	material farmacológico		
3.3.90.30.10	material odontológico		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.02	medicamentos		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita		
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção		
3.3.90.33.01	passagens para o país		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.15	locação de imóveis		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros – pessoa física – pagto antecipado		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.10	locação de imóveis		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.24	serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins		
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		
3.3.90.39.51	serviços de análises e pesquisas científicas		
3.3.90.39.53	serviços de assistência social		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.74	frete e transportes de encomendas		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.47.99	outras obrigações tributárias e contributivas		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais		
3.3.90.91.99	outras sentenças judiciais		
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.30	material de consumo		
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
3.3.90.93.03	ajuda de custo		
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid	849.279,68	0,00
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.93.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	22.000,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		
4.4.90.51.99	outras obras e instalações		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos		
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro		
4.4.90.52.42	mobiliário em geral		
4.4.90.52.57	acessórios para automóveis		
4.6.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	0,00	12.618,28
4.6.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público		
4.6.71.70.00	detalhamento opcional para modalidade de aplicação 71		
17001.10.302.02.000062	Apoio do HSCC	790.000,00	0,00
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	790.000,00	0,00
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais		
3.3.50.43.99	outras subvenções sociais		
17001.10.302.03.000005	Implantação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	50.000,00	0,00





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00	0,00
17001.10.302.03.000006	Construção do CAPS	50.000,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00	0,00
17001.10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.306.125,70	6.987,64
17001.10.303.02.000055	Ações de Assistência Farmacêutica	1.016.460,42	6.987,64
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	136.012,36	0,00
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		
3.1.90.05.01	auxílio-doença - pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	6.987,64
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	874.948,06	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.36	material hospitalar		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.02	medicamentos		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.91.99	outras sentenças judiciais		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.500,00	0,00
17001.10.303.02.000056	Farmácia Popular do Brasil	289.665,28	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	206.085,00	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.01	FGTS		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	67.080,28	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.08	manutenção de software		
3.3.90.39.10	locação de imóveis		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	16.500,00	0,00
17001.10.304	Vigilância Sanitária	648.329,71	17.626,86
17001.10.304.02.000059	Ações de Vigilância em Saúde - VISA	648.329,71	17.626,86
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	499.304,71	0,00
3.1.90.05.00	Outros Benefícios Previdenciários		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.05.01	auxílio-doença - pessoal civil		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	17.626,86
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	108.050,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.35	material laboratorial		
3.3.90.30.36	material hospitalar		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		
3.3.90.39.51	serviços de análises e pesquisas científicas		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.74	frete e transportes de encomendas		
3.3.90.39.78	limpeza e conservação		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.03	ajuda de custo		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	40.975,00	0,00
17001.10.305	Vigilância Epidemiológica	917.192,92	23.718,72
17001.10.305.02.000058	Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP	917.192,92	23.718,72
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	608.672,09	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.11.43	13º salário		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.01	FGTS		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
3.1.90.94.01	indenizações e restituições trabalhistas - ativo civil		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anel

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	23.718,72
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	190.638,02	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.11	material químico		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.18	materiais e medicamentos p/uso veterinário		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.35	material laboratorial		
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		
3.3.90.30.42	ferramentas		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.02	medicamentos		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.69	seguros em geral		
3.3.90.39.72	vale-transporte		
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		
3.3.90.47.10	taxas		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	117.882,81	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto		
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos		
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica		
Total da Unidade Gestora		37.375.327,61	832.867,59

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Canoinhas

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
01001	CAMARA DE VEREADORES	3.785.000,00	65.000,00
01001.01	Legislativa	3.785.000,00	65.000,00
01001.01.032	Controle Externo	3.785.000,00	65.000,00
01001.01.032.02.000001	Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores	3.320.000,00	65.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	2.910.000,00	0,00
3.1.90.01.00	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas		
3.1.90.01.01	proventos - pessoal civil		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.1.90.03.00	Pensões		
3.1.90.03.01	civis		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS		
3.1.91.00.00	Aplic Direta Decorrente de Oper entre Órgãos, Fundos e Entid Integ dos Orç Fiscal e da Seg. Social	0,00	65.000,00
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		
3.1.91.13.03	contribuição patronal para o regime próprio		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	320.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil		
3.3.90.30.00	Material de Consumo		
3.3.90.30.04	gás engarrafado		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação		
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens		
3.3.90.30.16	material de expediente		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha		
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos		
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo		
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - An

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.36.06	serviços técnicos profissionais		
3.3.90.36.07	estagiários		
3.3.90.36.18	manutenção e conservação de equipamentos		
3.3.90.36.27	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra		
3.3.90.37.02	limpeza e conservação		
3.3.90.37.07	estagiários		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
3.3.90.39.08	manutenção de software		
3.3.90.39.11	locação de softwares		
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas		
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências		
3.3.90.39.23	festividades e homenagens		
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral		
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações		
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais		
3.3.90.39.79	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional		
3.3.90.39.81	serviços bancários		
3.3.90.39.88	serviços de publicidade e propaganda		
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.90.92.30	material de consumo		





Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo

Município de CANOINHAS

Competência: 2016

Código	Títulos	Autorizada R\$	
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.02	restituições		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	90.000,00	0,00
01001.01.032.03.000075	Construção da Nova Câmara de Vereadores	465.000,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	465.000,00	0,00
	Total da Unidade Gestora	3.785.000,00	65.000,00
	Total Geral	153.100.484,22	5.346.374,40



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)=(c-b)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	137.017.920,00	137.017.920,00	127.701.933,33	-9.315.986,67
Receitas Correntes (I)	118.473.273,93	118.473.273,93	120.130.319,44	1.657.045,51
Receita Tributária	18.070.800,00	18.070.800,00	17.286.995,49	-783.804,51
Receitas de Contribuições	2.640.000,00	2.640.000,00	4.365.435,57	1.725.435,57
Receita Patrimonial	577.832,36	577.832,36	2.072.311,73	1.494.479,37
Receita Agropecuária				0,00
Receita Industrial				0,00
Receita de Serviços	727.760,00	727.760,00	286.939,80	-440.820,20
Transferências Correntes	94.219.711,57	94.219.711,57	93.079.620,58	-1.140.090,99
Outras Receitas Correntes	2.237.170,00	2.237.170,00	3.039.016,27	801.846,27
Receitas de Capital (II)	18.544.646,07	18.544.646,07	7.571.613,89	-10.973.032,18
Operações de Crédito	7.393.000,00	7.393.000,00	1.888.260,14	-5.504.739,86
Alienação de Bens	320.000,00	320.000,00	289.052,40	-30.947,60
Amortização de Empréstimos				0,00
Transferências de Capital	10.831.646,07	10.831.646,07	5.394.301,35	-5.437.344,72
Outras Receitas de Capital				0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IV)			3.078.636,48	3.078.636,48
SUBTOTAL DAS RECEITAS (V) = (I + II + III + IV)	137.017.920,00	137.017.920,00	130.780.569,81	-6.237.350,19
Operações de Crédito / Refinanciamento (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária				0,00
Contratual				0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária				0,00
Contratual				0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VII = V + VI)	137.017.920,00	137.017.920,00	130.780.569,81	-6.237.350,19
DÉFICIT (VIII)			1.171.016,45	1.171.016,45
TOTAL (IX = VII + VIII)	137.017.920,00	137.017.920,00	131.951.586,26	-5.066.333,74
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para créditos adicionais)		13.167.520,00		
Superávit Financeiro		13.167.520,00		
Reabertura de créditos adicionais				



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	136.951.920,00	155.290.814,87	128.872.949,78	123.532.093,02	122.077.188,23	26.417.865,09
Despesas Correntes (X)	110.909.436,03	122.018.636,75	111.623.833,63	108.696.496,56	107.759.333,89	10.394.803,12
Pessoal e Encargos Sociais	60.828.336,13	63.066.381,84	61.930.445,09	61.910.412,11	61.707.216,12	1.135.936,75
Juros e Encargos da Dívida	496.000,00	296.000,00	223.906,36	223.906,36	223.906,36	72.093,64
Outras Despesas Correntes	49.585.099,90	58.656.254,91	49.469.482,18	46.562.178,09	45.828.211,41	9.186.772,73
Despesas de Capital (XI)	26.042.483,97	33.272.178,12	17.249.116,15	14.835.596,46	14.317.854,34	16.023.061,97
Investimentos	23.942.483,97	30.828.386,87	15.053.010,93	12.639.491,24	12.121.749,12	15.775.375,94
Inversões Financeiras	100.000,00	19.172,97	19.172,97	19.172,97	19.172,97	0,00
Amortização da Dívida(*)	2.000.000,00	2.424.618,28	2.176.932,25	2.176.932,25	2.176.932,25	247.686,03
Reserva de Contingência (XII)	66.000,00	66.000,00				66.000,00
Reserva do RPPS (XIII)	0,00	0,00				0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIV)		3.130.043,75	3.078.636,48	3.078.151,25	2.077.043,02	51.407,27
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XV) = (X + XI + XII + XIII + XIV)	137.017.920,00	158.486.858,62	131.951.586,26	126.610.244,27	124.154.231,25	26.535.272,36
Superávit (XVI)						
TOTAL (XVII = XV + XVI)	137.017.920,00	158.486.858,62	131.951.586,26	126.610.244,27	124.154.231,25	26.535.272,36

(*) Incluída a Amortização da Dívida/Refinanciamento

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
	Despesas Correntes	305.506,58				
Pessoal e Encargos Sociais	217,40	40.007,52	6.402,52	6.402,52	33.822,40	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	305.289,18	4.062.506,54	2.627.888,49	2.625.143,69	1.634.302,02	108.350,01
Despesas de Capital	413.951,32	4.899.766,93	4.715.785,64	4.697.181,02	297.123,08	319.414,15
Investimentos	413.951,32	4.899.766,93	4.715.785,64	4.697.181,02	297.123,08	319.414,15
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	719.457,90	9.002.280,99	7.350.076,65	7.328.727,23	1.965.247,50	427.764,16

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)			
Despesas Correntes	11.399,07	2.389.391,93	2.384.552,95	6.226,38	10.011,67
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	719.569,34	719.569,34	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.399,07	1.669.822,59	1.664.983,61	6.226,38	10.011,67
Despesas de Capital	82.945,36	73.899,63	81.969,76	28.755,85	46.119,38
Investimentos	82.945,36	73.899,63	81.969,76	28.755,85	46.119,38
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	94.344,43	2.463.291,56	2.466.522,71	34.982,23	56.131,05



BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

INGRESSOS

	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	130.780.569,81
Ordinária	66.822.221,87
Vinculada	63.958.347,94
Transferências Financeiras Recebidas (II)	24.029.634,18
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	24.029.634,18
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	
Transferências Recebidas para Aporte de recursos para o RPPS	
Recebimentos Extraorçamentários (III)	23.098.056,87
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	5.341.341,99
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2.456.013,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	15.300.701,86
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	24.899.957,58
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.717.442,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	182.514,66
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	
TOTAL(V) = (I + II + III + IV)	202.808.218,44





BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

DISPÊNDIOS

	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)	131.951.586,26
Ordinária	69.338.526,79
Vinculada	62.613.059,47
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	24.029.634,18
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	24.029.634,18
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	
Transferências Concedidas para Aporte de recursos para o RPPS	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	24.710.202,14
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	7.328.727,23
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	2.466.522,71
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	14.914.952,20
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	22.194.983,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.934.281,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	260.702,01
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	
TOTAL(X) = (VI + VII + VIII + IX)	202.886.405,79





Município de CANOINHAS

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	43.239.503,97
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	20.064.694,70
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	15.069.689,57
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	78.373.888,24
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	00 - Recursos Ordinários	402.737,57
	03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	4.572.376,57
	06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	175.000,11
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	84.518,36
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	2.597.841,82
	09 - FIA Imposto de Renda	98.265,37
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	83.549,64
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	86.171,02
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	441.568,87
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	21.419.004,56
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	4.774.314,94
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	1.722.207,22
	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	385.631,49
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	2.142.132,74
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	1.083.877,79
	36 - Salário-Educação	2.538.874,73
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	1.161.978,87
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	13.519.743,09
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	275.326,60
	42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	162.249,25



**Município de CANOINHAS**

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	859.173,49
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	130.004,01
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.258.014,55
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	70.395,32
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	1.696.771,86
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	1.889.562,56
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	20.790,00
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	12.397,71
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	297.451,65
Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	63.961.931,76
TOTAL GERAL (I + II)	142.335.820,00





Município de CANOINHAS

Deduções da Receita Orçamentária segundo as Fontes de Recurso - Anexo 2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	445.475,81
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	11.003.984,25
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	102.206,31
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	11.551.666,37
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	00 - Recursos Ordinários	157,50
	03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	2.651,57
	06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	527,89
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	37,03
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	37,03
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	172,80
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	3.583,82
	TOTAL GERAL (I + II)	11.555.250,19





Município de CANOINHAS

Despesas Orçamentárias segundo as Fontes de Recurso - Anexo 3 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	42.581.649,53
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	9.328.748,40
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	17.428.128,86
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	69.338.526,79
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	00 - Recursos Ordinários	3.826.172,34
	03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	2.488,37
	06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	197.072,04
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	121.865,69
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	2.458.169,05
	09 - FIA Imposto de Renda	1.061,36
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	113.509,52
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	126.006,44
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	504.476,79
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	21.022.228,43
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	4.774.314,94
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	1.717.972,93
	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	404.625,54
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	2.454.932,83
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	878.533,65
	36 - Salário-Educação	2.891.763,57
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	1.255.142,92
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	12.909.996,97
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	540.281,20
	42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	290.215,64
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	842.366,17



**Município de CANOINHAS**

Despesas Orçamentárias segundo as Fontes de Recurso - Anexo 3 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	135.731,55
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.287.165,73
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	40.570,51
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	1.643.022,42
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	1.888.260,14
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	11.500,00
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	273.612,73
Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	62.613.059,47
TOTAL GERAL (I + II)	131.951.586,26





Município de CANOINHAS

Saldos em espécie do exercício anterior, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4, ao balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	12.802.321,66
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.483.030,43
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	796.082,47
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	15.081.434,56
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	00 - Recursos Ordinários	374.280,94
	06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	75.001,11
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	43.374,21
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	600.922,96
	09 - FIA Imposto de Renda	196.817,78
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	52.376,63
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	100.542,85
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	187.596,69
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	498.827,85
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	140.569,24
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	95.921,89
	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	251.677,26
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.567.091,35
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	506.672,91
	36 - Salário-Educação	726.461,06
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	449.352,03
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	471.526,91
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	287.629,64
	42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	82.919,12
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	429,17
	63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	5.727,54



**Município de CANOINHAS**

SalDOS em espécie do exercício anterior, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4, ao balanço Financeiro

Competência: 06/2016

64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.712.903,17
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	149.381,57
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	403.143,04
80 - Outras Especificações	71.427,24
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	2.269,32
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	16.821,12
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	562.513,10
93 - Outras Receitas Não Primárias	1.830,66
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	9.636.008,36
TOTAL GERAL (I + II)	24.717.442,92



**Município de CANOINHAS**

Saldos em espécie do exercício anterior, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4, ao balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	158.084,34
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.815,26
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	160.899,60
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	00 - Recursos Ordinários	21.615,06
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	21.615,06
	TOTAL GERAL (I + II)	182.514,66





Município de CANOINHAS

Saldos em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	6.763.569,79
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	692.255,33
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	123.888,93
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	7.579.714,05
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	00 - Recursos Ordinários	420.404,47
	03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	4.567.243,55
	06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	64.070,95
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.187,64
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	721.736,15
	09 - FIA Imposto de Renda	498.763,41
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	11.662,46
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	28.998,18
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	158.257,22
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	1.221.768,71
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	138.916,66
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	342.176,48
	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	256.482,35
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.919.971,28
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	525.998,52
	36 - Salário-Educação	388.115,74
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	41.089,74
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	1.210.611,16
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	62.131,74
	42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	115.952,01
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	17.236,49



**Município de CANOINHAS**

Saldos em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	523.972,84
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	77.404,33
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	701.037,90
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	3.571,74
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	20.790,00
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	732,42
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	307.774,90
93 - Outras Receitas Não Primárias	1.508,11
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	14.354.567,15
TOTAL GERAL (I + II)	21.934.281,20



**Município de CANOINHAS**

Saldo em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	236.271,69
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.815,26
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	239.086,95
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	00 - Recursos Ordinários	21.615,06
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	21.615,06
	TOTAL GERAL (I + II)	260.702,01



**Município de CANOINHAS**

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo , coluna saldo em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 6, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.4.0.0.00.00, F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Ordinários (I)	
1.1.4.0.0.00.00, F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	25.936.991,68	PASSIVO CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.934.281,20	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
Créditos a Curto Prazo	3.703.562,56	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo
Créditos Tributários a Receber	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
Clientes		Obrigações Fiscais a Curto Prazo
Créditos de Transferências a Receber	808.445,04	Provisões a Curto Prazo
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		Demais Obrigações a Curto Prazo
Dívida Ativa Tributária	3.802.814,09	
Dívida Ativa Não Tributária		
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	-907.696,57	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	260.832,01	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	
Títulos e valores mobiliários		
Investimento do RPPS		
Aplicações em segmentos de Imóveis		
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporárias		
Estoques	38.315,91	
Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00	





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

ATIVO NÃO CIRCULANTE	125.325.630,68	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Ativo Realizável a Longo Prazo	18.463.609,37	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo
Créditos a Longo Prazo	18.463.609,37	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
Créditos Tributários a Receber		Fornecedores a Longo Prazo
Clientes		Obrigações Fiscais a Longo Prazo
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		Provisões a Longo Prazo
Dívida Ativa Tributária	25.733.356,38	Provisões Matemáticas Previdenciárias
Dívida Ativa Não Tributária	976.296,52	Demais Provisões a Longo Prazo
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-8.246.043,53	Demais Obrigações a Longo Prazo
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		Resultado Diferido
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		
Estoque		
VPD Pagas Antecipadamente		
Investimentos	0,00	
Participações Permanentes	0,00	TOTAL DO PASSIVO
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente		
Propriedades para Investimento		





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

(-) Depreciação acumulada de Investimentos		Patrimônio Social e Capital Social
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento		Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
Investimento do RPPS de Longo Prazo		Reservas de Capital
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS		Ajustes de Avaliação Patrimonial
Demais Investimentos Permanentes		Reservas de Lucros
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais		Demais Reservas
Imobilizado	106.862.021,31	Resultados Acumulados
Bens Móveis	34.560.418,49	Resultado do Exercício
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis	-802.113,17	Resultado de Exercícios Anteriores
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis		Ajustes de exercícios anteriores
Bens Imóveis	73.103.715,99	outros Resultados
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis		(-) Ações/Cotas em Tesouraria
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis		
Intangível		
Diferido		
TOTAL	151.262.622,36	TOTAL





QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
ATIVO	151.262.622,36
ATIVO FINANCEIRO	22.194.983,21
ATIVO PERMANENTE	129.067.639,15
PASSIVO	26.522.753,60
PASSIVO FINANCEIRO	9.524.711,85
PASSIVO PERMANENTE	16.998.041,75
SALDO PATRIMONIAL	124.739.868,76





QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício
Garantias e Contragarantias Recebidas		Garantias e Contragarantias Concedidas	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	23.
Direitos Contratuais	4.123.764,34	Obrigações Contratuais	18.347.
Outros Atos Potenciais Ativos		Outros Atos Potenciais Passivos	
TOTAL	4.123.764,34	TOTAL	18.370.





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

Destinação de Recursos	Superáv Fi
00 - Recursos Ordinários	4.72
01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	18
02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	-69
03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	4.56
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	3
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	55
09 - FIA Imposto de Renda	49
10 - Convênio de Trânsito - Militar	9
11 - Convênio de Trânsito - Civil	2
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	14
18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	43
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	8
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	13
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	43
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	47





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

36 - Salário-Educação	9
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	3
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	27
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	4
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	2
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	1
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	16
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	7
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	10
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	3
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	2
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	18
93 - Outras Receitas Não Primárias	
TOTAL	12.67



Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.691.811,68
Impostos	18.279.985,33
Taxas	2.341.473,88
Contribuição de Melhoria	70.352,47
Contribuições	7.128.390,74
Contribuições Sociais	4.588.134,66
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	
Contribuição de Iluminação Pública	2.540.256,08
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	286.939,80
Venda de Mercadorias	
Venda de Produtos	
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	286.939,80
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.467.667,02
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Juros e Encargos de Mora	530.423,18
Variações Monetárias e Cambiais	
Descontos Financeiros Obtidos	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.937.243,84
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	
Transferências e Delegações Recebidas	128.119.410,81
Transferências Intragovernamentais	24.029.634,18
Transferências Intergovernamentais	104.089.776,63
Transferências das Instituições Privadas	
Transferências das Instituições Multigovernamentais	
Transferências de Consórcios Públicos	
Transferências do Exterior	
Execução orçamentária delegada de Entes	
Transferências de Pessoas Físicas	
Outras Transferências Delegadas Recebidas	
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	492.593,16

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

Reavaliação de Ativos	
Ganhos com Alienação	116.858,90
Ganhos com Incorporação de Ativos	
Ganhos Desincorporação de Passivos	371.293,00
Cancelamento de Restos a Pagar	4.441,26
Reversão da Redução do Valor Recuperável	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	12.101.255,04
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00
Resultado Positivo de Participações	
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	1.096.823,42
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	11.004.431,62
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	171.288.068,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
Pessoal e Encargos	67.603.765,06
Remuneração a Pessoal	55.878.636,23
Encargos Patronais	11.125.991,62
Benefícios a Pessoal	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	599.137,21
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.911.813,15
Aposentadorias e Reformas	2.399.613,11
Pensões	420.630,56
Benefícios de Prestação Continuada	
Benefícios Eventuais	
Políticas Públicas de Transferência de Renda	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	91.569,48
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	44.794.374,04
Uso de Material de Consumo	12.290.393,38
Serviços	31.701.867,49
Depreciação, Amortização e Exaustão	802.113,17
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.833.582,14
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	736.595,84

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

Juros e Encargos de Mora	
Variações Monetárias e Cambiais	926.849,79
Descontos Financeiros Concedidos	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	170.136,51
Transferências e Delegações Concedidas	38.720.839,12
Transferências Intragovernamentais	24.029.634,18
Transferências Intergovernamentais	10.867.714,98
Transferências às Instituições Privadas	3.636.767,27
Transferências às Instituições Multigovernamentais	
Transferências aos Consórcios Públicos	140.722,69
Transferências ao Exterior	
Execução Orçamentária Delegada a Entes	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	46.000,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.839.119,01
Reavaliação, redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	1.839.119,01
Perdas com Alienação	
Perdas Involuntárias	
Incorporação de Passivos	
Desincorporação de Ativos	0,00
Tributárias	1.181.694,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	141.715,54
Contribuições	1.039.979,30
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00
Custo de Mercadorias Vendidas	
Custo de Produtos Vendidos	
Custo de Serviços Prestados	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	289.403,41
Premiações	9.456,99
Resultado Negativo de Participações	
Incentivos	
Subvenções Econômicas	
Participações e Contribuições	
Constituição de Provisões	

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	279.946,42
<hr/>	
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	159.174.590,77
<hr/>	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I -II)	12.113.477,48

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Ingressos	162.744.152,32
Receitas derivadas e originárias	27.050.698,86
Transferências correntes recebidas	96.158.257,06
Outros ingressos operacionais	39.535.196,40
Desembolsos	154.001.922,81
Pessoal e demais despesas	108.911.759,42
Juros e encargos da dívida	223.906,36
Transferências concedidas	5.716.810,29
Outros desembolsos operacionais	39.149.446,74
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</i>	8.742.229,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Ingressos	289.052,40
Alienações de bens	289.052,40
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	
Outros ingressos de Investimentos	
Desembolsos	16.920.072,87
Aquisição de ativo não circulante	16.827.957,11
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00
Outros desembolsos de investimentos	92.115,76
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II)</i>	-16.631.020,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Ingressos	7.282.561,49
Operações de Crédito	1.888.260,14
Integralização do capital social de empresas dependentes	
Transferências de capital recebidas	5.319.732,62
Outros ingressos de financiamentos	74.568,73
Desembolsos	2.176.932,25
Amortização/Refinanciamento da Dívida	2.164.313,97
Outros desembolsos de financiamentos	12.618,28

Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)

5.105.629,24

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	-2.783.161,72
Caixa e Equivalentes de caixa inicial (*)	24.717.442,92
Caixa e Equivalentes de caixa final (**)	21.934.281,20

(*) Incluído os valores referentes aos Investimentos temporários a curto prazo inicial, atributo F

(**) Incluído os valores referentes aos Investimentos temporários a curto prazo final, atributo F



QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	
Receita Tributária	17.286.995,49
Receita de Contribuições	4.365.435,57
Receita Patrimonial	
Receita Agropecuária	
Receita Industrial	
Receita de Serviços	286.939,80
Remuneração das Disponibilidades	2.072.311,73
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3.039.016,27
Total das Receitas Derivadas e Originárias	27.050.698,86



QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	
Intergovernamentais	66.372.244,67
da União	46.672.338,19
de Estados e Distrito Federal	19.562.406,48
de Municípios	137.500,00
Intragovernamentais	3.078.636,48
Outras transferências recebidas	26.707.375,91
Total das Transferências Recebidas	96.158.257,06
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	
Intergovernamentais	0,00
a União	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00
a Municípios	0,00
Intragovernamentais	2.077.043,02
Outras transferências concedidas	3.639.767,27
Total das Transferências Concedidas	5.716.810,29



**QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS
DESPESAS POR FUNÇÃO**

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
Legislativa	3.155.128,25
Judiciária	0,00
Essencial à Justiça	0,00
Administração	10.798.297,70
Defesa Nacional	0,00
Segurança Pública	276.303,17
Relações Exteriores	0,00
Assistência Social	4.390.671,19
Previdência Social	2.488,37
Saúde	28.133.729,53
Trabalho	0,00
Educação	39.896.808,69
Cultura	584.082,00
Direitos da Cidadania	0,00
Urbanismo	12.476.519,97
Habituação	400.966,27
Saneamento	7.870,87
Gestão Ambiental	3.436.767,48
Ciência e Tecnologia	0,00
Agricultura	1.601.637,52
Organização Agrária	0,00
Indústria	0,00
Comércio e Serviços	1.010.300,05
Comunicações	0,00
Energia	0,00
Transporte	0,00
Desporto e Lazer	666.597,05
Encargos Especiais	2.073.591,31
Outras Despesas não identificadas	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	108.911.759,42

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	223.906,36
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00
Despesas com Juros, Correção Monetária e Outros encargos da dívida, não classificados na Função 28	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	223.906,36





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Município de CANOINHAS

Competência: 06/2016

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social e Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros
Saldos iniciais	106.175.637,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de exercícios anteriores					
Aumento de capital	0,00	0,00			
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas					
Juros sobre capital próprio					
Resultado do exercício					
Ajustes de avaliação patrimonial				0,00	
Constituição/Reversão de reservas			0,00		0,00
Outros					
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)					
Saldos finais	106.175.637,95	0,00	0,00	0,00	0,00





PREFEITURA MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Exercício: 2016

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidado

1 - Evidenciação das Políticas Contábeis:

- 1.1** Base Legal: as demonstrações contábeis do exercício de 2016 foram elaboradas conforme a Lei nº 4.320/64, a escrituração observou o elenco de Contas do Tribunal de Contas do Estado do (SC) e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público (Res. CFC nº 1.111/2007), as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP).
- 1.2** Mensuração dos componentes patrimoniais: as demonstrações contábeis foram elaboradas contendo por base, o custo histórico das transações. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas foram ajustados a valor presente.
- 1.3** Regime contábil: o regime contábil das variações patrimoniais utilizado no exercício foram misto (caixa e competência).

2 - Critérios Contábeis e Estimativas Utilizados nas Demonstrações Contábeis:

- 2.1** O valor do orçamento não sofreu atualização monetária da data da elaboração até sua abertura no valor de R\$ 137.017.920,00 nos termos da Lei Orçamentária, Lei nº 5.749/2015.
- 2.2** O valor dos restos a pagar no exercício é composto de R\$ 6.804.366,62 relativos aos efetivos pagamentos e R\$ 1.400.065,61 referentes cancelamentos de restos a pagar.
- 2.3** Os créditos registrados em Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo na Unidade Gestora Prefeitura Municipal (1.1.2.3.3) representam reconhecimento de Créditos à Receber por Competência relacionado aos Recursos para serem utilizados nas escolas pertencentes à rede municipal de ensino, sendo que o financeiro vai ingressar durante o exercício 2017, mas é relativo a Competência de Dezembro 2016, sendo que o mesmo cobre as Despesas Empenhadas por Competência relacionado a Fonte 23200 (Especificação TCE 32) no valor R\$ 58.683,80.
- 2.3.1** Os créditos registrados em Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo na Unidade Gestora Fundo Municipal Saúde (1.1.2.3.3) representam reconhecimento de Créditos à Receber por Competência



relacionado aos Recursos do Fundo a Fundo (SUS-UNIÃO) do Bloco da Média e Alta Complexidade que o financeiro entrará durante o mês de Janeiro do exercício seguinte, mais o valor é relativo a Competência de Dezembro de 2016, sendo que o mesmo cobrirá as Despesas Empenhadas por Competência relacionado a Fonte 23850 (Especificação TCE 38).

2.3.2 Os créditos registrados em Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo na Unidade Gestora Prefeitura Municipal (1.1.2.3.3) representam reconhecimento de Créditos à Receber por Competência relacionado aos Recursos para serem utilizados nas escolas pertencentes à rede municipal de ensino, sendo que o financeiro vai ingressar durante o exercício 2017, mas é relativo a Competência de Dezembro 2016, sendo que o mesmo cobre as Despesas Empenhadas por Competência relacionado a Fonte 26410 (Especificação TCE 64) no valor R\$ 43.356,79.

2.3.3 Os créditos registrados em Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo na Unidade Gestora Prefeitura Municipal (1.1.2.3.3) representam reconhecimento de Créditos à Receber por Competência relacionado aos Recursos para serem utilizados nas escolas pertencentes à rede municipal de ensino, sendo que o financeiro vai ingressar durante o exercício 2017, mas é relativo a Competência de Dezembro 2016, sendo que o mesmo cobre as Despesas Empenhadas por Competência relacionado a Fonte 23200 (Especificação TCE 32) no valor R\$ 663,00.

2.4 Os estoques não foram mensurados no exercício de 2016.

2.5 A Dívida Ativa Tributária no Ativo Circulante foi calculada segundo a média de recebimentos dos últimos três exercícios encerrados somados com os parcelamentos firmados informados pelo Setor de Tributos, e para ajuste para perdas (1.1.2.9.1.04) adotou-se o critério considerando que os processos foram ajuizados dentro do prazo quinquenal previsto em lei; as audiências de conciliação realizada anualmente e através de notificações de débitos o valor estimado de 30% do valor total da dívida.

2.6 A Dívida Ativa no Ativo Não Circulante constitui-se na diferença do total da dívida ativa e aquela cuja expectativa é de realização até o término do exercício seguinte. O ajuste para perdas (1.2.1.1.1.99.05) adotou-se o critério considerando que os processos foram ajuizados dentro do prazo quinquenal previsto em lei; as audiências de conciliações realizadas anualmente e através de notificações de débitos o valor estimado de 30% do valor total da dívida.

2.7 Imobilizado:

2.7.1 Os bens não foram reavaliados no exercício de 2016.

2.7.2 DEPRECIÇÃO – No montante geral não foram realizados as depreciações no exercício de 2016. Foi depreciado somente os bens que foram leiloados.

2.7.3 Os reconhecimentos por competência dos passivos relativos à gratificação natalina, férias, licenças e encargos, foram estimadas tendo por referência os salários dos funcionários do mês de dezembro 2016.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E ORÇAMENTO
Departamento de Leis e Decretos

2.7.4 Referente a indenização do período de estabilidade por gravidez da servidora Comissionada no cargo de Supervisor Nível II responsável pelo Setor de Compras, constamos que embora o Procurador do Município opinou pelo pagamento da indenização do período de estabilidade do contrato de trabalho (mesmo sendo em comissão) até o término da licença maternidade, os Contadores por unanimidade opinaram que a servidora estava em pleno gozo de saúde para continuar a exercer suas funções até o término de sua gestação, pleiteando assim a licença maternidade junto ao INSS. E que se a Nova Administração 2017 à 2020 assim decidisse poderia sim exonerar e indenizar. Este ato dos gestores pode assim ser considerado favorecimento.

Portanto mesmo os Contadores não concordando, os Gestores do Município resolveram pagar às verbas indenizatórias à servidora Comissionada mesmo assim.

Canoinhas/SC, 26/02/2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

DIOGO CARLOS SEIDEL
Sec.Munc.Adm. Finanças e Orç
Administrador – CRA/SC 18.040

CARMEN NOERNBERG
Tesoureira

VANESSA LANGER
Contadora CRCSC- 028524/O-0

JOSE CARLOS HERBST
Contador CRCSC-031639/O-0

TAYNÁ MACHADO
Coord. Controle Interno

Os incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XX são **Facultativos para as contas de 2016.**

ANEXO II

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO (que acompanha a prestação de contas do prefeito)

Conforme prevê a instrução normativa nº TC-0020/2015, art. 7º, II, da Egrégia Corte de Contas do Estado de SC, encaminha-se o Relatório sobre as contas de governo relativamente ao exercício de 2016.

O Controle Interno do município de Canoinhas elaborou o presente relatório, com base nas legislações. De início destaca-se que a responsabilidade pelo sistema de controle interno cabe primeiramente à Administração, cada setor é hierarquicamente responsável e solidariamente pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no Município nos termos do que dispõe § 1º do artigo 74 da Constituição da República Federativa. A responsabilidade da Controladoria do Município reside na coordenação técnica dos setores, entidades e Poderes no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas a observância dos princípios de controle interno o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema (Órgão Colegiado e Unidade Operacional) e a análise dos controles quanto à relação custo-benefício.

Relativamente ao ano de 2016, em cumprimento ao disposto nas legislações acima mencionadas, registramos abaixo os principais atos administrativos e fenômenos econômicos ocorridos nesse período:

I - Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social:

a) Análise da situação Econômica e financeira do Município

Principais indicadores financeiros e econômicos:

1)	Liquidez Financeira	<u>Ativo Financeiro (excluir RPPS)</u> Passivo Financeiro	1,82
2)	Liquidez Corrente	<u>AC- Estoque - Desp. Antec.</u> PC	1,83

3)	% despesa corrente s/ receita corrente	<u>Despesas Correntes</u> Receitas Correntes (excluídos convênios, intra, contribuições RPPS)	0,95
4)	Evolução do PL	<u>PL Final</u> PL Inicial	1,35

1) Liquidez Financeira: Para cada R\$1,00 de obrigações, existem R\$1,82 de disponibilidade para sua quitação.

2) Liquidez Corrente: Para cada R\$1,00 de dívidas de curto prazo, existem R\$1,83 de bens e direitos, assim caso tivesse que cobrir todas as despesas ainda sobrariam recursos.

3) Percentual despesa corrente s/ receita corrente: Demonstra que a receita corrente é superior a despesa corrente, tendo mais receita corrente recebida para cada R\$1,00 de despesa corrente.

4) Demonstrou uma evolução de 35% no Patrimônio Líquido do início do exercício até o final.

b) Análise sobre a situação administrativa

Política de RH:

Conforme Comunicação Interna nº 114/2017, o ponto é controlado nas principais secretarias através do ponto eletrônico utilizando biometria do funcionário, e nas demais unidades o ponto manual. Alguns funcionários participam de treinamento fora do município visando aprimorar conhecimentos na área em que atuam. Existem avaliações de desempenho somente durante o período do estágio probatório. Só há plano de cargos e carreiras na Secretaria Municipal de Educação, o qual foi aprovado através da Lei Complementar nº 38 de 14/11/2011 a qual dispõe sobre o plano de cargos, carreira, salários e remuneração do magistério e dos profissionais da educação do município de Canoinhas estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Condições de trabalho:

Conforme Comunicação Interna nº 08/2017, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), bem como o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); a partir do ano de 2010 até o ano vigente são atualizados anualmente. Tanto os servidores efetivos quanto os servidores celetistas são vinculados aos programas. O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), é fornecido aos servidores que solicitam junto ao Departamento de Pessoal para fins de aposentadoria e/ou desligamento da Prefeitura Municipal. A partir do ano de 2016, através da Lei Municipal nº 54 de 29/04/2016, foi instituído o Instituto Canoinhense de Previdência (ICPREV), onde os

servidores efetivos são vinculados ao mesmo, não sendo mais pelo INSS. Anteriormente à vigência dessa Lei, as Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT) eram emitidas posteriormente ao acidente com servidores efetivos. Os servidores celetistas são vinculados ao sistema do INSS, e em casos de acidentes, serão emitidas as comunicações (CAT).

Processos internos:

Endomarketing: utilizado aplicativo de conversação (spark).

Organização dos processos internos: Comunicação interna, Ofício, Portaria, Decreto.

Governança em tecnologia da informação:

O parque tecnológico da Prefeitura do Município de Canoinhas é composto por computadores, notebooks, impressoras, servidores, nobreaks, equipamento de rede. A área central deste parque tecnológico é o CPD (Centro de Processamento de Dados), nele fica o servidor de domínio, DHCP, DNS, banco de dados dos diversos sistemas, email, firewall. Possuímos softwares de gestão pública, software para liberação de alvará e habite-se de obras e softwares para as diversas áreas. Para a segurança temos um firewall e o servidor com o Active Directory que está configurado para que as contas de usuários comuns não tenham permissões para serem instalados softwares e afins.

A segurança dos prédios, onde funcionam os serviços da Prefeitura, é realizada pela empresa Inviolável Monitoramento Canoinhas Ltda, através de sistema de contratação de seguro, mediante utilização de equipamento eletrônico, veículo automotor tático-móvel e centro de operações.

c) *Análise da atuação da gestão em relação aos aspectos sociais:*

Educação: Alguns indicadores que refletem a atuação do governo na área da Educação perante a sociedade:

IDEB:

	2013 (observado)	2015 (observado)	2015 (meta)
Anos Iniciais	5,4	6,3	5,4
Anos Finais	4,3	5,1	5,1

Comentário: O índice de IDEB atingido em 2015 nas séries iniciais ficou acima do índice da meta, sendo que para séries finais ficou igual ao da meta.

Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA:

Ano	Leitura	Escrita	Matemática
2014	92,8%	87,4%	65,4%

Comentário: Os índices correspondentes a ANA em 2014 foram adequados em 92,8% para a Leitura (considerados os níveis 2, 3 e 4), 87,4% para a Escrita (considerados os níveis 4 e 5) e 65,4% para a Matemática (considerados níveis 3 e 4).

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM):

Ano	IDHM
2000	0,640
2010	0,757

Comentário: O IDHM que avalia a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico da população do município de Canoinhas (considerando Saúde, Educação e Renda) apresentou um aumento, passando de 0,640 no ano 2000, para 0,757 no ano 2010.

Investimento Municipal em Educação: O investimento do município em Educação em 2016 foi de 26,83%, o que está acima do mínimo estipulado que é de 25%.

Meio Ambiente: Paisagismo; Jardinagem; Notificação dos terrenos baldios e mal cuidados; Regin (Sistema de Registro Integrado); Auxílio a cooperativa de reciclagem; Coleta Seletiva de lixo urbano e interior; Certidão de uso do solo; Certidão de sepultamento gratuito; Fiscalização dos cemitérios; Campanha de limpeza dos rios em parceria com o comitê da bacia do rio canoinhas; Campanha de coleta de lixo eletrônico, parceria com GR Soluções Ambientais; Campanha dia da árvore, meio ambiente e água (Palestra em escolas, distribuição de muda de árvores nativas, excursões); Campanha de prevenção contra o mosquito aedes aegypti em parceria com o Exército Brasileiro localizado em Três Barras.

Assistência Social:



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Período 01/2016 a 12/2016

- Indicadores referente à atuação do governo perante a sociedade na Política de Assistência Social

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) é organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado **SUAS – Sistema Único da Assistência Social**, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social. O Órgão Gestor da SEMAS é composto por:

- Recepção;
- Setor Administrativo;
- Setor Cadastro Único;
- Setor de Gestão SUAS/Vigilância Socioassistencial e Gestão do Trabalho;
- Setor Proteção Social Básica;
- Setor Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade);
- Coordenação PETI.

Os setores, serviços e programas que diretamente atendem a população são:

- Setor Cadastro Único;
- Serviço de Proteção Social Básica;
- Serviço de Proteção Social de Média Complexidade;
- Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- Programa de Apoio e Valorização da Terceira Idade

Relação de Indicadores por Setor/Serviço

Setor	Indicador	nº atendimento
Cadastro Único	Nº de famílias cadastradas no CadÚnico	5.253
	Nº de pessoas cadastradas no CadÚnico	15.819
	Nº de famílias beneficiárias do Bolsa Família	1.559
	Nº de atendimentos individuais	347
	Nº cursos para beneficiários do PBF	6
	Nº Visitas Institucionais	37
	Nº Eventos realizados pelo Programa	19

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCE

Rua Felipe Schmidt,10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7771 | E-mail: social@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviços/Benefícios	Indicador	nº atendimento
Serviço de Proteção Básica	Benefícios Eventuais:	
	Nº Cestas Básicas	748
	Nº Auxílio funeral	30
	Nº Auxílio fotos	149
	Nº Passagens	151
	Volume de famílias atendidas pelos	
	Serviço de Proteção Integral a Família (PAIF)	307
	Nº de atendimento Serviço Social SEMAS	646
	Nº passes urbanos concedidos	170
	Nº Carteirinhas Passe Livre para Pessoas com Deficiência	178
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos:	
	Nº de Crianças de 0 a 6 anos atendidas	273
	Nº de adolescentes de 7 a 14 atendidas	1.309
	Nº de adolescentes de 15 a 17 atendidas	299
	Nº de idosos atendidos	483
Nº de Pessoas com Deficiência	1.335	

Serviços	Indicador	nº atendimento
Serviço de Proteção Especial de Média Complexidade	Nº de casos em acompanhamento pelos	
	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e Individuos	353
	Nº crianças e adolescentes vítimas de violência Intrafamiliar	116
	Nº de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual	34
	Nº de crianças e adolescentes vítimas de exploração Sexual	5
	Nº de crianças e adolescentes vítimas de negligência ou abandono	31
	Nº de crianças e adolescentes em situação de trabalho Infantil	12
	Nº de idosos vítimas de violência intrafamiliar	5
	Nº de idosos vítimas de negligência ou abandono	41
	Nº de pessoas com deficiência vítimas de violência Intrafamiliar	2
	Nº de pessoa com deficiência vítima de negligência e abandono	1
	Nº de pessoas em situação de rua atendidas	94
	Nº de novos adolescentes em cumprimento de medidas Socioeducativas PSC/LA	76

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460-000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7771 | E-mail: social@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Serviços	Indicador	nº atendimento
Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Nº de atendimentos no Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes	22
	Nº de atendimentos na Casa de Passagem Nova Canaã	30
	Nº de residentes do Abrigo Institucional Stelitta Pacheco Costa	8

Programa	Indicador	nº atendimento
Programa de Apoio e Valorização da terceira idade - PAVI	Nº de idosos que participam dos 34 grupos convivência comunitária	496

Canoinhas SC 13 de fevereiro de 2017.

Mozara Carvalho Schadeck
MOZARA CARVALHO SCHADECK
Assistente Social
CRESS/SC nº 3163

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460-000 - Santa Catarina
Telefone 47 3621 7771 | E-mail: social@pmc.sc.gov.br



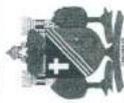
Saúde:**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE SAÚDE****RELATÓRIO DO ANO DE 2016 – TCE IN 20/2015**

O município de Canoinhas possui uma população estimada de 54.296 habitantes IBGE-2015, com área territorial de 1.140,394 km², IDH 0,757 e índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável de 0,715 www.pmc.sc.gov.br. Na área da saúde, conta com 06 Unidades Básicas de Saúde distribuídas nos bairros do município com atendimento diário, 14 Unidades Básicas de Saúde instaladas na região interiorana, com atendimento médico e de enfermagem conforme cronograma semanal. As equipes de Estratégia de Saúde da Família contam com 06 pontos do TELESSAÚDE e 01 ponto da TELEMEDICINA com E-SUS já implantado. A área de abrangência de ESF é de 39% com previsão de ampliação, devido conclusão de 02 Unidades Básicas de Saúde com inauguração prevista para o 2º semestre de 2017 devido à dificuldade de contratação de profissionais, mas com previsão de abertura de concurso público no 1º semestre de 2017.

Com relação aos serviços de saúde, em torno de 40 unidades públicas de saúde constituem a infraestrutura, sendo que, Canoinhas é referência em alguns serviços para os municípios circunvizinhos. Os setores e serviços estruturados para atender a população canoinhense contam com 314 servidores, entre estatutários, celetistas, comissionados, cedidos e estagiários e as Unidades de Saúde são: Clínica da Mulher e da Criança, Policlínica Municipal, CAPS I, APAE, Centro Integrado de Saúde Bucal, Centro de Especialidades Odontológicas CEO II, Farmácia Municipal, Farmácia Popular do Brasil, Setor de Vigilância Sanitária, Laboratório Municipal, Ambulatório de Zoonoses, Ambulatório de Epidemiologia, Setor de Serviço Social, SAMU Unidade de Suporte Básico – USB e SAMU Unidade de Suporte Avançado – USA/SES, Pronto Atendimento Municipal e manutenção do plantão presencial na maternidade do Hospital Santa Cruz de Canoinhas. Implantou programas para garantir a prevenção em saúde: Combate ao Tabagismo, Laborterapia do CAPS, Programa de Acolhimento Psicossocial para Crianças e Adolescentes. Além destes serviços o município conta com frota constituída de 17 veículos, sendo 04 ambulâncias, 03 VANS, 10 veículos passeio para transporte de pacientes do SUS, 03 motos para os agentes de endemias e ainda com serviços terceirizados através de Contratos.

O município de Canoinhas conta com uma sede própria do CAPS inaugurada em 18/06/2016, sede nova da Policlínica Municipal em 24/06/2016 onde funcionam todos os serviços especializados de média complexidade, também nova sede da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24hs inaugurada em 01/07/2016, às demais obras de reformas, ampliações e construções são monitoradas pelo SISMOB.

Os atendimentos durante o ano de 2016 estão distribuídos conforme seguem as tabelas:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE SAÚDE



PRODUÇÃO ANUAL GERAL - POLICLÍNICA
ANO 2016

PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Consultas Programa DST/AIDS (*)	60	115	115	62	104	75	80	129	93	83	74	90	1080
Consultas Programa Tuberculose (*)	7	Férias	9	12	15	4	4	5	100	130	9	31	332
Consultas Programa Hanseníase (*)	12	Férias	3	9	4	3	8	1	14	15	9	8	86
Consultas Programa Diabetes	73	83	83	87	74	102	0	100	168	198	99	97	1.164
Consultas Programa Hipertensão	76	79	79	62	61	98	0	158	5	1	92	64	775
Consultas Cardiologia	142	213	213	216	147	97	130	140	86	120	202	155	1861
Consultas Clínica Cirúrgica	121	99	99	94	97	86	116	162	134	37	83	103	1231
Consultas Dermatologia (*)	0	8	8	0	0	0	35	21	9	3	104	27	215
Consultas Oftalmologia	148	141	141	137	140	122	139	159	232	201	136	154	1850
Atendimento Fonoaudiologia	54	120	120	154	136	164	147	184	183	154	132	141	1.689
Atendimento Psicologia	291	240	244	394	137	396	400	429	462	527	350	352	4.222
Atendimentos Assistentes Sociais	394	396	402	413	418	441	423	537	432	334	543	431	5.164
Atendimentos Farmacêuticos	264	799	910	580	178	227	276	391	406	448	359	440	5.278
Atendimento Nutricionista (*)	39	37	37	45	14	0	0	0	0	0	0	0	172
Sessões de Fisioterapias	343	442	442	493	324	517	200	540	181	139	292	351	4.264
Glicemia capilar	10.351	9.391	9.641	11.462	10.621	11.850	9.475	11.105	9.254	10.340	10.587	10.370	124.447
Pacientes ostomizados	10	15	15	21	7	23	24	17	7	11	13	15	178
Transporte p/a hemodíalise (*)	228	324	288	288	288	300	288	300	288	300	300	290	3.482
Pacientes transportados TFD	461	470	493	550	551	576	996	692	593	561	528	588	7.059
Litros de diesel utilizados no mês	1.259	2.255	2.364	2.092	2.503	1.150	1.681	1.150	1.226	1.626	1.852	1.742	20.900
Litros de gasolina/álcool utilizados no mês	2.901	3.049	3.748	3.587	1.615	3.716	3.213	4.386	3.617	3.617	3.677	3.375	40.501
Receitas atendidas na Farmácia Popular do Brasil	2.031	1.981	1.973	2.055	2.027	3.037	2.152	2.121	2.068	1.784	2.157	2.126	25.512
Receitas de medicamentos atendidas na Farmácia Básica Municipal	3.884	4.018	5.131	4.257	4.531	4.442	4.301	5.113	4.870	4.212	4.556	4.483	53.798

(Handwritten signature)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA DE SAÚDE



Requisições p/a medicamentos liberadas através da SMS	247	342	487	487	433	311	432	125	367	244	220	336	4.031
Eletrocardiogramas	188	195	197	260	22	197	247	273	234	183	230	202	2.428
Exames de mamografias realizados através do SUS	165	90	40	54	110	91	128	82	49	47	151	92	1.099
Litotripsias realizadas pelo SUS	4	3	3	5	3	2	3	2	4	2	6	4	41
Ressonâncias Magnéticas realizadas através do SUS	17	17	17	19	16	18	20	16	19	20	15	18	212
RX realizados através do SUS	774	319	526	485	469	514	420	523	445	508	438	493	5.914
Tomografias computadorizadas realizadas através do SUS	47	29	25	5	45	27	27	27	27	27	28	26	340
Ultrassonografias realizadas através do SUS	180	197	191	201	195	195	177	194	198	196	184	192	2.300
Carteiras de saúde	17	23	487	142	65	33	127	60	34	87	57	103	1.235
Oxigenoterapias/CPAP domiciliar	26	28	25	25	25	25	25	25	25	25	24	25	303
Dermatoscopia	7	8	8	12	12	9	12	21	16	15	5	11	136
Próteses Dentárias	21	20	36	47	49	29	50	32	53	47	48	39	471
TOTAL	27.886	29.102	32.151	32.742	29.453	32.801	29.578	32.989	29.555	29.674	31.663	30.808	322.386

(*)

Salientamos que o Programa de DST/AIDS, Tuberculose e Hanseníase funciona no setor de Epidemiologia que fica no prédio ao lado da Policlínica Municipal, porém, os atendimentos estão compilados na produção da Policlínica.

Com referência aos atendimentos de nutricionista feito somente até maio/2016 a única profissional que tinha pediu exoneração, mas já estamos solicitando a efetivação de outro profissional através do concurso público.

As consultas de dermatologia ficaram zeradas em alguns meses em virtude do profissional estar em licença prêmio, porém os pacientes foram atendidos através do CISMURC - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado.

Com referência ao transporte de pacientes para a hemodiálise são feitos 03 (três) vezes por semana para o município de Mafra/SC onde é a referência do serviço e são geralmente de 22 a 24 pacientes fazendo uso do serviço.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE SAÚDE



PRODUÇÃO ANUAL - ATENÇÃO BÁSICA
ANO 2016

PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Consultas médicos Generalistas nas Unidades Básicas de Saúde	1.146	2.197	2.197	2.307	2.190	2.730	2.320	3.149	2.840	1.579	2.321	2.271	27.247
Consultas médicos Generalistas/ ESF	1.463	1.398	2.041	2.332	2.237	1.997	2.139	2.422	1.920	1.361	2.300	1.965	23.575
Consultas Odontologia/Procedimentos (*)	2.054	2.972	2.485	3.279	597	1.830	2.305	2.007	3.574	2.158	2.134	2.308	27.703
Atendimentos Enfermeiras (*)	2.738	3.131	3.022	3.453	3.461	3.551	3.495	3.449	3.499	3.234	3.719	3.342	40.094
Administração de medicamentos	4.071	3.281	3.228	4.796	10.521	3.037	3.172	2.128	4.895	3.430	4.494	4.276	51.329
Aferições de pressão arterial	7.038	7.363	8.831	9.319	9.793	5.997	7.792	9.190	9.495	9.518	8.443	8.434	101.213
Inalações	63	29	64	90	124	215	65	111	103	72	45	89	1.070
Procedimentos cirúrgicos/curativos ambulatoriais (*)	385	540	656	560	679	455	419	455	364	426	476	492	5.907
Visita domiciliar nas UBS e CAPS (Enfermeira, Psicóloga, Técnica de Enfermagem e Assistente Social)	36	101	91	63	238	48	103	80	63	96	364	117	1.400
Visita domiciliar Agentes da Dengue	196	227	227	104	192	221	348	265	212	246	313	232	2.783
Visitas domiciliares ESF/Agentes Comunitários de Saúde	1.687	2.182	3.736	3.755	3.420	3.869	3.400	3.447	3.848	3.538	3.231	3.283	39.396
Visitas domiciliar enfermeiras ESF	56	125	137	169	117	89	96	127	75	110	112	110	1.323
Visitas domiciliar médicos ESF	84	82	118	80	81	109	107	112	133	123	111	107	1.247
Visitas dos técnicos de enfermagem ESF	161	111	207	248	186	377	222	216	187	202	220	212	2.549
Oxigenoterapias/CPAP domiciliar	26	28	25	25	25	25	25	25	25	25	25	24	303
Testes rápidos	250	59	94	97	87	102	78	129	111	107	148	115	1.377
TOTAL	16.277	17.183	20.996	23.385	29.211	18.816	19.867	21.401	23.907	20.407	22.126	21.236	328.516

[Assinatura]

Nos procedimentos odontológicos estão computados os do CIBS – Centro Integrado de Saúde Bucal e CEO – Centro de Especialidades Odontológicas.

Os atendimentos de enfermeiras (os) estão compilados todos da Atenção Básica junto com os da Policlínica Municipal.

[Assinatura]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE SAÚDE



Os procedimentos de curativos também estão compilados juntos os da Atenção Básica, Clínica da Mulher e da Criança e Policlínica Municipal.

PRODUÇÃO ANUAL - CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA – ANO 2016

PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Consultas Ginecologia	202	63	63	81	64	61	145	189	0	0	155	114	1.137
Consultas Pediatria	202	292	172	262	27	198	397	418	221	221	236	241	2887
Consultas Pré-natal	148	115	115	126	151	147	212	236	112	160	132	150	1804
Coletas preventivo câncer do colo de útero	414	589	630	617	387	447	370	633	582	519	612	527	6.327
Teste do pezinho	67	37	55	47	51	55	59	37	44	37	56	50	595
Exames laboratoriais (*)	10.901	10.498	11.102	11.545	10.790	10.976	10.627	10.522	10.245	10.338	11.561	10.828	129.933
Exames de mamografias realizados através do SUS	165	90	40	54	110	91	128	82	49	47	151	92	1.099
Pacientes atendidos no Programa SISVAN	234	269	222	348	154	85	63	218	214	209	191	201	2.408
Vacinas	1.591	1.373	591	1.164	1.550	490	435	490	574	1.043	1.494	981	11.776
TOTAL	13.924	13.326	12.990	14.244	13.284	12.550	12.436	12.825	12.041	12.574	14.588	13.184	157.966

(*)

Em relação aos exames laboratoriais estarem dentro da produção da Clínica da Mulher e da Criança é porque o Laboratório Municipal funciona dentro da Clínica.






PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE SAÚDE

PRODUÇÃO ANUAL - UPA E SAMU
ANO 2016

PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Atendimentos Pré-hospitalar (*)	189	204	219	215	185	206	181	204	206	189	185	198	2.381
Consultas médica urgência/emergência - PAM	3.080	2.830	2.830	3.329	3.010	2.507	3.257	2.574	2.467	3.567	2.927	2.943	35.321
Pacientes em observação até 24h PAM	987	1.003	1.003	814	905	790	799	744	730	899	718	854	10.246
TOTAL	4.256	4.037	4.052	4.358	4.100	3.503	4.237	3.522	3.403	4.655	3.830	3.995	47.948

(*) Os atendimentos do SAMU estão computados dentro da UPA.

PRODUÇÃO ANUAL - CAPS
ANO 2016

PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Consulta médica em Saúde Mental	342	386	403	409	440	422	419	424	442	414	402	410	4.913
Pacientes q/ frequentaram terapias/grupos/oficinas	1.100	1.109	1.112	1.119	1.123	1.133	1.131	1.283	1.213	1.465	1.246	1.185	14.219
Internamentos psiquiátricos através de AIH's	7	8	10	10	8	7	9	8	7	6	59	13	152
Internamentos psiquiátricos/convenios	7	8	8	8	8	8	8	7	11	7	8	8	96
Refeições pacientes CAPS café/almoço/lanche	2.478	2.492	2.514	2.514	2.549	2.554	2.528	2.565	2.597	2.587	2.481	2.533	30.392
TOTAL	3.592	3.617	3.644	3.651	3.688	3.702	3.676	3.863	3.828	4.065	3.794	3.739	49.772

(Handwritten signatures)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE SAÚDE



Atualmente uma das dificuldades do município é a manutenção dos serviços, visto que, os repasses do Ministério da Saúde estão vinculados ao valor da tabela SUS, onde o valor é muito baixo e desta forma se torna insuficiente para custeio das despesas gerais dos serviços.

Neste sentido ressaltamos a importância do CISAMURC – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado como rede de serviço complementar, para darmos conta da demanda apresentada de consultas, exames e procedimentos que não temos pelo SUS e na PPI – Programação Pactuada Integrada a oferta não é suficiente e alguns não estão disponíveis.

No decorrer do ano de 2016 foram feitas 16.152 autorizações pelo CISAMURC, sendo que, desse total 6.196 foram consultas (cancerologia, cirurgia geral, neurologia, neurocirurgia, oftalmologia, ortopedia, ginecologia, otorrinolaringologia, cardiologia, dermatologia e urologia).

Os demais procedimentos e exames de média e alta complexidade somaram 9.956 sendo (angiogramografia, audiometria, colonoscopia, endoscopia, ecobiometria, ecocardiograma, impedanciometria, paquimetria, ressonância magnética e tomografia para pacientes especiais, teste ergométrico, ultrassonografia, eletroencefalograma, holter 24hs, logoaudiometria, mapeamento cerebral, escanometria, gasometria, videolaringoscopia, videonasofibroscopia, otoemissão acústica, anestesia e contraste de tomos e RNM para crianças), salientando que nosso município não dispõe na rede SUS.

É relevante citar que o Conselho Municipal de Saúde está constituído conforme prevê a legislação do SUS, acompanha e fiscaliza a aplicação dos recursos em saúde no município, porém, em 2015 esteve fragilizado devido à desistência de 03 (três) Entidades sendo assim, foi realizado o V Fórum da Saúde em 2016 para eleição do Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Locais de Saúde dos bairros Industrial I e Campo da Água Verde.

Os Relatórios Quadrimestrais de Gestão (RQG) e Relatório Anual de Gestão (RAG) são construídos por uma equipe de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Controle e Avaliação, Auditoria, Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, todos comprometidos com as informações, análises e considerações neles inseridos.

Considerando a Legislação que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) partindo da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 8080 de 1990, da Lei nº 8142 de 1990, da Lei



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE SAÚDE



Complementar nº 141 de 2012 e conforme Resolução do Tribunal de Contas, N.TC-16/1994 e conforme acesso as cartas geradas através do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) bimestralmente, informando índices na aplicação em ações e serviços públicos de saúde em Canoinhas, no exercício de 2016 no primeiro quadrimestre atingiu 23,92%, no segundo quadrimestre 25,78% e no terceiro quadrimestre atingiu 24,49% dentro da legalidade.

A apresentação da Prestação de Contas do exercício de 2016 foi realizada junto à Prestação de Contas Gerais da Prefeitura, na Câmara Municipal de Vereadores, através de Audiência Pública no dia 24 de fevereiro de 2017.

Canoinhas, 16 de março de 2017.

ZENICI DREHER HERBST
Assistente Social CRESS/SC 3114
Gestão da Saúde

DIRAZÉLI DO PRADO
Assistente Social CRESS/SC 2669
Especialista em Gestão Pública/Controle Interno

IX - Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:

a) Despesas com pessoal e operações de crédito e endividamento:

Limites	Limite % LRF s/ RCL	% Realizado	% Diferenças
Despesas com Pessoal	60%	52,94%	7,06%
Poder Executivo	54%	50,50%	3,50%
Poder Legislativo	6%	2,44%	3,56%
Dívida Consolidada Líquida	120%	(8,58)%	111,42%
Operações de Crédito	16%	1,35%	14,65%

Os gastos com pessoal dos últimos doze meses do Poder Executivo, posição no exercício de 2016, conforme Anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”), somaram respectivamente, R\$ 60.891.786,91, equivalente a 50,50% da Receita Corrente Líquida no montante de R\$ 120.574.269,28, portanto, abaixo do limite global de 54%. Igualmente o índice do Poder Legislativo se demonstrando abaixo do limite máximo de 6%, indicando um percentual de 2,44% para o exercício de 2016.

Conforme Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal (LRF, art. 55, inciso I, alínea “b”) a Dívida Consolidada Líquida registra um valor de R\$ (10.339.951,69), equivalente a (8,58)% da receita corrente líquida, onde, o limite definido por resolução do Senado Federal é de 120% sobre a receita corrente líquida.

Com base no Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal (LRF, art. 55, inciso I, alínea “d”) as operações de crédito realizadas pelo município no ano de 2016 atingiram o valor de 1.623.232,63 que representaram 1,35% da receita corrente líquida, demonstrando-se bem inferior ao limite geral definido pelo Senado Federal de 16% sobre a receita corrente líquida.

b) Demonstrativo das metas fiscais, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:

ESPECIFICAÇÃO	20		
	Fixadas na LDO	Execução	Diferenças
Receita Total	137.017.920,00	130.780.569,81	6.237.350,19
Receitas Primárias (I)	127.394.087,64	126.668.851,06	725.236,58
Despesa Total	137.017.920,00	131.951.586,26	5.066.333,74
Despesas Primárias (II)	134.521.920,00	124.209.405,66	10.312.514,34
Resultado Primário (III) = (I – II)	(2.604.432,94)	(2.881.896,59)	(277.463,65)
Resultado Nominal	2.300.000,00	4.792.309,04	(2.492.309,04)
Dívida Pública Consolidada	3.000.000,00	9.082.451,08	(6.082.451,08)
Dívida Consolidada Líquida	1.000.000,00	(10.339.951,69)	(9.339.951,69)

Em relação à meta de arrecadação o município atingiu 95,45% do total previsto de 137.017.920,00, sendo este fato oriundo da meta prevista com arrecadação de receitas de capital, onde diversos convênios firmados para com a União e o Estado de Santa Catarina acabaram por não ter seus recursos repassados, bem como, grande monta estava prevista para a execução de obras a serem realizadas com recursos de operações de créditos, estas que não ocorreram em sua integralidade, inviabilizando os repasses, no exercício, por parte da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC.

No confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada, deve ser considerado que no montante das despesas há uma parcela significativa empenhada com superávit de exercícios anteriores, assim, demonstrando que a receita arrecadada mais o superávit de exercícios anteriores, suportam as despesas empenhadas no exercício de 2016.

A estratégia adotada pela administração reflete a necessidade do controle rigoroso das finanças municipais de forma a não haver descompasso entre a receita e a despesa, e ao mesmo tempo garantir investimentos crescentes em infraestrutura.

O resultado primário ficou próximo da meta estipulada na LDO, entretanto o impacto financeiro negativo deve-se principalmente as receitas de capital em relação às despesas de capital. Conforme o Anexo 5 do RREO (LRF, art. 53, inciso III) o resultado nominal foi de 4.792.309,04 diante da meta indicada na LDO de 2.300.000,00, onde se percebe uma disponibilidade de 19.422.402,77 para uma dívida de 9.082.451,08.

Segundo Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal (LRF, art. 55, inciso I, alínea “b”) no exercício de 2016 a dívida consolidada do Município representa 7,53% da receita corrente líquida enquanto a Dívida Consolidada Líquida representa (8,58)%, entretanto, o relatório indica que o Município tem uma disponibilidade de caixa de 19.422.402,77 para cobrir a referida dívida.

X – Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal e Art.; do ADCT:

O Município elaborou os seus demonstrativos sobre a aplicação de 24,49% da receita resultante de impostos e transferências em saúde, visto o mínimo de 15% exigido, pode-se verificar que o município cumpriu com os índices da saúde no exercício de 2016.

Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, do mínimo de 25% exigido, somaram no exercício de 2016 o equivalente a 26,83% das receitas resultantes de impostos.

O município aplicou 80,26% das receitas do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério, do mínimo exigido de 60% em efetivo exercício e do

máximo de 40% em Despesa com MDE que não remuneração somou no exercício de 2016 o valor de 18,23%.

Também quanto à aplicação dos recursos do FUNDEB, houve um superávit financeiro na ordem de R\$396.776,13, onde o máximo permitido de 5% não Aplicado no Exercício de 2016 foi de 1,51%.

Analisando pode-se verificar que o município cumpriu com os índices da educação no exercício de 2016.

XVII - Relação de convênios com União e Estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:

RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM A UNIÃO E ESTADO - CONSOLIDADO (Anexo II, Item XVII)									
Ente Federativo	Órgão/Entidade concedente	Número do Convênio	Data Assinatura	Valor Previsto para o Convênio	Valor Previsto para o Exercício	Valor Recebido	Valor a Receber	Exercício:	2016
								Despesas Liquidadas	Restos a Pagar decorrentes do Convênio
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	17.225/2011-8	07/12/2011	R\$ 1.249.500,00	R\$ -	R\$ 952.061,20	R\$ 424.800,00	R\$ 932.157,86	R\$ -
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	2014TR002053	17/06/2014	R\$ 2.846.364,78	R\$ 638.545,90	R\$ 2.846.364,78	R\$ -	R\$ 2.772.657,14	R\$ -
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	2015TR001088	13/08/2015	R\$ 1.073.132,85	R\$ -	R\$ 1.073.132,85	R\$ -	R\$ 810.027,57	R\$ -
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	2015TR001436	30/09/2015	R\$ 360.401,91	R\$ -	R\$ 360.401,91	R\$ -	R\$ 332.396,06	R\$ -
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	2015TR001836	17/11/2015	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ 200.000,00	R\$ -
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	2016TR000642	27/04/2016	R\$ 47.486,00	R\$ 47.486,00	R\$ 47.486,00	R\$ -	R\$ 47.486,00	R\$ -
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	2016TR000645	27/04/2016	R\$ 132.500,00	R\$ 132.500,00	R\$ 132.500,00	R\$ -	R\$ 132.500,00	R\$ -
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	2016TR000649	28/04/2016	R\$ 86.213,54	R\$ 42.856,76	R\$ 42.856,76	R\$ 43.356,78	R\$ 42.856,75	R\$ -
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	2016TR000643	27/04/2016	R\$ 67.094,88	R\$ 49.595,32	R\$ 49.595,32	R\$ 17.499,56	R\$ 45.465,03	R\$ -
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	2016TR000648	28/04/2016	R\$ 67.803,95	R\$ 67.803,95	R\$ 67.803,95	R\$ -	R\$ 67.803,95	R\$ -
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	2016TR001142	14/06/2016	R\$ 303.420,06	R\$ 13.519,67	R\$ 13.519,67	R\$ 289.900,39	R\$ 13.519,67	R\$ -
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	2016TR001143	14/06/2016	R\$ 50.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ -
ESTADUAL	ESTADO DE SANTA CATARINA	2016TR01446	22/06/2016	R\$ 128.000,00	R\$ 128.000,00	R\$ 128.000,00	R\$ -	R\$ 128.000,00	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	757374/2011	26/12/2011	R\$ 489.130,43	R\$ -	R\$ 489.130,43	R\$ -	R\$ 463.716,84	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	774677/2012	28/12/2012	R\$ 459.200,00	R\$ -	R\$ 450.000,00	R\$ 9.200,00	R\$ 200.169,02	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DAS CIDADES	790328/2013	21/11/2013	R\$ 493.100,00	R\$ 246.500,00	R\$ 493.100,00	R\$ -	R\$ 418.213,28	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DO TURISMO	799556/2013	31/12/2013	R\$ 1.063.141,43	R\$ 665.815,49	R\$ 1.011.153,51	R\$ 51.987,92	R\$ 1.000.349,70	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DAS CIDADES	804303/2014	25/11/2014	R\$ 398.181,82	R\$ 197.100,00	R\$ 397.735,65	R\$ 446,17	R\$ 340.778,25	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DAS CIDADES	804347/2014	25/11/2014	R\$ 245.981,00		R\$ 245.470,45	R\$ 510,55	R\$ 195.453,26	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	818049/2015	23/12/2015	R\$ 505.050,51	R\$ -	R\$ 500.000,00	R\$ 5.050,51	R\$ -	R\$ -
FEDERAL	MAPA	818160/2015	23/12/2015	R\$ 107.545,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 7.545,00	R\$ -	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DAS CIDADES	821284/2015	30/12/2015	R\$ 353.090,79	R\$ 172.375,00	R\$ 174.568,40	R\$ 178.522,39	R\$ 63.946,10	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DAS CIDADES	828458/2016	20/09/2016	R\$ 347.216,88	R\$ -	R\$ -	R\$ 347.216,88	R\$ -	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DAS CIDADES	829113/2016	08/08/2016	R\$ 283.574,88	R\$ -	R\$ 122.925,00	R\$ 160.649,88	R\$ -	R\$ -
FEDERAL	MAPA	833077/2016	08/08/2016	R\$ 104.887,99	R\$ 97.500,00	R\$ 104.887,99	R\$ -	R\$ 104.887,99	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	TC PAR 19670/2013	01/12/2013	R\$ 942.876,94	R\$ -	R\$ 358.293,24	R\$ 584.583,70	R\$ 188.575,39	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	TC PAR 19668/2013	01/12/2013	R\$ 942.876,94	R\$ -	R\$ 405.437,09	R\$ 537.439,85	R\$ 405.416,55	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	TC PAR 201300420	18/10/2016	R\$ 66.812,70	R\$ -	R\$ 66.812,70	R\$ -	R\$ 57.583,47	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	TC PAR 32290/2014	01/07/2014	R\$ 944.126,94	R\$ -	R\$ 915.803,14	R\$ 28.323,80	R\$ 851.675,60	R\$ -
FEDERAL	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	TC PAR 201404452	01/07/2014	R\$ 481.168,18	R\$ -	R\$ 481.168,18	R\$ -	R\$ 491.940,78	R\$ -
Total				R\$ 14.839.880,40	R\$ 2.819.598,09	R\$ 12.250.208,22	R\$ 2.717.033,38	R\$ 10.327.576,26	R\$ -

Só estão registrados no ativo circulante do município os convênios que já foram empenhados e passaram em restos a pagar para o exercício seguinte sem cobertura financeira. Assim, especificamente na fonte do convênio, o não recebimento de

determinados convênios refletiu na situação financeira do município, porém na visão geral financeira o município detém recursos para comportar esse atraso nas parcelas de recursos de certos convênios.

XVIII - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho: não houve valores.

XIX - Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:

Exercício:	2013	Processo:	PCP-14/00105134
Administrador:	Luiz Alberto R. Faria (Prefeito) / Argos José Burgardt (Secretario de Administração)		

Ressalva ou Recomendação:

RESTRICÇÕES DE ORDEM LEGAL

Aplicação parcial no valor de R\$ 13.574,89, no primeiro trimestre de 2013, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de R\$ 42.825,62, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

Despesas inscritas em Restos a Pagar com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de R\$ 184.693,65, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64.

Despesas empenhadas (R\$ 20.119.624,11) na Especificação da Fonte de Recursos do FUNDEB (FR 18 E 19) em montante superior aos recursos auferidos no exercício (R\$ 19.620.912,28), na ordem de R\$ 498.711,83, em desacordo com os artigos 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c o artigo 50, I, do mesmo diploma legal;

Divergência, no valor de R\$ 3.940,73, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 201.554,18) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 180.930,09), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 16.683,36, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64.

Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010.

RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013.

Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013.

Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013.

Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013.

Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013.

Diante da Restrição de Ordem Legal apurada, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por: RECOMENDAR à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório.

Providências adotadas:

Conforme Secretaria da Administração em relação às recomendações, foram efetuadas melhorias nos processos, visando à adequação dos elementos apontados, assim, buscando evitar a reincidência dos fatos.

Exercício:	2014	Processo:	PCP-15/00076713
Administrador:	Luiz Alberto R. Faria (Prefeito) / Argos José Burgardt (Secretario de Administração)		

Ressalva ou Recomendação:

RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

Divergência, no valor de R\$ 11.993,99, entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 18.776.974,90) e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, (R\$ 106.175.637,95), deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (R\$ 87.410.657,04), referente baixa de bens patrimoniais, em afronta aos artigos 104 e 105 da Lei nº 4.320/64.

Divergência, no valor de R\$ 59.024,06, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 11.929.761,85) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 11.988.785,91), decorrente de saldo de exercício anterior, caracterizando afronta aos artigos 85 e 105 da referida Lei.

Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010.

Contabilização indevida de Receitas de Capital como Receitas Correntes, no valor de R\$ 550.244,92, resultando num aumento aparente da Receita Corrente Líquida e conseqüentemente redução no percentual dos gastos de pessoal do período, evidenciando inconsistência dos registros contábeis e ausência de transparência na gestão pública, em desacordo aos artigos 1º, § 1º e 2º, IV da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF e artigos 11 e 85 da Lei federal nº 4.320/64.

Registro indevido no grupo de Restos a Pagar Processados na Especificação de Fontes de Recursos FR 60 (- R\$7.434,34); com saldo devedor, em desacordo com o § 3º do art. 105, c/c art. 85 da Lei nº 4.320/64.

Diante das Restrições de Ordem Legal apuradas, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por: RECOMENDAR à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório.

Providências adotadas:



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Ofício nº 596/2016/SMAFO

Canoinhas (SC), 16 de Junho de 2016.

**Excelentíssimo Senhor
Célio Galeski
MD. Presidente da Câmara de Vereadores
Canoinhas/SC**

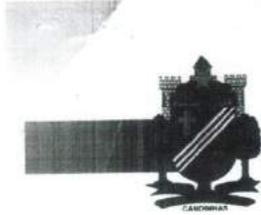
Prezado Presidente:

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para prestar esclarecimentos referente ao Ofício nº111/2016, oriundo da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, desta egrégia Casa de Leis:

- a) 6.1.1.1. A divergência no valor de R\$11.993,99 entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais e o Saldo Patrimonial do Exercício Corrente, apurado no Balanço Patrimonial, encontra-se na Câmara de Vereadores e não na Prefeitura, Fundos ou Fundações, conforme demonstrativos no Anexo I;
- 6.1.1.2. A divergência apontada no Processo nº PCP -15/00076713 do Exercício de 2.014 da Unidade Gestora Prefeitura M. Canoinhas, observou-se que o valor de R\$59.024,06 refere-se a conta de Fornecedores (Despesa do Exercício), assim discriminadas na Conta do Passivo 212110100 no Balancete de Verificação. Atribuimos esta diferença à problemas de compilação dos dados/formação dos balanços, haja vista que os valores estão expressos no Balancete de verificação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme Anexo II;
- b) 6.1.1.3. Tais exigências fazem menção ao ano de 2.014 sendo que, desde então, foram realizadas diversas adequações ao Portal da Transparência, conforme Demonstrativos de Execução de Despesas no Anexo III;
- c) 6.1.1.4. As adequações foram realizadas, conforme Demonstrativos no Anexo IV;

Prefeitura de Canoinhas
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89160-000 - Santa Catarina
Telefone: (51) 3621-7211 E-mail: administração@pmc.sc.gov.br

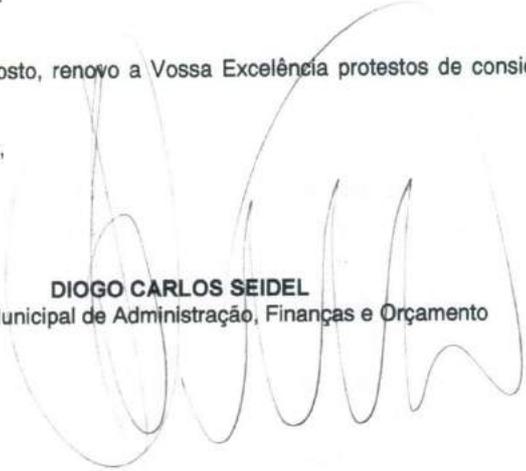


Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

6.1.1.5. Tais diferenças inexistem quando da análise dos relatórios da contabilidade, apontando provável erro no processamento do TCE SC, pois de acordo com os Demonstrativos no Anexo V, nota-se superávit no referido ano.

Restrito ao exposto, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,


DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Exercício:	2015	Processo:	PCP-16/00137200
Administrador:	Luiz Alberto R. Faria (Prefeito) / Argos José Burgardt (Secretario de Administração)		

Ressalva ou Recomendação:

RESTRICÇÕES DE ORDEM LEGAL

Divergência, no valor de R\$ 340,75, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 1.983.463,93) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 168.595,76), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 1.814.527,42, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64.

Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no(s) artigo 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010.

Diante da Restrição de Ordem Legal apurada, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por: RECOMENDAR à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório.

Providências adotadas:

Conforme Secretaria da Administração as recomendações estão sendo verificadas e as medidas de correção providenciadas.

XXI – Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

Lei municipal nº		5191 de 23/06/2015		
Metas PNE	Metas PEE	Situação do Município	Meta PME	Avaliação da meta
1	1	Atingiu 88,5%	1	Não atingiu 100% da meta.
2	2	Atingiu 96,41%	2	Não atingiu 100% da meta.

1 - De acordo com a Resolução nº 005/2016.

CME – Prevê a data corte de matrículas até 31/03 – que desobriga a matrícula.

- não houve crescimento de matrícula na área rural, devido à falta de subsídio financeiro federal.

- não há demanda reprimida registrada para essa faixa etária, porém no IBGE/2010 consta existência de crianças.

2 – Não existe comprovação de crianças fora da escola.

XXII - outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas.

Conforme informação do Secretário Municipal de Administração Finanças e Orçamento do ano de 2016, não houveram outras informações solicitadas.

PARECER CONCLUSIVO

Em cumprimento ao disposto na Lei n. 11.494 de 20 de junho de 2007, artigo 27 e pela Lei Municipal 4.219 de 19 de setembro de 2007, em seu artigo 2º inciso IV, este conselho reuniu-se nesta data para analisar a Prestação de Contas dos recursos recebidos do FUNDEB, no exercício financeiro de 2016.

Foram analisados por este conselho, sob a minha presidência os documentos apresentados pela Secretária de Administração, Finanças e Orçamento, da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Desta análise obtivemos a constatação de que o FUNDEB teve como receita durante o período em análise a quantia de R\$ 26.105.222,68 (vinte e seis milhões, cento e cinco mil, duzentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos), tendo uma aplicação financeira de R\$ 88.096,82 (oitenta e oito mil, noventa e seis reais e oitenta e dois centavos), totalizando a receita de 26.193.319,50 (vinte e seis milhões, cento e noventa e três mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta centavos), como superávit reprogramado de 2015 para o ano de 2016 o valor de R\$ 36.408,08 (trinta e seis mil, quatrocentos e oito reais e oito centavos).

As despesas empenhadas com recursos do FUNDEB e aplicação financeira totalizaram R\$ 25.796.543,37 (vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos), as despesas liquidadas totalizaram R\$ 25.796.543,37 (vinte e cinco milhões,

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Sendo assim, após a análise dos dados e dos esclarecimentos das dúvidas realizada pelo Contador responsável, o Conselho verificou a regularidade das contas, decidindo por **APROVAR** a Prestação de Contas dos recursos que a Prefeitura Municipal de Canoinhas-SC recebeu do FUNDEB no exercício financeiro de 2016.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Canoinhas, sexta-feira, 24 de fevereiro de 2017.



Silvia Wiczorkiewicz – Presidente



Adenise Cantoviski – Secretária do Conselho



Rosimari Cubas Blaka – Membro



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO**

Canoinhas, 23 de Fevereiro de 2017.

COMUNICAÇÃO INTERNA N.º 017/2017

DO: SETOR DE TRIBUTAÇÃO

PARA: DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

ASSUNTO: RESP. AO OFICIO 1.815/2017 TC/DMU

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio desta, em resposta ao Ofício Circular TC/DMU n.º 1.815/2017, o qual solicita as seguintes informações item:

*B) Contabilização do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de 2017
B.1) Informar nos termos do quadro abaixo a contabilização referente ao IPTU de 2017 que foi recebido em 2016 e registrado como receita orçamentária.
Informar que "Não há valores a informar".*

Atenciosamente.

Roberto J. Ludka

ROBERTO IVAN LUDKA
Diretor De Tributos

A) Realização de despesas de competência do exercício de 2016, do PODER EXECUTIVO, separando por Unidade Gestora: Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias

A.1) Remeter relação de despesas LIQUIDADAS e **não empenhadas** (inclusive a Parte Patronal do Regime Geral ou Regime Próprio de Previdência, com ou sem termo de parcelamento) de competência do exercício de 2016, em ordem cronológica de data de liquidação, totalizando por fonte de recursos, conforme quadro a seguir:

N.º DO EMPENHO DA DESPESA*	CREDOR	N.º COMPROVANTE DA DESPESA	DATA DA LIQUIDAÇÃO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA DESPESA	CÓDIGO DA FONTE DE RECURSOS (utilizar a tabela de fonte do TCE/SC)	VALOR DAS DESPESAS NÃO EMPENHADAS
-	-	-	-	-	-	Não há valores a informar.

A.2) Remeter relação de despesas LIQUIDADAS e **empenhadas** (inclusive a Parte Patronal do Regime Geral ou Regime Próprio de Previdência, com ou sem termo de parcelamento) de competência do exercício de 2016, **que foram canceladas e conseqüentemente não inscritas em Restos a Pagar ao final do exercício**, em ordem cronológica de data de empenho, totalizando por fonte de recursos, conforme quadro a seguir:

Nº DO EMPENHO DA DESPESA	DATA DA EMISSÃO	DATA DO CANCELAMENTO	ELEMENTO DE DESPESA	CÓDIGO DA FONTE DE RECURSOS (utilizar a tabela de fonte do TCE)	VALOR DAS DESPESAS EMPENHADAS E CANCELADAS
-	-	-	-	-	Não há valores a informar

B) Contabilização do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de 2017

B.1) Informar nos termos do quadro abaixo a contabilização referente ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de 2017 que foi recebido em 2016 e registrado como receita orçamentária:

Código da Natureza da Receita	Código da Destinação de Recursos (usar Tabela TCE)	Valor Arrecadado
-	-	Não há valores a informar cfe anexo.



Prefeitura do Município de Canoinhas
**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente – CMDCA**

Fls
227
TCE/SC



Criado pela Lei Municipal nº 2.445 de 19/12/1991

**PARECER REFERENTE ANÁLISE DA CONTA DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE - EXERCÍCIO 2016.**

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, através de sua presidente interina, **Sra. Marilin Rosana Munhoz da Silva Werka**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.804/205, e:

Após a prestação de contas realizada pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Canoinhas aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 16 de fevereiro do corrente ano.

Constatou-se que os recursos foram utilizados de forma regular e decidiu-se por **Aprovar a Prestação de Contas dos Recursos do ano de 2016** que a Prefeitura Municipal de Canoinhas investiu através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Canoinhas, 16 de Fevereiro de 2017.

Marilin Rosana Munhoz da Silva Werka

Presidente Interina do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Estado de Santa Catarina

Município de Canoinhas

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

PLANO

DE AÇÃO E APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FMDCA – 2016

Canoinhas, 14 de abril de 2016

Manual do FIA

Citam-se como exemplos de despesas regulares:

Programas e projetos

Para atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social como, por exemplo, usuários de substâncias psicoativas e vítimas de maus tratos.

Formação de pessoal

Conselheiros dos Direitos, Conselheiros Tutelares, além de profissionais envolvidos com os direitos da criança e do adolescente precisam ser qualificados para trabalhar de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Incentivo à guarda

e adoção

Cumprindo o art. 260 do ECA, esta é a única despesa obrigatória do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. O incentivo poderá ser feito através de campanhas e eventos.

Estudos e diagnósticos

O Conselho dos Direitos poderá financiar, utilizando o FIA, as pesquisas que julgar necessárias à efetivação do atendimento.

Divulgação dos

Direitos da Criança

e do Adolescente

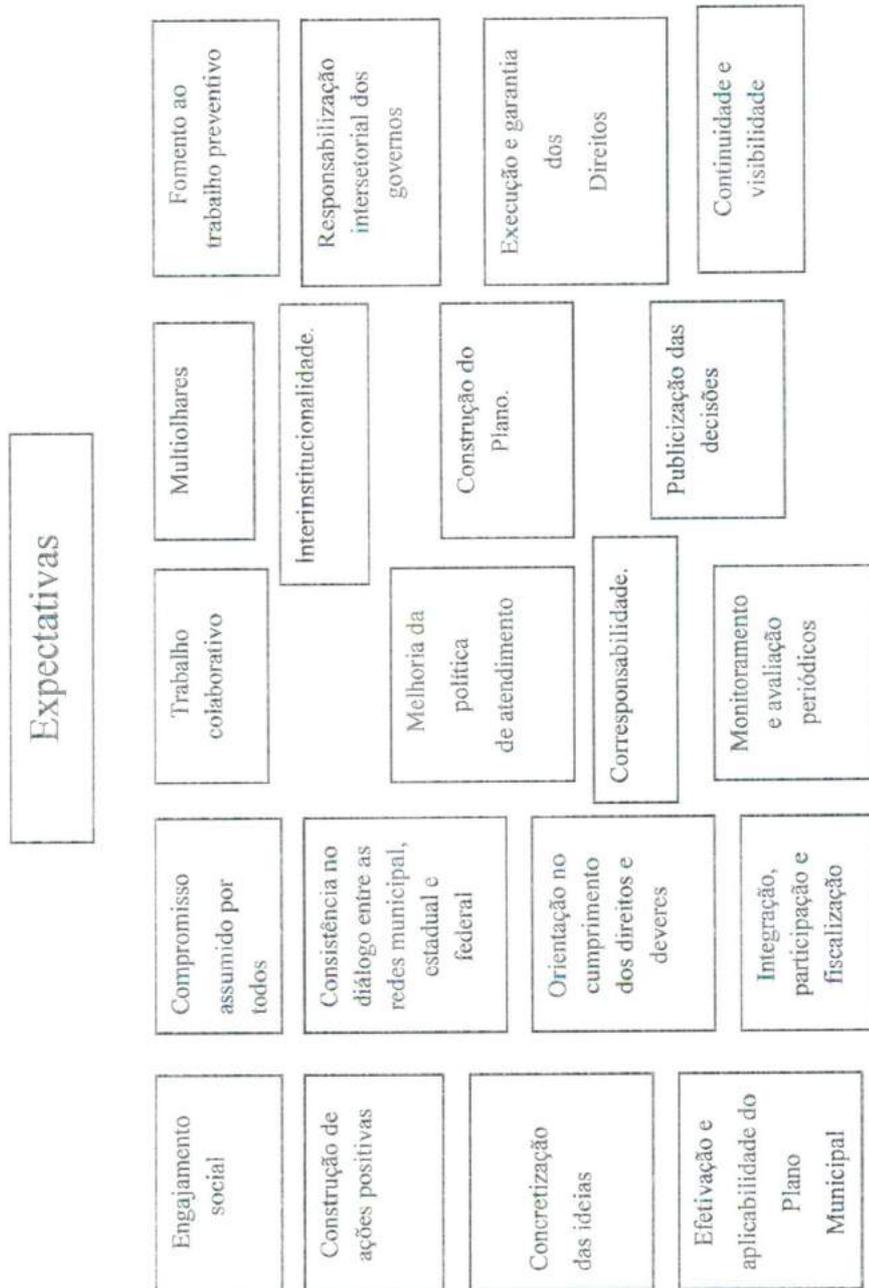
Divulgação para a sociedade, nos mais diversos meios, do ECA. Ver exemplos de divulgação na parte final desta cartilha (Referências e fontes de consulta recomendadas).

Ressalta-se que pelas diretrizes estabelecidas pelo Conanda (Resolução

no 1

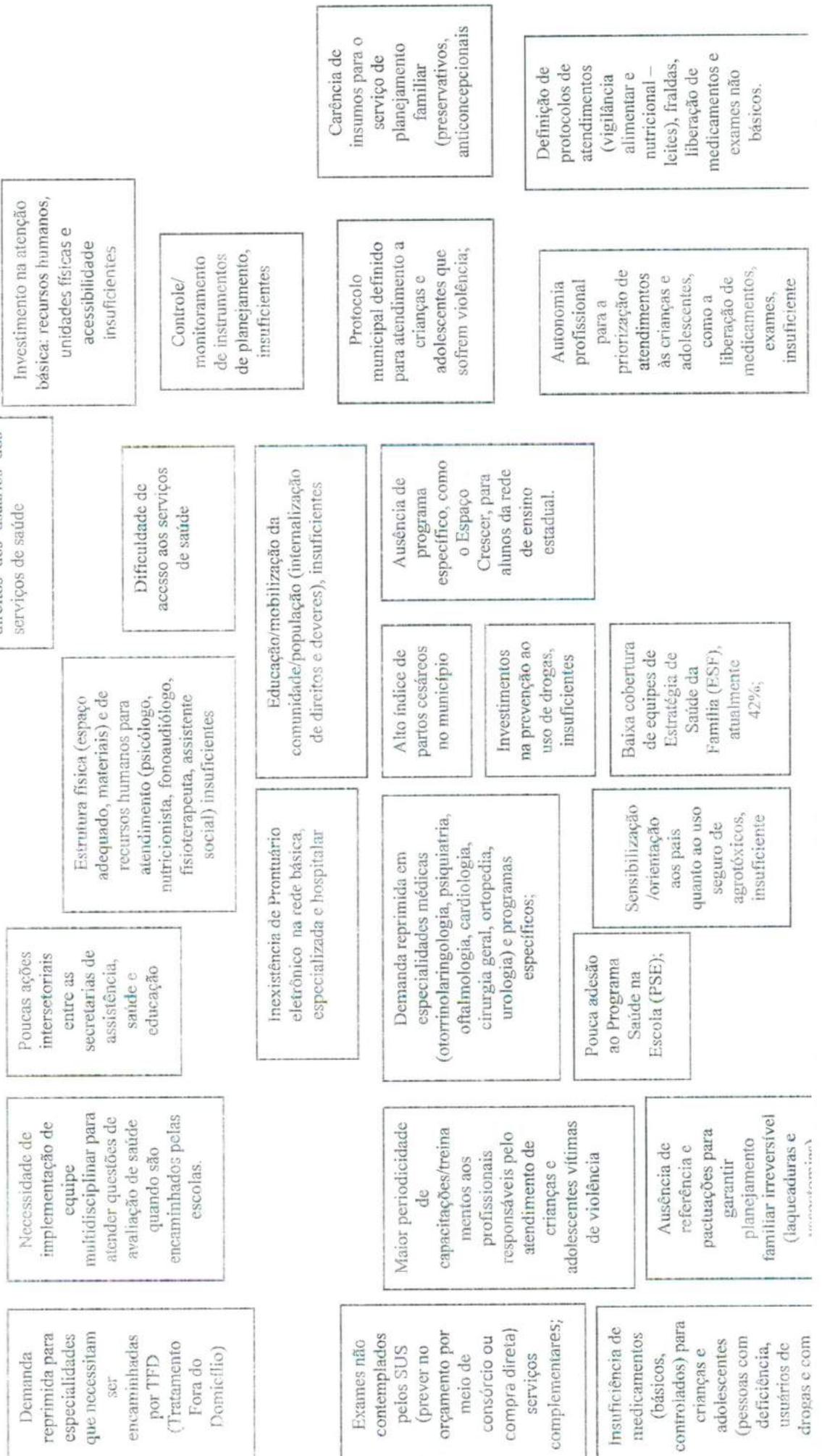
PMDCA

5. MATRIZ DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Principais demandas e soluções em cada área: Assistência Social, Educação, Saúde, Segurança Pública e Direitos Humanos, Orçamento, Infraestrutura e Habitação, Esporte e Cultura, Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescente e Fundo Municipal dos Direitos para a Infância e Adolescência.

SAÚDE



Ausência de regulamentação dos projetos municipais (Saúde Mental Infante Juvenil, Caravana do Sorriso, Espaço Crescer)

SAÚDE

Dificuldade na captação de gestantes para realização de pré-natal de baixo-risco com enfermeiros, considerando cultura da população (medicalização), falta de especialistas e de baixa cobertura de ESF;

Estrutura física, recursos humanos e investimento para ações de prevenção de doenças e riscos à saúde, promoção da saúde: higiene, alimentação saudável, atividade física, combate ao tabagismo, ao uso de drogas e álcool, sexualidade, violência, insuficientes

Fragilidade nos serviços de atenção básica e especialidades, com relação ao acesso, vínculo e pactuações para a garantia do atendimento integral e resolutivo (requisições de medicamentos e exames para público e privado)

EDUCAÇÃO

Clareza na priorização nos investimentos na educação, insuficiente

Pouca articulação intersetorial

Carência no comprometimento dos pais

Necessidade ampliar a formação para trabalhar com a diversidade

Necessidade de ampliação de oferta de educação integral

Incentivo à iniciativa de participação dos colegiados, insuficiente

Valorização dos profissionais da educação

Carência na oferta de vagas na Educação Infantil

Estímulos aos estudantes para continuidade dos estudos, insuficiente

CMDCA E FIA

Pouca divulgação e informações sobre como participar das reuniões

Falta de espaço físico próprio para o CMDCA

Ausência de diagnóstico sobre a situação da infância e adolescência

Pouca divulgação do papel do CMDCA

Não estar estabelecido um valor mínimo de repasse da arrecadação do município para o FIA.

Ausência de secretária executiva exclusiva para o CMDCA

Dificuldade de firmar convênio entre a prefeitura e entidades para uso dos recursos do FIA por meio de projetos

Demora na liberação dos recursos do FIA

Pouca transparência no uso dos recursos do FIA

Ausência de divulgação sobre o FIA

Necessidades de mais ações para a erradicação do trabalho infantil

Acessibilidade insuficiente

Pouca interação entre empresa/escola: jovem aprendiz

Parcela de crianças e jovens sem concluir a educação básica

Ausência de equipe multidisciplinar de saúde, nas escolas

Infraestrutura para informatização nas escolas, insuficiente

Qualidade e acesso do transporte escolar, insuficientes

ASSISTÊNCIA SOCIAL

As famílias não têm acesso à informação acerca dos direitos das crianças e adolescentes com deficiência, bem como dos demais direitos e dos equipamentos de assistência social

Pouca articulação entre os atores envolvidos com o desenvolvimento do PRONATEC

Os cursos não são planejados com base em levantamento de interesse entre a população a ser

As equipes dos serviços de assistência social estão incompletas, o que dificulta sobremaneira o atendimento das demandas da população



HABITAÇÃO

Necessidade do Benefício de Prestação Continuada – BPC, ser excluído do cálculo do valor da renda familiar no Programa Minha Casa Minha Vida, pois muitas vezes crianças deficientes percebem o BPC e este valor é causador da impossibilidade daquela família em ser beneficiada com uma moradia digna

Necessidade da revisão do pacto federativo para que os Municípios majorarem sua arrecadação e assim tenham condições de investir cada vez mais recursos no atendimento das demandas de nossas crianças e adolescentes

Necessidade de revisão dos critérios de classificação para escolha das famílias beneficiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida para que a base de cálculo leve em consideração a renda familiar per capita e considere o número de crianças e adolescentes em sua fórmula

Famílias que recebem imóvel por meio dos Programas Governamentais vendem os imóveis, descumprindo o contrato e retornam com suas crianças e adolescentes para as antigas e precárias condições de moradia

ESPORTE

Ausência de programas para a prática desportiva para as pessoas com deficiência

Necessidade de construção de um polo esportivo

Ausência das crianças e adolescentes nas atividades existentes

Falta universalização de projetos e programas de esporte nas escolas estaduais e municipais

Área de lazer para práticas esportivas, insuficiente

Manutenção dos espaços de lazer existentes, insuficiente

Necessidade de mais ciclovias

Falta determinar quadro de profissionais para atuar nas fundações

Necessidade de novas formas de mobilização

Recursos para o esporte, insuficientes

Falta o mapeamento dos espaços para atividades esportivas

Ausência de leis de incentivo ao esporte

CULTURA

Falta de um centro de eventos

Acessibilidade nos equipamentos públicos, insuficiente

Não há recursos para cultura

Necessidade de mapeamento dos espaços para atividades culturais

Faltam leis de incentivo à cultura

Falta incentivo aos grupos de danças, teatro, música

Necessidade de criação de novos museus e espaços para projeção de museus online

Necessidade de construção de pistas de skate, patins, *bicicross*

Determinar quadro de profissionais para atuar nas fundações

INFRAESTRUTURA

Necessidade de mais programas na área de infraestrutura que visem o lazer e cultura no âmbito estadual e federal. E ainda, falta da manutenção dos equipamentos públicos já existentes nestas áreas

Necessidade de mais ações pedagógicas escolares relativas à Educação Financeira, visando que crianças e adolescentes aprendam a importância do controle dos gastos familiares

Levantamentos e resgates das manifestações culturais das comunidades em especial os que envolvem crianças e adolescentes

Falta a contribuição do setor privado para os fundos (abater no imposto) – lei de incentivo

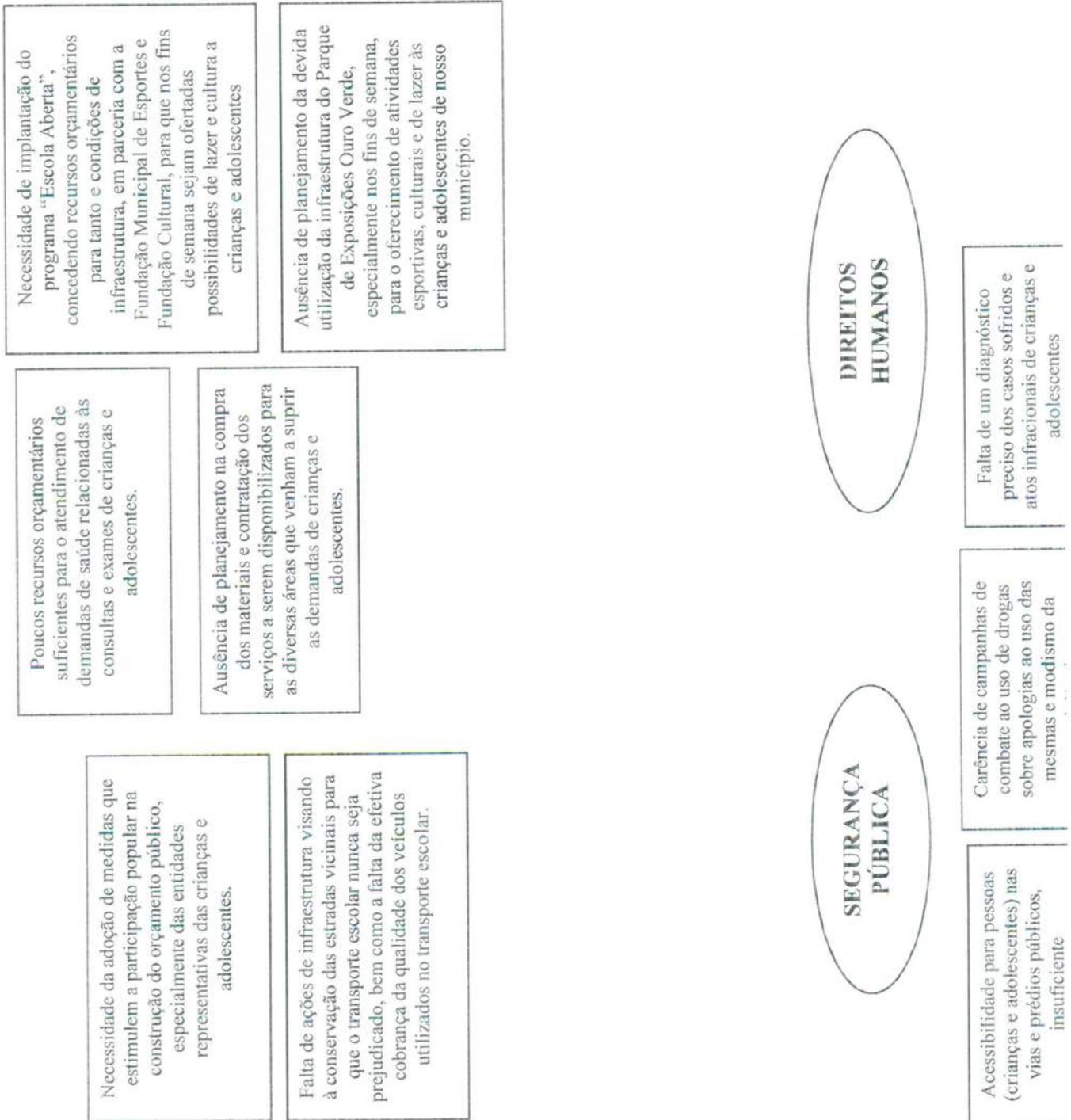
ORÇAMENTO

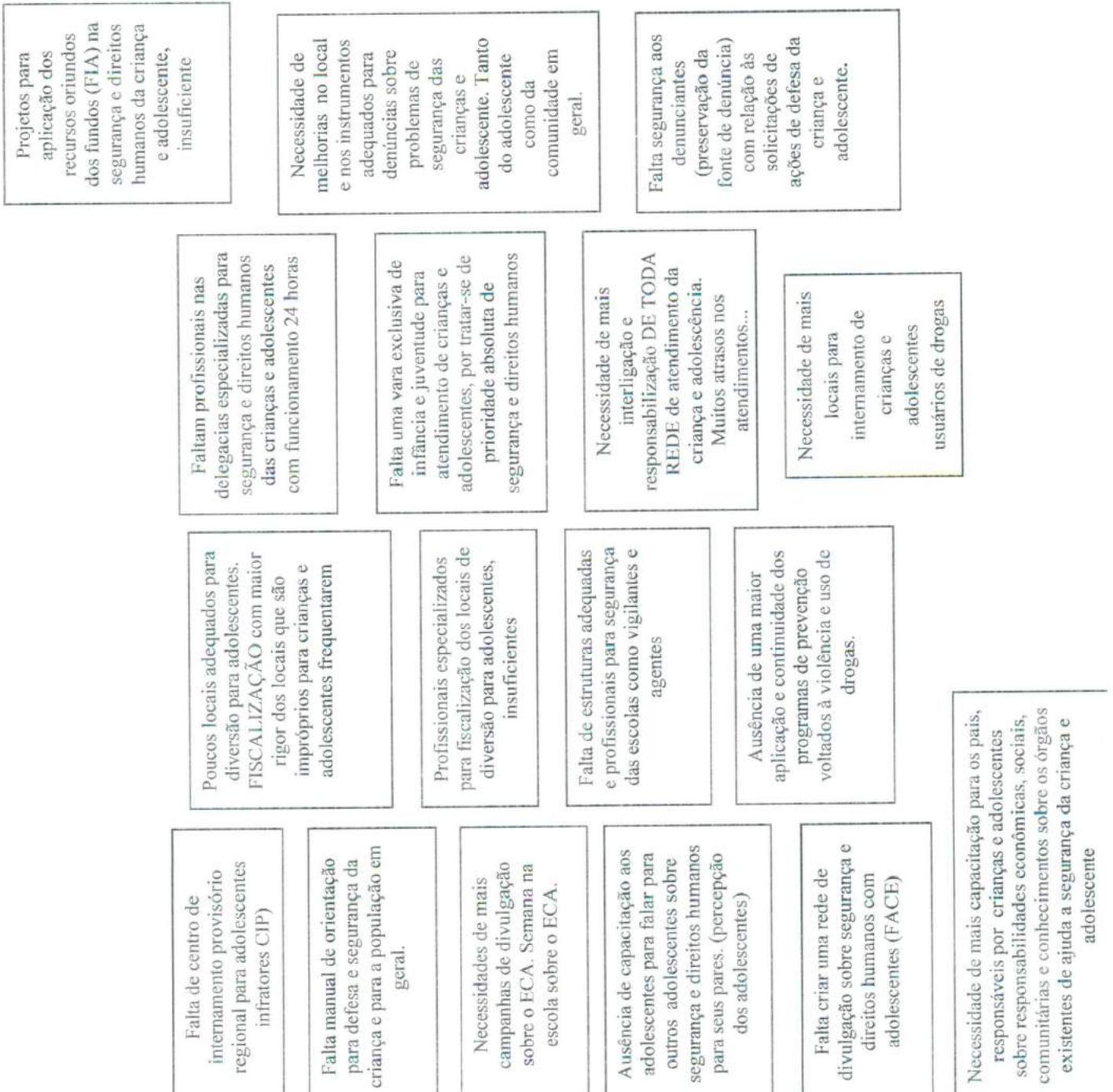
Pouca estrutura técnica para a fiscalização de obras públicas, com especial atenção às voltadas ao atendimento de demandas de crianças e adolescentes.

Poucas ciclovias em todo o perímetro urbano do Município e da efetiva fiscalização de que as mesmas sejam utilizadas tão somente para o seu fim original, não sendo permitido, por exemplo, o estacionamento de veículos automotores sobre as mesmas.

Autonomia na execução do orçamento pelas Unidades Educacionais e de parcela financeira disponível para que possam realizar despesas de manutenção das unidades, insuficiente.

Necessidade da realização de ações de infraestrutura no tocante a construção, ampliação e reforma de creches e escolas, para que crianças e adolescentes tenham condições plenas de aprendizado, além de que estas ações visem atender toda a demanda canoinhense, não faltando vagas em creches e nem salas para os alunos da educação básica.





META	AÇÕES	RECURSOS	PRAZO	RESPONSÁVEL
TEMA: DIAGNÓSTICO RÁPIDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Contratar empresa especializada para a elaboração do Diagnóstico Rápido da Infância e Adolescência do Município	R\$50.000,00	Abril à Dezembro	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Prefeitura municipal
TEMA: CAPACITAÇÃO Capacitar conselheiros do CMDCA sobre suas atribuições. Capacitação dos conselheiros tutelares em temas e recursos para o desempenho profissional; Capacitação de adolescentes Capacitação social para o controle	Deliberar sobre a utilização de recursos do FMDCA para este fim – palestras, capacitações, cursos e entre outros. Indicativos de recursos e estratégias: Salas de aula; Estagiários de direito; Palestras Buscar cursos. Formação de Conselheiros	R\$80.000,00	Janeiro a Dezembro	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em conjunto com a Prefeitura Municipal

	<p>TEMA: INTERVENÇÃO SOCIAL SOBRE O SEGMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE</p> <p>Identificar entidades que desenvolvem ações voltadas para o bem estar de crianças e adolescentes.</p>	<p>Cadastrar junto ao CMDCA entidades de atendimento e garantia de direitos para a infância e adolescência. Tornar público através da imprensa, campanhas, Fóruns de entidades, a importância de ter cadastro junto ao CMDCA, para conhecimento das ações desenvolvidas junto a infância e juventude, dentro do que preceitua a legislação.</p>	R\$ 1.000,00	Janeiro a Dezembro	CMDCA
<p>Apoiar projetos voltados para a infância e adolescência.(Selecionar projetos prioritários que atendam situações que</p>	<p>Criar Edital, publicar e Formar Comissão para análise de projetos que contenham ações que estejam de acordo com o</p>	R\$ 244.732,84	Março a Dezembro	CMDCA em conjunto com a Secretaria de Administração Finanças e Orçamento.	

<p>venham a oportunizar melhores condições de vida para crianças e adolescentes, liberando recursos do FMDCA para o seu desenvolvimento, dentro das normativas).</p> <p>TEMA: REDE ATENDIMENTO</p> <p>Meta: Melhoria da política de atendimento</p> <p>OBS.: IV — O financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e</p>	<p>Estatuto da Criança e Adolescente.</p> <p>Constituir organograma e fluxograma operacional da rede de atendimento local e regional</p> <p>Elaborar material informativo e de esclarecimento acerca da rede</p> <p>Desenvolver campanhas para o reconhecimento</p>	<p>R\$ 5.000,00</p>	<p>Maio a dezembro</p>	<p>CMDCA Setores e Secretarias das Políticas afins conforme PMDCA</p>
---	---	---------------------	------------------------	---



<p>TEMA – CAMPANHA CONTRA EVASÃO ESCOLAR</p> <p>Criança e adolescente entre 4 e 18 anos na escola com evasão zero.</p> <p>Promoção de campanha de orientação às famílias para matricular e manutenção do filhos na escola.</p> <p>Campanha de orientação às famílias para a permanência da criança e do adolescente, enfatizando os benefícios da escolarização.</p>	<p>Solicitar às escolas e ao Conselho Tutelar dados sobre evasão escolar, procedimentos adotados para reversão do quadro e garantias efetuadas para a permanência dos educandos na Escola.</p> <p>Criar Campanha de alerta para combate à evasão Escolar.</p> <p>Chamada nas rádios para conscientização. Colocar adesivos nos carros da Secretaria de Agricultura.</p> <p>Confecção de adesivos para ônibus (transporte coletivo) e carros da Secretaria de Educação.</p> <p>Campanha nas rádios locais.</p>	<p>R\$ 5.000,00</p>	<p>Maio de 2016</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, secretaria de educação e Gerencia Regional de Educação – GERED.</p>
---	---	---------------------	---------------------	---



TEMA: CAMPANHA CONTRA VIOLÊNCIA	Fomento ao trabalho preventivo	R\$ 10.000,00	Maio a dezembro	CMDCA
TEMA: DIREITOS E DEVERES	Orientação no cumprimento dos direitos e deveres	R\$ 10.000,00	Maio a dezembro	CMDCA
TEMA: DIVULGAÇÕES 1.ECA na escola 2.ECA na sociedade 3.Campanhas traduzindo direitos e deveres nas áreas: Campanhas para adoção legal; Campanhas articuladas com entidades e	Promover campanhas articuladas entre entidades, instituições e a sociedade em geral, sobre -drogas, violência e abuso sexual contra criança e adolescente. Confecção de folders; Divulgação nos meios de comunicação;	R\$10.000,00	Janeiro a Dezembro	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em conjunto com a Promotoria de Justiça da Vara da Infância e Adolescência, SEMAS e Governo Mirim.

<p>instituições sobre consumo de drogas, Campanha escola no enfrentamento da violência e abuso sexual Campanha de esclarecimento com a mendicância.</p>	<p>Cartazes para ser fixados em restaurantes, hotéis, comércio em geral, todas as instituições públicas em especial naquelas Banners colocar em agências financeiras e locais de grande circulação Camisetas para distribuir aos crianças e adolescentes e jovens</p>		
<p>Conhecendo o Conselho Tutelar</p>	<p>Deliberar e solicitar a realização de esclarecimentos nas escolas acerca do conselho tutelar para pais, alunos e comunidade; Também com a utilização dos meios de comunicação para explicar suas atribuições;</p>	<p>R\$5.000,00</p>	<p>Janeiro a Dezembro Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em conjunto com o Conselho Tutelar.</p>

<p>TEMA: MEIOS DE COMUNICAÇÃO Criar site para o CMDCA</p>	<p>Divulgar ações, campanhas pela rede social e criação de um Hotsite.</p>	<p>R\$ 15.000,00</p>	<p>Abril a Dezembro</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Assessoria de Comunicação</p>
<p>TEMA: MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO</p>	<p>Com base no plano de ação e aplicação planejar o período de realização das ações e realizar monitoramento trimestral</p>	<p>R\$ 2.000,00</p>	<p>Janeiro a Dezembro</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em conjunto com ENTIDADES AFINS</p>
<p>TEMA: RECURSOS E FUNDOS Mais recursos no Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FMDCA. Campanhas de</p>	<p>Realizar campanha e prestação de contas. Criar ferramenta para emitir boleto de arrecadação</p>	<p>R\$ 5.000,00</p>	<p>Janeiro a Dezembro</p>	<p>CMDCA</p>

conscientização para doação ao FMDCA.				
Realizar Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Contratação de Palestrante (deslocamento, hospedagem, refeição). Coffee Break. Materiais. (pastas, blocos, canetas)	R\$10.000,00	Outubro de 2016	CMDCA

Total para aplicação: R\$ 452.732,84

Total de recursos do FIA: R\$ 452.732,84

Canoinhas, 14 de abril de 2016.

Vera Lúcia Piotrowski Cubas

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ANEXO 1

Repasse de recursos dos Municípios aos Consórcios Públicos de Saúde em 2016 - Contrato de Rateio

N.º Empenho	Valor Pago	Valor Contrato Rateio	N.º Contrato de Rateio	Ano do Contrato de Rateio
109	R\$ 73,018.29	R\$ 125,181.36	46/2015	2016
1995	R\$ 20,867.73			
1996	R\$ 18,677.06			
1997	R\$ 12,618.28			
Total	R\$ 125,181.36	R\$ 125,181.36	46/2015	2016

Inscrição em Restos a Pagar na Prefeitura no exercício de 2016 em razão dos repasses previstos nos contratos de rateio de Saúde e não efetuados

N.º Empenho	Código da Especificação por Fonte de Recurso (TCE)	Valor dos Restos a Pagar Processados	Valor dos Restos a Pagar Não Processados	N.º Contrato de Rateio	Ano do Contrato de Rateio
-	-	-	-	-	-

ANEXO 2

Aplicação no exercício de 2016 dos recursos recebidos dos Municípios

Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago	Código da Disponibilidade por Fonte de Recurso (TCE)	N.º Contrato de Rateio	Ano do Contrato de Rateio	Devolução
R\$ 125,181.36	R\$ 125,181.36	R\$ 125,181.36	00	46/2015	2016	-

Inscrição em Restos a Pagar no exercício de 2016, no Consórcio de Saúde, por Contrato de Rateio

Restos a Pagar Não Processados	Restos a Pagar Processados	Código da Disponibilidade por Fonte de Recurso (TCE)	N.º Contrato de Rateio	Ano do Contrato de Rateio
-	-	-	-	-



BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Competência: 06/2016

INGRESSOS

	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	107.679.335,02
Ordinária	65.994.913,74
Vinculada	41.684.421,28
Transferências Financeiras Recebidas (II)	645.444,36
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	645.444,36
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	
Transferências Recebidas para Aporte de recursos para o RPPS	
Recebimentos Extraorçamentários (III)	16.802.246,67
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	3.364.660,78
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.846.336,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.591.249,28
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	21.578.323,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.420.239,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	158.084,34
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	
TOTAL(V) = (I + II + III + IV)	146.705.349,76





BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Competência: 06/2016

DISPÊNDIOS

	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)	91.909.258,26
Ordinária	49.405.598,27
Vinculada	42.503.659,99
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	23.384.189,86
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	23.384.189,86
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	
Transferências Concedidas para Aporte de recursos para o RPPS	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	18.243.039,66
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	5.118.840,24
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.800.949,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.323.250,29
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	13.247.049,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.010.777,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	236.271,69
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	
TOTAL(X) = (VI + VII + VIII + IX)	146.783.537,11




Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	42.540.414,55
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	20.064.694,70
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	14.911.284,80
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	77.516.394,05
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	84.518,36
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	2.597.841,82
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	83.549,64
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	86.171,02
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	441.568,87
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	21.419.004,56
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	4.774.314,94
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	1.722.207,22
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	2.142.132,74
	36 - Salário-Educação	2.538.874,73
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	1.161.978,87
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	275.326,60
	42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	162.249,25
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	859.173,49
	64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.183.445,82
	83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	1.889.562,56
	87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	20.790,00
	89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	241.957,65
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	41.684.668,14





Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

TOTAL GERAL (I + II)

119.201.062,19



**Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)**

Deduções da Receita Orçamentária segundo as Fontes de Recurso - Anexo 2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	415.289,75
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	11.003.984,25
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	102.206,31
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	11.521.480,31
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	37,03
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	37,03
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	172,80
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	246,86
	TOTAL GERAL (I + II)	11.521.727,17




Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Despesas Orçamentárias segundo as Fontes de Recurso - Anexo 3 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	40.076.849,87
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	9.328.748,40
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	49.405.598,27
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	121.865,69
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	2.458.169,05
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	113.509,52
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	126.006,44
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	504.476,79
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	21.022.228,43
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	4.774.314,94
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	1.717.972,93
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	2.454.932,83
	36 - Salário-Educação	2.891.763,57
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	1.255.142,92
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	540.281,20
	42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	290.215,64
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	842.366,17
	64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.287.165,73
	83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	1.888.260,14
	89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	214.988,00
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	42.503.659,99
	TOTAL GERAL (I + II)	91.909.258,26




Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Saldos em espécie do exercício anterior, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4, ao balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	12.088.041,58
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.483.030,43
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	691.916,04
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	14.262.988,05
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	43.374,21
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	600.922,96
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	52.376,63
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	100.542,85
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	187.596,69
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	498.827,85
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	140.569,24
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	95.921,89
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.567.091,35
	36 - Salário-Educação	726.461,06
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	449.352,03
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	287.629,64
	42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	82.919,12
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	429,17
	64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.712.903,17
	80 - Outras Especificações	71.427,24
	83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	2.269,32
	89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	535.911,01
	93 - Outras Receitas Não Primárias	725,89
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	7.157.251,32
	TOTAL GERAL (I + II)	21.420.239,37



**Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)**

Saldos em espécie do exercício anterior, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4, ao balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	158.084,34
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	158.084,34
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	158.084,34




Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Saldos em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	6.299.182,23
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	692.255,33
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	27.699,47
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	7.019.137,03
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.187,64
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	721.736,15
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	11.662,46
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	28.998,18
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	158.257,22
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	1.221.768,71
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	138.916,66
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	342.176,48
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.919.971,28
	36 - Salário-Educação	388.115,74
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	41.089,74
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	62.131,74
	42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	115.952,01
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	17.236,49
	64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	523.791,11
	83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	3.571,74
	87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	20.790,00
	89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	268.561,37
	93 - Outras Receitas Não Primárias	725,89
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	5.991.640,61
	TOTAL GERAL (I + II)	13.010.777,64

**Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)**

Saldo em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	236.271,69
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	236.271,69
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	236.271,69



**Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)**

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo , coluna saldo em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 6, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.4.0.0.00.00, F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Ordinários (I)	
1.1.4.0.0.00.00, F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Competência: 06/2016

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	16.283.186,35	PASSIVO CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.010.777,64	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
Créditos a Curto Prazo	2.997.821,11	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo
Créditos Tributários a Receber	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
Clientes		Obrigações Fiscais a Curto Prazo
Créditos de Transferências a Receber	102.703,59	Provisões a Curto Prazo
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		Demais Obrigações a Curto Prazo
Dívida Ativa Tributária	3.802.814,09	
Dívida Ativa Não Tributária		
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	-907.696,57	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	236.271,69	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	
Títulos e valores mobiliários		
Investimento do RPPS		
Aplicações em segmentos de Imóveis		
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporárias		
Estoques	38.315,91	
Varição Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00	





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Competência: 06/2016

ATIVO NÃO CIRCULANTE	104.210.241,33	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Ativo Realizável a Longo Prazo	18.463.609,37	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo
Créditos a Longo Prazo	18.463.609,37	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
Créditos Tributários a Receber		Fornecedores a Longo Prazo
Clientes		Obrigações Fiscais a Longo Prazo
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		Provisões a Longo Prazo
Dívida Ativa Tributária	25.733.356,38	Provisões Matemáticas Previdenciárias
Dívida Ativa Não Tributária	976.296,52	Demais Provisões a Longo Prazo
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-8.246.043,53	Demais Obrigações a Longo Prazo
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		Resultado Diferido
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		
Estoques		
VPD Pagas Antecipadamente		
Investimentos	0,00	
Participações Permanentes	0,00	TOTAL DO PASSIVO
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente		
Propriedades para Investimento		





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Competência: 06/2016

(-) Depreciação acumulada de Investimentos		Patrimônio Social e Capital Social
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento		Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
Investimento do RPPS de Longo Prazo		Reservas de Capital
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS		Ajustes de Avaliação Patrimonial
Demais Investimentos Permanentes		Reservas de Lucros
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais		Demais Reservas
Imobilizado	85.746.631,96	Resultados Acumulados
Bens Móveis	23.393.720,90	Resultado do Exercício
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis	-590.931,95	Resultado de Exercícios Anteriores
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis		Ajustes de exercícios anteriores
Bens Imóveis	62.943.843,01	outros Resultados
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis		(-) Ações/Cotas em Tesouraria
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis		
Intangível		
Diferido		
TOTAL	120.493.427,68	TOTAL





QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
ATIVO	120.493.427,68
ATIVO FINANCEIRO	13.247.049,33
ATIVO PERMANENTE	107.246.378,35
PASSIVO	21.357.207,02
PASSIVO FINANCEIRO	6.612.488,26
PASSIVO PERMANENTE	14.744.718,76
SALDO PATRIMONIAL	99.136.220,66





QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Competência: 06/2016

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício
Garantias e Contragarantias Recebidas		Garantias e Contragarantias Concedidas	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	
Direitos Contratuais	4.123.764,34	Obrigações Contratuais	14.396.
Outros Atos Potenciais Ativos		Outros Atos Potenciais Passivos	
TOTAL	4.123.764,34	TOTAL	14.396.





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Competência: 06/2016

Destinação de Recursos	Superáv Fi
00 - Recursos Ordinários	4.16
01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	18
02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	55
10 - Convênio de Trânsito - Militar	9
11 - Convênio de Trânsito - Civil	2
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	14
18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	43
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	8
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	43
36 - Salário-Educação	9
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	3
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	4
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	2
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	1





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Unidade Gestora: (217 / Prefeitura Municipal de Canoinhas)

Competência: 06/2016

64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	16
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	3
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	2
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	15
93 - Outras Receitas Não Primárias	
TOTAL	6.63



Ingressos de receitas

Fazer nova consulta Última atualização: 28/03/2017 03:04:43

Ingressos de receitas Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:
 Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS | Data inicial: 01/01/2016 | Data final: 31/12/2016

Rubrica	Descrição da receita	Finalidade	Valor orçado (R\$)	Valor arrecadado (R\$)
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPU Ordinários		1.963.500,00	2.562.062,12
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPU Educação		1.078.000,00	1.406.622,41
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPU Saúde		808.500,00	1.054.966,71
4.1.1.1.2.04.31.01.01.00	IRRF - PJ Ordinários		56.100,00	784,93
4.1.1.1.2.04.31.01.02.00	IRRF - PJ Educação		30.800,00	430,94
4.1.1.1.2.04.31.01.03.00	IRRF - PJ Saúde		23.100,00	323,21
4.1.1.1.2.04.31.02.01.00	IRRF - PF Ordinários		841.500,00	1.299.298,20
4.1.1.1.2.04.31.02.02.00	IRRF - PF Educação		462.000,00	713.340,15
4.1.1.1.2.04.31.02.03.00	IRRF - PF Saúde		346.500,00	535.005,17
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI - Ordinários		785.400,00	641.193,32
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI - Educação		431.200,00	352.027,71
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - Saúde		323.400,00	264.020,80
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISS - Ordinários		3.366.000,00	3.174.687,83
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISS - Educação		1.848.000,00	1.741.986,90
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISS - Saúde		1.386.000,00	1.306.824,10

terça-feira, 28 de março de 2017

março de 2017

D	S	T	Q	Q	S	S
26	27	28	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	1
2	3	4	5	6	7	8

16:54:28

Alterar configurações de data e hora...



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/CGEM/DIV3

PROCESSO Nº: @PCP 17/00131971
INTERESSADO: Luiz Alberto Rincoski Faria
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Canoinhas

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 267 à 268.

Florianópolis, 27 de junho de 2017.

EDIMEIA LILIANI SCHNITZLER

Para pesquisar digite a descrição da ...

Ingressos de receitas

[Fazer nova consulta](#)

Última atualização: 28/03/2017 03:04:43

Ingressos de receitas [Imprimir](#) [Exportar](#)

Filtros utilizados para elaboração da consulta:
 Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS | Data inicial: 01/01/2016 | Data final: 31/12/2016

Rubrica	Descrição da receita	Finalidade	Valor orçado (R\$)	Valor arrecadado (R\$)
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU Ordinários		1.963.500,00	2.562.062,12
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU Educação		1.078.000,00	1.406.622,41
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU Saúde		808.500,00	1.054.966,71
4.1.1.1.2.04.31.01.01.00	IRRF - PJ Ordinários		56.100,00	784,93
4.1.1.1.2.04.31.01.02.00	IRRF - PJ Educação		30.800,00	430,94
4.1.1.1.2.04.31.01.03.00	IRRF - PJ Saúde		23.100,00	323,21
4.1.1.1.2.04.31.02.01.00	IRRF - PF Ordinários		841.500,00	1.299.298,20
4.1.1.1.2.04.31.02.02.00	IRRF - PF Educação		462.000,00	713.340,15
4.1.1.1.2.04.31.02.03.00	IRRF - PF Saúde		346.500,00	535.005,17
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI - Ordinários		785.400,00	641.193,32
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI - Educação		431.200,00	352.027,71
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - Saúde		323.400,00	264.020,80
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISS - Ordinários		3.366.000,00	3.174.687,83
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISS - Educação		1.848.000,00	1.741.986,90
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISS - Saúde		1.386.000,00	1.306.824,10

terça-feira, 28 de março de 2017

março de 2017

D	S	T	Q	Q	S	S
26	27	28	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	1
2	3	4	5	6	7	8

16:54:28

[Alterar configurações de data e hora...](#)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/CGEM/DIV3

PROCESSO Nº: @PCP 17/00131971
INTERESSADO: Luiz Alberto Rincoski Faria
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Canoinhas

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 269 à 270.

Florianópolis, 03 de julho de 2017.

EDIMEIA LILIANI SCHNITZLER



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS



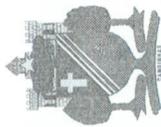
Conselho Municipal de Assistência Social

PARECER REFERENTE ANÁLISE DA CONTA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FMAS - EXERCÍCIO 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS dá **parecer favorável, porém com ressalvas**, à prestação de contas realizada pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento referente aos recursos repassados no ano de 2016 pelo FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas.

Os conselheiros destacam a recorrente devolução de recursos repassados pelo Fundo Estadual de Assistência Social, sendo neste exercício os destinados aos investimentos do CRAS. Porém entende não ser responsabilidade da Administração Municipal de acordo com as informações repassadas a respeito da notificação encaminhada à empresa que não entregou os produtos empenhados e da abertura de novo processo licitatório, onde parte do recurso foi utilizado e o saldo devolvido não possuía dotação orçamentária. Vale ressaltar que o recurso devolvido era saldo reprogramado do ano de 2015.

Canoinhas, 24 de Fevereiro de 2017.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS



PARECER REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS RECURSOS MUNICIPAIS INVESTIDOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIO 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS manifesta **parecer favorável, porém com ressalvas** à prestação de contas referente ao ano de 2016 realizada pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento referente aos Recursos Federais repassados ao Fundo Municipal Assistência Social e ressalta a necessidade de cautela na utilização do mesmo, principalmente em pagamentos que devem ser financiados com Recursos Municipais.

Referente aos recursos Municipais investidos na Assistência Social no exercício de 2015 o CMAS manifesta **parecer favorável, porém com ressalvas**, e destaca a indispensabilidade de precaução da utilização do mesmo quanto ao pagamento de benefícios eventuais concedidos.

Canoinhas, 17 de abril de 2017.

ROSELI DOBROSZINSKEI



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA**

LOTAÇÃO: DMU/CGEM/DIV3

PROCESSO Nº: @PCP 17/00131971
INTERESSADO: Luiz Alberto Rincoski Faria
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Canoinhas

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 271 à 273.

Florianópolis, 03 de julho de 2017.

EDIMEIA LILIANI SCHNITZLER



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

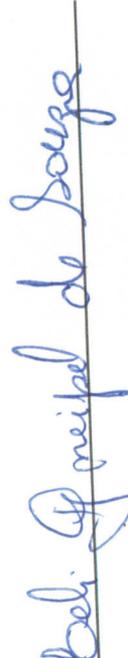
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI

PARECER REFERENTE ANÁLISE DAS CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2016

O Conselho Municipal do Idoso de Canoinhas – SC, em cumprimento à Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº 016/1994, vem por meio deste, dar PARECER FAVORÁVEL quanto a existência e execução de políticas públicas voltadas à pessoa idosa neste município no ano de 2016.

Sem mais para o momento.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2017.



CELI TEREZINHA G. DE SOUZA

VICE – PRESIDENTE

MEMBROS:






TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV8

PROCESSO Nº: @PCP 17/00131971
INTERESSADO: Luiz Alberto Rincoski Faria
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Canoinhas

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 274 à 275.

Florianópolis, 04 de julho de 2017.

EDIMEIA LILIANI SCHNITZLER

PARECER CONCLUSIVO

Em cumprimento ao disposto na Lei n. 11.494 de 20 de junho de 2007, artigo 27 e pela Lei Municipal 4.219 de 19 de setembro de 2007, em seu artigo 2º inciso IV, este conselho reuniu-se nesta data para analisar a Prestação de Contas dos recursos recebidos do FUNDEB, no exercício financeiro de 2016.

Foram analisados por este conselho, sob a minha presidência os documentos apresentados pela Secretária de Administração, Finanças e Orçamento, da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Desta análise obtivemos a constatação de que o FUNDEB teve como receita durante o período em análise a quantia de R\$ 26.105.222,68 (vinte e seis milhões, cento e cinco mil, duzentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos), tendo uma aplicação financeira de R\$ 88.096,82 (oitenta e oito mil, noventa e seis reais e oitenta e dois centavos), totalizando a receita de 26.193.319,50 (vinte e seis milhões, cento e noventa e três mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta centavos), como superávit reprogramado de 2015 para o ano de 2016 o valor de R\$ 36.408,08 (trinta e seis mil, quatrocentos e oito reais e oito centavos).

As despesas empenhadas com recursos do FUNDEB e aplicação financeira totalizaram R\$ 25.796.543,37 (vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos), as despesas liquidadas totalizaram R\$ 25.796.543,37 (vinte e cinco milhões,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV8

PROCESSO Nº: @PCP 17/00131971
INTERESSADO: Luiz Alberto Rincoski Faria
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Canoinhas

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 276 à 277.

Florianópolis, 04 de julho de 2017.

EDIMEIA LILIANI SCHNITZLER



Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Sendo assim, após a análise dos dados e dos esclarecimentos das dúvidas realizada pelo Contador responsável, o Conselho verificou a regularidade das contas, decidindo por **APROVAR** a Prestação de Contas dos recursos que a Prefeitura Municipal de Canoinhas-SC recebeu do FUNDEB no exercício financeiro de 2016.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Canoinhas, sexta-feira, 24 de fevereiro de 2017.

Silvia Wiczorkiewicz – Presidente

Adenise Cantoviski – Secretária do Conselho

Rosimari Cubas Blaka – Membro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV8

PROCESSO Nº: @PCP 17/00131971
INTERESSADO: Luiz Alberto Rincoski Faria
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Canoinhas

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 278 à 279.

Florianópolis, 04 de julho de 2017.

EDIMEIA LILIANI SCHNITZLER

FNDE**SIGECON***SIGECON - Sistema de Gestão de Conselhos*

RECIBO DO PARECER DO CONSELHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS			
Identificação da Transferência			
Programa	PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Transferência:	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Entidade:	PREF MUN DE CANOINHAS	CNPJ:	83.102.384/0001-80
Município/UF:	CANOINHAS / SC	Ano referência:	2016

**Recibo do Parecer Conclusivo do Conselho de Alimentação
Escolar - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR enviado e registrado na base
de dados do FNDE para análise posterior.**

Enviado por: SAMUEL ANTONIO RIBEIRO DE LIMA

Cargo: Presidente do Conselho

OBS: O Parecer Conclusivo foi realizado com base em informações disponíveis nesta data, sendo que o atual mandato do CAE é responsável pelas informações ali registradas para o exercício de 2016

Data: 12/04/2017

Hora: 14:46



029a92bde3d154b82409e07b0792c4ba

Ata nº 200

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezessete, reuniram-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação, do município de Canoinhas – Santa Catarina, às quatorze horas, os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar juntamente com as nutricionistas Cristiane Herbst Mota e Milenna Larissa Conceição. Esta reunião ordinária tem como pauta a análise de toda a documentação relativa à Alimentação Escolar das Unidades de Ensino da Rede Municipal do município de Canoinhas – Santa Catarina, relativo o ano de dois mil e dezesseis. Cristiane e Milenna apresentaram para os conselheiros todos os relatórios financeiros referente à execução financeira do Programa de Alimentação Escolar das Unidades da Rede Municipal de Ensino, incluindo o relatório de Razão Analítico para Conciliação Bancária – período 01 (um) de janeiro de dois mil e dezesseis até trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis, onde obtém-se todas as informações de parcelas de recursos recebidos (federal), todas as notas de fornecedores pagas neste período, inclusive as notas dos agricultores (gastos com a agricultura familiar); saldo do exercício anterior e saldo final para o exercício seguinte. Os relatórios de empenhos emitidos também foram analisados, nos quais é possível identificar todos os gastos individualizados por recurso federal recebido pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – PNAE Creche (PNAC); PNAE Pré-escola (PNAP); PNAE Fundamental; PNAE Mais Educação; PNAE EJA (Educação de Jovens e Adultos); e PNAE AEE (Atendimento Educacional Especializado). Com relação a Execução Financeira, segue o

anexo anterior: R\$ 34.152,70: recursos

do FNDE e apresentado os seguintes dados: total de alunos atendidos: 8.164; número de alunos atendidos por segmento, Creche: 998; Pré-Escola: 1.144; Fundamental: 4.016; Programa Mais Educação: 1.742; EJA: 90; AEE: 174. O número de dias de atendimento com alimentação escolar totalizou para a Creche: 244 dias; Pré-Escola, Fundamental, EJA e AEE: 200 dias e Programa Mais Educação: 142 dias. Total de refeições servidas 3.798.472 e o custo médio variou entre R\$ 0,45 e R\$ 1,43. Com relação a participação da Entidade Executora (Prefeitura) na execução do PNAE foram apresentados aos conselheiros os Relatórios de Relação de Empenho Emitidos das Escolas e Centros de Educação Infantil. Na compra de gêneros alimentícios a contrapartida da Prefeitura foi R\$ 1.473.541,30. Com relação a outras despesas os dados obtidos foram referentes à: recursos humanos; desinsetização, desratização e limpeza de caixa d'água; transporte e combustível; gás; utensílios; equipamentos; higiene e descartáveis; uniformes; todos gastos indiretos com a alimentação escolar, que totalizou R\$ 939.503,36. Após a análise de toda a documentação relativo a Prestação de Contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar, juntamente com a análise do Relatório Anual de Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas-Santa Catarina, ano 2016, os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE), quadriênio 2013-2017 emitem o Parecer de Aprovação da referida Prestação de Contas, vistos que os recursos financeiros foram investidos de forma correta, que todos os alunos receberam alimentação em quantidade e qualidade suficientes durante todo o ano, que os gastos com a agricultura

senha e juntamente com os demais conselheiros deram início ao preenchimento do questionário de acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar. O questionário foi preenchido com êxito e os conselheiros avaliaram como APROVADA a prestação de contas, ano dois mil e dezesseis, ou seja, a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Canoinhas-Santa Catarina, ano 2016, ocorreu nos moldes estabelecidos pela resolução vigente à época. Nada mais havendo a tratar, eu Cristiane Herbst Mota, lavrei esta ata que será lida e assinada por mim e pelos demais presentes. *Cristiane Herbst Mota*

Milena Louisa Conceição

Sergio Luis Moreira

Didiméia Dias dos Santos

Cleide de Fátima Kanha

Maria de Lourdes Leiros

Franete Brandão Ferrira Ilscowicz

Silma Ciparucida Kaschube Berbeli

Daniel Antonio Ribeiro de Lima



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV8

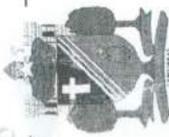
PROCESSO Nº: @PCP 17/00131971
INTERESSADO: Luiz Alberto Rincoski Faria
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Canoinhas

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 280 à 284.

Florianópolis, 04 de julho de 2017.

EDIMEIA LILIANI SCHNITZLER



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



PARECER EXERCÍCIO DE 2016

Considerando a Legislação que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) partindo da Constituição Federal de 1988, da Lei 8080 de 1990, da Lei 8142 de 1990, da Lei Complementar nº 141 de 2012 e conforme a Resolução do Tribunal de Contas, N.TC-16/1194;

Considerando o incentivo a participação popular e a realização de audiências públicas visando assegurar a transparência e visibilidade do planejamento e da execução das ações e dos serviços de saúde no município de Canoinhas;

Considerando auditorias trimestrais realizadas através da Comissão Permanente de Controle e Avaliação do conselho Municipal de Saúde de Canoinhas;

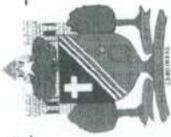
Considerando participação e aprovação do conselho Municipal de Saúde na elaboração dos Instrumentos de Gestão, sendo plano Municipal de Saúde, Programação anual de Saúde e Relatório anual de gestão;

Considerando acesso as cartas geradas através do sistema de informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) bimestralmente, informando índices conforme segue cartas apresentadas ao Conselho Municipal de Saúde, referente ao exercício de 2016: 1º bimestre: 23,85%, 2º bimestre: 23,92% e 6º bimestre 24, 51%, considerado dentro da legalidade do índice de 15% na aplicação em ações e serviços públicos de saúde;

Considerando que a Prestação de Contas foi apresentada em audiências públicas na Casa Legislativa, conforme prazos estabelecidos, através da Prestação de Contas em Geral do município, abarcando o Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas conforme Lei de Responsabilidade Fiscal; e também:

O Conselho Municipal de Saúde de Canoinhas, comprometido com o direito à saúde da população, atua no sentido de avaliar e fiscalizar o controle dos recursos, com objetivo de trazer melhorias ao setor. Este Conselho possui uma Comissão Permanente de Controle e Avaliação atuante, e que realizou auditoria em tempo hábil nos quatro trimestres da competência 2016, fazem parte desta comissão de Auditoria quatro conselheiros conforme segue:

NOME	SEGMENTO	TELEFONE
Ricardo Gajevski	Prestador de serviço	(47)36223333



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



apresentados: Balançetes financeiros, extratos de contas bancárias, relação de empenhos emitidos, demonstrativos de recursos recebidos, demonstrativos de despesas autorizadas, empenhadas e liquidadas acompanhadas das devidas notas fiscais. Também são realizadas auditorias nas folhas de pagamento do pessoal da saúde e acompanhamento dos relatórios de combustível.

Sempre que identifica áreas críticas, esta comissão de auditoria emite solicitações para regularização das mesmas ao setor responsável, estas tem sido respondidas e solucionadas num curto espaço de tempo.

Esta comissão sempre que necessário faz recomendações para superar as deficiências encontradas. Salienciamos que a comissão de auditoria do conselho Municipal de Saúde é formada por representantes dos prestadores de saúde conveniados ao SUS, e que a área de atuação bem como a formação destes membros não lhes dá capacidade técnica para assegurar a exatidão das informações apresentadas a eles.

Sendo assim, o conselho Municipal de Saúde de Canoinhas, se responsabiliza pela aprovação das propostas que são apresentadas nas reuniões conforme assuntos pautados e registros em ata e no que se refere às Prestações de Contas, realiza auditorias nos documentos que são enviados à Comissão Permanente de Controle e Avaliação.

Acordado que a prestação de Contas do exercício de 2016 será realizada junto à Prestação de Contas Geral da prefeitura, porém, pautado separadamente conforme previsto na legislação do SUS.

Conforme assunto pautado nas reuniões deste Conselho no dia 12 de abril de 2017, o conselho Municipal de Saúde de Canoinhas emite PARECER FAVORAVEL a aprovação de contas referente à Prestação de Contas do Prefeito – TCE/SC, exercício 2016.

CANOINHAS, 19 DE ABRIL DE 2017.

MARINA AUXILIADORA C. CORREA
Presidente do CMS – 2016/2018
Comissão de Controle e Avaliação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV8

PROCESSO Nº: @PCP 17/00131971
INTERESSADO: Luiz Alberto Rincoski Faria
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Canoinhas

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 285 à 287.

Florianópolis, 21 de julho de 2017.

EDIMEIA LILIANI SCHNITZLER

**BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13**

Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)

Competência: 06/2016

INGRESSOS

	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	4.890.354,48
Ordinária	320.629,48
Vinculada	4.569.725,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	
Transferências Recebidas para Aporte de recursos para o RPPS	
Recebimentos Extraorçamentários (III)	6,92
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6,92
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	
TOTAL(V) = (I + II + III + IV)	4.890.361,40



BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)

Competência: 06/2016

DISPÊNDIOS

	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)	2.488,37
Ordinária	0,00
Vinculada	2.488,37
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	
Transferências Concedidas para Aporte de recursos para o RPPS	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	4.887.873,03
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.887.873,03
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	
TOTAL(X) = (VI + VII + VIII + IX)	4.890.361,40

**Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)**

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	320.815,54
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	320.815,54
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	4.572.376,57
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	4.572.376,57
	TOTAL GERAL (I + II)	4.893.192,11

**Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)**

Deduções da Receita Orçamentária segundo as Fontes de Recurso - Anexo 2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	186,06
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	186,06
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	2.651,57
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	2.651,57
	TOTAL GERAL (I + II)	2.837,63

**Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)**

Despesas Orçamentárias segundo as Fontes de Recurso - Anexo 3 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	2.488,37
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	2.488,37
	TOTAL GERAL (I + II)	2.488,37



Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)

Saldos em espécie do exercício anterior, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4, ao balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)

Saldos em espécie do exercício anterior, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4, ao balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	

**Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)**

SalDOS em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	320.629,48
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	320.629,48
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	4.567.243,55
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	4.567.243,55
	TOTAL GERAL (I + II)	4.887.873,03

**Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)**

Saldo em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo , coluna saldo em espécie para o exercício seguinte, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 6, ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2016

Código	Especificação	Valor
1.1.4.0.0.00.00, F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Ordinários (I)	
1.1.4.0.0.00.00, F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV8

PROCESSO Nº: @PCP 17/00131971
INTERESSADO: Luiz Alberto Rincoski Faria
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Canoinhas

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 288 à 298.

Florianópolis, 24 de julho de 2017.

EDIMEIA LILIANI SCHNITZLER



BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)

Competência: 06/2016

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	4.887.873,03	PASSIVO CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.887.873,03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
Créditos a Curto Prazo	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo
Créditos Tributários a Receber		Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
Clientes		Obrigações Fiscais a Curto Prazo
Créditos de Transferências a Receber		Provisões a Curto Prazo
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		Demais Obrigações a Curto Prazo
Dívida Ativa Tributária		
Dívida Ativa Não Tributária		
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	
Títulos e valores mobiliários		
Investimento do RPPS		
Aplicações em segmentos de Imóveis		
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporárias		
Estoques		
Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente		



BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)

Competência: 06/2016

ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo
Créditos a Longo Prazo	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
Créditos Tributários a Receber		Fornecedores a Longo Prazo
Clientes		Obrigações Fiscais a Longo Prazo
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		Provisões a Longo Prazo
Dívida Ativa Tributária		Provisões Matemáticas Previdenciárias
Dívida Ativa Não Tributária		Demais Provisões a Longo Prazo
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo		Demais Obrigações a Longo Prazo
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		Resultado Diferido
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		
Estoques		
VPD Pagas Antecipadamente		
Investimentos	0,00	
Participações Permanentes	0,00	TOTAL DO PASSIVO
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente		
Propriedades para Investimento		



BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)

Competência: 06/2016

(-) Depreciação acumulada de Investimentos		Patrimônio Social e Capital Social
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento		Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
Investimento do RPPS de Longo Prazo		Reservas de Capital
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS		Ajustes de Avaliação Patrimonial
Demais Investimentos Permanentes		Reservas de Lucros
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais		Demais Reservas
Imobilizado	0,00	Resultados Acumulados
Bens Móveis		Resultado do Exercício
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis		Resultado de Exercícios Anteriores
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis		Ajustes de exercícios anteriores
Bens Imóveis		outros Resultados
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis		(-) Ações/Cotas em Tesouraria
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis		
Intangível		
Diferido		
TOTAL	4.887.873,03	TOTAL



QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)

Competência: 06/2016

	Exercício Atual
ATIVO	4.887.873,03
ATIVO FINANCEIRO	4.887.873,03
ATIVO PERMANENTE	0,00
PASSIVO	6,92
PASSIVO FINANCEIRO	6,92
PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL	4.887.866,11



QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)

Competência: 06/2016

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício
Garantias e Contragarantias Recebidas		Garantias e Contragarantias Concedidas	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	
Direitos Contratuais		Obrigações Contratuais	
Outros Atos Potenciais Ativos		Outros Atos Potenciais Passivos	
TOTAL	0,00	TOTAL	



BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Unidade Gestora: (3152 / Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV)

Competência: 06/2016

Destinação de Recursos	Superáv Fi
00 - Recursos Ordinários	32
03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	4.56
TOTAL	4.88



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV8

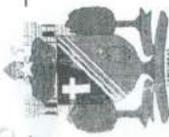
PROCESSO Nº: @PCP 17/00131971
INTERESSADO: Luiz Alberto Rincoski Faria
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Canoinhas

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 299 à 305.

Florianópolis, 24 de julho de 2017.

EDIMEIA LILIANI SCHNITZLER



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



PARECER EXERCÍCIO DE 2016

Considerando a Legislação que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) partindo da Constituição Federal de 1988, da Lei 8080 de 1990, da Lei 8142 de 1990, da Lei Complementar nº 141 de 2012 e conforme a Resolução do Tribunal de Contas, N.TC-16/1194;

Considerando o incentivo a participação popular e a realização de audiências públicas visando assegurar a transparência e visibilidade do planejamento e da execução das ações e dos serviços de saúde no município de Canoinhas;

Considerando auditorias trimestrais realizadas através da Comissão Permanente de Controle e Avaliação do conselho Municipal de Saúde de Canoinhas;

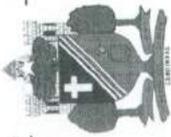
Considerando participação e aprovação do conselho Municipal de Saúde na elaboração dos Instrumentos de Gestão, sendo plano Municipal de Saúde, Programação anual de Saúde e Relatório anual de gestão;

Considerando acesso as cartas geradas através do sistema de informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) bimestralmente, informando índices conforme segue cartas apresentadas ao Conselho Municipal de Saúde, referente ao exercício de 2016: 1º bimestre: 23,85%, 2º bimestre: 23,92% e 6º bimestre 24, 51%, considerado dentro da legalidade do índice de 15% na aplicação em ações e serviços públicos de saúde;

Considerando que a Prestação de Contas foi apresentada em audiências públicas na Casa Legislativa, conforme prazos estabelecidos, através da Prestação de Contas em Geral do município, abarcando o Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas conforme Lei de Responsabilidade Fiscal; e também:

O Conselho Municipal de Saúde de Canoinhas, comprometido com o direito à saúde da população, atua no sentido de avaliar e fiscalizar o controle dos recursos, com objetivo de trazer melhorias ao setor. Este Conselho possui uma Comissão Permanente de Controle e Avaliação atuante, e que realizou auditoria em tempo hábil nos quatro trimestres da competência 2016, fazem parte desta comissão de Auditoria quatro conselheiros conforme segue:

NOME	SEGMENTO	TELEFONE
Ricardo Gajewski	Prestador de serviço	(47)36223333



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



apresentados: Balançetes financeiros, extratos de contas bancárias, relação de empenhos emitidos, demonstrativos de recursos recebidos, demonstrativos de despesas autorizadas, empenhadas e liquidadas acompanhadas das devidas notas fiscais. Também são realizadas auditorias nas folhas de pagamento do pessoal da saúde e acompanhamento dos relatórios de combustível.

Sempre que identifica áreas críticas, esta comissão de auditoria emite solicitações para regularização das mesmas ao setor responsável, estas tem sido respondidas e solucionadas num curto espaço de tempo.

Esta comissão sempre que necessário faz recomendações para superar as deficiências encontradas. Salienciamos que a comissão de auditoria do conselho Municipal de Saúde é formada por representantes dos prestadores de saúde conveniados ao SUS, e que a área de atuação bem como a formação destes membros não lhes dá capacidade técnica para assegurar a exatidão das informações apresentadas a eles.

Sendo assim, o conselho Municipal de Saúde de Canoinhas, se responsabiliza pela aprovação das propostas que são apresentadas nas reuniões conforme assuntos pautados e registros em ata e no que se refere às Prestações de Contas, realiza auditorias nos documentos que são enviados à Comissão Permanente de Controle e Avaliação.

Acordado que a prestação de Contas do exercício de 2016 será realizada junto à Prestação de Contas Geral da prefeitura, porém, pautado separadamente conforme previsto na legislação do SUS.

Conforme assunto pautado nas reuniões deste Conselho no dia 12 de abril de 2017, o conselho Municipal de Saúde de Canoinhas emite PARECER FAVORAVEL a aprovação de contas referente à Prestação de Contas do Prefeito – TCE/SC, exercício 2016.

CANOINHAS, 19 DE ABRIL DE 2017.

MARINA AUXILIADORA C. CORREA
Presidente do CMS – 2016/2018
Comissão de Controle e Avaliação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV8

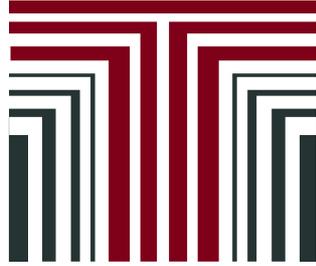
PROCESSO Nº: @PCP 17/00131971
INTERESSADO: Luiz Alberto Rincoski Faria
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Canoinhas

TERMO DE JUNTADA

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 306 à 308.

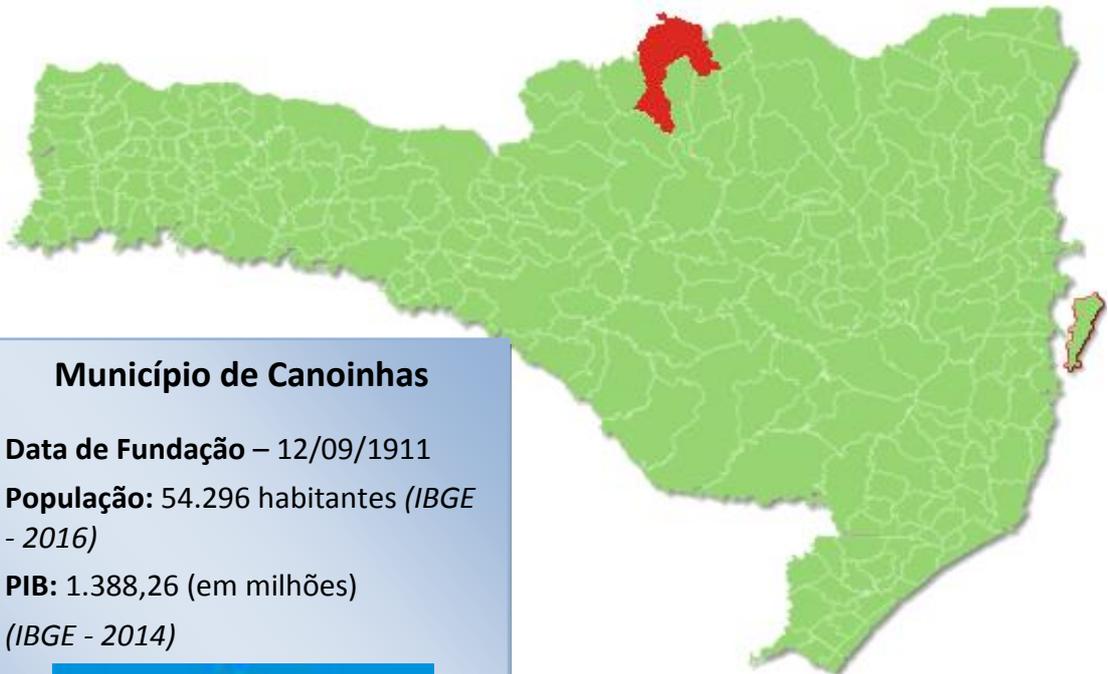
Florianópolis, 28 de julho de 2017.

EDIMEIA LILIANI SCHNITZLER



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2016



Município de Canoinhas

Data de Fundação – 12/09/1911

População: 54.296 habitantes (IBGE - 2016)

PIB: 1.388,26 (em milhões)
(IBGE - 2014)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário	7
3.2. Análise do resultado orçamentário	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	15
4.1. Situação Patrimonial	16
4.2. Análise do resultado financeiro	17
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	18
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	20
4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência	24
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	25
5.1. Saúde	25
5.2. Ensino	27
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	27
5.2.2. FUNDEB	28
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	32
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	32
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	33
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	35
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	36
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	37
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	38
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	42
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	42
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	43

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	44
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010	45
8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF	49
9. RESTRIÇÃO APURADA	55
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2016	55
CONCLUSÃO	56
ANEXO	58
APÊNDICE	59

PROCESSO	PCP 17/00131971
UNIDADE	Município de Canoinhas
RESPONSÁVEL	Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2016
RELATÓRIO N°	835/2017

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Canoinhas, relativas ao exercício de 2016.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2016 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições do artigo 7º da Instrução Normativa nº TC-20/2015 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Canoinhas, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 11/08/2017 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos

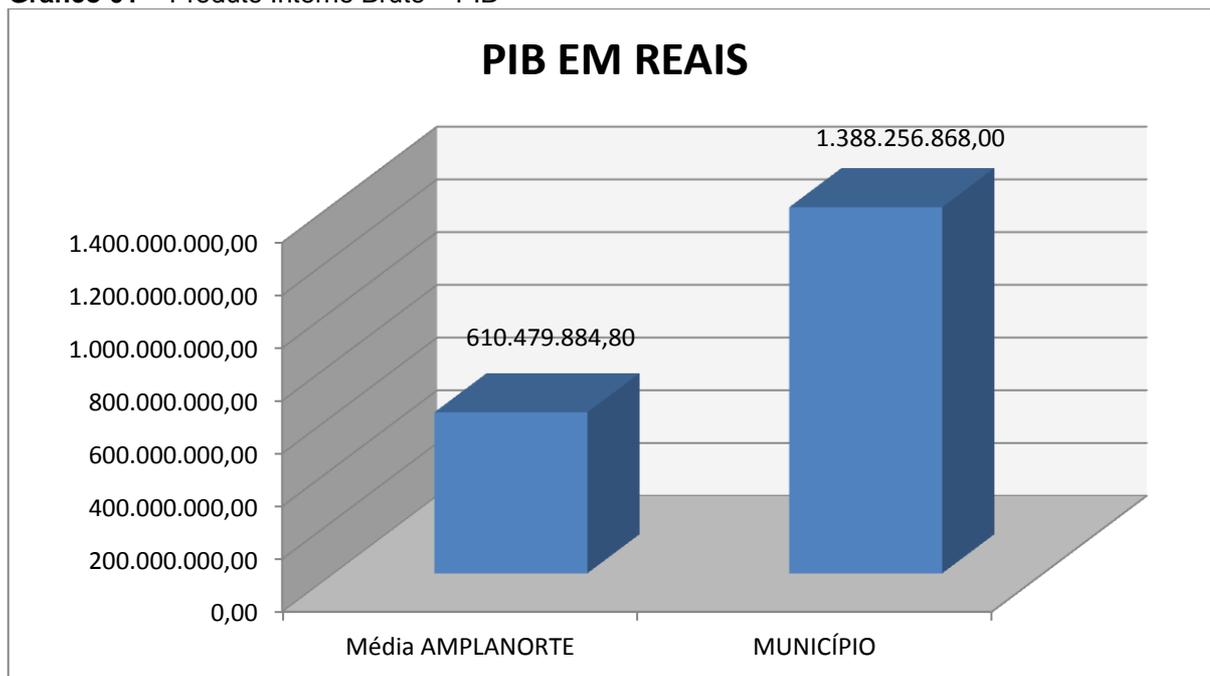
exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Canoinhas tem uma população estimada em 54.296¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,76². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 1.388.256.868,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 25.670,90, considerando uma população estimada em 2014 de 54.079 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2013

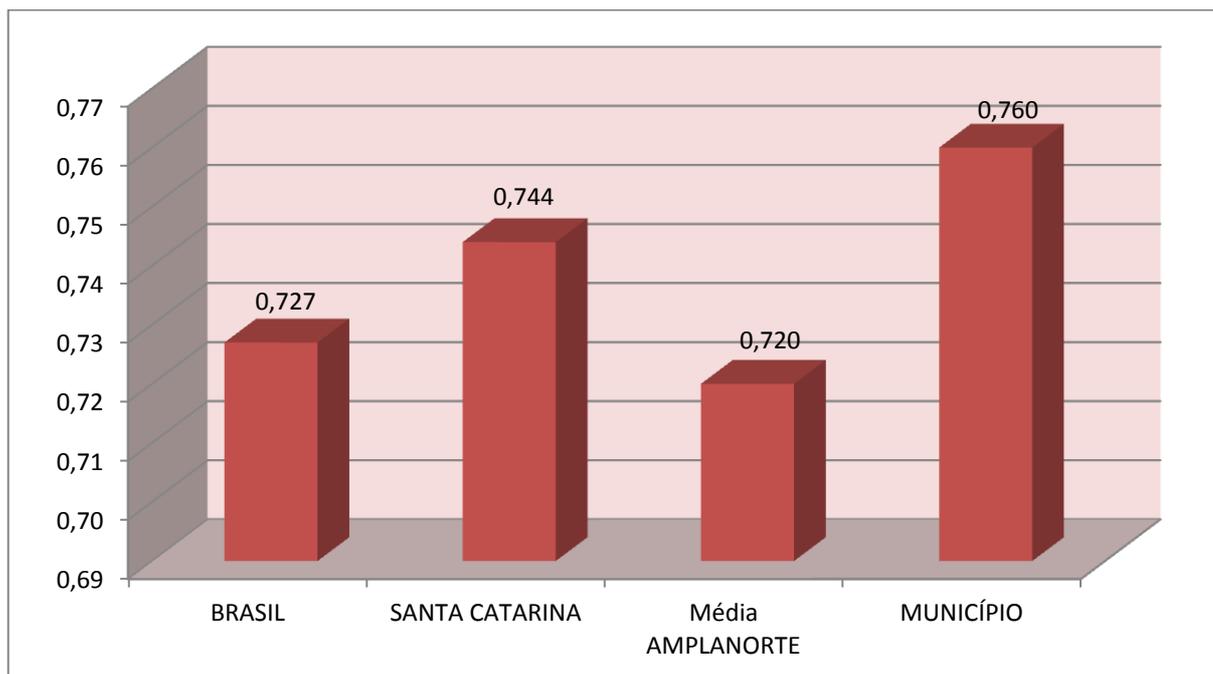
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Canoinhas encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

¹ IBGE - 2016

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2014



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	137.017.920,00
PPA	5201/2013	25/07/2013	DESPESA FIXADA	137.017.920,00
LDO	5748/2015	26/02/2015		
LOA	5749/2015	28/05/2015		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 1.171.016,45**, correspondendo a **0,90%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 1.171.016,45, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 6.968.668,74 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 5.797.652,29.

Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência, o Município apresentou Déficit de R\$ 6.058.882,56.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 11.841.058,08), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2016

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	137.017.920,00	130.780.569,81	95,45
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	158.446.858,62	131.951.586,26	83,28
Déficit de Execução Orçamentária		1.171.016,45	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS			
	Déficit Consolidado Ajustado	Superávit do RPPS	Déficit excluído RPPS
RECEITA	130.780.569,81	4.890.354,48	125.890.215,33
DESPESA	131.951.586,26	2.488,37	131.949.097,89
Resultado de Execução Orçamentária	1.171.016,45	4.887.866,11	6.058.882,56

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência no montante de R\$ 2.000.229,73 entre o resultado da execução orçamentária (R\$ 6.058.882,56) e a variação do patrimônio financeiro (R\$ 4.028.652,83) refere-se ao cancelamento de restos a pagar.

Obs.: A receita no montante de R\$ 4.890.354,48, assim como a despesa no montante de R\$ 2.488,37, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao RPPS.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Canoinhas nos últimos 5 anos:

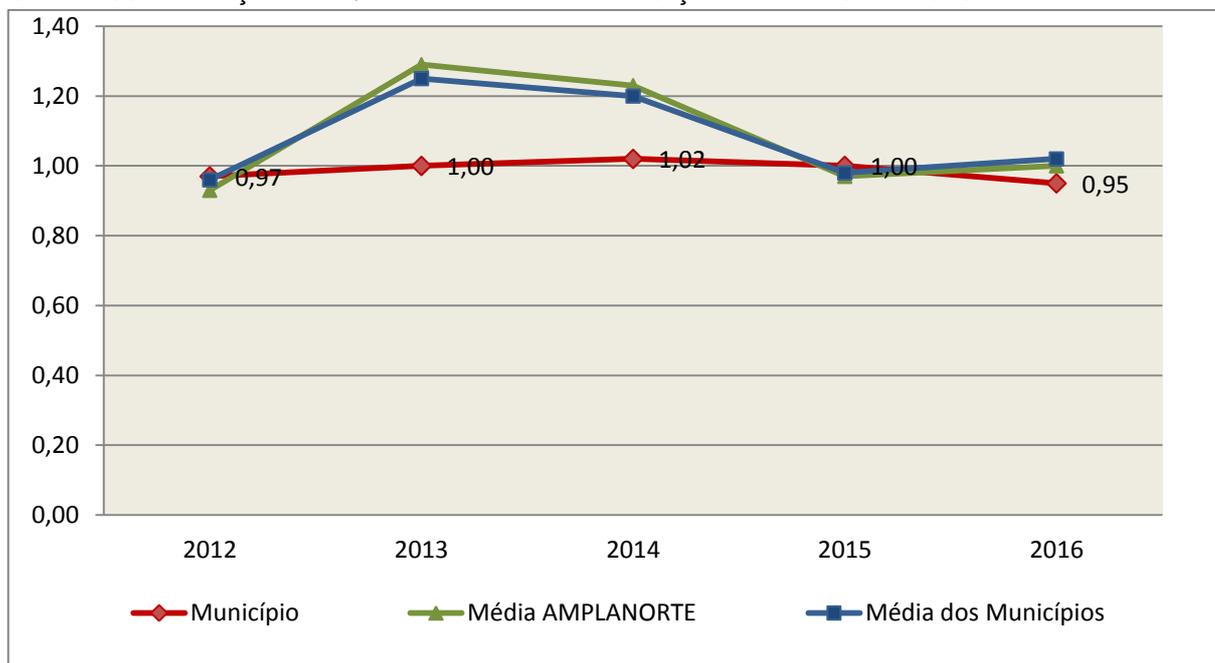
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2012-2016

ITENS / ANO	2012	2013	2014	2015	2016
1 Receita realizada	93.982.422,12	95.639.886,34	115.366.716,63	117.740.663,19	125.890.215,33
2 Despesa executada	96.964.484,47	95.458.956,25	112.753.447,32	117.572.067,43	131.949.097,89
QUOCIENTE	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Orçamentário (1÷2)	0,97	1,00	1,02	1,00	0,95

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 130.780.569,81**, equivalendo a **95,45%** da receita orçada.

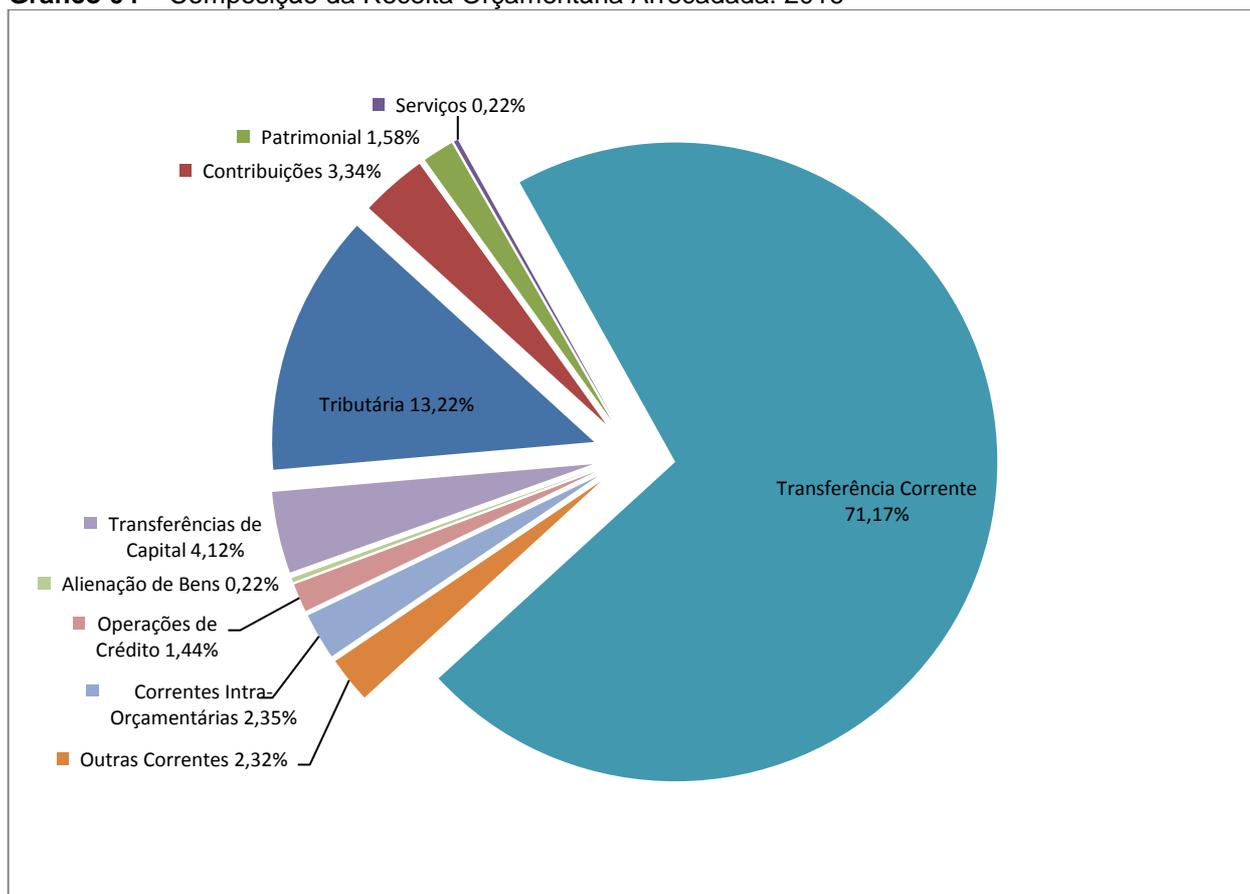
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2016

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	18.070.800,00	17.286.995,49	<u>95,66</u>
Receita de Contribuições	2.640.000,00	4.365.435,57	<u>165,36</u>
Receita Patrimonial	577.832,36	2.072.311,73	<u>358,64</u>
Receita de Serviços	727.760,00	286.939,80	<u>39,43</u>
Transferências Correntes	94.219.711,57	93.079.620,58	<u>98,79</u>
Outras Receitas Correntes	2.237.170,00	3.039.016,27	<u>135,84</u>
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	-	3.078.636,48	-
RECEITA CORRENTE	118.473.273,93	123.208.955,92	104,00
Operações de Crédito	7.393.000,00	1.888.260,14	<u>25,54</u>
Alienação de Bens	320.000,00	289.052,40	<u>90,33</u>
Transferências de Capital	10.831.646,07	5.394.301,35	<u>49,80</u>
RECEITA DE CAPITAL	18.544.646,07	7.571.613,89	40,83
TOTAL DA RECEITA	137.017.920,00	130.780.569,81	95,45

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2016

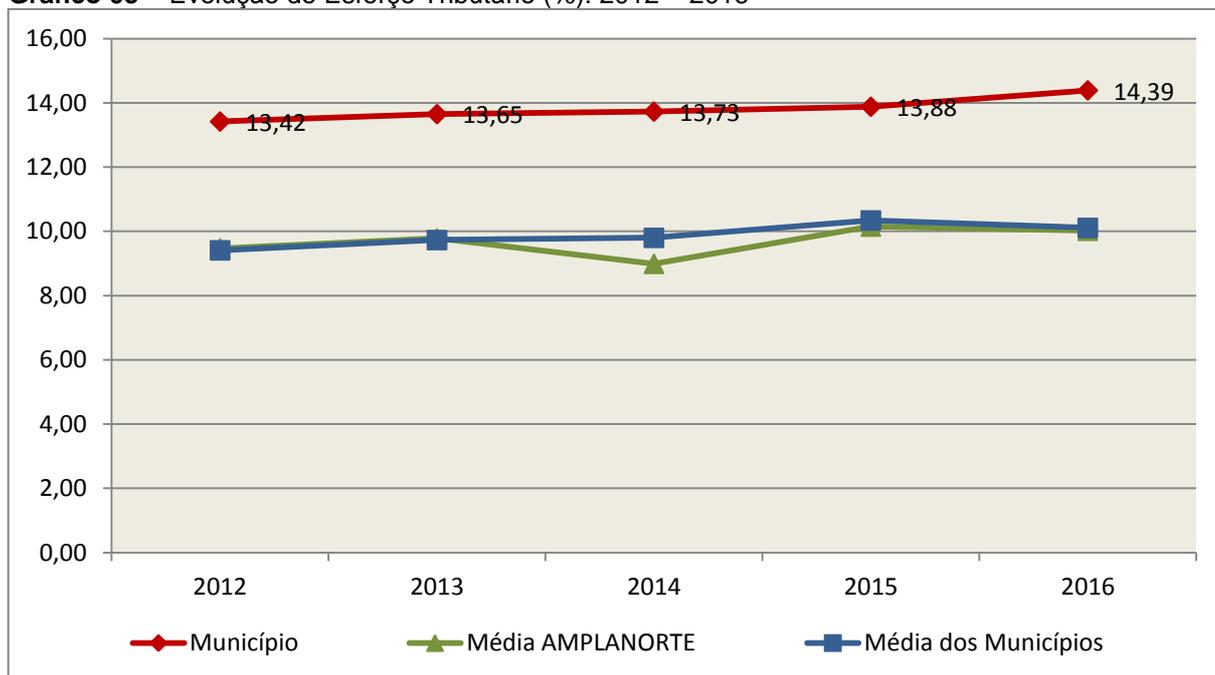


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **71,17%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2012 – 2016

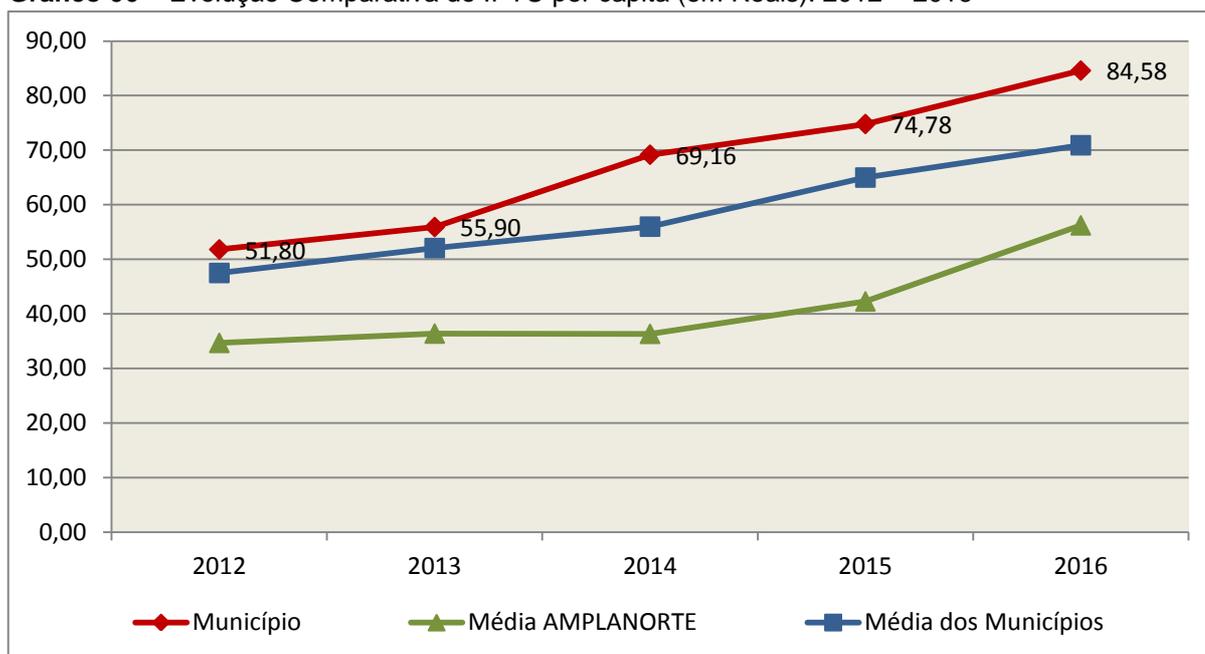


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

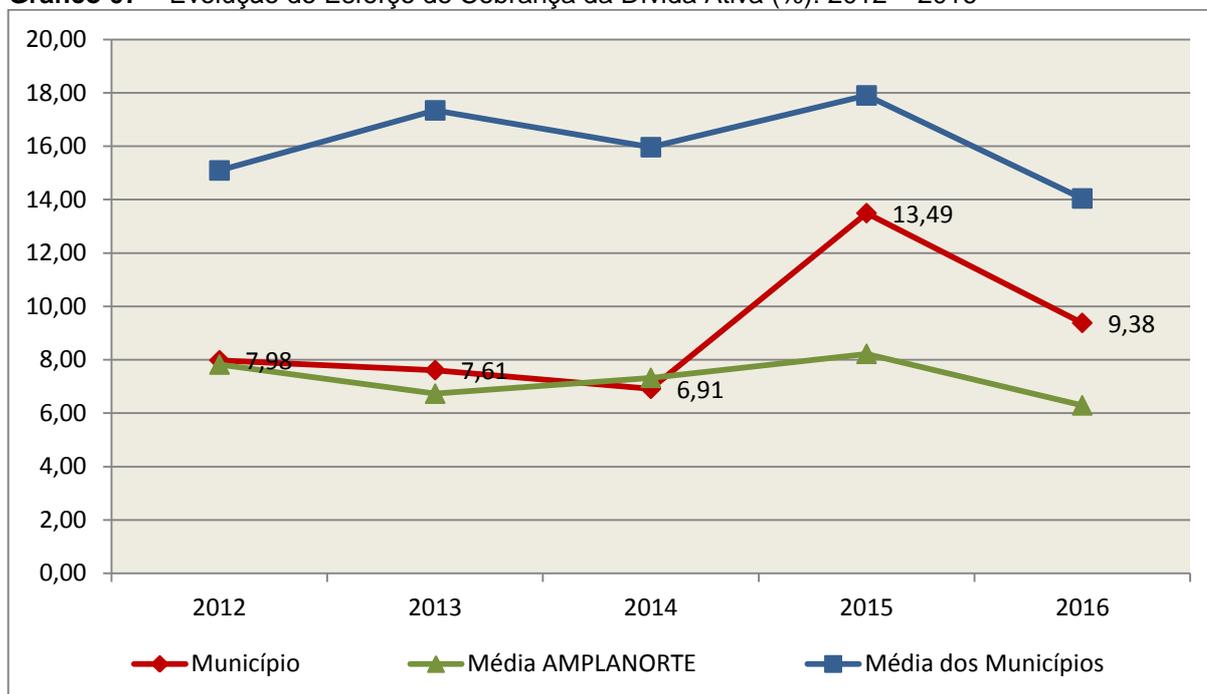
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2016

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/ s/ Atualização	Recebimento	Transferências/ Outras Baixas	Saldo Final
24.382.070,30	17.267.856,51	2.288.235,61	8.849.224,21	30.512.466,99

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2016

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	3.850.000,00	3.212.662,47	83,45
04-Administração	12.800.247,92	11.100.602,20	86,72
06-Segurança Pública	843.471,28	672.134,60	79,69
08-Assistência Social	5.716.012,21	4.646.623,31	81,29
09-Previdência Social	2.500,00	2.488,37	99,53

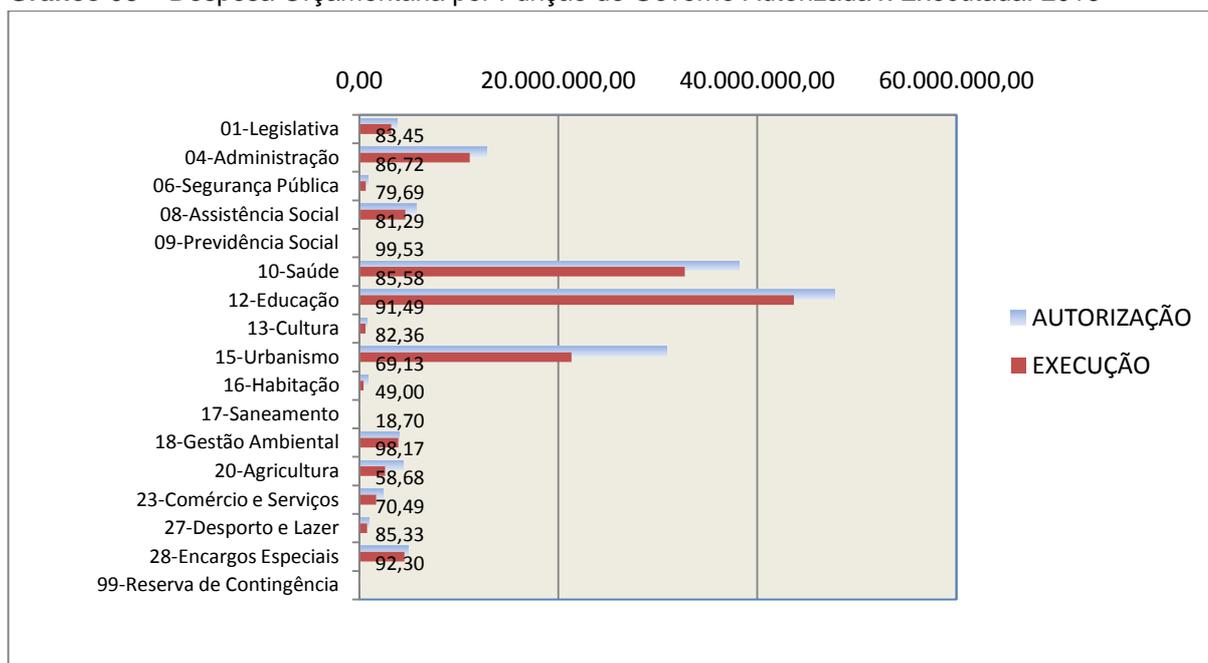
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
10-Saúde	38.208.195,20	32.697.212,20	85,58
12-Educação	47.735.870,77	43.672.705,90	91,49
13-Cultura	754.126,00	621.081,83	82,36
15-Urbanismo	30.854.418,30	21.331.177,60	69,13
16-Habitação	863.792,64	423.270,14	49,00
17-Saneamento	60.940,18	11.393,10	18,70
18-Gestão Ambiental	4.012.852,03	3.939.587,94	98,17
20-Agricultura	4.446.719,53	2.609.294,16	58,68
23-Comércio e Serviços	2.391.281,96	1.685.545,93	70,49
27-Desporto e Lazer	934.775,33	797.672,41	85,33
28-Encargos Especiais	4.905.655,27	4.528.134,10	92,30
99-Reserva de Contingência	66.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	158.446.858,62	131.951.586,26	83,28

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2016



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2012 – 2016

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2012	2013	2014	2015	2016
01-Legislativa	2.406.006,00	2.370.831,41	2.629.585,03	2.914.504,94	3.212.662,47
03-Essencial à Justiça	3.593.991,42	-	-	-	-
04-Administração	2.781.216,49	7.301.378,40	8.739.426,59	10.129.409,00	11.100.602,20
06-Segurança Pública	303.721,32	421.704,25	389.274,71	540.393,78	672.134,60
08-Assistência Social	3.819.893,16	3.824.462,26	3.978.129,06	4.667.594,05	4.646.623,31
09-Previdência Social	-	-	-	-	2.488,37
10-Saúde	26.132.041,80	26.371.204,31	34.301.511,37	32.391.956,24	32.697.212,20
11-Trabalho	791,93	-	600,00	-	-
12-Educação	31.481.112,45	33.157.388,91	36.020.355,52	37.923.924,43	43.672.705,90
13-Cultura	373.071,27	413.273,50	456.044,01	506.196,81	621.081,83
15-Urbanismo	14.510.026,89	9.324.358,52	14.908.563,20	15.827.145,16	21.331.177,60
16-Habituação	700,00	272.596,84	483.482,14	1.149.992,33	423.270,14
17-Saneamento	293.852,15	74.027,75	39.870,50	1.027,77	11.393,10
18-Gestão Ambiental	322.141,55	482.586,12	3.351.758,21	3.415.115,89	3.939.587,94
20-Agricultura	950.836,28	960.457,04	1.502.857,43	1.679.674,39	2.609.294,16
23-Comércio e Serviços	563.813,81	1.098.025,94	1.291.710,46	1.781.891,65	1.685.545,93
25-Energia	1.455.901,79	1.590.445,58	-	-	-
26-Transporte	2.443.785,59	2.364.947,53	33.390,00	-	-
27-Desporto e Lazer	652.272,85	494.158,88	758.760,08	776.504,06	797.672,41
28-Encargos Especiais	4.879.307,72	4.937.109,01	3.868.129,01	3.866.736,93	4.528.134,10
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	96.964.484,47	95.458.956,25	112.753.447,32	117.572.067,43	131.951.586,26

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2016

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	4.592.435,28	6,35
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	6.213.378,93	8,59
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	2.549.182,60	3,53
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	1.237.161,87	1,71
Cota do ICMS	17.196.722,78	23,79
Cota-Parte do IPVA	5.255.175,29	7,27

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	338.705,68	0,47
Cota-Parte do FPM	31.155.414,69	43,09
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	1.818.905,21	2,52
Cota do ITR	298.016,99	0,41
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	94.552,56	0,13
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	786.447,49	1,09
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	758.764,00	1,05
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	72.294.863,37	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	1.818.905,21	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	70.475.958,16	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: O Registro indevido da receita de Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal no valor 6.508.440,89 (Rúbrica 17210101) (fl. 07 dos autos) foi ajustado para receita de Cota-Parte do FPM.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2016

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	130.998.034,42
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	10.867.714,98
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	1.736.251,58
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	118.394.067,86

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Canoinhas (em Reais): 2016

ATIVO	2015	2016	PASSIVO	2015	2016
ATIVO CIRCULANTE	26.434.361,96	25.936.991,68	PASSIVO CIRCULANTE	10.862.252,60	14.152.073,50
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	24.717.442,92	21.934.281,20	Obrigações Trabalhistas, Prev Curto Prazo	6.348.539,88	10.557.793,70
<u>Créditos a Curto Prazo</u>	1.496.088,47	3.703.562,56	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.830.014,07	1.099.816,25
Créditos Tributários a Receber	74.387,00	-	Fornecedores e Contas a Pag	1.869.830,94	1.326.897,36
Créditos de Transferências a Receber	666.409,49	808.445,04	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.291,91	2.291,91
Dívida Ativa Tributária	1.078.988,55	3.802.814,09	Demais Obrigações a Curto Prazo	813.867,71	1.165.274,28
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	-323.696,57	-907.696,57			
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	182.514,66	260.832,01			
<u>Estoques</u>	38.315,91	38.315,91			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	106.802.791,21	125.325.630,68	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.002.578,00	6.622.923,37
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	16.312.157,23	18.463.609,37	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	2.853.667,97	5.059.887,11
Créditos a Longo Prazo	16.312.157,23	18.463.609,37	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	1.148.910,03	1.563.036,26
Dívida Ativa Tributária	22.769.979,82	25.733.356,38			
Dívida Ativa Não Tributária	533.101,93	976.296,52			
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-6.990.924,52	-8.246.043,53			
<u>Imobilizado</u>	90.490.633,98	106.862.021,31	TOTAL DO PASSIVO	14.864.830,60	20.774.996,87
Bens Móveis	32.422.294,16	34.560.418,49			
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis)	-	-802.113,17			
Bens Imóveis	58.068.339,82	73.103.715,99	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	118.372.322,57	130.487.625,49
			Patrimônio Social e Capital Social	106.175.637,95	106.175.637,95
			Resultados Acumulados	12.196.684,62	24.311.987,54
			Resultado do Exercício	3.473.500,05	12.113.477,48
			Resultado de Exercícios Anteriores	8.723.184,57	12.196.684,62
			Ajustes de exercícios anteriores	-	1.825,44

ATIVO	2015	2016	PASSIVO	2015	2016
TOTAL	133.237.153,17	151.262.622,36	TOTAL	133.237.153,17	151.262.622,36

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 7.782.405,25** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,55** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ - 4.058.652,83** passando de um Superávit de R\$ 11.841.058,08 para um Superávit de **R\$ 7.782.405,25**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 6.634.561,07**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2015 - 2016

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	24.899.957,58	22.194.983,21	-2.704.974,37
Passivo Financeiro	13.058.899,50	9.524.711,85	-3.534.187,65
Saldo Patrimonial Financeiro	11.841.058,08	12.670.271,36	829.213,28
Ativo Financeiro do RPPS	0,00	4.887.873,03	4.887.873,03
Passivo Financeiro do RPPS	0,00	6,92	6,92
Saldo Patrimonial Financeiro s/ RPPS	11.841.058,08	7.782.405,25	-4.058.652,83

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência no montante de R\$ 2.000.229,73 entre o resultado da execução orçamentária (R\$ 6.058.882,56) e a variação do patrimônio financeiro (R\$ 4.028.652,83) refere-se ao cancelamento de restos a pagar.

Obs.: O Ativo Financeiro no montante de R\$ 4.887.873,03, assim como o Passivo Financeiro no montante de R\$ 6,92, se referem exclusivamente ao RPPS.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2016, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa Líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Canoinhas, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	75.979,94	SUPERAVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	189.301,34	SUPERAVIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	-698.634,95	DÉFICIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	39.683,38	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.026,88	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	551.894,24	SUPERAVIT
09 - FIA Imposto de Renda	498.763,41	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	9.428,31	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	23.096,06	SUPERAVIT
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	146.082,90	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 433.184,21	433.184,21	SUPERAVIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	83.236,50	SUPERAVIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	139.082,35	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	437.713,73	SUPERAVIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	473.421,70	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	97.581,91	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	30.711,85	SUPERAVIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	277.915,22	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	42.487,63	SUPERAVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	27.771,23	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	17.236,49	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	166.300,33	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	72.948,35	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	106.178,84	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	0,00	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	3.571,74	SUPERAVIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	20.790,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	732,42	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	181.744,73	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	1.508,11	SUPERAVIT
95 - Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	3.455.738,85	
00 - Recursos Ordinários	4.326.666,40	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	4.326.666,40	

Fonte: e-Sfinge

Obs.: As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes

patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2012 – 2016

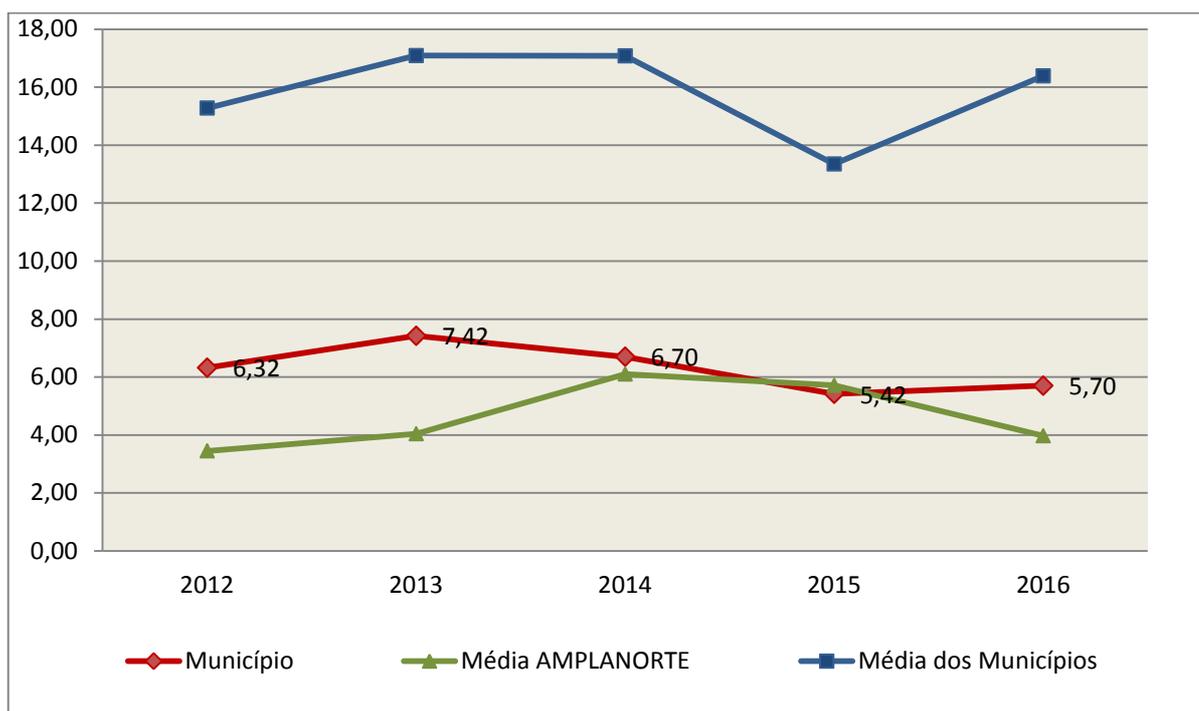
ITENS / ANO	2012	2013	2014	2015	2016
1 Despesa Executada	96.964.484,47	95.458.956,25	112.753.447,32	117.572.067,43	131.951.586,26
2 Restos a Pagar	4.966.486,06	6.294.232,34	11.299.458,00	12.279.374,88	8.281.250,22
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS	10.524.721,08	12.142.427,27	21.846.380,06	24.899.957,58	17.307.110,18
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS	5.403.942,52	6.820.094,53	11.988.785,91	13.058.899,50	9.524.704,93
5 Ativo Real	91.166.309,84	101.026.590,64	124.808.851,52	133.237.153,17	151.262.622,36
6 Passivo Real	14.425.697,02	13.615.933,60	18.633.213,57	24.586.569,49	26.522.753,60
QUOCIENTES	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Patrimonial (5÷6)	6,32	7,42	6,70	5,42	5,70
Situação Financeira (3÷4)	1,95	1,78	1,82	1,91	1,82
Restos a Pagar (2÷1)*100	5,12	6,59	10,02	10,44	6,28

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2012 – 2016



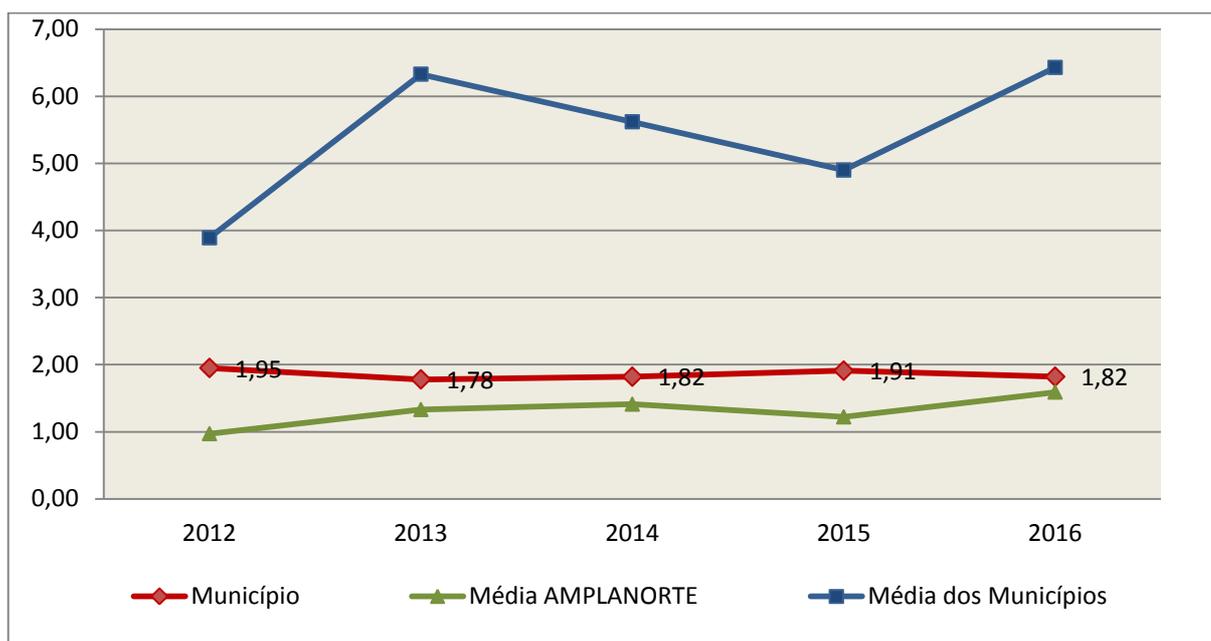
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2016 o Ativo Real apresenta-se **5,70** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

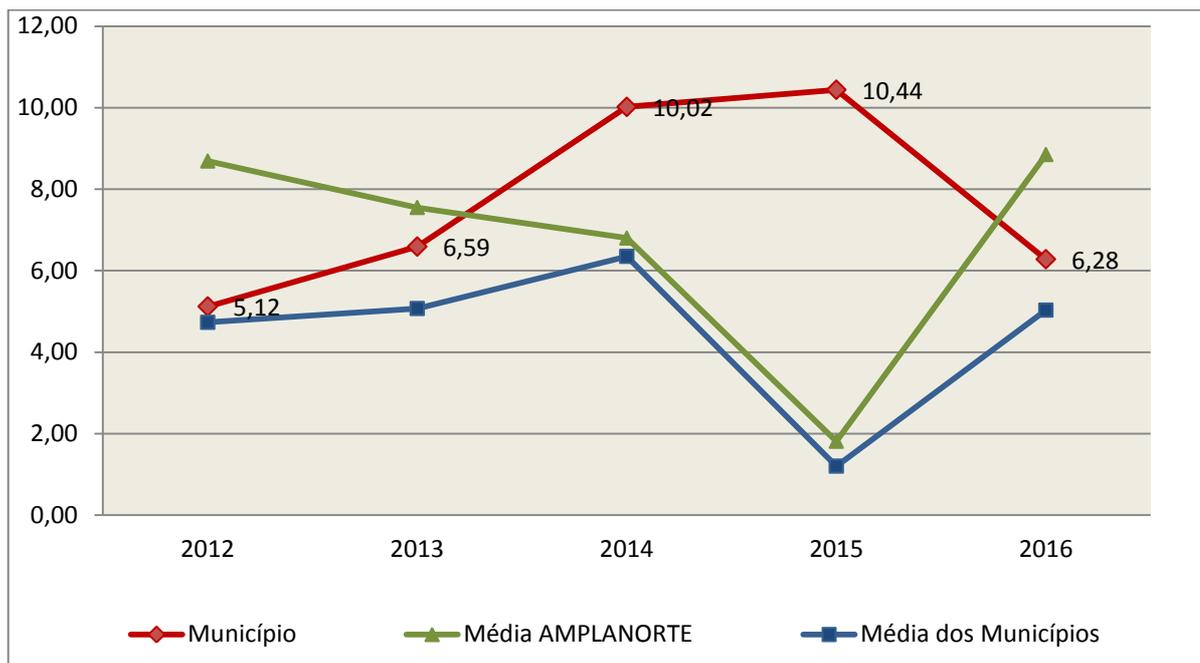
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2016 o Ativo Financeiro representa **1,82** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Canoinhas é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **6,28%** da despesa orçamentária do exercício.

4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência

O Regime Próprio de Previdência de Canoinhas, gerido pelo Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV, constituído sob a forma de AUTARQUIA, apresentou o Relatório de Avaliação Atuarial – RAA para o exercício de 2016, com data-base em 31/12/2015, com os seguintes resultados:

CANOINHAS	2016
Nº Servidores ativos	1.147
Nº Beneficiários (Inativos e pensionistas)	0
TOTAL	1.147
Resultados	Consolidado
Patrimônio Atual	0,00
(+) Receitas Futuras Projetadas ⁴	195.289.212,22
(-) Benefícios Futuros Projetados ⁵	200.569.560,59
Resultado Atuarial	(5.280.348,37)

⁴ O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das receitas de contribuição dos servidores, receitas de contribuição da quota patronal e, dependendo da Unidade, das receitas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV, amortização de dívidas das contribuições passadas e das alíquotas suplementares e/ou aportes de caixa.

⁵ O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das despesas de benefício concedido, despesas de benefício a conceder e, dependendo da Unidade, das despesas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV.

Segundo dados apresentados no relatório do atuário, Sr. Luiz Cláudio Kogut (MIBA nº 1.308), constata-se que a situação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Canoinhas é de Desequilíbrio Atuarial no primeiro ano de criação, o que indica que em 2016 as obrigações futuras do RPPS estavam descobertas pelo rol de ativos no montante indicado.

Assim, deverá o gestor do Município atuar no sentido de equilibrar atuarialmente o regime sob a sua competência, conduta que será analisada por ocasião do próximo processo de prestação de contas do prefeito, relativamente ao exercício de 2017, a ser analisado em 2018, motivo pelo qual não deverá ser provocado neste momento.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2016 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 17.275.835,96** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **24,51%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 6.704.442,24**, representando **9,51%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	70.475.958,16	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	32.697.212,20	46,39

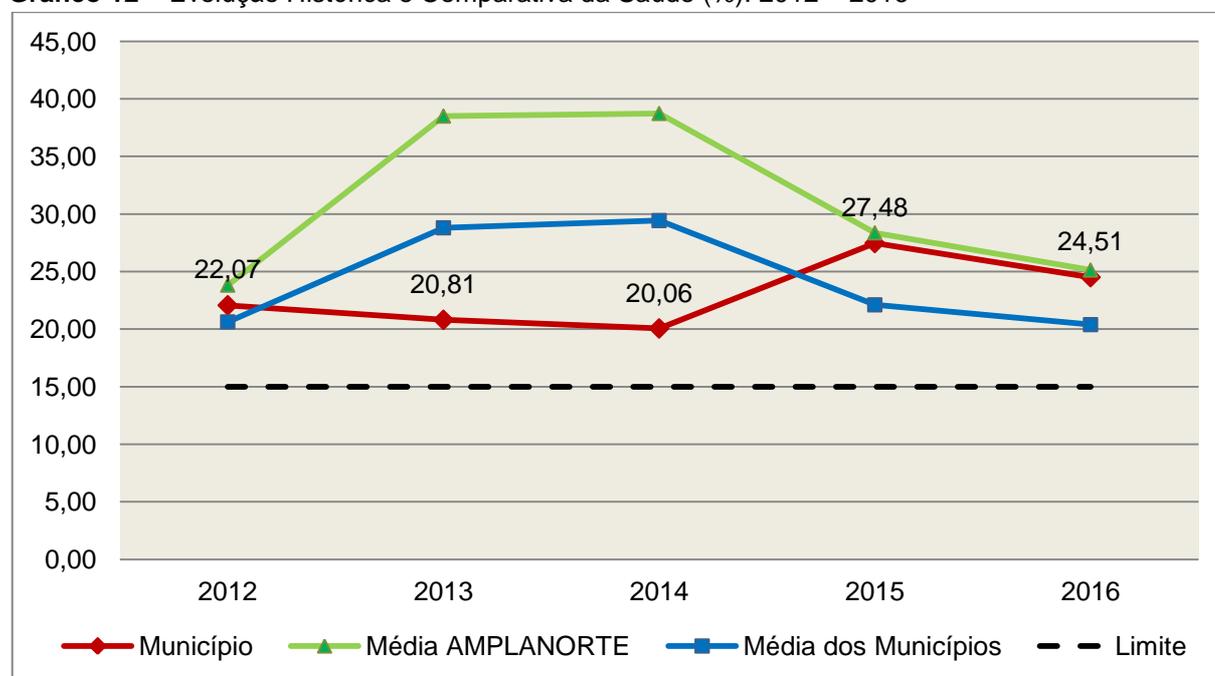
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Atenção Básica	8.867.312,49	12,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	21.679.641,12	30,76
Suporte Profilático e Terapêutico	1.020.686,45	1,45
Vigilância Sanitária	420.745,65	0,60
Vigilância Epidemiológica	708.826,49	1,01
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	15.421.376,24	21,88
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	17.275.835,96	24,51
Valor Mínimo a ser Aplicado	10.571.393,72	15,00
Valor Acima do Limite	6.704.442,24	9,51

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Canoinhas em 2016 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2016) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 19.380.288,33** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **26,81%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.306.572,49**, representando **1,81%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2016

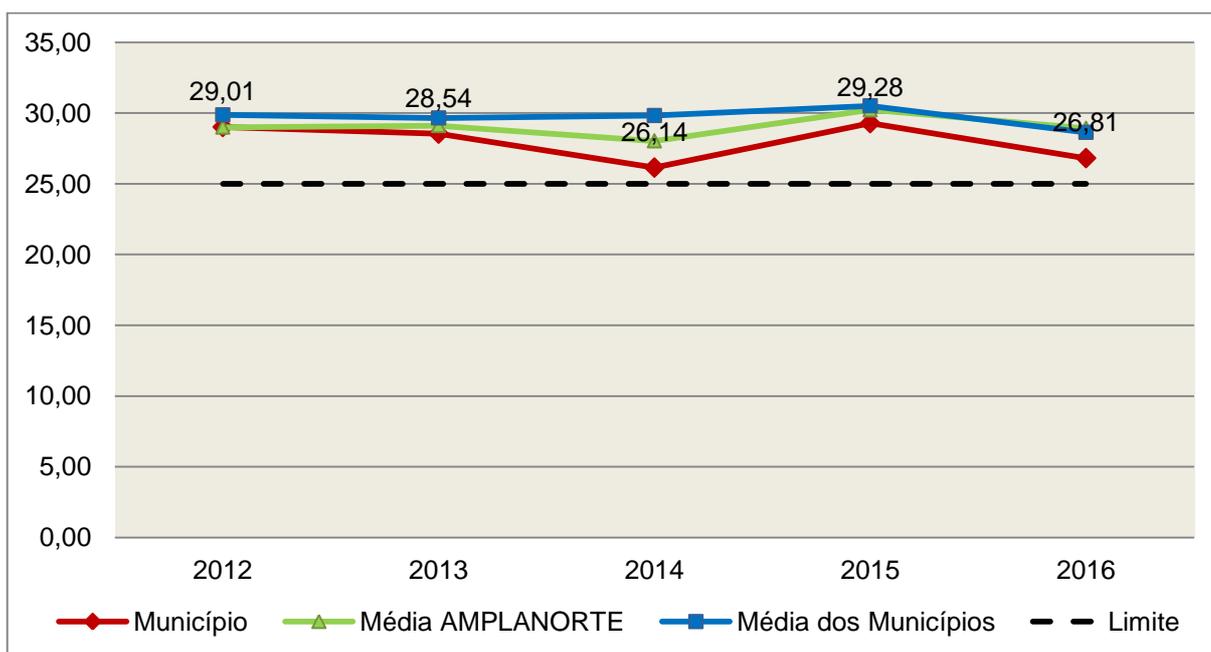
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	72.294.863,37	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	11.451.867,47	15,84
Educação Infantil	11.451.867,47	15,84
Valor Aplicado Ensino Fundamental	29.583.984,42	40,92
Ensino Fundamental	29.583.984,42	40,92
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	21.655.563,56	29,95
Total das Despesas para efeito de Cálculo	19.380.288,33	26,81
Valor Mínimo a ser Aplicado	18.073.715,84	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	1.306.572,49	1,81

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Canoinhas em 2016 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 20.985.820,35**, equivalendo a **80,12%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2016

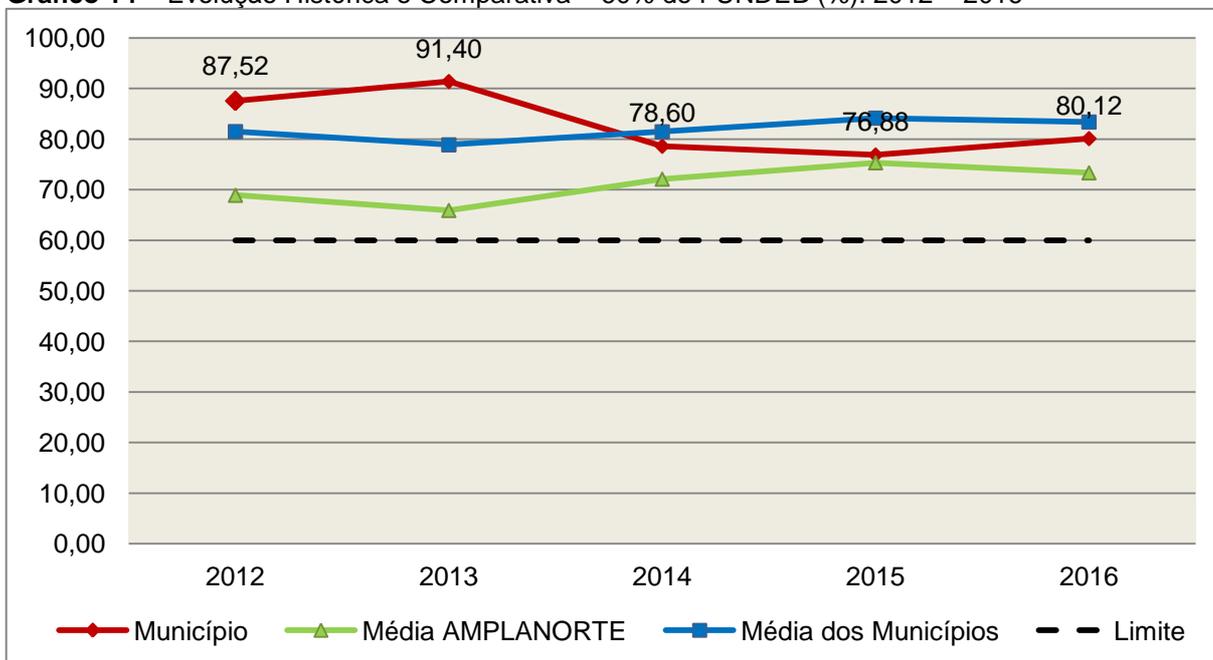
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	26.105.222,68

(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	88.096,82
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	26.193.319,50
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	15.715.991,70
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	20.985.820,35
Valor Acima do Limite	5.269.828,65

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 25.760.135,29**, equivalendo a **98,35%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2016

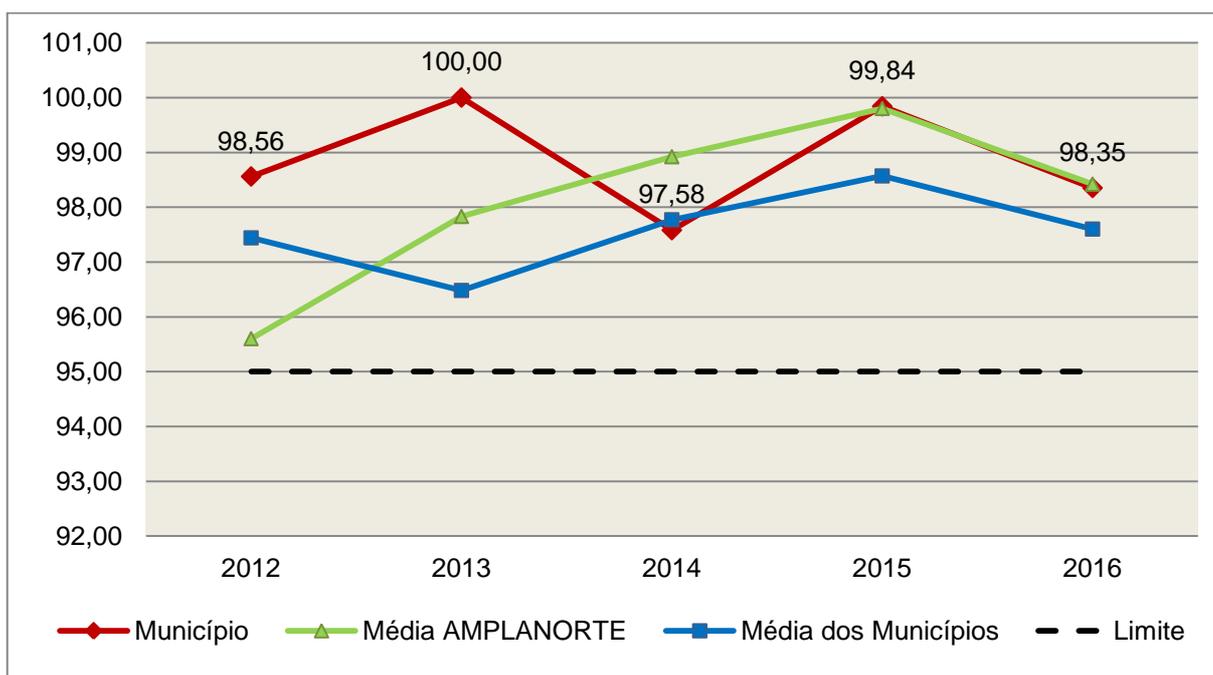
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	26.193.319,50
95% dos Recursos do FUNDEB	24.883.653,53
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	25.760.135,29
Valor Acima do Limite	876.481,76

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Canoinhas reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 36.408,08, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2016: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2016	1.360.685,37

(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	927.501,16
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	433.184,21

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2016

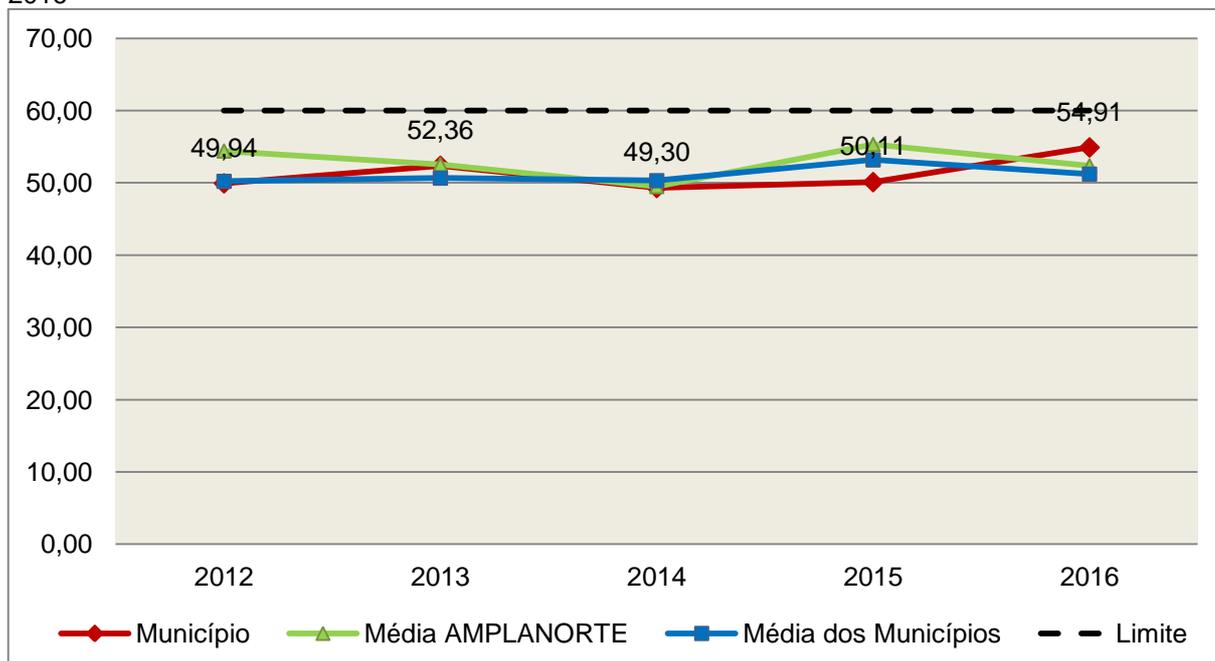
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	118.394.067,86	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	71.036.440,72	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	62.051.534,82	52,41
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.957.546,75	2,50
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	65.009.081,57	54,91
Valor Abaixo do Limite (60%)	6.027.359,15	5,09

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **54,91%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Canoinhas, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	118.394.067,86	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	63.932.796,64	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	63.029.579,62	53,24
Pessoal e Encargos*	62.031.016,61	52,39
Pessoal e encargos Inscritos em Restos a Pagar não Processados* (com as deduções)	20.518,21	0,02
Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução reincluídas nos cálculos em razão de terem sido indevidamente contabilizadas no elemento de	978.044,80	0,83

despesa 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas (Relação 2 do Apêndice)		
Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo**	978.044,80	0,83
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	62.051.534,82	52,41
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.881.261,82	1,59

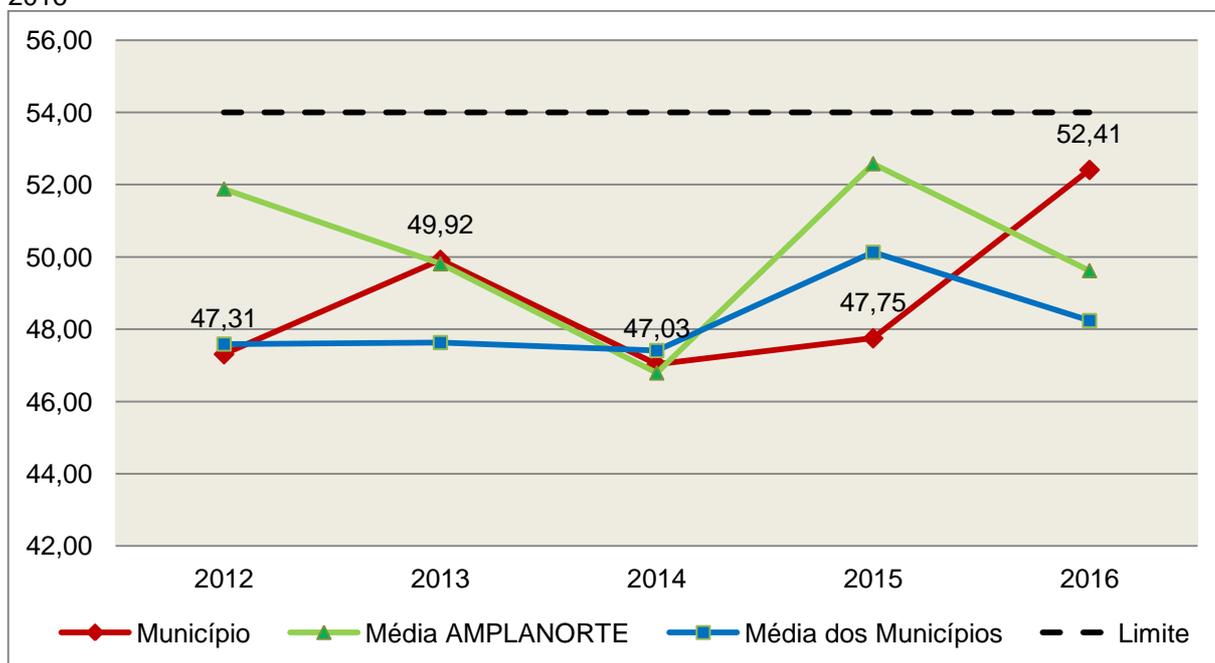
Fonte: * Sistema e-Sfinge/⁶Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **52,41%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

⁶ Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais 6ª edição, publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br/pt/web/stn/mdf>

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	118.394.067,86	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.103.644,07	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.957.546,75	2,50
Pessoal e Encargos*	2.957.546,75	2,50
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.957.546,75	2,50
Valor Abaixo do Limite (6%)	4.146.097,32	3,50

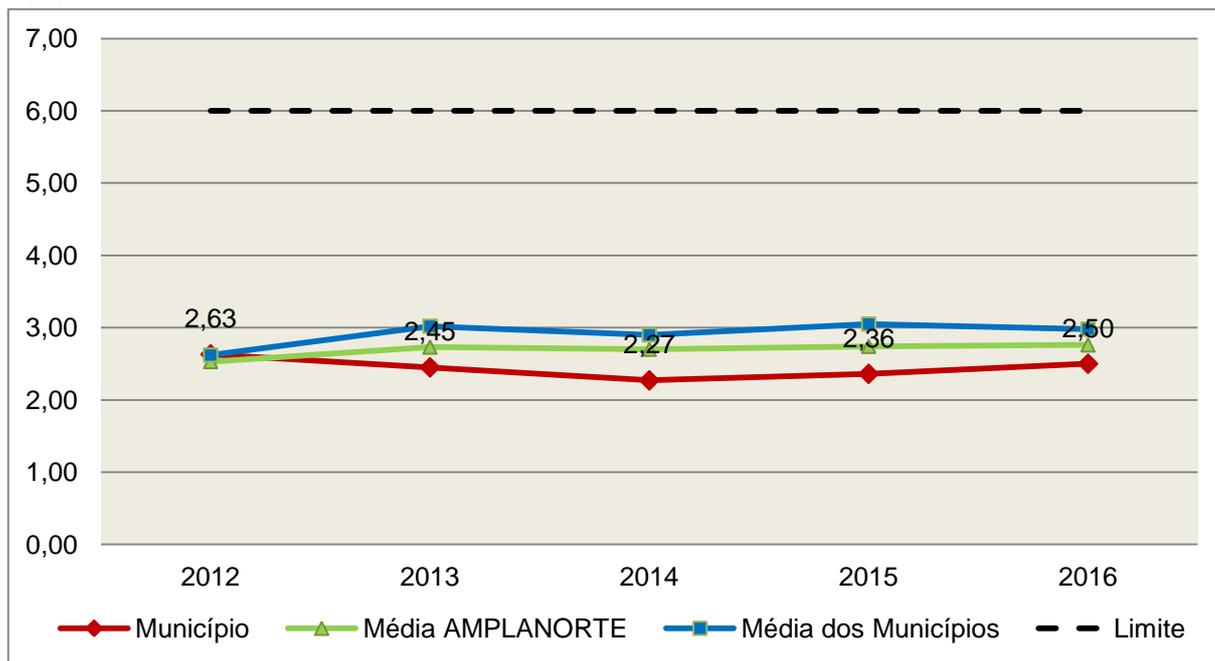
Fonte: * Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,50%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 7º, § único, da Instrução Normativa nº 20, de 01 de março de 2015 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Canoinhas**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁷.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

⁷ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar no 141/2012.

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os

padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Canoinhas**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Canoinhas**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Canoinhas**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social com a seguinte ressalva:

Os Conselheiros destacam a recorrente devolução de recursos repassados pelo Fundo Estadual de Assistência Social, sendo neste exercício os destinados aos investimentos do CRAS. Porém entende não ser responsabilidade da Administração Municipal de acordo com as informações repassadas a respeito da notificação encaminhada à empresa que não entregou os produtos empenhados e da abertura de novo processo licitatório, onde parte do recurso foi utilizado e o saldo devolvido não possuía dotação orçamentária. Vale ressaltar que o recurso devolvido era saldo reprogramado do ano de 2015.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Canoinhas**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Canoinhas**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Canoinhas**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da	CUMPRIU

execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 28/03/2017 (fls. fl. 267).

8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 42 dispõe que:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Para fins de verificação do cumprimento do dispositivo legal antes mencionado, foi apurada a disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos, conforme metodologia da Portaria STN nº 553, de 22 de dezembro de 2014, que "aprova a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)".

A Fonte de Recursos trata-se de mecanismo integrador entre a receita e a despesa, onde é atribuído um código que exerce duplo papel no processo orçamentário permitindo compatibilizar a execução orçamentária com as disponibilidades financeiras:

a) na receita orçamentária: indica a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas;

b) na despesa orçamentária: identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados e respectiva destinação específica.

Como processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, pode ser classificada em:

a) destinação vinculada: é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades estabelecidas pela normaⁱ. Ex.: FR 09 – Fia Imposto de Renda e FR 89 – Alienação de Bens destinados a outros programas;

b) destinação ordinária: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades ⁱⁱ(FR 00 – Recursos Ordinários).

No que tange aos recursos disponíveis para cobertura dos compromissos contraídos, objeto de verificação do cumprimento do art. 42 da L.C. 101/00, considera-se Disponibilidade de Caixa Bruta:

a) Caixa – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira de numerário e de outros valores em tesouraria;

b) Bancos – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira em bancos; c) Aplicações Financeiras – O saldo, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira referente a aplicações financeiras. No caso dos recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores, as aplicações financeiras equivalem ao grupo Investimentos, conforme plano de contas aplicado aos RPPS.

d) Outras Disponibilidades Financeiras – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, de outras disponibilidades financeiras, que representam recursos com livre movimentação e para os quais não existam restrições para uso imediato.

Com base nesses conceitos, para verificar o cumprimento do art. 42 da LRF, aplicou-se no cálculo os seguintes critérios:

a) Para a disponibilidade de caixa bruta: foram considerados os saldos por fonte de recursos das Contas do Ativo Financeiro com atributo F (1.1.1.X.X.XX.XX – Caixa e Equivalente de Caixa; 1.1.3.8.x.08.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Família Pago; 1.1.3.8.X.09.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago; 1.1.3.8.X.10.00 – Auxílio Natalidade Pago a Recuperar; 1.1.3.8.X.11.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Auxílio Doença e Acidentes Pagos) em 31/12/2016.

Convém esclarecer que o controle das disponibilidades por especificações de fontes de recursos é realizado simultaneamente tanto nas

contas com atributo F das Classes 1 – Ativo e 2 – Passivo como nas contas 7.2.1.X.X.XX.XX – Disponibilidades por Destinação e 8.2.1.X.X.XX.XX – Execução das Disponibilidades por Destinação das Classes 7 – Controles Devedores e 8 – Controles Credores, cujos saldos de disponibilidade de caixa devem ser iguais.

b) Obrigações Financeiras: considerou-se todas as despesas contraídas, por especificações de fontes de recursos, divididas em até o 1º quadrimestre de 2016 (despesas de exercícios anteriores e as contraídas até 30/04/2016) e as do 2º e 3º quadrimestres de 2016.

Ressalta-se que as despesas de exercícios anteriores e aquelas assumidas até 30/04/2016 já estão compromissadas para serem pagas, e conseqüentemente, devem ser consideradas para efeito de projeção de fluxo de caixa para verificação das disponibilidades financeiras ao final do mandato.

Neste sentido, esses compromissos interferem no comprometimento dos recursos financeiros quando do levantamento das disponibilidades de caixa para efeito da LRF. Assim, segundo a mesma, disponibilidade de caixa não é o valor financeiro existente em espécie na tesouraria ou nos bancos (componente do Ativo com atributo F), sendo pois o resultado entre esses saldos e as dívidas existentes registradas no Passivo com atributo F, além de outras despesas não contabilizadas, todas pendentes de pagamento. Este entendimento advém da redação do parágrafo único do artigo 42, o qual estabelece que "na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercícios".

As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens:

a) Depósitos - total dos Depósitos em 31/12/2016, pertencentes a terceiros e resultantes de consignações, cauções e outros depósitos de diversas origens;

b) Despesas liquidadas e não pagas - total em 31/12/2016, divididas em até o 1º quadrimestre e 2º e 3º quadrimestres (tomando-se por base a data da emissão do empenho), as quais referem-se a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

c) Despesas empenhadas e não liquidadas de exercícios anteriores - saldo em 31/12/2016 das despesas empenhadas e não liquidadas de anos anteriores, referentes a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

d) Outras obrigações financeiras - total em 31/12/2016, relativos as operações realizadas com terceiros, independentes da execução orçamentária e são constituídas dos grupos de contas de Serviço da Dívida a Pagar, Outras Obrigações a Curto Prazo, Depósitos Exigíveis a Longo Prazo e Valores

Pendentes a Curto Prazo, evidenciadas no Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro.

Com relação aos ajustes das disponibilidades de caixa e das obrigações financeiras, foram utilizadas as seguintes fontes de informações: inspeções; resposta do ofício circular n.º 1.815/2017; dados encaminhados via Sistema e-Sfinge e demais análises técnicas subsidiadas em Diligências, informações da Ouvidoria e Denúncias e Representações.

Informa-se que na verificação do cumprimento do artigo 42 da LRF não serão consideradas as disponibilidades de caixa e conseqüentemente as obrigações financeiras das Câmaras Municipais, dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Fundos de Assistência à Saúde do Servidor.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação as obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de Canoinhas, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 21 - Apuração do cumprimento do art. 42 da LRF (em Reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Descumpriu
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	418.754,99	CUMPRIU
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	302.304,78	CUMPRIU
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	-546.804,74	DESCUMPRIU
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	CUMPRIU
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	CUMPRIU
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	CUMPRIU
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	57.752,38	CUMPRIU
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.187,64	CUMPRIU
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	709.248,71	CUMPRIU
09 - FIA Imposto de Renda	498.763,41	CUMPRIU
10 - Convênio de Trânsito - Militar	10.978,62	CUMPRIU
11 - Convênio de Trânsito - Civil	27.239,67	CUMPRIU
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	153.923,24	CUMPRIU
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 433.184,21	433.184,21	CUMPRIU
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	CUMPRIU
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	273.709,14	CUMPRIU
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	191.587,35	CUMPRIU
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.703.628,35	CUMPRIU
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	518.550,65	CUMPRIU
36 - Salário-Educação	257.042,96	CUMPRIU
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	40.767,85	CUMPRIU
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	1.074.714,10	CUMPRIU
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	52.038,24	CUMPRIU
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	CUMPRIU
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	CUMPRIU
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	105.488,22	CUMPRIU
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	CUMPRIU
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	17.236,49	CUMPRIU
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	CUMPRIU

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Descumpriu
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	251.616,50	CUMPRIU
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	77.404,33	CUMPRIU
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	CUMPRIU
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	697.581,25	CUMPRIU
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	CUMPRIU
80 - Outras Especificações	0,00	CUMPRIU
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	3.571,74	CUMPRIU
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	CUMPRIU
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	20.790,00	CUMPRIU
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	732,42	CUMPRIU
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	307.774,90	CUMPRIU
93 - Outras Receitas Não-Primárias	1.508,11	CUMPRIU
95 – Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	CUMPRIU
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-546.804,74	
00 - Recursos Ordinários	5.273.957,07	CUMPRIU
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	5.273.957,07	

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge, de auditorias, resposta de ofícios.

Portanto, conforme demonstrativo anterior, verificou-se que o Poder Executivo do Município de Canoinhas contraiu obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS VINCULADOS para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS VINCULADAS à Fonte de Recursos FR 02 no montante de R\$ -546.804,74, ressaltando que, a referida insuficiência foi absorvida totalmente pela disponibilidade líquida de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS, no montante de R\$ 5.273.957,07, de toda forma, restando ainda, evidenciado o cumprimento do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.

9. RESTRIÇÃO APURADA

9.1 RESTRIÇÃO DE ORDEM LEGAL

- 9.1.1 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2016

Quadro 22 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	As demonstrações contábeis demonstram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 6.058.882,56
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 7.782.405,25
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	24,51%
4.2) Ensino	25,00%	26,81%
4.3) FUNDEB	60,00%	80,12%
	95,00%	98,35%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	54,91%
b) Poder Executivo	54,00%	52,41%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,50%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	DESCUMPRIU	
4.6) Artigo 42 da L.C. n° 101/00	CUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2016 do Município de Canoinhas**.

Diante da **Restrição de Ordem Legal** apurada no item **9.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 8, em 13/09/2017.

TERESINHA DE JESUS BASTO DA
SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 8

De Acordo

Em 13/09/2017.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPJTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	15.269.083,34
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.962,89
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde (Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária)	130.250,50
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde não liquidadas e sem cobertura financeira (Relação 1 do Apêndice) menos Disponibilidade na fonte 0 (R\$ 152.631,74 – R\$ 132.552,23)	20.079,51
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	15.421.376,24

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	954.921,41
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	4.487,50
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	140.765,41
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	4.955.638,71
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	81.362,58
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	192.783,43
Resultado líquido das transferências do Fundeb	15.237.507,70
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	88.096,82
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	21.655.563,56

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94)	978.044,80
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	978.044,80

* Fonte Sistema e-Sfinge

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	26.105.222,68
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	88.096,82
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2016	1.360.685,37
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	927.501,16
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2016	25.760.135,29

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2016	304	164.206,86	163.021,86	163.021,86
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2016	301	207.225,54	207.225,54	207.225,54
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2016	302	197.400,00	144.895,00	80.000,00
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	301	2.787.497,16	2.755.445,26	2.747.737,61
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	302	9.429.261,64	8.667.776,42	8.550.227,11
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	303	421.979,12	421.979,12	421.880,12
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	304	44.951,93	44.216,77	44.216,77
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	305	226.307,12	223.780,52	220.735,65
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	2016	301	9.731,55	9.731,55	9.731,55
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	2016	302	126.000,00	126.000,00	126.000,00
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2016	301	189.654,79	189.654,79	189.654,79
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2016	302	1.210.293,99	684.314,39	681.027,10
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2016	303	193.073,64	177.650,83	177.650,83
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2016	305	50.000,00	0,00	0,00
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	2016	301	11.500,00	11.500,00	11.500,00
TOTAL			15.269.083,34	13.827.192,05	13.630.608,93

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	1491	15/07/2016	OURO VERDE SOM PROP.LTDA E	520,00	520,00	520,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÕES, DESTINADO A SONORIZAÇÃO DA INAUGURAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) QUE ACONTECERÁ DIA 01 DE JULHO DE 2016, COM INÍCIO ÀS 15H, SITO A TRAVESSIA DR. MARIO MUSSI, ANEXO AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS. (Licitação Nº : 122/2015-PR) REEMPENHO REF. ANULAÇÃO Nº 136 DO EMPENHO Nº 1164.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2012	11/10/2016	ALVACIR ANTONIO MARCONDES	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS ETM-7065.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2014	11/10/2016	JOSÉ ALTAIR CARVALHO	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS ETM-7065.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2166	03/11/2016	ADELMO DE CARVALHO	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS ETM-7065.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1888	08/09/2016	ADOLFO LOPES MAGALHAES	153,23	153,23	153,23	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS MHC-3325.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2010	11/10/2016	ADOLFO LOPES MAGALHAES	38,31	38,31	38,31	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS MHC-3325.COMPLEMENTO AO EMPENHO 1888/2016.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	461	26/02/2016	CELIO DOS SANTOS	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS MHY-8532.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1053	20/05/2016	ADELMO DE CARVALHO	153,23	153,23	153,23	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS MHY-8632.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1261	15/06/2016	EVERTON RAMTHUN	153,23	153,23	153,23	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS MHY-8632.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1054	20/05/2016	ALVACIR ANTONIO MARCONDES	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS MJM-4603.
Fundo	02 - Receitas	301	1063	24/05/2016	ROBSON	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Saúde de Canoinhas	de Impostos e Transf de impostos: Saúde				SOARES FRAGOSO				SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS QHB-0378.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	156	14/01/2016	SIOMAR JOSÉ DIAS MACHADO	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS QHB-0388.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1886	08/09/2016	ADELMO DE CARVALHO	127,69	127,69	127,69	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS QHB-0388.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1550	25/07/2016	ADOLFO LOPES MAGALHAES	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS QHB-2375.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1473	13/07/2016	ADRIANO TIAGO MROSKOWSKI	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLCAS QHB-2375.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1353	29/06/2016	VALMIR ANTONIO DA SILVA	204,30	204,30	204,30	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO (03) DOS VEÍCULOS OFICIAIS DE PLACAS MJM-4803 e MHY-8632.
TOTAL						1.962,89	1.962,89	1.962,89	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2016	365	9.911,00	9.911,00	0,00
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2016	365	18.240,70	18.240,70	16.640,70
36 - Salário-Educação	2016	365	564.831,43	557.906,85	492.916,31
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	365	361.938,28	357.514,28	357.514,28

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
TOTAIS			954.921,41	943.572,83	867.071,29

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4607	31/08/2016	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA	3.550,00	3.550,00	3.550,00	CCONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM E FILMAGEM, PARA O DESFILE CÍVICO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 07 DE SETEMBRO, NA RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, CENTRO, CANOINHAS.CONTRATO Nº PMC 183/2016 (Licitação Nº : 108/2016-PR) - FILMAGEM DO DESFILE CÍVICO DO DIA 07 DE SETEMBRO
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4608	31/08/2016	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA	937,50	937,50	937,50	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM E FILMAGEM, PARA O DESFILE CÍVICO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 07 DE SETEMBRO, NA RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, CENTRO, CANOINHAS. (Licitação Nº : 108/2016-PR) - SERVIÇO DE SOM PARA DESFILE DO DIA 07 DE SETEMBRO
TOTAL						4.487,50	4.487,50	4.487,50	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2016	361	1.708.061,93	1.517.589,29	1.459.053,49
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2016	361	27.440,00	27.440,00	27.440,00
36 - Salário-Educação	2016	361	2.326.932,14	2.174.395,67	2.120.601,35
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	361	866.131,12	860.499,12	860.499,12
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	366	27.073,52	27.073,52	27.073,52
TOTAL			4.955.638,71	4.606.997,60	4.494.667,48

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	5502	16/11/2016	INDAPLACAS LTDA.	31,00	31,00	31,00	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) LACRE PARA PLACA (RELACRE), DESTINADO A MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO AGRALE, PLACAS MIN 4219, UTILIZADO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Canoinhas	Transf de Impostos: Educação								EXCLUSIVAMENTE NA ENTREGA DA MERENDA ESCOLAR NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 1248/2016)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2840	30/05/2016	TECNIBOMBAS UNIAO COM. DE BOMBAS INJETORAS LTDA	2.545,00	2.545,00	2.545,00	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) REPARO 409, 01 (UMA) BOMBA DE PALHETA 308, 01 (UM) BUJÃO 533, 01 (UM) PARAFUSO OCO 344, 01 (UM) RETENTOR 311 E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO VEICULO CAMINHÃO AGRALE, PLACAS MIN-4219, UTILIZADO NA ENTREGA DE MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CANOINHAS. (Compra Direta Nº 749/2016)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5504	16/11/2016	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA	21,00	21,00	21,00	AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) LÂMPADA H4, DESTINADA A MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO AGRALE, PLACAS MIN 4219, UTILIZADO EXCLUSIVAMENTE NA ENTREGA DA MERENDA ESCOLAR NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 1249/2016)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2359	04/05/2016	RETIFICA MOTOCAR LTDA	2.032,00	2.032,00	2.032,00	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) AMORTECEDORES DIANTEIROS E 02 (DOIS) MOLEJOS COMPLETOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA PARTE DIANTEIRA DO CAMINHÃO AGRALE, PLACAS MIN-4219, UTILIZADO NA ENTREGA DA MERENDA NAS ESCOLAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 594/2016)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2755	23/05/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	2.325,28	2.325,28	2.325,28	AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) KG DE FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJÚ, 10(DEZ) KG DE MAIONESE SEM LEITE, 50(CINQUENTA) LITROS DE SUCO CONCENTRADO DIVERSOS SABORES E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4925	29/09/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	42,80	42,80	42,80	AQUISIÇÃO DE 04(QUATRO) KG DE MARGARINA SEM SAL, COM NO MÍNIMO 50% DE GORDURA TOTAL, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4629	31/08/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	274,71	274,71	274,71	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO E 06 (SEIS) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5366	03/11/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	274,71	274,71	274,71	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO E 06 (SEIS) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura	01 - Receitas	361	4458	22/08/2016	AP OESTE COMÉRCIO	335,82	335,82	335,82	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) KG DE BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, 05

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Canoinhas	de Impostos e Transf de Impostos: Educação				LTDA				(CINCO) UNIDADES DE VINAGRE DE ALCOOL, 50 (CINQUENTA) KG DE FEIJÃO PRETO, TIPO 1 E 04 (QUATRO) KG DE GRANOLA TRADICIONAL COM AVEIA FLOCOS, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5365	03/11/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	188,50	188,50	188,50	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) KG DE FARINHA DE MILHO E 30 (TRINTA) LITROS DE SUCO CONCENTRADO DE DIVERSOS SABORES, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2022	14/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	53,50	53,50	53,50	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) KG. DE MARGARINA SEM SAL E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4919	29/09/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	274,71	274,71	274,71	AQUISIÇÃO DE 05(CINCO) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO E 06(SEIS) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4926	29/09/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	122,35	122,35	122,35	AQUISIÇÃO DE 05(CINCO) KG DE BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, 05(CINCO) KG DE ROSQUINHA SABOR COCO, 10(DEZ) FRASCOS DE ÓLEO DE SOJA REFINADO, FRASCO COM 900ML E DEMAIS ITENS RALACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2756	23/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	390,95	390,95	390,95	AQUISIÇÃO DE 05(CINCO) KG DE MARGARINA SEM SAL, 05(CINCO) LATAS DE FERMENTO EM PÓ QUÍMICO E 80(OITENTA) KG DE MAÇÃ VERMELHA GALA OU FUJI, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4456	22/08/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	102,56	102,56	102,56	AQUISIÇÃO DE 08 (OITO) KG DE BISCOITO CASEIRO SEM CONSERVANTE DE SABORES DIVERSOS, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4459	22/08/2016	ILG COMERCIAL LTDA ME	55,60	0,00	0,00	AQUISIÇÃO DE 08 (OITO) KG DE BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	832	22/02/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	414,00	414,00	414,00	AQUISIÇÃO DE 08(OITO) KG DE DOCE DE FRUTAS, 20(VINTE) KG DE AÇÚCAR REFINADO, 20(VINTE) PACOTES DE ROSQUINHA SABOR COCO E

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Canoinhas	Transf de Impostos: Educação								20(VINTE) PACOTES DE BISCOITO SALGADO (TIPO CREAM CRACKER), DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 123/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3281	17/06/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	489,90	489,90	489,90	AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO E 12 (DOZE) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4455	22/08/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	267,65	267,65	267,65	AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) KG DE ARROZ PARBOLIZADO, LONGO, FINO, TIPO 1, 05 (CINCO) KG DE BISCOITO DE MEL COM GLACÊ, 10 (DEZ) KG DE MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1450	18/03/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	225,25	225,25	225,25	AQUISIÇÃO DE 10(DEZ) KG DE AÇUCAR REFINADO, 10(DEZ) KG DE LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO E 05(CINCO) KG DE SAL REFINADO E IODADO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3289	17/06/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	740,45	740,45	740,45	AQUISIÇÃO DE 10(DEZ) KG DE AÇUCAR REFINADO, 20(VINTE) KG DE LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO, 05(CINCO) KG DE SAL E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	837	22/02/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1.657,87	1.657,87	1.657,87	AQUISIÇÃO DE 10(DEZ) KG DE BANANA COMUM, 40(QUARENTA) KG DE MAMÃO FORMOSA, 150(CENTO E CINQUENTA) KG DE LARANJA PERA E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4924	29/09/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	339,76	339,76	339,76	AQUISIÇÃO DE 10(DEZ) KG DE BISCOITO CASEIRO, 05(CINCO) KG DE FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJÚ, 04(QUATRO) KG DE ACHOCOLATADO EM PÓ E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4092	29/07/2016	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME	120,00	120,00	120,00	AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) CARTAZES: A3-COR:4X0- PAPEL:COUCHÊ-GRAMATURA:180G-TIRAGEM 100, DESTINADOS A DIVULGAÇÃO DO DESFILE DE 07 DE SETEMBRO NO CENTRO DA CIDADE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. (Licitação Nº : 119/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de	361	4632	31/08/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	2.194,80	2.194,80	2.194,80	AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) KG DE COXA E SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO CONGELADO, 40 (QUARENTA) KG DE CARNE MOIDA CONGELADA DE BOVINO E 40 (QUARENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO, SEM

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								OSSO E SEM PELE, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2021	14/04/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	280,85	280,85	280,85	AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) KG. DE ARROZ PARBOLIZADO, PCTE. 1KG E 05 (CINCO) KG. DE MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	840	22/02/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	3.832,50	3.832,50	3.832,50	AQUISIÇÃO DE 100(CEM) KG DE COXA COM SOBRECOPA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, 100(CEM) KG DE CARNE MOÍDA CONGELADA DE BOVINO E 70(SETENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO SEM OSSO E SEM PELE, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4922	29/09/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	2.194,80	2.194,80	2.194,80	AQUISIÇÃO DE 100(CEM) KG DE COXA COM SOBRECOPA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, 40(QUARENTA) KG DE CARNE MOÍDA CONGELADA DE BOVINO E 40(QUARENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO SEM OSSO E SEM PELE, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1454	18/03/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1.766,32	1.313,91	1.313,91	AQUISIÇÃO DE 12(DOZE) KG DE BANANA COMUM, 50(CINQUENTA) KG DE MAMÃO, 150(CENTO E CINQUENTA) KG DE LARANJA PÉRA E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3287	17/06/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	617,56	617,56	617,56	AQUISIÇÃO DE 12(DOZE) KG DE FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJÚ, 10(DEZ) KG DE MAIONESE SEM LEITE, 20(VINTE) LITROS DE SUCO CONCENTRADO E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2032	15/04/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	1.610,32	1.610,32	1.610,32	AQUISIÇÃO DE 120(CENTO E VINTE) LITROS DE IOGURTE INTEGRAL, 48(QUARENTA E OITO) KG DE PÃO FRANCÊS, 20(VINTE) KG DE ALHO EM PASTA E 20(VINTE) KG DE SALSICHA RESFRIADA SEM CONSERVANTES, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1453	18/03/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	1.683,24	1.683,24	1.683,24	AQUISIÇÃO DE 120(CENTO E VINTE) LITROS DE IOGURTE INTEGRAL, 56(CINQUENTA E SEIS) KG DE PÃO FRANCÊS, 10(DEZ) KG DE PÓ PARA PREPARO DE GELATINA, DIVERSOS SABORES E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA BAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de	361	2024	14/04/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	825,55	825,55	825,55	AQUISIÇÃO DE 15 (QUINZE) KG. DE AÇÚCAR REFINADO, 40 (QUARENTA) KG. DE LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO E 15 (QUINZE) KG, DE SAL REFINADO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2023	14/04/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	1.512,48	1.512,48	1.512,48	AQUISIÇÃO DE 15 (QUINZE) KG. DE FARINHA DE MILHO BRANCA, 10 (DEZ) KG. DE MAIONESE SEM LEITE, 60 (SESSENTA) LITROS DE SUÇO CONCENTRADO E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2029	15/04/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	686,45	686,45	686,45	AQUISIÇÃO DE 15(QUINZE) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO E 16(DEZESSEIS) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	838	22/02/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	2.664,72	2.664,72	2.664,72	AQUISIÇÃO DE 15(QUINZE) KG DE FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJÚ, 10(DEZ) KG DE ACHOCOLATADO EM PÓ, 05(CINCO) KG DE DOCE DE LEITE E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3285	17/06/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	4.073,60	4.073,60	4.073,60	AQUISIÇÃO DE 160 (CENTO E SESSENTA) KG DE COXA COM SOBRECOPA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, 80 (OITENTA) KG DE CARNE MOIDA CONGELADA DE BOVINO E 80 (OITENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO, SEM OSSO E SEM PELE, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2757	23/05/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	4.073,60	4.073,60	4.073,60	AQUISIÇÃO DE 160(CENTO E SESSENTA) KG DE COXA COM SOBRECOPA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, 80(OITENTA) KG DE CARNE MOÍDA CONGELADA DE BOVINO E 80(OITENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO SEM OSSO E SEM PELE, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2031	15/04/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	4.073,60	4.073,60	4.073,60	AQUISIÇÃO DE 160(CENTO E SESSENTA) KG DE COXA COM SOBRECOPA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, 80(OITENTA) KG DE CARNE MOÍDA CONGELADA DE BOVINO E 80(OITENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO SEM OSSO E SEM PELE, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1455	18/03/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	4.073,60	4.073,60	4.073,60	AQUISIÇÃO DE 160(CENTO E SESSENTA) KG DE COXA COM SOBRECOPA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, 80(OITENTA) KG DE CARNE MOÍDA CONGELADA, 80(OITENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO, SEM OSSO E SEM PELE, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura	01 - Receitas	361	3283	17/06/2016	JULIAN ODACHOWOSKI	1.626,02	1.291,02	1.291,02	AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) KG DE ALHO EM PASTA, 150 (CENTO E

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Canoinhas	de Impostos e Transf de Impostos: Educação				& FILHOS LTDA				CINQUENTA) LITROS DE IOGURTE INTEGRAL E 48 (QUARENTA E OITO) KG PÃO FRANCES, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1451	18/03/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	871,02	871,02	871,02	AQUISIÇÃO DE 20(VINTE) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO, 16(DEZESSEIS) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, 10(DEZ) KG DE ARROZ PARBOILIZADO E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	836	22/02/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	1.190,50	1.190,50	1.190,50	AQUISIÇÃO DE 20(VINTE) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO, 16(DEZESSEIS) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, 80(OITENTA) KG DE ARROZ PARBOILIZADO E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4331	11/08/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	195,68	195,68	195,68	AQUISIÇÃO DE 20(VINTE) KG DE MAÇA VERMELHA GALA OU FUJI, 18(DEZÓITO) KG DE COXA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA E 06(SEIS) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 19/2014-CC). REEMPENHO ORIUNDO DO EMPENHO Nº 2990/15, OBSERVADOS OS DITAMES LEGAIS PERTINENTES, ESPECIALMENTE NO QUE TANGE AO PREJULGADO TCE/SC Nº1822 E O PARECER Nº954, PUBLICADO EM 15/05/2009, EXPEDIDO PELO ILUSTRÍSSIMO SENHOR GILBERTO BRASIL, CONSULTOR CONTÁBIL DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS. Processo 199/2014.
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4754	13/09/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	657,80	657,80	657,80	AQUISIÇÃO DE 20(VINTE) UNIDADES DE REFRIGERANTE COM 02 LITROS CADA E 25(VINTE E CINCO) KG DE CARNE DE GADO (FILÉ DUPLO), DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2193	26/04/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	331,70	331,70	331,70	AQUISIÇÃO DE 200 (DUZENTAS) UNDS. DE PAÇOCA DE AMENDOIN 20 GR CADA E 30 (TRINTA) LITROS DE REFRIGERANTE 2 LITROS CADA, DIVERSOS SABORES, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5364	03/11/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	352,25	352,25	352,25	AQUISIÇÃO DE 40 (QUARENTA) KG DE ARROZ PARBOILIZADO, 20 (VINTE) KG DE MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO E 15 (QUINZE) LATAS DE EXTRATO DE TOMATE, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	5367	03/11/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1.353,01	1.353,01	1.353,01	AQUISIÇÃO DE 40 (QUARENTA) KG DE BANANA COMUM, 20 (VINTE) KG DE MAMÃO, 70 (SETENTA) KG DE LARANJA PERA E DEMAIS ITENS

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Canoinhas	Transf de Impostos: Educação								RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3282	17/06/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	2.123,32	2.123,32	2.123,32	AQUISIÇÃO DE 40 (QUARENTA) KG DE BANANA COMUM, 20 (VINTE) KG DE MAMÃO, 150 (CENTO E CINQUENTA) KG DE LARANJA E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4630	31/08/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1.353,02	1.353,02	1.353,02	AQUISIÇÃO DE 40 (QUARENTA) KG DE BANANA COMUM, 20 (VINTE) KG DE MAMÃO, 70 (SETENTA) KG DE LARANJA E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2759	23/05/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	1.224,70	1.224,70	1.224,70	AQUISIÇÃO DE 40(QUARENTA) KG DE AÇÚCAR REFINADO, 40(QUARENTA) KG DE LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO, 20(VINTE) KG DE SAL REFINADO E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4920	29/09/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1.353,02	1.353,02	1.353,02	AQUISIÇÃO DE 40(QUARENTA) KG DE BANANA COMUM, 20(VINTE) KG DE MAMÃO FORMOSA, 70(SETENTA) KG DE LARANJA PERA E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2030	15/04/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1.886,34	1.886,34	1.886,34	AQUISIÇÃO DE 40(QUARENTA) KG DE BANANA COMUM, 20(VINTE) KG DE MAMÃO, 150(CENTO E CINQUENTA) KG DE LARANJA E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2754	23/05/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	2.123,34	2.123,34	2.123,34	AQUISIÇÃO DE 40(QUARENTA) KG DE BANANA COMUM, 20(VINTE) KG DE MAMÃO, 150(CENTO E CINQUENTA) KG DE LARANJA, E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	841	22/02/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	1.340,34	1.340,34	1.340,34	AQUISIÇÃO DE 40(QUARENTA) KG DE LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO, 90(NOVENTA) KG DE FEIJÃO PRETO, 08(OITO) KG DE GRANOLA TRADICIONAL COM AVEIA E FLOCOS E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de	361	833	22/02/2016	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	656,45	656,45	656,45	AQUISIÇÃO DE 40(QUARENTA) UNIDADES DE EXTRATO DE TOMATE 850 GRAMAS, 10(DEZ) KG DE PÓ PARA GELATINA SABORES DIVERSOS, 10(DEZ) KG DE MACARRÃO COM OVOS TIPO ALETRIA, NINHO OU CABELO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								DE ANJO E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 123/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4631	31/08/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	431,52	431,52	431,52	AQUISIÇÃO DE 48 (QUARENTA E OITO) KG DE PÃO FRANCÊS, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5368	03/11/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	431,52	431,52	431,52	AQUISIÇÃO DE 48 (QUARENTA E OITO) KG DE PÃO FRANCÊS, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4921	29/09/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	431,52	431,52	431,52	AQUISIÇÃO DE 48(QUARENTA E OITO) KG DE PÃO FRANCÊS, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4554	30/08/2016	COM.AGRO-PEC.WAGNER LTDA-ME	32,00	32,00	32,00	AQUISIÇÃO DE 60 (SESSENTA) METROS DE CORDA SEDA COR BRANCO, ESPESSURA DE 05MM, DESTINADOS AO DESFILE CÍVICO 07 DE SETEMBRO. (Compra Direta Nº 1129/2016)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4449	19/08/2016	COMERCIAL PONTAROLO LTDA	48,00	0,00	0,00	AQUISIÇÃO DE 60 (SESSENTA) METROS DE CORDA SEDA COR BRANCO, ESPESSURA DE 6MM, DESTINADOS AO DESFILE CÍVICO 07 DE SETEMBRO. (Compra Direta Nº 1112/2016)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	834	22/02/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	234,80	234,80	234,80	AQUISIÇÃO DE 60(SESSENTA) FRASCOS DE ÓLEO DE SOJA REFINADO E 05(CINCO) KG DE BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 123/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4923	29/09/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	541,40	541,40	541,40	AQUISIÇÃO DE 65(SESSENTA E CINCO) KG DE ARROZ PARBOILIZADO, 10(DEZ) KG DE BISCOITO DE MEL COM GLACÊ, 10(DEZ) KG DE MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de	361	5210	25/10/2016	CANTINA CHOCOLATE COM PIMENTA LTDA - ME	560,00	288,00	288,00	AQUISIÇÃO DE 70 (SETENTA) UNDS. DE LANCHES X-SALADA, DESTINADOS AOS MOTORISTAS E AJUDANTES QUE FAZEM A DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR E PEQUENOS REPAROS NAS

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								UNIDADES ESCOLARES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO. (Licitação Nº : 4/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5369	03/11/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	632,00	632,00	632,00	AQUISIÇÃO DE 80 (OITENTA) KG DE COXA COM SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3286	17/06/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	514,00	514,00	514,00	AQUISIÇÃO DE 80(OITENTA) KG DE ARROZ PARBOILIZADO, 10(DEZ) KG DE BISCOITO DE MEL COM GLACÊ, 20(VINTE) KG DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2753	23/05/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	918,10	918,10	918,10	AQUISIÇÃO DE 80(OITENTA) KG DE ARROZ PARBOILIZADO, 10(DEZ) KG DE BISCOITO DE MEL COM GLACÊ, 20(VINTE) KG DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1452	18/03/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	475,80	475,80	475,80	AQUISIÇÃO DE 80(OITENTA) KG DE MAÇÃ VERMELHA GALA OU FUJI, 10(DEZ) KG DE MARGARINA SEM SAL E 08(OITO) KG DE MELADO DE CANA, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	839	22/02/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	600,60	600,60	600,60	AQUISIÇÃO DE 80(OITENTA) KG DE MAÇÃ VERMELHA GALA OU FUJI, 10(DEZ) KG DE MARGARINA SEM SAL, 08(OITO) KG DE MELADO DE CANA E 20(VINTE) PACOTES DE ROSQUINHA SABOR CHOCOLATE, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2028	15/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	323,20	323,20	323,20	AQUISIÇÃO DE 80(OITENTA) KG DE MAÇÃ VERMELHA GALA OU FUJI, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4606	31/08/2016	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA	4.662,50	4.662,50	4.662,50	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM E FILMAGEM, PARA O DESFILE CÍVICO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 07 DE SETEMBRO, NA RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, CENTRO, CANOINHAS.CONTRATO Nº PMC 183/2016 (Licitação Nº : 108/2016-PR) - SERVIÇO DE SOM PARA DESFILE DO DIA 07 DE SETEMBRO
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de	361	5214	25/10/2016	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA	1.240,00	1.240,00	1.240,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM (MÉDIO PORTE), CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, DESTINADO A REALIZAÇÃO DA NOITE CULTURAL DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, A SER



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								REALIZADO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, NO GINÁSIO DA EEB. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, HORÁRIO A SER DEFINIDO. (Licitação Nº : 122/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3058	08/06/2016	REUNIDAS TURISMO S.A.	717,75	717,75	717,75	EMPENHO ESTIMATIVO DESTINADO A LOCAÇÃO DE 145 (CENTO E QUARENTA E CINCO) QUILOMETROS RODADOS EM ÔNIBUS 42 LUGARES, COM DESTINO AO MUNICÍPIO DE MAFRA-SC, NO DIA 27 DE JULHO DE 2016, SAÍDA ÀS 7H E RETORNO ÀS 17H30, PARA LEVAR AS MERENDEIRAS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO QUE PARTICIPARÃO DO ENCONTRO DE MANIPULADORES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLA; ORGANIZADO PELA EPAGRI/AMPLANORTE. PONTO DE SAÍDA E RETONO NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. (Licitação Nº : 96/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4378	12/08/2016	SS EMPREENDIMENTOS LTDA	440,00	440,00	440,00	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO DE 40 (QUARENTA) MARMITAS/REFEIÇÕES, DESTINADAS AOS SERVIDORES DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE REALIZAM PEQUENOS REPAROS E ENTREGA DE MERENDA ESCOLAR NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. (Licitação Nº : 99/2016-PR)
TOTAL						81.362,58	80.199,57	80.199,57	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS											
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)						SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTE QUADRO 42 - DESPESAS NÃO EMPENHADAS/CANCELADAS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	762.649,01	78.423,13	1.413,70	286.202,76	0,00	0,00	396.609,42	320.629,48	0,00	75.979,94	SUPERAVIT
01	692.255,33	174.017,23	190.092,32	138.844,44	0,00	0,00	189.301,34	0,00	0,00	189.301,34	SUPERAVIT
02	126.704,19	298.709,13	367.499,57	159.130,44	0,00	0,00	-698.634,95	0,00	0,00	-698.634,95	DÉFICIT
03	4.567.243,55	6,92	0,00	0,00	0,00	0,00	4.567.236,63	4.567.236,63	0,00	0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
06	64.070,95	712,15	4.987,85	18.687,57	0,00	0,00	39.683,38	0,00	0,00	39.683,38	SUPERAVIT
07	6.187,64	0,00	0,00	160,76	0,00	0,00	6.026,88	0,00	0,00	6.026,88	SUPERAVIT
08	721.736,15	725,32	11.762,12	157.354,47	0,00	0,00	551.894,24	0,00	0,00	551.894,24	SUPERAVIT
09	498.763,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	498.763,41	0,00	0,00	498.763,41	SUPERAVIT
10	11.662,46	96,80	587,04	1.550,31	0,00	0,00	9.428,31	0,00	0,00	9.428,31	SUPERAVIT
11	28.998,18	193,60	1.564,91	4.143,61	0,00	0,00	23.096,06	0,00	0,00	23.096,06	SUPERAVIT
12	158.257,22	202,41	4.131,57	7.840,34	0,00	0,00	146.082,90	0,00	0,00	146.082,90	SUPERAVIT
18	1.221.768,71	310.429,24	478.155,26	0,00	0,00	0,00	433.184,21	0,00	0,00	433.184,21	SUPERAVIT
19	138.916,66	31.083,92	107.832,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
32	342.176,48	0,00	68.446,80	190.493,18	0,00	0,00	83.236,50	0,00	0,00	83.236,50	SUPERAVIT
33	256.482,35	0,00	64.895,00	52.505,00	0,00	0,00	139.082,35	0,00	0,00	139.082,35	SUPERAVIT
34	1.919.971,28	7.202,77	156.140,16	1.318.914,62	0,00	0,00	437.713,73	0,00	0,00	437.713,73	SUPERAVIT
35	525.998,52	244,88	7.202,99	45.128,95	0,00	0,00	473.421,70	0,00	0,00	473.421,70	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

36	388.115,74	12.287,92	118.784,86	159.461,05	0,00	0,00	97.581,91	0,00	0,00	97.581,91	SUPERAVIT
37	41.089,74	321,89	0,00	10.056,00	0,00	0,00	30.711,85	0,00	0,00	30.711,85	SUPERAVIT
38	1.210.611,16	1.013,51	130.230,45	801.451,98	0,00	0,00	277.915,22	0,00	0,00	277.915,22	SUPERAVIT
39	62.131,74	0,00	10.093,50	9.550,61	0,00	0,00	42.487,63	0,00	0,00	42.487,63	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
42	115.952,01	75,46	10.388,33	77.716,99	0,00	0,00	27.771,23	0,00	0,00	27.771,23	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
62	17.236,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.236,49	0,00	0,00	17.236,49	SUPERAVIT
63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
64	523.972,84	10.883,56	233.932,46	112.856,49	0,00	0,00	166.300,33	0,00	0,00	166.300,33	SUPERAVIT
65	77.404,33	0,00	0,00	4.455,98	0,00	0,00	72.948,35	0,00	0,00	72.948,35	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
67	701.037,90	157,50	3.287,29	591.414,27	0,00	0,00	106.178,84	0,00	0,00	106.178,84	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
83	3.571,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.571,74	0,00	0,00	3.571,74	SUPERAVIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
87	20.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.790,00	0,00	0,00	20.790,00	SUPERAVIT
88	732,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732,42	0,00	0,00	732,42	SUPERAVIT
89	307.774,90	0,00	0,00	126.030,17	0,00	0,00	181.744,73	0,00	0,00	181.744,73	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

93	1.508,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.508,11	0,00	0,00	1.508,11	SUPERAVIT
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
T.	15.515.771,21	926.787,34	1.971.428,92	4.273.949,99	0,00	0,00	8.343.604,96	4.887.866,11	0,00	3.455.738,85	

B		RECURSOS ORDINÁRIOS							
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)			SUPERÁVIT/DÉFICIT	
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTE QUADRO 42 - DESPESAS NÃO EMPENHADAS/CANCELADAS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA		
0	6.679.212,00	316.674,29	562.064,57	1.473.806,74	0,00	0,00	4.326.666,40	SUPERAVIT	
T.	6.679.212,00	316.674,29	562.064,57	1.473.806,74	0,00	0,00	4.326.666,40		

ⁱ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição, p. 119.

ⁱⁱ Idem

Cálculo Detalhado por Fonte de Recursos da apuração do cumprimento do art. 42 da LRF:

RECURSOS VINCULADOS													
FR	VALOR REGISTRADO	A -DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA*	B - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS						AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A – B +/- AJUSTES)	CUMPRIU/DESCUMPRIU		
			DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016					
				DE ANTERIORES	EXERCÍCIOS ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	2º E 3º QUADRIMESTRES		NÃO EMPENHADAS				INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS	EMPENHADAS E CANCELADAS
0	420.404,47	235,78		301,68	1.112,02	0,00	0,00	0,00	0,00	418.754,99	CUMPRIU		
1	692.255,33	174.017,23		79.575,88	110.516,44	25.841,00	0,00	0,00	0,00	302.304,78	CUMPRIU		
2	123.888,93	298.709,13		92.094,89	275.404,68	4.484,97	0,00	0,00	0,00	-546.804,74	DESCUMPRIU		
3	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
4	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
5	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
6	64.070,95	712,15		0,00	4.987,85	618,57	0,00	0,00	0,00	57.752,38	CUMPRIU		
7	6.187,64	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.187,64	CUMPRIU		
8	721.736,15	725,32		0,00	11.762,12	0,00	0,00	0,00	0,00	709.248,71	CUMPRIU		
9	498.763,41	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	498.763,41	CUMPRIU		
10	11.662,46	96,80		391,60	195,44	0,00	0,00	0,00	0,00	10.978,62	CUMPRIU		
11	28.998,18	193,60		8,80	1.556,11	0,00	0,00	0,00	0,00	27.239,67	CUMPRIU		
12	158.257,22	202,41		455,57	3.676,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.923,24	CUMPRIU		
18	1.221.768,71	310.429,24		0,00	478.155,26	0,00	0,00	0,00	0,00	433.184,21	CUMPRIU		
19	138.916,66	31.083,92		0,00	107.832,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		
31	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

32	342.176,48	0,00	0,00	68.446,80	20,54	0,00	0,00	0,00	0,00	273.709,14	CUMPRIU
33	256.482,35	0,00	0,00	64.895,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	191.587,35	CUMPRIU
34	1.919.971,28	7.202,77	154.540,16	1.600,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.703.628,35	CUMPRIU
35	525.998,52	244,88	2.716,50	4.486,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	518.550,65	CUMPRIU
36	388.115,74	12.287,92	10.811,42	107.973,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	257.042,96	CUMPRIU
37	41.089,74	321,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.767,85	CUMPRIU
38	1.210.611,16	1.013,51	47.607,93	82.622,52	4.653,10	0,00	0,00	0,00	0,00	1.074.714,10	CUMPRIU
39	62.131,74	0,00	0,00	10.093,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.038,24	CUMPRIU
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
42	115.952,01	75,46	0,00	10.388,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.488,22	CUMPRIU
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
62	17.236,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.236,49	CUMPRIU
63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
64	523.972,84	10.883,56	12.338,80	221.593,66	27.540,32	0,00	0,00	0,00	0,00	251.616,50	CUMPRIU
65	77.404,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.404,33	CUMPRIU
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
67	701.037,90	157,50	0,00	3.287,29	11,86	0,00	0,00	0,00	0,00	697.581,25	CUMPRIU
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
83	3.571,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.571,74	CUMPRIU
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU

86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
87	20.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.790,00	CUMPRIU
88	732,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732,42	CUMPRIU
89	307.774,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307.774,90	CUMPRIU
93	1.508,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.508,11	CUMPRIU
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA											-546.804,74	
RECURSOS ORDINÁRIOS												
A -DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA*		B - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS								AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A – B +/- AJUSTES)	CUMPRIU/DESCUMPRIU
FR	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016					
			DE ANTERIORES	EXERCÍCIOS ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	2º E 3º QUADRIMESTRES		NÃO EMPENHADAS	Inscritas em RP Não PROCESSADOS	EMPENHADAS E CANCELADAS			
0	6.442.940,31	316.674,29	118.935,26	443.129,31	290.244,38	0,00	0,00	0,00	0,00	5.273.957,07	CUMPRIU	

Relação 01:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas
Competência: 01/2016 à 06/2016
valorDescoberto: <>0
descricaoFuncao: 10- Saúde
descricaoSubFuncao: 301- Atenção Básica

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Processo Licitatório	Vi. Empenhado R\$	Vi. Liquidado R\$	Vi. Pago R\$	Vi. Não Liquidado	Histórico
2	4	04/01/16 00:00:00	CELESC S/A		49.020,85	49.001,71	44.548,32	19,14	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A ESTIMATIVO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2016, DESTINADOS ÀS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE.
2	8	04/01/16 00:00:00	OI S.A		2.470,00	213,25	213,25	2.256,75	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A ESTIMATIVO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2016, UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
2	36	04/01/16 00:00:00	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS		835,32	759,80	759,80	75,52	PELA DESPESA EMPENHADA CONTRATO MULTIPLO DE PRESTACAO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS (SERVIÇOS DE POSTAGEM) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATO nº PREF. 54/2015 - 1º TERMO ADITIVO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016. CONTRATO Nº CORREIO 9912374812

2	<u>45</u>	04/01/16 00:00:00	CLARO S.A.		4.371,19	3.896,66	3.896,66	474,53	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DETÉM AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAR O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM COBERTURA DE SINAL NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, PARA UTILIZAÇÃO PELO FUNDO MUN. DE SAÚDE, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016, CONFORME 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº77/2013. PROC. LIC. Nº 71/2013.
2	<u>122</u>	04/01/16 00:00:00	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		10.528,41	9.852,73	9.852,73	675,68	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL LASER COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS, EXCETO PAPEL, DESTINADAS A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA. (Licitação Nº : 16/2014-PR) 5º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 19/2014 - PERÍODO DE JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2016 - LOCAÇÃO IMPRESSORA DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SETORES DE P.A., SOCIAL VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

2	371	22/02/16 00:00:00	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA	7.268,00	7.268,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA EM VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS. CONTRATO N. PMC 09/2016 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, REFERENTE AO VEÍCULOS DESCRITOS, 01 VAN DUCATO PLACA MAP 5204 N. 91, 01 UNO PLACA MGP 9365 N. 96, 01 CORSA PLACA MGW 8154 N.93, 01 CORSA PLACA MGW 0574 N. 92, 01 PEUGEOT PLACA MHC 3325 N. 97, 01 VAN PEUGEOT PLACA ETM 7065 N. 118, 01 GOL PLACA MHY 8632 N. 120, 01 VOYAGE PLACA MHY 8532 N. 121, 01 AMBULÂNCIA PLACA MKF 1239 N. 128, 01 FORD KA PLACA MJM 4603 N. 129, 01 FORD FIESTA PLACA MJM 4803 N. 130, 01 FIAT SIENA PLACA MMB 8253 N. 140, 01 FIAT SIENA PLACA MMB 8433 N. 141, 01 FIAT FIORINO PLACA MMB 8483 N. 142, 01 VAN PLACA MMD 9874, 01 SPIN PLACA MLL 9168 N. 148, 01 CHEVROLET CELTA 1.0 PLACA QHB 2375 N. 159, (Licitação Nº : 137/2015-PR)
---	-----	----------------------	-----------------------------------	----------	----------	--

2	<u>472</u>	02/03/16 00:00:00	CENTRO DE INTEG. EMPR- ESCOLA DO EST. DE SC - CIEE		2.059,89	1.713,69	1.713,69	346,20	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE ESTAGIÁRIOS, DURANTE O EXERCÍCIO 2016. VINCULADO AO CONTRATO PMC 07/2014 - 2º Termo Aditivo - Referente a 13 estagiários no período de Fevereiro à Dezembro de 2016.
2	<u>977</u>	10/05/16 00:00:00	ANINSETO DEDETIZADORA LTDA		1.424,01	830,62	830,62	593,39	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NOS SEGUINTE LOCAIS: - AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA (150M², VALOR UNITÁRIO R\$ 39,556); - FARMACIA POPULAR DO BRASIL (200M², VALOR UNITARIO R\$ 39,556); - CENTRAL DE ARMAZAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA SAÚDE (CADS) - SETOR DE TRANSPORTES (250M², VALOR UNITÁRIO R\$ 39,556). CONTRATO Nº FMS 12/2016 (Licitação Nº : 49/2016-PR)

2	<u>1870</u>	31/08/16 00:00:00	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		474,00			474,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA EM VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS. 1º APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº FMS 06/2016. VEÍCULO QHY 0290 - VAN - Nº 171; PALIO QHB 0378 E PALIO QHB 0388. EMPENHO REFERENTE AOS MESES DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2016
2	<u>2216</u>	08/11/16 00:00:00	CANTINA CHOCOLATE COM PIMENTA LTDA - ME		5.340,74			5.340,74	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AO FORNECIMENTO PARCELADO DE MARMITAS, TIPO QUENTINHA E LANCHES COM CAFÉ, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DO P.A E PLANTONISTAS DO SAMU. 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS 17/2013. - 480 UNIDADES DE MARMITAS.
2	<u>2419</u>	07/12/16 00:00:00	CANOINHAS COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME		515,00	432,60		82,40	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) CARGAS DE ÁGUA MINERAL 20 LITROS, DESTINADAS A MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO 2016. (Licitação Nº : 119/2016-PR)



2	2434	09/12/16 00:00:00	STANG & STANG LTDA		2.905,75			2.905,75	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE 900 (NOVECENTOS) LITROS DE GASOLINA COMUM, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-ATENDIMENTOS BÁSICOS DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO 2016. (Licitação Nº : 123/2016-PR)
2	2569	22/12/16 00:00:00	STANG & STANG LTDA		2.532,52			2.532,52	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE 2.430(DOIS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA) LITROS DE ÓLEO DIESEL S-10, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS/AMBULÂNCIAS UTILIZADOS NO TRANSPORTE DE PACIENTES PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. (Licitação Nº : 65/2016-PR)

Total VI. Não Liquidado: 23.044,62 de 55.096,52
Total VI. Pago R\$: 61.815,07 de 75.951,11
Total VI. Liquidado R\$: 66.701,06 de 83.189,37
Total VI. Empenhado R\$: 89.745,68 de 138.285,89
Total de Registros: 13 de 28

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas
Competência: 01/2016 à 06/2016
valorDescoberto: <>0
descricaoFuncao: 10- Saúde
descricaoSubFuncao: 302- Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Processo Licitatório	VI. Empenhado R\$	VI. Liquidado R\$	VI. Pago R\$	VI. Não Liquidado	Histórico
---------------	----	--------------	--------	----------------------	-------------------	-------------------	--------------	-------------------	-----------

2	<u>12</u>	04/01/16 00:00:00	OI S.A		7.108,47	6.469,43	6.469,43	639,04	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A ESTIMATIVO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2016, UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.
2	<u>47</u>	04/01/16 00:00:00	CLARO S.A.		576,82	546,51	546,51	30,31	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DETÉM AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAR O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM COBERTURA DE SINAL NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, PARA UTILIZAÇÃO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NOS ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016, CONFORME 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº77/2013. PROC. LIC. Nº 71/2013.
2	<u>53</u>	04/01/16 00:00:00	CANTINA CHOCOLATE COM PIMENTA LTDA - ME		189.033,50	176.726,97	176.726,97	12.306,53	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MARMITAS, TIPO QUENTINHA E LANCHES COM CAFÉ, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DO P.A E PLANTONISTAS DO SAMU. 7º ADITIVO - PERÍODO DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2016 (Licitação Nº : 3/2013-TP) CONTRATO FMS 17/2013

2	<u>980</u>	10/05/16 00:00:00	ANINSETO DEDETIZADORA LTDA	1.186,68	692,23	692,23	494,45	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NOS SEGUINTE LOCAIS: - CAPS (400M², VALOR UNITARIO R\$ 39,556); - PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (700M², VALOR UNITARIO R\$ 59,334). CONTRATO Nº12/2016 (Licitação Nº : 49/2016-PR)
2	<u>1084</u>	30/05/16 00:00:00	MJA TELECOMUNICAÇÕES EIRELI EPP	1.548,30	1.398,40	1.398,40	149,90	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET, COM VELOCIDADE DE 10MBPS, DESTINADO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA 24 HORAS). CONTRATO N. FMS 18/2016. SENDO O VALOR DE r\$ 499,00 REFERENTE A TAXA DE ATIVAÇÃO DO SERVIÇO E O R\$ 149,90 VALOR MENSAL H
2	<u>1649</u>	05/08/16 00:00:00	STANG & STANG LTDA	14.132,55	10.707,51	5.680,53	3.425,04	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE 5.000(CINCO MIL) LITROS DE ÓLEO DIESEL S-10, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS/AMBULÂNCIAS UTILIZADOS NO TRANSPORTE DE PACIENTES PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. (Licitação Nº : 65/2016-PR)
2	<u>1700</u>	17/08/16 00:00:00	PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTEÇÃO S/S LTDA	894,00	745,00	745,00	149,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DOSIMETRIA DE RADIAÇÃO E CONCESSÃO DO DIREITO AO USO DE DOSÍMETRO. CONTRATO Nº FMS 31/2016 H

2	<u>2034</u>	14/10/16 00:00:00	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA		1.568,75	303,81	303,81	1.264,94	AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) DÚZIAS DE OVOS VERMELHOS, 40 (QUARENTA) UNDS. DE ABACAXI-FRUTA, 30 (TRINTA) KG. DE BANANA COMUM E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
2	<u>2198</u>	08/11/16 00:00:00	WALDEVINO ESTEVES MARTINS.		1.200,00			1.200,00	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) CARGAS DE GÁS 13 KG (P13), DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. (Licitação Nº : 136/2015-PR)
2	<u>2245</u>	16/11/16 00:00:00	TRANSPORTE TURISMO BUENO LTDA		8.057,70			8.057,70	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE 4.400 QUILOMETROS RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE VAN , DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. CONTRATO N. FMS 42/2016 (Licitação Nº : 106/2015-PR) H

2	<u>2297</u>	24/11/16 00:00:00	HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS	63.798,00			63.798,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º FMS 02/2016 - CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CREDENCIAMENTO de EMPRESA OU ENTIDADE para prestação de serviços com pessoal na área médica, como serviços de PLANTÃO PRESENCIAL, na especialidade de GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA para atuarem na Maternidade do HSCC (Hospital Santa Cruz de Canoinhas CONTRATO N. FMS 38/2016 (Licitação Nº : 4/2016-IL) EMPENHO COMPLEMENTAR AO EMPENHO N. 2151/2016
2	<u>2315</u>	25/11/16 00:00:00	ROCHA E MACHADO EMPREENHIMENTOS LTDA	14.895,18	9.899,13	9.899,13	4.996,05	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA NAS EDIFICAÇÕES DAS ANTIGAS SEDES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CONFORME PREVÊ CLAUSULA CONTRATUAL DA LOCAÇÃO DOS REFERIDOS IMÓVEIS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL. CONTRATO N. FMS 51/2016 VALOR EMPENHADO REFERENTE AO MATERIAL - REFORMA CEO R\$ 6.737,38 VALOR EMPENHADO REFERENTE AO MATERIAL - REFORMA CAPS R\$ 8.157,80 (Licitação Nº : 3/2016-TP) H

2	2317	25/11/16 00:00:00	ROCHA E MACHADO EMPREENDEIMENTOS LTDA	19.802,67	11.884,12	11.884,12	7.918,55	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA NAS EDIFICAÇÕES DAS ANTIGAS SEDES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CONFORME PREVÊ CLAUSULA CONTRATUAL DA LOCAÇÃO DOS REFERIDOS IMÓVEIS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL. CONTRATO N. FMS 51/2016 VALOR EMPENHADO REFERENTE A REFORMA DO CEO, MÃO DE OBRA R\$ 7.015,51 VALOR EMPENHADO REFERENTE A REFORMA DO CAPS, MÃO DE OBRA R\$ 12.787,16 (Licitação Nº : 3/2016-TP) H
2	2481	20/12/16 00:00:00	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	8.286,50			8.286,50	AQUISIÇÃO DE 280 (DUZENTOS E OITENTA) CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL COM 7M³, 50 (CINQUENTA) CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL GÁS TIPO G1 M³, 10 (DEZ) CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL PP 2,5M³, 10 (DEZ) CARGAS DE OXIGÊNIO POP 1,5M³, 20 (VINTE) CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL 3,5M³ E 50 (CINQUENTA) CARGAS DE GÁS PP 1M³, DESTINADOS AOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E UPA 24H. (Licitação Nº : 29/2016-PR)

2	<u>2482</u>	20/12/16 00:00:00	STANG & STANG LTDA		4.399,89			4.399,89	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE 6000 (SEIS MIL) LITROS DE GASOLINA COMUM, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO 2016. (Licitação Nº : 123/2016-PR)
2	<u>2485</u>	20/12/16 00:00:00	AP OESTE COMÉRCIO LTDA		199,92			199,92	AQUISIÇÃO DE 30(TRINTA) KG DE AÇÚCAR REFINADO, 10(DEZ) FRASCOS DE ÓLEO DE SOJA REFINADO COM 900ML, 10(DEZ) FRASCOS DE VINAGRE DE ÁLCOOL COM 900 ML, 15(QUINZE) KG DE FEIJÃO PRETO E 03(TRÊS) KG DE SAL REFINADO E IODADO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. (Licitação Nº : 150/2015-PR)

2	<u>2488</u>	21/12/16 00:00:00	ROCHA E MACHADO EMPREENDEMENTOS LTDA	2.574,91			2.574,91	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA NAS EDIFICAÇÕES DAS ANTIGAS SEDES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CONFORME PREVÊ CLAUSULA CONTRATUAL DA LOCAÇÃO DOS REFERIDOS IMÓVEIS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL. 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. FMS 51/2016 EMPENHO REFERENTE A MÃO DE OBRA
2	<u>2489</u>	21/12/16 00:00:00	ROCHA E MACHADO EMPREENDEMENTOS LTDA	3.308,27			3.308,27	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA NAS EDIFICAÇÕES DAS ANTIGAS SEDES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CONFORME PREVÊ CLAUSULA CONTRATUAL DA LOCAÇÃO DOS REFERIDOS IMÓVEIS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL. 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. FMS 51/2016 EMPENHO REFERENTE A MATERIAL.

2	2521	22/12/16 00:00:00	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	1.898,00			1.898,00	AQUISIÇÃO DE 100(CEM) AMPOLAS DE AMINOFILINA 240MG/ML CX C/100 AMPX10ML, 100(CEM) AMPOLAS DE FUROSEMIDA 20MG/2ML CX C/100 AMPX2ML, 600(SEISCENTAS) AMPOLAS DE GLICOSE 25% CX C/200 AMPX10ML, 600(SEISCENTAS) AMPOLAS DE GLICOSE 50% CX C/200 AMPX10ML, 100(CEM) AMPOLAS DE GLIOCORT 500MG CX C/50 (HIDROCORTISONA 500MG) , 500(QUINHENTAS) AMPOLAS DE BROMETO N-BUTIL+DIPIRONA 4MG+500MG/ML CX C/100 AMPX5ML, 100(CEM) AMPOLAS DE AMIODARONA 50MG/ML IV CX C/100 AMPX3ML, 100(CEM) AMPOLAS DE MORFINA 10MG/ML CX C/100 AMPX1ML, 100(CEM) AMPOLAS DE MIDAZOLAM 15MG/3ML CX C/100 AMPX3ML, DESTINADOS A UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA 24 HORAS). (Compra Direta Nº 512/2016)
2	2523	22/12/16 00:00:00	ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRANSITO LTDA.	429,00			429,00	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) KIT LED RUBI FOCUS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DO VEICULO AMBULÂNCIA CITROEN JUMPER RONTANADA MB, PLACAS QHQ-8534, UTILIZADO NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO SAMU. (Compra Direta Nº 514/2016)

Total VI. Não Liquidado: 125.526,00 de 1.467.239,55

Total VI. Pago R\$: 214.346,13 de 6.943.358,56

Total VI. Liquidado R\$: 219.373,11 de 7.033.431,28



Total VI. Empenhado R\$: 344.899,11 de 8.500.670,83
Total de Registros: 20 de 61

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas
Competência: 01/2016 à 06/2016
valorDescoberto: <>0
descricaoFuncao: 10- Saúde
descricaoSubFuncao: 305- Vigilância Epidemiológica

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Processo Licitatório	VI. Empenhado R\$	VI. Liquidado R\$	VI. Pago R\$	VI. Não Liquidado	Histórico
2	2433	09/12/16 00:00:00	STANG & STANG LTDA		4.331,12			4.331,12	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE 1.320 (HUM MIL, TREZENTOS E VINTE) LITROS DE GASOLINA COMUM, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, DURANTE O EXERCÍCIO 2016. (Licitação Nº : 123/2016-PR)

Total VI. Não Liquidado: 4.331,12 de 56.857,72
Total VI. Pago R\$: 0,00 de 3.418,36
Total VI. Liquidado R\$: 0,00 de 4.056,36
Total VI. Empenhado R\$: 4.331,12 de 60.914,08
Total de Registros: 1 de 5

Relação 2:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Competência: 01/2016 à 06/2016
Grupo Natureza: =1- Pessoal e Encargos Sociais
Elemento Despesa: =94- Indenizações e Restituições Trabalhistas

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Nr. Licitação	Vi. Empenho (R\$)	Vi. Liquidado (R\$)	Vi. Pago (R\$)	Histórico
0	<u>5922</u>	22/12/2016	ALICE MARA PAULO		7.649,73	7.649,73	7.649,73	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS RELATIVO A FÉRIAS INDENIZADAS E DÉCIMO TERCEIRO INDENIZADO DEVIDO A ESTADO GRAVÍDICO RELATIVO AO PERÍODO DE 01.01.2017 À 10.10.2017, CFE CI DO SETOR PESSOAL Nº 624/2016.
0	<u>331</u>	08/01/2016	ARGOS JOSE BURGARDT		25.142,97	25.142,97	25.142,97	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.
0	<u>2282</u>	29/04/2016	GABINETE DO PREFEITO (FOLHA PAGAMENTO)		7.346,12	7.346,12	7.346,12	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
0	<u>3512</u>	30/06/2016	GABINETE DO PREFEITO (FOLHA PAGAMENTO)		1.899,91	1.899,91	1.899,91	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
0	<u>5267</u>	27/10/2016	GABINETE DO PREFEITO (FOLHA PAGAMENTO)		9.982,82	9.982,82	9.982,82	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
0	<u>5661</u>	30/11/2016	GABINETE DO PREFEITO (FOLHA PAGAMENTO)		2.375,61	2.375,61	2.375,61	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16
0	<u>5958</u>	22/12/2016	GABINETE DO PREFEITO (FOLHA PAGAMENTO)		74.560,29	74.560,29	74.560,29	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>998</u>	26/02/2016	SECRETARIA ADM. FINANÇAS E ORÇAMENTO (FOLHA PAGAME		3.748,41	3.748,41	3.748,41	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 02/16
0	<u>3517</u>	30/06/2016	SECRETARIA ADM. FINANÇAS E ORÇAMENTO (FOLHA PAGAME		19.953,68	19.953,68	19.953,68	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS/RESCISÕES 06/16
0	<u>4955</u>	30/09/2016	SECRETARIA ADM. FINANÇAS E ORÇAMENTO (FOLHA PAGAME		2.174,97	2.174,97	2.174,97	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16
0	<u>5667</u>	30/11/2016	SECRETARIA ADM. FINANÇAS E ORÇAMENTO (FOLHA PAGAME		18.722,56	18.722,56	18.722,56	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16

0	<u>5963</u>	22/12/2016	SECRETARIA ADM. FINANÇAS E ORÇAMENTO (FOLHA PAGAME		39.040,23	39.040,23	39.040,23	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>2905</u>	31/05/2016	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FOLHA PAGAMENTO)		694,53	694,53	694,53	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 05/16
0	<u>3544</u>	30/06/2016	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FOLHA PAGAMENTO)		13.707,16	13.707,16	13.707,16	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
0	<u>4178</u>	29/07/2016	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FOLHA PAGAMENTO)		8.588,85	8.588,85	8.588,85	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
0	<u>5992</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FOLHA PAGAMENTO)		20.049,63	20.049,63	20.049,63	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>2313</u>	29/04/2016	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (FOLHA PAG		3.327,61	3.327,61	3.327,61	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
0	<u>3549</u>	30/06/2016	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (FOLHA PAG		6.079,73	6.079,73	6.079,73	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS/RESCISÕES 06/16
0	<u>5998</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (FOLHA PAG		26.414,20	26.414,20	26.414,20	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>4681</u>	31/08/2016	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (FOLHA PAGAMEN		1.899,91	1.899,91	1.899,91	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 08/16
0	<u>6002</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (FOLHA PAGAMEN		21.808,51	21.808,51	21.808,51	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>6022</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE HABITAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		12.321,47	12.321,47	12.321,47	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>1729</u>	31/03/2016	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (FOLHA PAGAMENTO)		3.327,61	3.327,61	3.327,61	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
0	<u>4686</u>	31/08/2016	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (FOLHA PAGAMENTO)		913,31	913,31	913,31	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 08/16
0	<u>6006</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (FOLHA PAGAMENTO)		24.498,77	24.498,77	24.498,77	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16

0	<u>1735</u>	31/03/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME)		1.024,19	1.024,19	1.024,19	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
0	<u>2323</u>	29/04/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME)		1.546,37	1.546,37	1.546,37	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
0	<u>2919</u>	31/05/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME)		4.328,75	4.328,75	4.328,75	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 05/16
0	<u>3560</u>	30/06/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME)		5.086,13	5.086,13	5.086,13	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS/RESCISÕES 06/16
0	<u>4190</u>	29/07/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME)		7.222,42	7.222,42	7.222,42	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
0	<u>5319</u>	27/10/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME)		2.918,22	2.918,22	2.918,22	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
0	<u>5002</u>	30/09/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME)		5.626,02	5.626,02	5.626,02	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16
0	<u>6014</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME)		70.968,33	70.968,33	70.968,33	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>3556</u>	30/06/2016	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (FOLHA PAGAMENTO)		2.301,52	2.301,52	2.301,52	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
8	<u>6018</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (FOLHA PAGAMENTO)		3.254,07	3.254,07	3.254,07	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>6010</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (FOLHA PAGAMENTO)		44.229,57	44.229,57	44.229,57	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
18	<u>1004</u>	26/02/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		632,71	632,71	632,71	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 02/16
19	<u>1008</u>	26/02/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		586,67	586,67	586,67	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 02/16
19	<u>1016</u>	26/02/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		880,00	880,00	880,00	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 02/16

1	<u>2294</u>	29/04/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		291,20	291,20	291,20	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
18	<u>2291</u>	29/04/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		153,39	153,39	153,39	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
18	<u>1702</u>	31/03/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		555,27	555,27	555,27	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
19	<u>1706</u>	31/03/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		291,20	291,20	291,20	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
1	<u>2304</u>	29/04/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		195,56	195,56	195,56	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
18	<u>1712</u>	31/03/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		241,76	241,76	241,76	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
18	<u>2300</u>	29/04/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		297,53	297,53	297,53	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
19	<u>1716</u>	31/03/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		546,00	546,00	546,00	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
1	<u>3527</u>	30/06/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		692,58	692,58	692,58	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
18	<u>3523</u>	30/06/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.126,49	1.126,49	1.126,49	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
18	<u>2886</u>	31/05/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		4.970,38	4.970,38	4.970,38	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 05/16
19	<u>2890</u>	31/05/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		145,60	145,60	145,60	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 05/16
0	<u>3531</u>	30/06/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		391,11	391,11	391,11	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
1	<u>3539</u>	30/06/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		546,01	546,01	546,01	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16

18	<u>3535</u>	30/06/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		151,87	151,87	151,87	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
18	<u>2896</u>	31/05/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		298,55	298,55	298,55	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 05/16
19	<u>2900</u>	31/05/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		655,20	655,20	655,20	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 05/16
18	<u>4160</u>	29/07/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		422,88	422,88	422,88	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
18	<u>4648</u>	31/08/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.908,27	1.908,27	1.908,27	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 08/16
19	<u>4164</u>	29/07/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		2.610,12	2.610,12	2.610,12	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
19	<u>4653</u>	31/08/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		2.872,22	2.872,22	2.872,22	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 08/16
18	<u>4661</u>	31/08/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		588,88	588,88	588,88	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 08/16
18	<u>4169</u>	29/07/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.846,68	1.846,68	1.846,68	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
19	<u>4173</u>	29/07/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		910,02	910,02	910,02	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
19	<u>4666</u>	31/08/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.110,84	1.110,84	1.110,84	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 08/16
1	<u>4959</u>	30/09/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.173,33	1.173,33	1.173,33	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16
18	<u>5279</u>	27/10/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		134,36	134,36	134,36	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
18	<u>4964</u>	30/09/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		533,52	533,52	533,52	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16

19	<u>5284</u>	27/10/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		291,20	291,20	291,20	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
19	<u>4969</u>	30/09/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		434,13	434,13	434,13	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16
18	<u>5292</u>	27/10/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.670,24	1.670,24	1.670,24	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
19	<u>5297</u>	27/10/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.368,89	1.368,89	1.368,89	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
0	<u>4984</u>	30/09/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		27.536,77	27.536,77	27.536,77	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16
1	<u>5975</u>	22/12/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		35.473,30	35.473,30	35.473,30	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
1	<u>5967</u>	22/12/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		51.199,90	51.199,90	51.199,90	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
1	<u>5971</u>	22/12/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		123.877,34	123.877,34	123.877,34	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
18	<u>5675</u>	30/11/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		23.913,50	23.913,50	23.913,50	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16
0	<u>5979</u>	22/12/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		586,67	586,67	586,67	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
1	<u>5987</u>	22/12/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		16.311,14	16.311,14	16.311,14	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
18	<u>5686</u>	30/11/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		736,59	736,59	736,59	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16
19	<u>5691</u>	30/11/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.564,44	1.564,44	1.564,44	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16
1	<u>5983</u>	22/12/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		66.332,92	66.332,92	66.332,92	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16

Total VI. Pago (R\$): 883.791,41 de 883.791,41
Total VI. Liquidado (R\$): 883.791,41 de 883.791,41
Total VI. Empenho (R\$): 883.791,41 de 883.791,41
Total de Registros: 81 de 81

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas
Competência: 01/2016 à 06/2016
Grupo Natureza: =1- Pessoal e Encargos Sociais
Elemento Despesa: =94- Indenizações e Restituições Trabalhistas

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Nr. Licitação	VI. Empenho (R\$)	VI. Liquidado (R\$)	VI. Pago (R\$)	Histórico
2	<u>644</u>	31/03/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		4.311,64	4.311,64	4.311,64	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
2	<u>649</u>	31/03/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		1.290,24	1.290,24	1.290,24	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
2	<u>661</u>	31/03/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		8.360,81	8.360,81	8.360,81	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
2	<u>1363</u>	29/06/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		1.142,03	1.142,03	1.142,03	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
2	<u>1376</u>	29/06/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		4.956,55	4.956,55	4.956,55	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS/RESCISÕES 06/16
2	<u>1600</u>	29/07/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		10.111,61	10.111,61	10.111,61	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
2	<u>1967</u>	30/09/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		2.633,57	2.633,57	2.633,57	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16



2	<u>2121</u>	27/10/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		979,80	979,80	979,80	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
2	<u>2356</u>	30/11/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		1.334,64	1.334,64	1.334,64	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16
2	<u>2540</u>	22/12/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		1.931,99	1.931,99	1.931,99	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
2	<u>2535</u>	22/12/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		37.037,83	37.037,83	37.037,83	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
2	<u>2545</u>	22/12/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		4.707,03	4.707,03	4.707,03	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
2	<u>2366</u>	30/11/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		15.455,65	15.455,65	15.455,65	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16

Total VI. Pago (R\$): 94.253,39 de 94.253,39

Total VI. Liquidado (R\$): 94.253,39 de 94.253,39

Total VI. Empenho (R\$): 94.253,39 de 94.253,39

Total de Registros: 13 de 13



Parecer nº: MPC/51.342/2017
Processo nº: PCP 17/00131971
Origem: Município de Canoinhas – SC
Assunto: Prestação de Contas realizada pelo Prefeito, referente ao exercício financeiro de 2016
Numeração Única: MPC-SC 2.3/2017.1170

Trata-se de Prestação de Contas efetuada pelo Chefe do Poder Executivo do Município em epígrafe, consoante regra da Constituição Estadual, art. 113, § 1º.

Foram juntados os documentos relativos à prestação de contas em comento às fls. 03-307.

A Diretoria de Controle dos Municípios apresentou o relatório técnico de fls. 309-409, consignando as seguintes irregularidades:

9.1 RESTRIÇÃO DE ORDEM LEGAL

- 9.1.1 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

Este o relatório.

Após analisar toda a documentação acostada aos autos e ponderar sobre o exame efetuado pela área técnica, este Ministério Público de Contas manifesta-se nos termos que seguem, em cumprimento ao disposto no art. 31, § 1º e art. 71 c/c art. 75 da Constituição Federal, art. 113 da Constituição Estadual, e arts. 50 a 54 da Lei Complementar n. 202/2000,



arts. 7º e 8º da Instrução Normativa n. 20/2015 e arts. 82 a 94 da Resolução TC n. 6/2001.

Sobre os grandes números da administração, cuja análise conforma, por definição constitucional, as chamadas contas anuais apresentadas pelo Prefeito Municipal, objeto do parecer prévio a ser exarado pela Corte e de futuro julgamento pelo Poder Legislativo, foram apurados pela Diretoria de Controle da Administração Municipal – DMU os aspectos a seguir expostos.

Da gestão financeiro-orçamentária

1. O resultado orçamentário deficitário situou-se em patamar que **não deve** ser considerado suficiente para macular a apreciação geral das contas que é objeto do Parecer Prévio a ser emitido pela Corte, **pois o mesmo foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior.**

2. O resultado financeiro do exercício apresentou-se **superavitário**, atendendo, portando, aos ditames legais aplicáveis.

Das aplicações mínimas em educação

3. O disposto no art. 212 da Constituição da República, referente à aplicação mínima de 25% das receitas resultantes de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, revelou-se cumprido.

4. **Foram** aplicados, pelo menos, 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, conforme exige o art. 60 do ADCT c/c art. 21 da Lei nº 11.494/2007.

5. **A obrigação de utilizar no primeiro trimestre os recursos do FUNDEB que deixaram de ser aplicados no exercício**



anterior (no máximo 5%) mediante abertura de crédito adicional (artigo 21, § 2º, da Lei nº 11.494/2007) foi observada.

6. **Restou atendido** o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e o art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que preconizam seja aplicado pelo menos 60% dos recursos recebidos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamental.

Das aplicações mínimas em saúde

7. No capítulo das despesas com saúde, constata-se que foram aplicados em ações e serviços públicos de saúde valores correspondentes ao percentual mínimo do produto de impostos, conforme exige o art. 198 da Constituição Federal c/c o art. 77, inciso III e § 1º, do ADCT.

Dos limites para gastos com pessoal

8. Os gastos com pessoal do Município no exercício ficaram abaixo do limite de 60% da Receita Corrente Líquida, conforme o exigido pelo art. 169 da Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, em seu art. 19.

9. Os gastos com pessoal do Poder Executivo no exercício em exame ficaram abaixo do limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida - RCL, conforme exigido pelo art. 20, III, "b" da Lei Complementar 101/2000.

10. O limite de gastos com pessoal do Poder Legislativo previsto no art. 20, III, "a" da Lei de Responsabilidade Fiscal, situado no percentual de 6% da RCL, foi observado nas despesas próprias da Câmara Municipal do Município em epígrafe.

11. Do Controle Interno



Como examinado em Prestações de Contas de Prefeitos de exercícios anteriores, a inexistência ou deficiência do controle interno municipal afronta dispositivos constitucionais, legais e regulamentares que impõem expressamente tal obrigação, cuja inobservância acarreta a violação de deveres essenciais do gestor, no sentido de atuar com cautela e compromisso na utilização dos recursos públicos, com vistas a evitar o mau uso do erário.

Aliás, nunca é demasiado recordar o fato de que deficiências relacionadas à atuação do controle interno são consideradas falhas gravíssimas, que podem ensejar a emissão de parecer prévio recomendando a rejeição das contas prestadas por Prefeitos, nos termos do art. 9º, inciso XI, da Decisão Normativa n. TC 06/2008:

Art. 9º As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, dentre outras, compõe o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes:

[...]

XI – CONTROLE INTERNO – Ausência de efetiva atuação do Sistema de Controle Interno demonstrado no conteúdo dos relatórios enviados ao Tribunal de Contas, ou em auditoria in loco.

Neste sentido, destaca-se que o Programa Unindo Forças (Programa de Fortalecimento dos Controles Internos Municipais), concebido em 2015 pelo Ministério Público Estadual, demonstrou a situação precária dos sistemas de controle interno dos Municípios de Santa Catarina, pontuando que “quase 80% dos municípios catarinenses contam com apenas um servidor na área de controle interno, e 65% não dispõem de cargos específicos para o desempenho das atividades de controle em seus quadros funcionais”¹.

¹ Trata-se da manchete de notícia retirada do endereço eletrônico da instituição, matéria que bem sintetiza a problemática, trazendo inclusive acesso ao diagnóstico completo das



Não obstante tal preocupante contexto, constata-se que a Diretoria de Controle dos Municípios deixou de analisar este aspecto, providência da qual o Ministério Público de Contas discorda.

A omissão da DMU em examinar ponto de destacável importância no âmbito regulamentar, legal e constitucional impede este Órgão Ministerial de se manifestar devidamente acerca do presente assunto.

12. Das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente

Cumpra aqui registrar a discordância deste Ministério Público de Contas com a ausência de análise, por parte da Diretoria de Controle dos Municípios, de aspectos relacionados ao atendimento do **princípio da prioridade absoluta** no âmbito do Município cujas contas ora se analisam.

Ressalto que o referido princípio possui sede constitucional no art. 227² da Carta Magna e encontra-se regulamentado por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) nº 105/2005.

No tocante ao tema, cabe rememorar que em exercícios anteriores a área técnica efetuava o exame da regularidade do funcionamento dos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo sua instituição e a adequada destinação das despesas públicas voltadas à proteção da criança e do adolescente.

informações colhidas no programa: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/programa-dompsc-aponta-deficiencia-dos-controles-internos-municipais-em-santa-catarina>.

² É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Lamentavelmente, nas Prestações de Contas de Prefeitos referentes ao exercício de 2015 e 2016, a diretoria técnica deixou de apontar as irregularidades porventura apuradas com relação às demandas relacionadas aos vulneráveis.

A alteração promovida na apreciação das contas vai de encontro à tendência cada vez mais acentuada de adoção de medidas que visam a assegurar a escorreita aplicação de recursos destinados à proteção de crianças e adolescentes.

Anote-se ainda que, mesmo sob a fiscalização anual do Tribunal de Contas, parcela significativa dos municípios mantém-se omissa no que tange à implementação das medidas impostas pelo ECA e pela Resolução do CONANDA nº 105/2005. Dentre estas, destaca-se a ausência de instituição do FIA e/ou a ausência de execução do orçamento destinado a este fundo, a ausência de atuação ou funcionamento deficiente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ausência de elaboração dos Planos de Ação e Aplicação dos recursos do FIA e a utilização de verba deste fundo para o pagamento de despesas não vinculadas aos seus objetivos.

Diante desse quadro, entendo que deixar de analisar tais aspectos fragilizará ainda mais o funcionamento de um sistema destinado a assegurar ações prioritárias de atendimento a crianças e adolescentes.

Feitas essas considerações, ressalto a importância da retomada do exame das políticas públicas voltadas a essa parcela da população, como meio de fiscalizar a concretização do disposto no art. 227 da CRFB/88.

13. Houve (fls. 223-224) a remessa do parecer do Conselho de acompanhamento e controle da aplicação dos recursos do



Fundeb. Referido conselho exerce importante função de fiscalização dos recursos desse Fundo.

Estranhamente o documento remetido (fls. 223-224) é assinado por apenas três pessoas e não houve a remessa de nenhuma ata que evidenciasse ser aquele parecer fruto de deliberação colegiada do Conselho. Pelo menos nove seriam os membros do Conselho, consoante previsão do art. 24, §1º, IV da Lei Federal nº 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

(...)

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicados por seus pares.

Tal fato é importante indicativo de que, talvez, a atuação dos membros do Conselho de Acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDEB não esteja ocorrendo a contento. Impõe-se comunicar ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina para que aquele órgão atue como melhor entender.



14. Da existência e funcionamento dos demais Conselhos Municipais

O relatório técnico emitido pela DMU apreciou ainda a existência e o funcionamento dos Conselhos Municipais da Saúde, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Alimentação Escolar e do Idoso.

Sobre estes conselhos é possível afirmar que **houve** a aprovação das respectivas contas.

15. Do cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

Constatou-se que o Município de Canoinhas **promove parcialmente** em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira.

Desde maio de 2013 é obrigatória a divulgação desses dados, de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010.

No presente caso, de acordo com as informações prestadas pela Diretoria de Controle dos Municípios, a Unidade em comento não cumpriu todas as regras estabelecidas pela legislação no que concerne à disponibilização, em meios eletrônicos, de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Verificou-se que não houve a disponibilização de informações sobre o lançamento da receita (art. 48-A, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c o art. 7º, inciso II, do Decreto n. 7.185/10).

O inciso XVI do art. 9º da Decisão Normativa n. TC-06/2008 – acrescentado pela Decisão Normativa nº TC-0011/2013 – dispõe acerca da matéria:



Continuação Parecer nº MPC/51.342/2017

Art. 9º As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, dentre outras, compõe o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes: [...]

XVI – TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL – Descumprimento das regras de transparência da gestão pública, **em todas as suas condições, formas e prazos** previstos nos artigos 48, 48-A e 49 da Lei Complementar (federal) n. 101/2000. [grifei]

Em atenção à redação do referido dispositivo e considerando o descumprimento de apenas um aspecto analisado pela área técnica, entendo não ser caso de recomendar-se à Câmara Municipal a rejeição das contas em exame.

No entanto, faz-se necessária a autuação de processo apartado para análise e julgamento dessa restrição, já que não foram cumpridas todas as regras estipuladas na legislação que rege a matéria.

16. Do cumprimento do art. 41 da Lei n. 10.257/01

Na realização da incumbência constitucional de defender a ordem jurídica e, mais precisamente, em sua missão de fiscal da execução da lei, este Ministério Público de Contas identificou que considerável parcela dos Municípios catarinenses não cumpre determinação legal expressa do Estatuto da Cidade, em afronta, assim, a uma obrigação constitucionalmente prevista.

Com efeito, no capítulo destinado à política urbana, a CRFB/88 consignou o seguinte:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.



Mais de uma década após tal deliberação do poder constituinte, finalmente pôs-se fim a uma arrastada tramitação legislativa com o advento da Lei n. 10.257/01, denominada de Estatuto da Cidade, de cujo capítulo destinado ao plano diretor destacam-se as seguintes estipulações:

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;
III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

§ 5º (VETADO)

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.



Analisando-se tais circunstâncias que tornam a elaboração do plano diretor obrigatória, observa-se tranquilamente que na esmagadora maioria dos Municípios do Estado de Santa Catarina já deveria ser constatada, há bastante tempo, a existência do relevante documento em questão, que pode ser considerado, aliás, como a principal ferramenta de participação popular nos destinos de uma localidade.

Neste contexto, a análise dos processos de Prestação de Contas de Prefeitos revela-se como oportunidade única na atividade de fiscalização do controle externo, mormente se considerando o teor do acima transcrito art. 40, § 1º, da Lei n. 10.257/01, que vincula o plano diretor às leis orçamentárias.

Ora, nada mais natural que utilizar o aparato do Tribunal de Contas para que se comece, enfim, a cobrar o pleno cumprimento do ideal de política urbana trazido no texto constitucional e materializado no Estatuto da Cidade. Da mesma maneira que – apesar da problemática relatada acima – a irregularidade na transparência da gestão fiscal do Município tornou-se causa de rejeição de contas a partir da Decisão Normativa n. TC-0011/2013, a inserção do descumprimento do art. 41 da Lei n. 10.257/01 no rol do art. 9º da Decisão Normativa n. TC-06/2008, seria medida de vanguarda dessa Corte de Contas no sentido de *ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes*³, *assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas*⁴.

Enfim, no caso específico das contas ora apreciadas, destaca-se que o Município **possui plano diretor vigente**, em consonância, portanto, ao art. 41 da Lei n. 10.257/01.

³ Art. 182, *caput*, *in fine*, da CRFB/88.

⁴ Art. 39 do Estatuto da Cidade.



17. Do cumprimento do art. 42 da LC n. 101/2000

Restou evidenciado o **cumprimento** do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, visto que o Município contraiu obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de Recursos Vinculados, porém a insuficiência foi totalmente absorvida pela disponibilidade líquida de caixa de Recursos Ordinários.

Analisando os dados apresentados nestes autos, em confronto com o disposto na Decisão Normativa nº. TC 06/2008, tem-se que as impropriedades apontadas não são consideradas irregularidades gravíssimas dentro dos critérios que orientam o parecer prévio, e que se destinam a conferir uma opinião geral sobre o conjunto dos atos praticados durante todo o exercício.

São os apontamentos tidos como “gravíssimos” pela referida Portaria, em princípio, quando constatados, que justificam o posicionamento opinativo da Corte no sentido da rejeição das contas apresentadas.

Todavia, deverá constar no Parecer Prévio a determinação para a oportuna apreciação em sede da competência para julgamento de atos, privativa da Corte (PROCESSO APARTADO):

1) da conformação do Conselho de Acompanhamento do Fundeb à margem do estabelecido pelo art. 24, § 1º, IV da Lei federal 11.494/2007 (fls. 223-224 dos autos) - (somente três assinaturas);

2) inobservância das regras de transparência da gestão fiscal, contrariando os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010 (item 9.1.1 da conclusão do relatório nº 835/2017);



Considerações gerais sobre a instauração de processos apartados

Os chamados “processos apartados” oportunizam a concretização do princípio da indisponibilidade do interesse público. Por estes processos a Corte investigará aquilo que não pode ser investigado no processo de contas por não representar matéria passível de exame em sede de contas, ou por não possuir conteúdo suficiente para macular o conjunto das contas anuais, não obstante revele indícios de práticas ilícitas.

Observado sob a óptica interna dos processos de contas, os ditos “apartados” são também a concretização, em alguma medida, do princípio da proporcionalidade, pois não seria sustentável que todo o conjunto de atos que conformam a gestão financeira, orçamentária e patrimonial de todo um ano, e que são apreciados nesses processos, fosse comprometida pela prática de atos isolados, mesmo que ilegais. Estes atos deverão ser apreciados isoladamente em outro processo – o chamado “processo apartado”.

Não é, contudo, facultativa esta apreciação desses atos isolados. Se a matéria está entre as atribuições do Tribunal de Contas ela deverá ser apreciada em sede da competência para julgar conferida às cortes de contas.

O manejo de argumentos relacionados à falta de estrutura para o exercício do múnus constitucional, como comumente tem ocorrido, também reclama maior cautela.

O Tribunal de Contas de Santa Catarina está, por certo, entre os órgãos melhor aparelhados do Estado e, porque não dizer, da Federação, para o exercício de suas obrigações. Nos últimos anos realizou



diversos concursos públicos que culminaram com a nomeação de um invejável quadro de altíssima qualidade técnica. Não lhe faltam também recursos de informática ou de qualquer sorte. Trata-se, pois, de um dos mais afortunados órgãos de controle do Brasil e que possui os meios para o exercício pleno de todas as suas atribuições. Poderiam ser melhores e maiores os recursos a serem disponibilizados para os tribunais de contas? Sempre poderiam!

Também o manejo do princípio da razoabilidade, como sustentam alguns (normalmente sem demonstrar a aplicação do princípio...), para afastar a atuação da Corte, não pode ocorrer sem a demonstração clara dos subprincípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade *stricto sensu* dessa **não-atuação** do Tribunal de Contas.

Considerações gerais sobre a comunicação de indícios de condutas ilícitas ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina - MPSC

A Lei Complementar nº 202/2000 foi omissa quanto à comunicação de indícios de condutas ilícitas ao MPSC nos casos em que a Corte de Contas aprecia contas para fins de emissão de parecer prévio.

A hipótese do art. 18 § 3º da Lei Complementar nº 202/2000 rege processos submetidos ao juízo do Tribunal de Contas. A outra hipótese, do art. 65 § 5º, também não se aplica diretamente às prestações de contas dos prefeitos ou do governador, posto que estes processos não caracterizam, evidentemente, denúncias ou representação. É verdade que ambos os dispositivos podem ser suscitados, analogamente, com algumas limitações, para minudenciar o alcance do art. 1º XIV da mesma Lei, deixando claro que a Corte representará não apenas ao “Poder competente”,



mas a qualquer órgão com funções de controle, como ademais tem procedido rotineiramente (TCE 11/00345970, PCP 16/00110603, RLA 14/00680589, RLA 14/00442211, TCE 13/00427814, RLA 13/00385984, REP 13/00165607 e RLA 12/00414486).

A obrigação legal de comunicar ao MPSC decorre, assim, não da Lei Complementar nº 202/2000, mas de outros dispositivos normativos.

O art. 59, XI da Constituição Estadual estabelece que:

Art. 59 - O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

(...)

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados;

Os arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 7.347/85 determinam que:

Art. 6º Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

Art. 7º Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Nota-se que, para os agentes públicos, de qualquer escalão, não há a faculdade de comunicar o Ministério Público.

Os arts. 14 c/c 22 da Lei Federal nº 8.429/92 obrigam:

Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

(...)

Art. 22. Para apurar qualquer ilícito previsto nesta lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.



Os arts. 24, § 2º c/c 27 e 40 do Decreto-Lei nº 3.689/41 prescrevem:

Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

(...)

§ 2º Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública. (Incluído pela Lei nº 8.699, de 27.8.1993)

(...)

Art. 27. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

(...)

Art. 40. Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

O art. 35, I c/c 49, II da LOMAN, aplicável aos Conselheiros dos Tribunais de Contas, conforme entendimento firme do STF, impõe:

Art. 35 - São deveres do magistrado:

I - Cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício;

(...)

Art. 49 - Responderá por perdas e danos o magistrado, quando:

(...)

II - recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar o ofício, ou a requerimento das partes.

Não é lícito, portanto, sob pena de configurar abuso do poder administrativo, deixar de promover a devida comunicação a quem de direito, a respeito dos ilícitos constatados nestes autos.

A propósito do tema, José Galvani Alberton⁵, em tese intitulada “O Ministério Público e os Abusos do Poder Administrativo”,

⁵ Sub-Procurador Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais no Ministério Público do Estado de Santa Catarina.



apresentada e aprovada por unanimidade no VI Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em São Paulo, em 1985, concluiu:

1. Ao velar pela fiel observância da Constituição e das leis, o Ministério Público deve ter presente não apenas o aspecto formal da norma, mas, sobretudo, o seu comando jurídico-filosófico, correlacionado com a dinâmica da vida social onde ela projeta e opera seus efeitos.
2. É dever da Administração Pública exaurir a perspectiva teleológica da lei, ensejando, sempre que cabível, a responsabilização supletiva, civil e/ou penal, do infrator das normas administrativas.
- 3. Constitui abuso de poder, na forma omissiva, deixar o administrador público de repassar ao Ministério Público informes relativos a infrações apuradas no âmbito do respectivo órgão, sempre que possa o fato configurar delito em tese.**
4. Em razão da sua função institucional e das prerrogativas de que está cercado, o Ministério Público é, legítima e preferencialmente, o órgão para o qual deve ser canalizada a *notitia criminis* colhida na esfera da Administração Pública.
5. Como fator de moralização da Administração, deve o Ministério Público deflagrar, sistematicamente, os procedimentos criminais cabíveis contra os administradores e agentes públicos que se omitirem na comunicação de fato caracterizador de infração penal em tese, de que tenham tido conhecimento no exercício da função.
6. O Ministério Público deve pugnar em todos os níveis e de todas as formas, utilizando-se inclusive de suas prerrogativas institucionais, no sentido de ter o mais amplo e fácil acesso aos documentos e peças de informação relacionados com infrações administrativas apuradas pelos órgãos públicos investidos de poder de polícia.
7. A responsabilização sistemática dos infratores de normas administrativas, sempre que haja correlação entre o tipo administrativo e o tipo penal, é fator essencial para a reabilitação da confiança e o fortalecimento da Administração Pública e, também, para a reversão do quadro de impunidade que vem beneficiando os delinqüentes das classes mais abastadas da população. **Grifei**

Não podem o Ministério Público de Contas, ou a Corte de Contas, furtarem-se do compromisso com a validação sistêmica de todo o ordenamento jurídico. No caso do Ministério Público de Contas há a obrigação de velar pela observância da Constituição e das leis, promovendo-lhes a execução “em todo o seu âmbito de incidência e validade, para que,



em função dessa observância e desse cumprimento, resulte mantido o equilíbrio social, traduzido na higidez da ordem jurídica e na manutenção de um sólido e eficaz sistema de tutela dos interesses da coletividade”⁶.

Em razão do exposto, o Ministério Público de Contas entende que as contas apresentadas pelo Município cuja prestação ora se examina **apresentam de forma adequada a posição** contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da entidade, e, com amparo na competência conferida pelo art. 108, incisos I e II, da Lei Complementar 202/2000, manifesta-se:

1) pela emissão de parecer recomendando à Câmara Municipal a **aprovação** das contas do Município de Canoinhas, relativas ao exercício de 2016;

2) pela **determinação** à Diretoria de Controle dos Municípios para que:

2.1) instaure o procedimento adequado à verificação (PROCESSO APARTADO):

2.1.1) da conformação do Conselho de Acompanhamento do Fundeb à margem do estabelecido pelo art. 24, § 1º, IV da Lei Federal 11.494/2007 (fls. 223-224 dos autos) - (somente três assinaturas);

2.1.2) da inobservância das regras de transparência da gestão fiscal, contrariando os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010 (item 9.1.1 da conclusão do Relatório nº 835/2017);

⁶ ALBERTON, José Galvani. O ministério público e os abusos do poder administrativo. Revista *Justitia*, 131-A, p. 113-123.



2.2) acompanhe o cumprimento da Decisão a ser exarada pela Corte e a eventual tipificação de reincidências no exame que processará do exercício seguinte;

3) **pela imediata comunicação ao Ministério Público Estadual dos apontamentos a seguir transcritos, para ciência dos fatos e adoção das medidas que entender cabíveis**, com fundamento nos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 7.347/85, nos arts. 14 c/c 22 da Lei Federal nº 8.429/92; no art. 35, I c/c 49, II da LOMAN; no art. 24, § 2º c/c art. 40 do Decreto-Lei nº 3.689/41, bem como em atendimento ao previsto no item 2.1, alínea “c”, do Termo de Cooperação Técnica n. 005/2016, celebrado entre aquele órgão e este Ministério Público de Contas:

3.1) da possível omissão dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle da aplicação dos Recursos do FUNDEB, contrariando o art. 27 da Lei Federal nº 11.494/2007, em razão da conformação do Conselho à margem do estabelecido pelo art. 24, § 1º, IV da Lei Federal nº 11.494/2007, o que, se confirmado, pode inclusive tipificar condutas previstas nos arts. 10, X e 11, II da Lei 8.429/92;

3.2) em razão da inobservância das regras de transparência da gestão fiscal, contrariando os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

4) pela **recomendação** ao Município para que adote os procedimentos necessários para a revisão da lei instituidora do plano diretor, nos termos do art. 40, § 3º, da Lei n. 10.257/01, visto que a legislação em vigor data de 2007;

5) pela **comunicação do parecer prévio** ao Chefe do Poder Executivo nos termos do propugnado pela Instrução Técnica,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Gabinete do Procurador Diogo Roberto Ringenberg

Continuação Parecer nº MPC/51.342/2017

estendendo-se o conhecimento da Decisão da Corte ao Poder Legislativo municipal;

6) pela **solicitação à Câmara Municipal de Vereadores para que comunique à Corte** o resultado do julgamento e ressalvas propugnados pela Instrução.

Florianópolis, 02 de outubro de 2017.

Diogo Roberto Ringenberg
Procurador do Ministério
Público de Contas

PROCESSO Nº:	@PCP 17/00131971
UNIDADE GESTORA:	Prefeitura Municipal de Canoinhas
RESPONSÁVEL:	Luiz Alberto Rincoski Faria
ASSUNTO:	Prestação de Contas referente ao exercício de 2016
DESPACHO:	GAC/LRH - 394/2017

DESPACHO

Tratam os autos de Prestação de Contas do Município de Canoinhas, referentes ao exercício de 2016, relativas à gestão do Prefeito Municipal, senhor Luiz Alberto Rincoski Faria.

A Diretoria de Controle dos Municípios (DMU) examinou as contas, conforme se verifica no Relatório nº 835/2017, onde no item 9 apontou a seguinte restrição:

9.1 RESTRIÇÃO DE ORDEM LEGAL

- 9.1.1 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

Vejo que a DMU constatou que não houve a disponibilização de informações sobre o lançamento da receita (art. 48-A, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c o art. 7º, inciso II, do Decreto n. 7.185/10).

Na sequência, os autos seguiram ao Ministério Público de Contas, que emitiu o Parecer nº MPC/51.342/2017, da lavra do Procurador Diogo Roberto Ringenberg, que em sua manifestação apontou irregularidade (item 13 do Parecer), relacionada ao parecer do Conselho de acompanhamento e controle da aplicação dos recursos do Fundeb, remetido pela Prefeitura Municipal e constante às fls. 223-224.

De fato, o documento remetido é assinado por apenas três pessoas e não houve a remessa de nenhuma ata que evidenciasse ser aquele parecer fruto de deliberação colegiada do Conselho. Pelo menos nove seriam os membros do Conselho, consoante previsão do art. 24, §1º, IV da Lei Federal nº 11.494/2007.

Ante o exposto, determino a oitiva do senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, Prefeito Municipal de Canoinhas no exercício de 2016, nos termos dos artigos 123 do Regimento Interno (Resolução nº TC-06, de 28 de dezembro de 2001), para, querendo, se manifeste sobre a restrição indicada pela Diretoria de Controle dos Municípios (DMU), no item 9 do Relatório nº 835/2017 e sobre a restrição indicada pelo Ministério Público de Contas, no item 13 do Parecer MPC/51.342/2017, sem prejuízo da manifestação sobre outros pontos dos citados Relatórios, se entender pertinente.

O prazo para manifestação fica estabelecido em 15 (quinze) dias, IMPRORROGÁVEL, a contar do recebimento da notificação.

Encaminhe-se os autos à DMU para as providências de notificação, disponibilizando ao Responsável o Relatório nº DMU-835/2017 e Parecer MPC/51.342/2017.

Florianópolis, em 04 de outubro de 2017.

LUIZ ROBERTO HERBST
CONSELHEIRO RELATOR



Processo nº PCP @ 17/00131971	Ofício TCE/DMU Nº 14.420/2017	Diretoria DMU	Data 06/10/2017
Procedimento Vistas		Prazo para Atendimento 15 (quinze) dias	

Senhor ex-Prefeito,

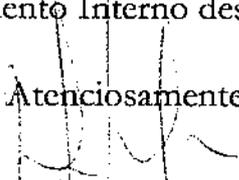
De ordem do Excelentíssimo Conselheiro, Senhor Luiz Roberto Herbst, Relator do Processo, com fulcro no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º, do Regimento Interno, encaminhamos **cópia em meio magnético** do processo eletrônico (e_PCP), **relativo às contas anuais do exercício de 2016**, da Prefeitura de **Canoinhas**, por meio do **Relatório n.º 835/2017**, que fundamentaram a respectiva instrução, para que Vossa Senhoria querendo, apresente no prazo de **15 (quinze) dias, IMPRORROGÁVEL, contados do seu recebimento**, as justificativas e/ou esclarecimentos que julgar necessários, especialmente quanto às restrições abordadas nos item **9.1.1**, da conclusão do relatório retro citado, conforme fl(s). 430 e 431 dos autos.

O referido processo encontra-se disponível, para consulta e eventual impressão, no endereço eletrônico do TCE Virtual, <http://virtual.tce.gov.br/web/#/home>

Informamos que, a manifestação deverá ser feita junto à “Sala Virtual”, mediante a utilização do “certificado digital” do responsável pelas **contas de 2016**, ou seu procurador, nos termos do art. 10 c/c art. 19, ambos da Resolução nº TC-60/2011.

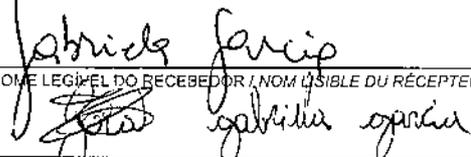
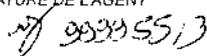
Registra-se ainda, que decorrido o prazo fixado e não havendo manifestação, o processo seguirá tramitação normal em face ao cumprimento do art. 82 do Regimento Interno deste Tribunal.

Atenciosamente,


Moisés Hoegen
Diretor TCE/DMU

Senhor Luiz Alberto Rincoski Faria
Rua Duque de Caxias, 261 - DIOESC - Saco dos Limões
88045-250 - Florianópolis - SC

Of. TCE/DMU n.º 14.420/2017

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
Sr. Luiz Aberto Rincoski Faria - Prefeito Municipal de Canoinhas			
ENDEREÇO / ADRESSE			
Rua Duque de Caxias, 261 - DIOESC - Bairro Saco dos Limões			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITE	UF	PAÍS / PAYS
88-045-250	Florianópolis	SC	Brasil
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
Of. TCE/DMU N.º. 14.420/2017 - Vistas PCP@17/00131971		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / BUREAU DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
 Nome Legível do Recebedor / Nom Lisible du Récepteur Gabriela Garcia		09/10/17	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS			



AVISO DE RECEBIMENTO
 AC CENTRAL
 AVIS CNOX
AR

JT 04564009 1 BR



DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
 06 OUT 2017

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
/ /	/ /	/ /
: h	: h	: h

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
 FLORIANÓPOLIS - SC

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
 RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR
 TRIBUNAL DE CONTAS DO
 ESTADO DE SANTA CATARINA
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO - ADRESSE
 RUA BULÇÃO VIANA, 90
 C. P. 733 D.M.U.
CIDADE - CITE FLORIANÓPOLIS SC UF BRASIL
 BRESIL

8 8 0 1 0 - 9 7 0

Protocolo nº 27144/2017

Informamos para os devidos fins que no dia 23/10/2017 as 15:25, na máquina com IP 10.10.1.134, deu entrada neste Tribunal o(s) documento(s) protocolado(s) sob o nº 27144/2017.

O acompanhamento poderá ser feito através do site do Tribunal de Contas do Estado, www.tce.sc.gov.br.



27144

Canoinhas, 11 de Outubro de 2017

Prezado Diretor,

Ref. PCP-17/00131971

Havendo recebido o ofício nº TCE/DMU 14.420/2017 datado em 06 de outubro de 2017, de origem desta Diretoria, que versa sobre o PCP 17/00131971, oportunizando a manifestação de minha parte sobre as restrições abordadas no item 9.1.1 do Relatório nº 835/17, o faço, mesmo sabedor não serem motivos ensejadores da rejeição de contas anuais, mas que auxiliaram sobremaneira na análise *in totum* dos itens apurados.

Assim, passo às vossas mãos, cópia da ata nº 62 do Conselho Municipal do FUNDEB dita ausente nos encaminhamentos anteriores, bem como cópia do Parecer Conclusivo relativo à aprovação das contas anuais do Fundeb (fls.01 a 04), sanando a restrição.

Senão vejamos a conclusão do parecer técnico:

“Constatamos desta maneira que os recursos foram utilizados de forma satisfatória, sendo que este Conselho realiza acompanhamento mensal da evolução da receita e despesas do FUNDEB, através de planilhas e relatórios enviados pela Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento.

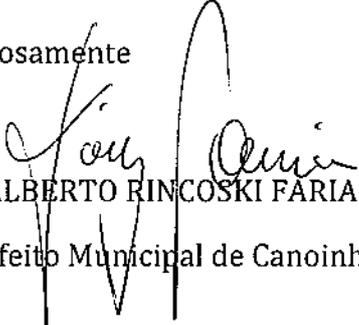
Sendo assim, após a análise dos dados e dos esclarecimentos das dúvidas realizada pelo contador responsável, o Conselho verificou a regularidade das contas, decidindo por APROVAR a Prestação de Contas dos recursos que a Prefeitura Municipal de Canoinhas-SC recebeu do FUNDEB no exercício financeiro de 2016.”

Quanto a não disponibilização de informações sobre o lançamento da receita, apesar de ser apenas um item dentre vários, e que não afetam a análise certamente, tenho a manifestar que já à época havíamos contatado com a empresa dona do software, Betha Sistemas, e esta alega haver sanado a deficiência no sistema e que em 2017 estaria disponibilizando tal informação, fato que somente pode ser verificado pelos técnicos de informática desta Corte, vez que não detenho conhecimento de informática a este nível de programação.

Crendo assim haver cumprido com o solicitado, requer seja considerado sanados os apontamentos realizados por vossa Excelência, colocando-me a

disposição para esclarecer o que for necessário, subscrevo-me renovando protestos de apreço e considerações.

Atenciosamente



LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Ex Prefeito Municipal de Canoinhas

Ilmo Sr

MOISÉS HOEGGEN

DD. Diretor da DMU - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Rua Bulcão Vianna, 90

Florianópolis/SC

Ata nº 62

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis
 às oito e trinta minutos nas dependências da Câmara de Vereadores
 reuniram-se os membros do Conselho CACS - Fundeb, Senhora
 Dênia presidente deu boas vindas, após a Secretária de Educação
 Armar Oliveira apresentou a equipe do Secretário de Educação em
 seguida a Senhora Rosemari fez a apresentação do Fundeb explicando
 de onde vem os recursos como vem de onde vem, por intermédio de
 como escolas, faz a divisão de recursos o Fundeb é composto por 20%
 dos receitas, FPE, FPM, ICMS, TPI exp, ITCMD, IPVA, ITR, todos os
 impostos caem gradativamente na conta da prefeitura, semoanualmente
 mensalmente anual, diminuiu as arrecadações por municípios, mostrou
 o percento de cada aluno, o valor que vem para cada aluno os gastos
 que as escolas tem, média de 2015 e 2016 3,40% de 2016 a 2017
 1,2%, Senhora Dênia fez boas comentários da importância da arrecadação
 do Fundeb, após a Senhora Rosemari relembrou da importância da
 participação do Conselho ajudar a fiscalização, a folha de pagamento é
 adotada com o piso salarial, matrícula 6.237 alunos, recursos programados
 para 2017, recursos para mais educação, Educação Integral, sob de
 recursos, AEE, 2016 R\$ 588.144,50, as escolas estão com a
 média de alunos atendidos de Educação Integral, EJA 80 alunos aten-
 didos em 2016, em seguida a Senhora Dênia explicou sobre o oportu-
 de grupos de estudos para que cada vez ficamos interessados sobre as arrecadações
 e gastos do município, Secretária comentou da importância de ser reparado
 o demonstrativo do percento que vem para alunos das arrecadações, que
 todos tenham conhecimentos desses valores que os familiares tenham conhecimento
 a Senhora Dênia deu sequência sobre o trabalho do vice-presidente que
 não compareceu a três reuniões, na próxima reunião será nomeado
 o vice-presidente e os dois representantes de diretores em seguida
 o Contador José Carlos e Luis Gustavo deram continuidade sobre
 as folhas dos receitas 26.106.222,68 o município tem um
 crescimento, relembrou 433.000,00 para 2017 representa 151%
 o município tem uma repatriação, 1.500.000,00 para municípios

Fundeb sobre a folha 2.200.000,00 gastos do Fundeb, foi gasto 8% de 100% no Fundeb, foi usado 1.000.000,00 para completar o gasto no final de 2016. do 60% gastou 80% e mais, o município de Bonópolis tem seus contos apresentados, hoje terá audiência pública as 16:00, 40% foi gasto 18,20%, o dinheiro do Fundeb gasto e gasto 40% e 60%, o contador comentou sobre a audiência pública, todos os despesas, de todos os setores nada mais havendo a nota encerre a ata que será assinada por mim e demais e demais membros Sidinei Cortez, Bráulio Silva e Valdir, Joséilton dos Santos, Lindé Luis de Brito, Jocilene Barros da Silva, Sueli Maria Kanzer Kulecien, Edilson, Hebe de Maria Paganella, Edange Stelmert, Aira Gomes de Oliveira, Lucides J. Lancheski.

Amexo da Ata n.º 62.



Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

PARECER CONCLUSIVO

Em cumprimento ao disposto na Lei n. 11.494 de 20 de junho de 2007, artigo 27 e pela Lei Municipal 4.219 de 19 de setembro de 2007, em seu artigo 2º inciso IV, este conselho reuniu-se nesta data para analisar a Prestação de Contas dos recursos recebidos do FUNDEB, no exercício financeiro de 2016.

Foram analisados por este conselho, sob a minha presidência os documentos apresentados pela Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento, da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Desta análise obtivemos a constatação de que o FUNDEB teve como receita durante o período em análise a quantia de R\$ 26.105.222,68 (vinte e seis milhões, cento e cinco mil, duzentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos), tendo uma aplicação financeira de R\$ 88.096,82 (oitenta e oito mil, noventa e seis reais e oitenta e dois centavos), totalizando a receita de 26.193.319,50 (vinte e seis milhões, cento e noventa e três mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta centavos), como superávit reprogramado de 2015 para o ano de 2016 o valor de R\$ 36.408,08 (trinta e seis mil, quatrocentos e oito reais e oito centavos).

As despesas empenhadas com recursos do FUNDEB e aplicação financeira totalizaram R\$ 25.796.543,37 (vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos), as despesas liquidadas totalizaram R\$ 25.796.543,37 (vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos) e as despesas pagas somaram R\$ 25.174.147,29 (vinte e cinco milhões, cento e setenta e quatro mil, cento e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos), sendo que no aporte de mínimo de 60% foram efetivados 80,26% e da parcela máxima de 40% foram efetivados 18,23%. Como saldo reprogramado o percentual será de 1,51% dentro do limite legal do máximo de 5%.

Constatamos desta maneira que os recursos foram utilizados de forma satisfatória, sendo que este Conselho realiza acompanhamento mensal da evolução da receita e das despesas do FUNDEB, através de planilhas e relatórios enviados pela Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento.



Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Sendo assim, após a análise dos dados e dos esclarecimentos das dúvidas realizada pelo Contador responsável, o Conselho verificou a regularidade das contas, decidindo por APROVAR a Prestação de Contas dos recursos que a Prefeitura Municipal de Canoinhas-SC recebeu do FUNDEB no exercício financeiro de 2016.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Canoinhas, sexta-feira, 24 de fevereiro de 2017.

Sílvia Wieczorkiewicz – Presidente

Adenilse Garfovski – Secretária do Conselho

Rosimari Cubas Blaka – Membro



Para pesquisar digite a descrição da consulta

Ingressos de receitas

Fazer nova consulta

Última atualização: 06/11/2017 03:03:30

Ingressos de receitas

Imprimir Exportar

Filtros utilizados para elaboração da consulta:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS | Data inicial: 01/01/2016 | Data final: 31/12/2016

Rubrica	Descrição da receita	Finalidade	Valor orçado (R\$)	Valor arrecadado (R\$)
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU Ordinários		1.963.500,00	2.562.062,12
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU Educação		1.078.000,00	1.408.622,41
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU Saúde		808.500,00	1.054.966,71
4.1.1.1.2.04.31.01.01.00	IRRF - PJ Ordinários		56.100,00	784,93
4.1.1.1.2.04.31.01.02.00	IRRF - PJ Educação		30.800,00	430,9
4.1.1.1.2.04.31.01.03.00	IRRF - PJ Saúde		23.100,00	323,2
4.1.1.1.2.04.31.02.01.00	IRRF - PF Ordinários		841.500,00	1.299.298,2
4.1.1.1.2.04.31.02.02.00	IRRF - PF Educação		462.000,00	713.340,1
4.1.1.1.2.04.31.02.03.00	IRRF - PF Saúde		346.500,00	535.005,1
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI - Ordinários		785.400,00	641.193,3
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI - Educação		431.200,00	352.027,7
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - Saúde		323.400,00	264.020,8
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISS - Ordinários		3.386.000,00	3.174.687,8
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISS - Educação		1.848.000,00	1.741.986,9
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISS - Saúde		1.386.000,00	1.306.824,1
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos		165.000,00	238.529,1

quarta-feira, 8 de novembro de 2017

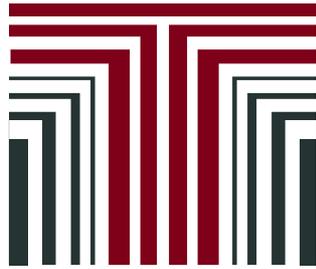
novembro de 2017

D	S	T	Q	Q	S	S
29	30	31	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	1	2
3	4	5	6	7	8	9



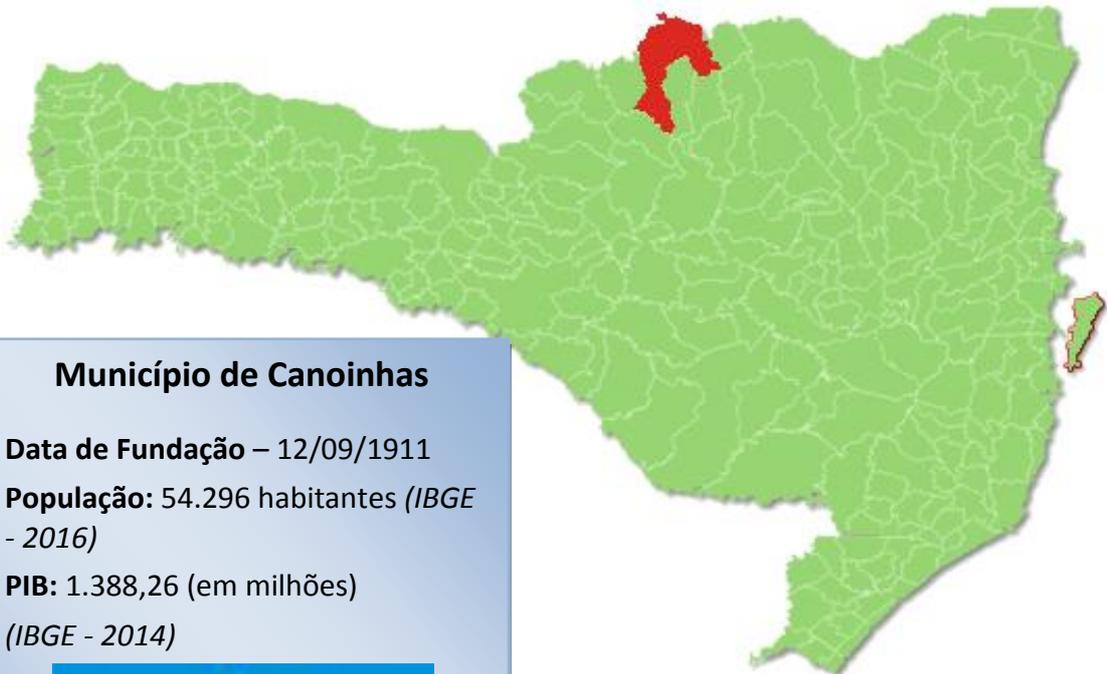
15:48:10

Alterar configurações de data e hora...



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2016



Município de Canoinhas

Data de Fundação – 12/09/1911

População: 54.296 habitantes (IBGE - 2016)

PIB: 1.388,26 (em milhões)
(IBGE - 2014)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL	5
1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 835/2017)	6
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	9
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	10
3.1. Apuração do resultado orçamentário	11
3.2. Análise do resultado orçamentário	12
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	13
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	20
4.1. Situação Patrimonial	20
4.2. Análise do resultado financeiro	21
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	22
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	25
4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência	28
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	29
5.1. Saúde	29
5.2. Ensino	31
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	31
5.2.2. FUNDEB	32
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	35
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	35
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	36
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	38
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	39
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	40
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	41
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	45
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	45

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	46
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	47
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010	48
8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF.....	52
9. RESTRIÇÕES APURADAS	58
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2016.....	58
CONCLUSÃO	59
ANEXO	61
APÊNDICE.....	62

PROCESSO	PCP 17/00131971
UNIDADE	Município de Canoinhas
RESPONSÁVEL	Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2016 - Reinstrução
RELATÓRIO N°	2034/2017

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Canoinhas, relativas ao exercício de 2016.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2016 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições do artigo 7º da Instrução Normativa nº TC-20/2015 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Canoinhas, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 07/11/2017 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos

exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL

Procedido o exame das contas do exercício de 2016 do Município, foi emitido o Relatório nº **835/2017**, integrante do Processo **PCP 17/00131971**.

Referido Processo seguiu tramitação normal, sendo encaminhado ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas em 13/09/2017, e tramitado ao Senhor Conselheiro Relator, que decidiu devolver à DMU para que esta encaminhasse ao Responsável à época, Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria - Prefeito Municipal, no sentido de manifestar-se sobre a restrição contida no Relatório nº **835/2017** e sobre a situação indicada pelo Ministério Público de Contas, no item 13 do Parecer MPC/51.342/2017 (fls. 410 a 429), nos termos do art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, o que foi efetuado através do Ofício TCE/DMU nº 14.420/2017, de 06/10/2017.

Conforme solicitação do Exmo. Relator, o Prefeito Municipal, pelo Expediente s/nº de 11/10/2017, apresentou alegações de defesa assim como remeteu documentos sobre a restrição contida no aludido Relatório e item 13 do Parecer Ministerial, estando anexadas às folhas 436 a 441 dos autos.

Assim, retornaram os autos a esta Diretoria para a devida reinstrução.

1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 835/2017)

1.2.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

1.2.1.1 Ausência de remessa do Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 c/c artigo 7º, III da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 9.1.1).

Manifestação da Unidade:

A manifestação do Responsável encontra-se às folhas 436 a 441 dos Autos.

Considerações da Análise Técnica:

Cabe aqui esclarecer que a presente restrição é decorrente do item 13 do parecer do Ministério Público, junto a esta Corte de Contas, onde em análise ao parecer conclusivo do Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEB (fls. 223 a 224), constatou que foi assinado por três pessoas, onde no mínimo deveria ter sido avaliado e assinado por nove membros, conforme previsão legal.

Registrou também o Excelentíssimo Procurador que não foi encaminhada uma ata que evidenciasse ser aquele parecer fruto de uma deliberação colegiada.

O Excelentíssimo Relator do presente processo, acompanhando manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, posicionou-se no sentido de que fosse proferida a oitiva do Responsável também com relação ao fato aqui relatado.

Assim, com o intuito de sanar a irregularidade apontada, o Responsável encaminha a ata nº 62 (fls. 438 a 439), a qual não foi remetida preliminarmente, bem como, o parecer conclusivo do Conselho Municipal de Acompanhamento do Fundeb (fls. 440 a 441).

Desta forma a Instrução, em análise ao documento remetido pelo Responsável, ou seja, a Ata nº 62, pois o parecer já havia sido analisado anteriormente, identificou que embora a mesma contasse com mais de 09 (nove) assinaturas, no entanto, os assuntos discutidos em reunião e registrados na

citada ata tratam dos seguintes temas:

- 1 - Apresentação da forma de funcionamento do Fundeb;
- 2 - A importância da participação dos membros do Conselho para acompanhar e fiscalizar a folha de pagamento;
- 3 - Quantidades de alunos matriculados, recursos programados para 2017, educação integral, dentre outros assuntos similares;
- 4 - Troca do vice-presidente do Conselho;
- 5 - Crescimento da receita do Município para 2017.
- 6 - Repatriação dos recursos do Fundeb em 2016.

Verifica-se ainda que o valor relativo à receita do Fundeb trazido na ata em questão (R\$ 26.105.222,68) corresponde àquele apresentado no Parecer que já havia sido remetido anteriormente, todavia os gastos e os percentuais que estes representaram da receita estão registrados de forma incompreensível e imprecisa, conforme segue transcrito:

[...] foi gasto 98% de 100% no Fundeb, foi usado 1.000.000,00 para completar os gastos no final de 2016, do 60% gastou 80% a mais, o município de Canoinhas tem suas contas apresentadas, hoje terá audiência pública às 16:00, 40% foi gasto 18,20%, o dinheiro do Fundeb gasto e gasto 40% e 60% [...] (cópia literal)

Portanto, diante do exposto, considerando que na ata não foi identificada deliberação do Conselho do FUNDEB, aprovando as contas em conformidade com o disposto no Parecer, constará no Relatório Técnico a ausência de remessa do Parecer do Fundeb em razão do documento encaminhado não conter a assinatura de todos os membros do Conselho conforme constatado no Parecer do MP junto a este Tribunal de Contas.

- 1.2.1.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e 9.1.2).

(Relatório nº 835/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

A manifestação do Responsável encontra-se as folhas 436 a 441 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável alega que a não disponibilização dos dados relativos ao lançamento da receita, trata-se de apenas um item dentre vários que foram verificados e que não afetam a análise das contas.

No entanto, menciona que ciente da falha à época, entrou em contato com a empresa responsável pela disponibilização das informações e foi comunicado que para 2017 a situação seria regularizada. Assim, a Instrução efetuou consulta ao sitio do Município no portal transparência (fls. 442) e constatou que os dados do lançamento das receitas ainda não foram disponibilizados.

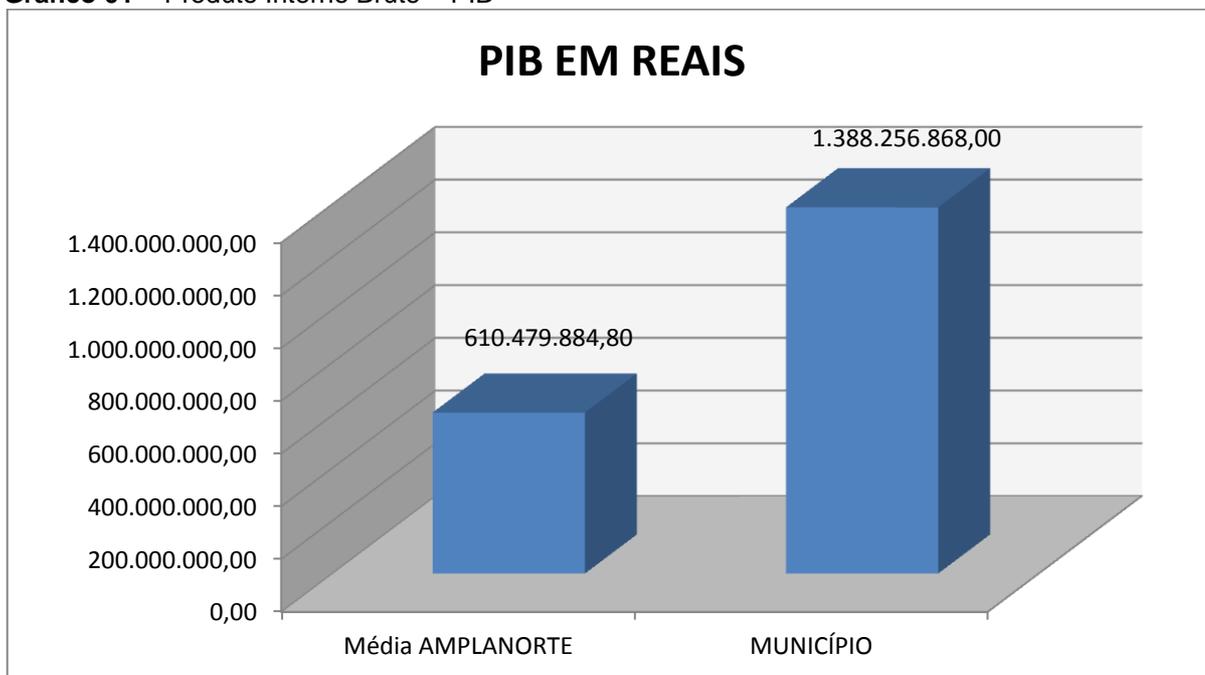
Portanto, diante do exposto, mantém-se a restrição.

À luz das ponderações de ordem técnica referentes às justificativas apresentadas pelo responsável, por ventura do cumprimento das disposições contidas no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, conforme consta do item 1.2, as contas relativas ao exercício de 2016 passam a apresentar os seguintes dados:

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Canoinhas tem uma população estimada em 54.296¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,76². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 1.388.256.868,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 25.670,90, considerando uma população estimada em 2014 de 54.079 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2013

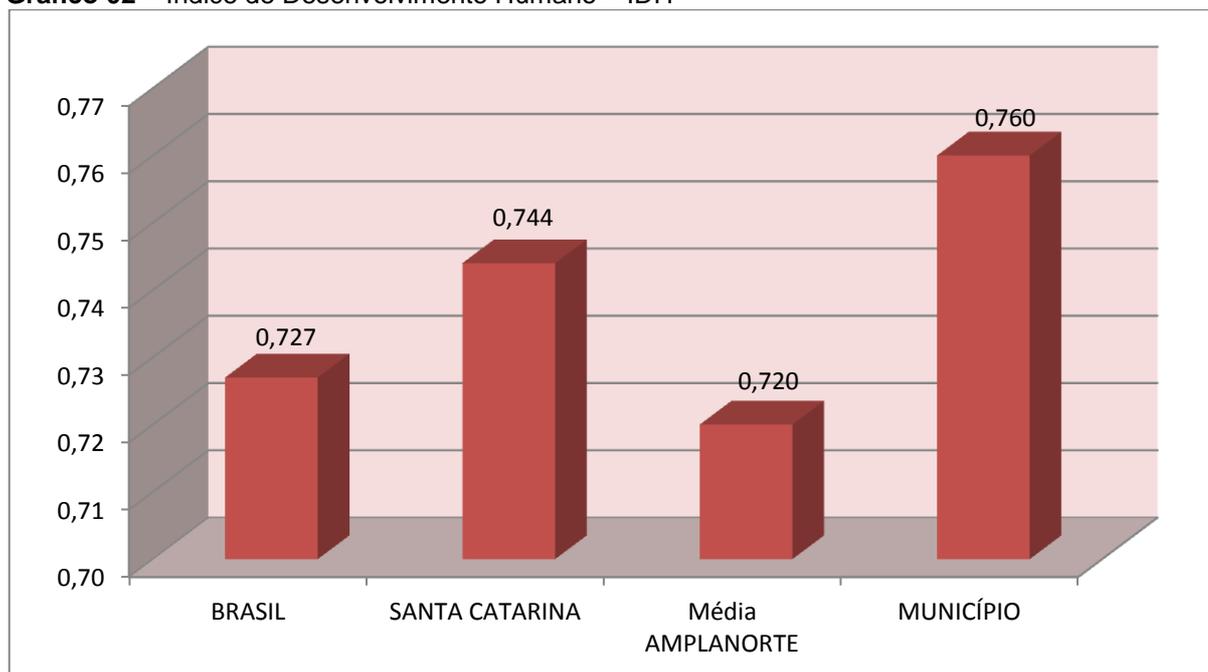
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Canoinhas encontra-se na seguinte situação:

¹ IBGE - 2016

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2014

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	
PPA	5201	25/07/2013		137.017.920,00
LDO	5748/15	26/02/2015	DESPESA FIXADA	137.017.920,00
LOA	5749/15	28/05/2015		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 1.171.016,45**, correspondendo a **0,90%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 1.171.016,45, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 6.968.668,74 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 5.797.652,29.

Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência, o Município apresentou Déficit de R\$ 6.058.882,56.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 11.841.058,08), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2016

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	137.017.920,00	130.780.569,81	95,45
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	158.446.858,62	131.951.586,26	83,28
Déficit de Execução Orçamentária		1.171.016,45	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS			
	Déficit Consolidado Ajustado	Superávit do RPPS	Déficit excluído RPPS
RECEITA	130.780.569,81	4.890.354,48	125.890.215,33
DESPESA	131.951.586,26	2.488,37	131.949.097,89
Resultado de Execução Orçamentária	1.171.016,45	4.887.866,11	6.058.882,56

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência no montante de R\$ 2.000.229,73 entre o resultado da execução orçamentária (R\$ 6.058.882,56) e a variação do patrimônio financeiro (R\$ 4.028.652,83) refere-se ao cancelamento de restos a pagar.

Obs.: A receita no montante de R\$ 4.890.354,48, assim como a despesa no montante de R\$ 2.488,37, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao RPPS.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Canoinhas nos últimos 5 anos:

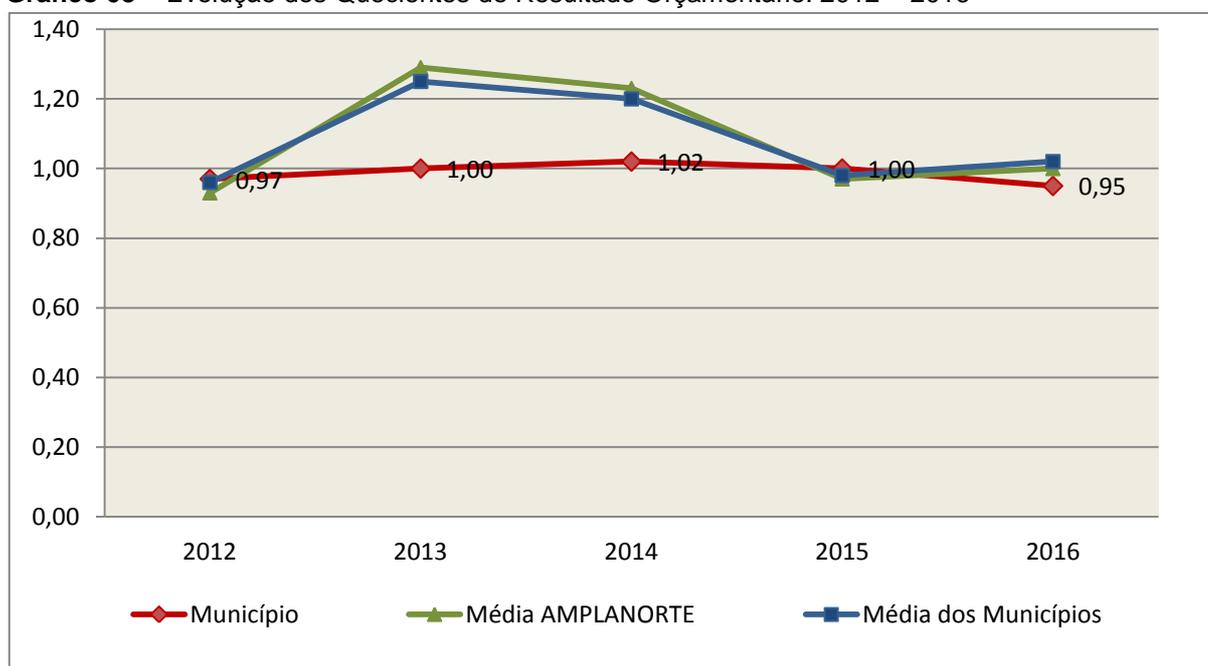
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2012-2016

ITENS / ANO		2012	2013	2014	2015	2016
1	Receita realizada	93.982.422,12	95.639.886,34	115.366.716,63	117.740.663,19	125.890.215,33
2	Despesa executada	96.964.484,47	95.458.956,25	112.753.447,32	117.572.067,43	131.949.097,89
QUOCIENTE		2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Orçamentário (1÷2)		0,97	1,00	1,02	1,00	0,95

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 130.780.569,81**, equivalendo a **95,45%** da receita orçada.

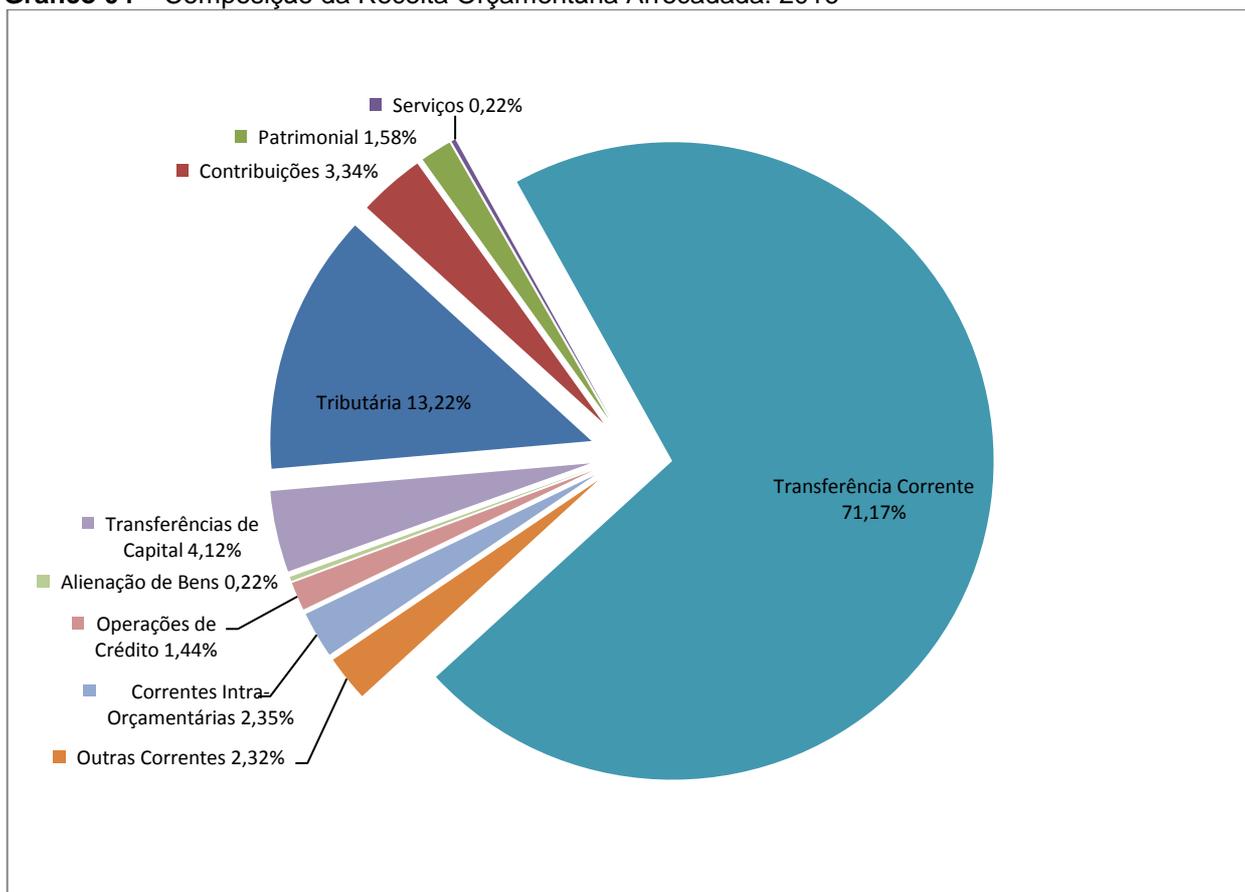
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2016

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	18.070.800,00	17.286.995,49	95,66
Receita de Contribuições	2.640.000,00	4.365.435,57	165,36
Receita Patrimonial	577.832,36	2.072.311,73	358,64
Receita de Serviços	727.760,00	286.939,80	39,43
Transferências Correntes	94.219.711,57	93.079.620,58	98,79
Outras Receitas Correntes	2.237.170,00	3.039.016,27	135,84
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	-	3.078.636,48	-
RECEITA CORRENTE	118.473.273,93	123.208.955,92	104,00
Operações de Crédito	7.393.000,00	1.888.260,14	25,54
Alienação de Bens	320.000,00	289.052,40	90,33
Transferências de Capital	10.831.646,07	5.394.301,35	49,80
RECEITA DE CAPITAL	18.544.646,07	7.571.613,89	40,83
TOTAL DA RECEITA	137.017.920,00	130.780.569,81	95,45

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2016

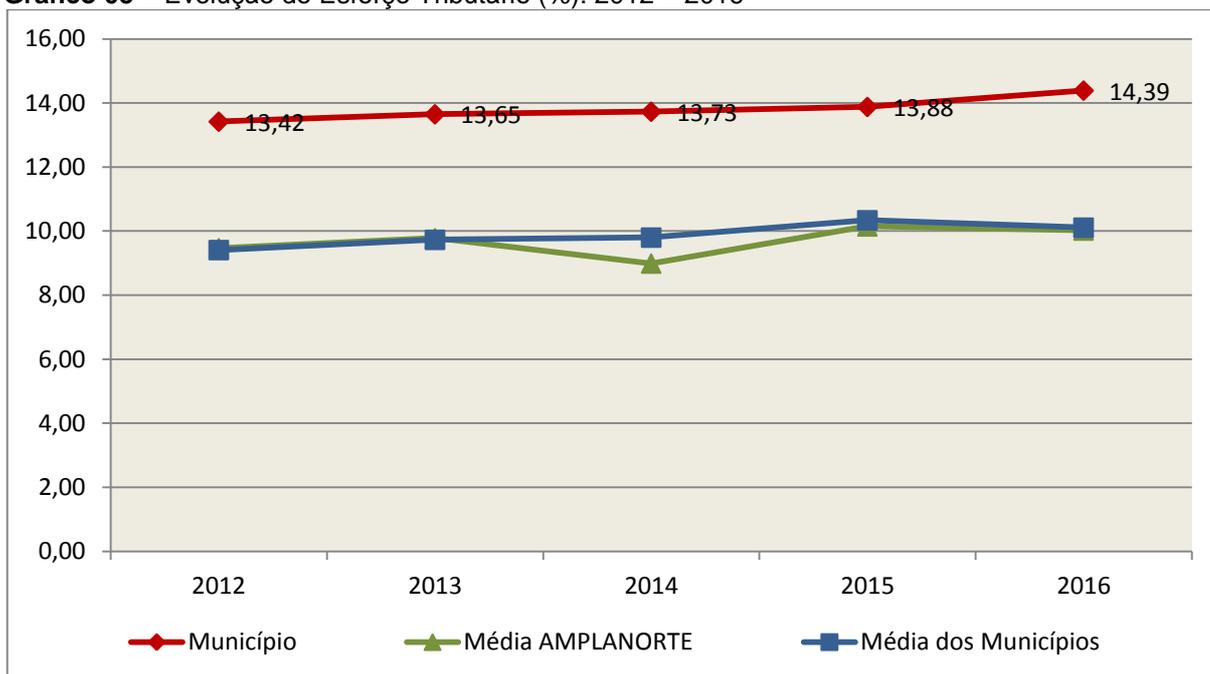


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **71,17%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2012 – 2016

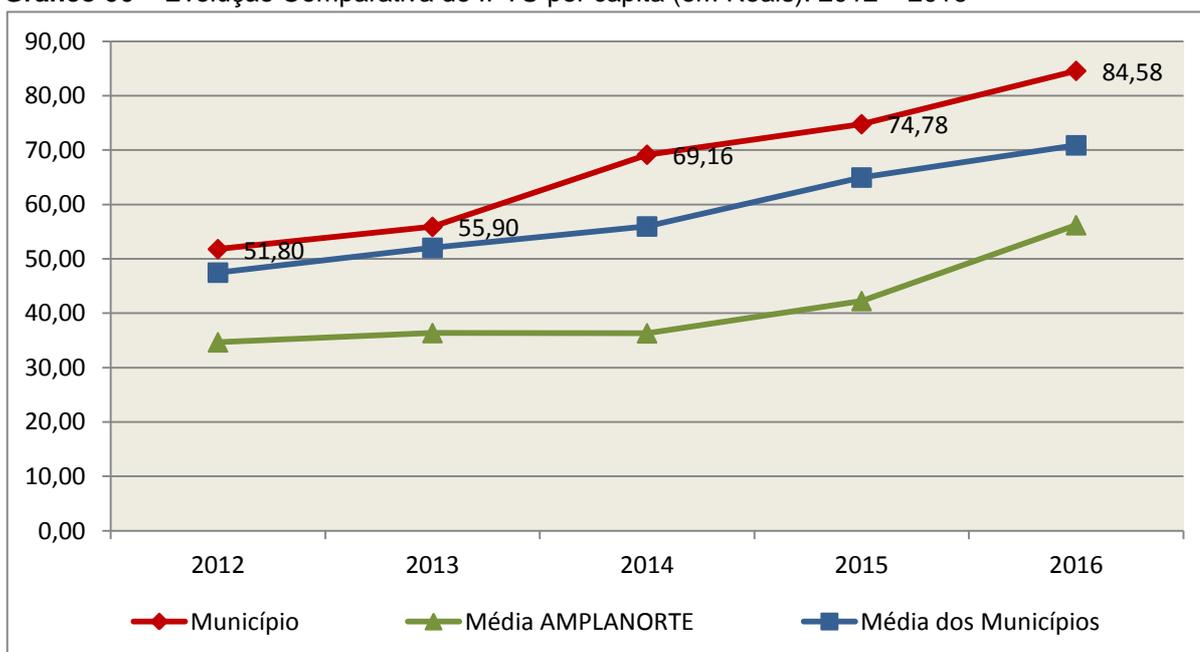


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

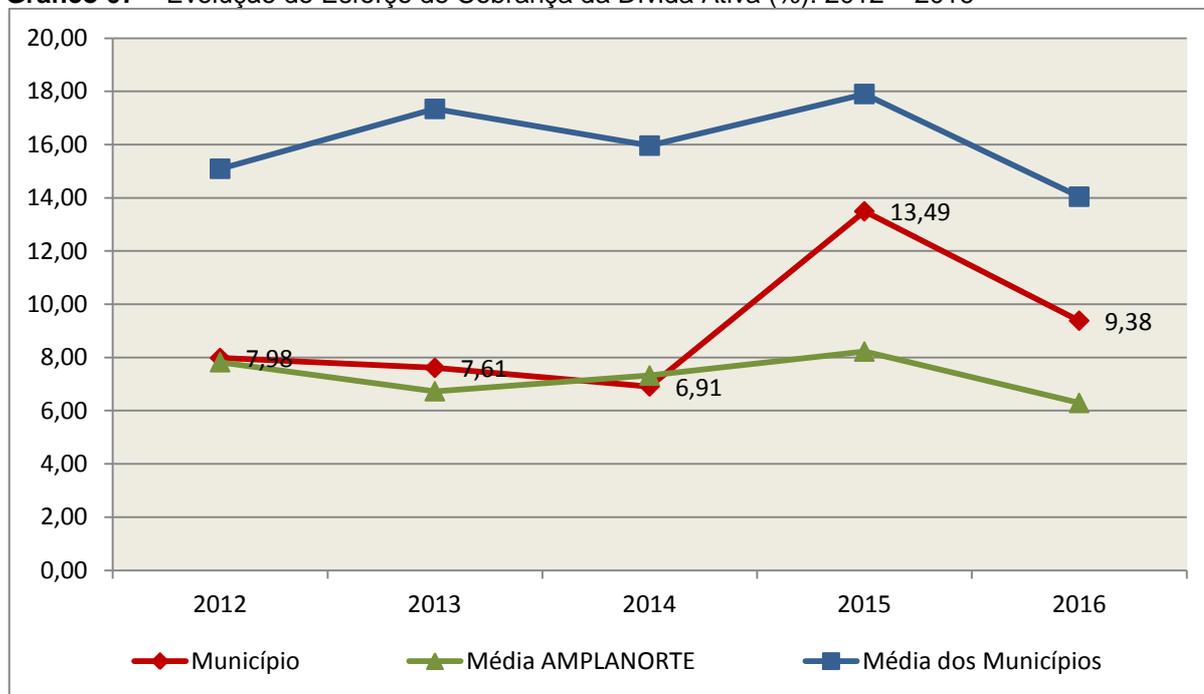
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2016

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/ Atualização	Recebimento	Transferências/ Outras Baixas	Saldo Final
24.382.070,30	17.267.856,51	2.288.235,61	8.849.224,21	30.512.466,99

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2016

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	3.850.000,00	3.212.662,47	83,45
04-Administração	12.800.247,92	11.100.602,20	86,72
06-Segurança Pública	843.471,28	672.134,60	79,69

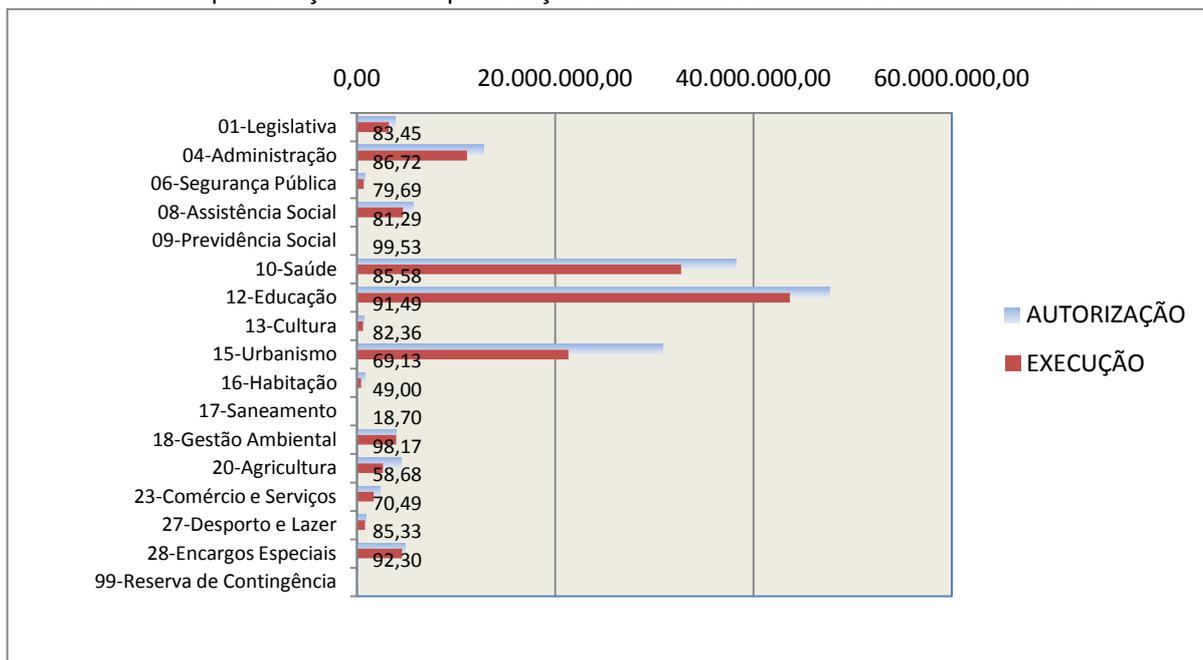
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
08-Assistência Social	5.716.012,21	4.646.623,31	81,29
09-Previdência Social	2.500,00	2.488,37	99,53
10-Saúde	38.208.195,20	32.697.212,20	85,58
12-Educação	47.735.870,77	43.672.705,90	91,49
13-Cultura	754.126,00	621.081,83	82,36
15-Urbanismo	30.854.418,30	21.331.177,60	69,13
16-Habitação	863.792,64	423.270,14	49,00
17-Saneamento	60.940,18	11.393,10	18,70
18-Gestão Ambiental	4.012.852,03	3.939.587,94	98,17
20-Agricultura	4.446.719,53	2.609.294,16	58,68
23-Comércio e Serviços	2.391.281,96	1.685.545,93	70,49
27-Desporto e Lazer	934.775,33	797.672,41	85,33
28-Encargos Especiais	4.905.655,27	4.528.134,10	92,30
99-Reserva de Contingência	66.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	158.446.858,62	131.951.586,26	83,28

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2016



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2012 – 2016

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2012	2013	2014	2015	2016
01-Legislativa	2.406.006,00	2.370.831,41	2.629.585,03	2.914.504,94	3.212.662,47
03-Essencial à Justiça	3.593.991,42	-	-	-	-
04-Administração	2.781.216,49	7.301.378,40	8.739.426,59	10.129.409,00	11.100.602,20
06-Segurança Pública	303.721,32	421.704,25	389.274,71	540.393,78	672.134,60
08-Assistência Social	3.819.893,16	3.824.462,26	3.978.129,06	4.667.594,05	4.646.623,31
09-Previdência Social	-	-	-	-	2.488,37
10-Saúde	26.132.041,80	26.371.204,31	34.301.511,37	32.391.956,24	32.697.212,20
11-Trabalho	791,93	-	600,00	-	-
12-Educação	31.481.112,45	33.157.388,91	36.020.355,52	37.923.924,43	43.672.705,90
13-Cultura	373.071,27	413.273,50	456.044,01	506.196,81	621.081,83
15-Urbanismo	14.510.026,89	9.324.358,52	14.908.563,20	15.827.145,16	21.331.177,60
16-Habitação	700,00	272.596,84	483.482,14	1.149.992,33	423.270,14
17-Saneamento	293.852,15	74.027,75	39.870,50	1.027,77	11.393,10
18-Gestão Ambiental	322.141,55	482.586,12	3.351.758,21	3.415.115,89	3.939.587,94
20-Agricultura	950.836,28	960.457,04	1.502.857,43	1.679.674,39	2.609.294,16
23-Comércio e Serviços	563.813,81	1.098.025,94	1.291.710,46	1.781.891,65	1.685.545,93
25-Energia	1.455.901,79	1.590.445,58	-	-	-

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2012	2013	2014	2015	2016
26-Transporte	2.443.785,59	2.364.947,53	33.390,00	-	-
27-Desporto e Lazer	652.272,85	494.158,88	758.760,08	776.504,06	797.672,41
28-Encargos Especiais	4.879.307,72	4.937.109,01	3.868.129,01	3.866.736,93	4.528.134,10
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	96.964.484,47	95.458.956,25	112.753.447,32	117.572.067,43	131.951.586,26

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2016

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	4.592.435,28	6,35
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	6.213.378,93	8,59
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	2.549.182,60	3,53
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	1.237.161,87	1,71
Cota do ICMS	17.196.722,78	23,79
Cota-Parte do IPVA	5.255.175,29	7,27
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	338.705,68	0,47
Cota-Parte do FPM	31.155.414,69	43,09
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	1.818.905,21	2,52
Cota do ITR	298.016,99	0,41
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	94.552,56	0,13
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	786.447,49	1,09
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	758.764,00	1,05
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	72.294.863,37	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	1.818.905,21	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	70.475.958,16	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: O Registro indevido da receita de Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal no valor 6.508.440,89 (Rúbrica 17210101) (fl. 07 dos autos) foi ajustado para receita de Cota-Parte do FPM.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2016

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	130.998.034,42
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	10.867.714,98
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	1.736.251,58
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	118.394.067,86

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Canoinhas (em Reais): 2016

ATIVO	2015	2016	PASSIVO	2015	2016
ATIVO CIRCULANTE	26.434.361,96	25.936.991,68	PASSIVO CIRCULANTE	10.862.252,60	14.152.073,50
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	24.717.442,92	21.934.281,20	Obrigações Trabalhistas, Prev Curto Prazo	6.348.539,88	10.557.793,70
<u>Créditos a Curto Prazo</u>	1.496.088,47	3.703.562,56	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.830.014,07	1.099.816,25
Créditos Tributários a Receber	74.387,00	-	Fornecedores e Contas a Pag	1.869.830,94	1.326.897,36
Créditos de Transferências a Receber	666.409,49	808.445,04	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.291,91	2.291,91
Divida Ativa Tributária	1.078.988,55	3.802.814,09	Demais Obrigações a Curto Prazo	813.867,71	1.165.274,28
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	-323.696,57	-907.696,57			
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	182.514,66	260.832,01			

ATIVO	2015	2016	PASSIVO	2015	2016
<u>Estoques</u>	38.315,91	38.315,91			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	106.802.791,21	125.325.630,68	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.002.578,00	6.622.923,37
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	16.312.157,23	18.463.609,37	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	2.853.667,97	5.059.887,11
Créditos a Longo Prazo	16.312.157,23	18.463.609,37	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	1.148.910,03	1.563.036,26
Dívida Ativa Tributária	22.769.979,82	25.733.356,38			
Dívida Ativa Não Tributária	533.101,93	976.296,52			
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-6.990.924,52	-8.246.043,53	TOTAL DO PASSIVO	14.864.830,60	20.774.996,87
<u>Imobilizado</u>	90.490.633,98	106.862.021,31			
Bens Móveis	32.422.294,16	34.560.418,49			
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis)	-	-802.113,17			
Bens Imóveis	58.068.339,82	73.103.715,99	PATRIMÔNIO LIQUIDO	118.372.322,57	130.487.625,49
			Patrimônio Social e Capital Social	106.175.637,95	106.175.637,95
			Resultados Acumulados	12.196.684,62	24.311.987,54
			Resultado do Exercício	3.473.500,05	12.113.477,48
			Resultado de Exercícios Anteriores	8.723.184,57	12.196.684,62
			Ajustes de exercícios anteriores	-	1.825,44
TOTAL	133.237.153,17	151.262.622,36	TOTAL	133.237.153,17	151.262.622,36

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 7.782.405,25** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,55** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ - 4.058.652,83** passando de um Superávit de R\$ 11.841.058,08 para um Superávit de **R\$ 7.782.405,25**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 6.634.561,07**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2015 - 2016

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	24.899.957,58	22.194.983,21	-2.704.974,37
Passivo Financeiro	13.058.899,50	9.524.711,85	-3.534.187,65
Saldo Patrimonial Financeiro	11.841.058,08	12.670.271,36	829.213,28
Ativo Financeiro do RPPS	0,00	4.887.873,03	4.887.873,03
Passivo Financeiro do RPPS	0,00	6,92	6,92
Saldo Patrimonial Financeiro s/ RPPS	11.841.058,08	7.782.405,25	-4.058.652,83

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência no montante de R\$ 2.000.229,73 entre o resultado da execução orçamentária (R\$ 6.058.882,56) e a variação do patrimônio financeiro (R\$ 4.028.652,83) refere-se ao cancelamento de restos a pagar.

Obs.: O Ativo Financeiro no montante de R\$ 4.887.873,03, assim como o Passivo Financeiro no montante de R\$ 6,92, se referem exclusivamente ao RPPS.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2016, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Canoinhas, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	75.979,94	SUPERAVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	189.301,34	SUPERAVIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	-698.634,95	DÉFICIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	39.683,38	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.026,88	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	551.894,24	SUPERAVIT
09 - FIA Imposto de Renda	498.763,41	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	9.428,31	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	23.096,06	SUPERAVIT
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	146.082,90	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 433.184,21	433.184,21	SUPERAVIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	83.236,50	SUPERAVIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	139.082,35	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	437.713,73	SUPERAVIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	473.421,70	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	97.581,91	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	30.711,85	SUPERAVIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	277.915,22	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	42.487,63	SUPERAVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	27.771,23	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	17.236,49	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	166.300,33	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	72.948,35	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	106.178,84	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	0,00	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	3.571,74	SUPERAVIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	20.790,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	732,42	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	181.744,73	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	1.508,11	SUPERAVIT
95 - Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	3.455.738,85	
00 - Recursos Ordinários	4.326.666,40	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	4.326.666,40	

Fonte: e-Sfinge

Obs.: As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2012 – 2016

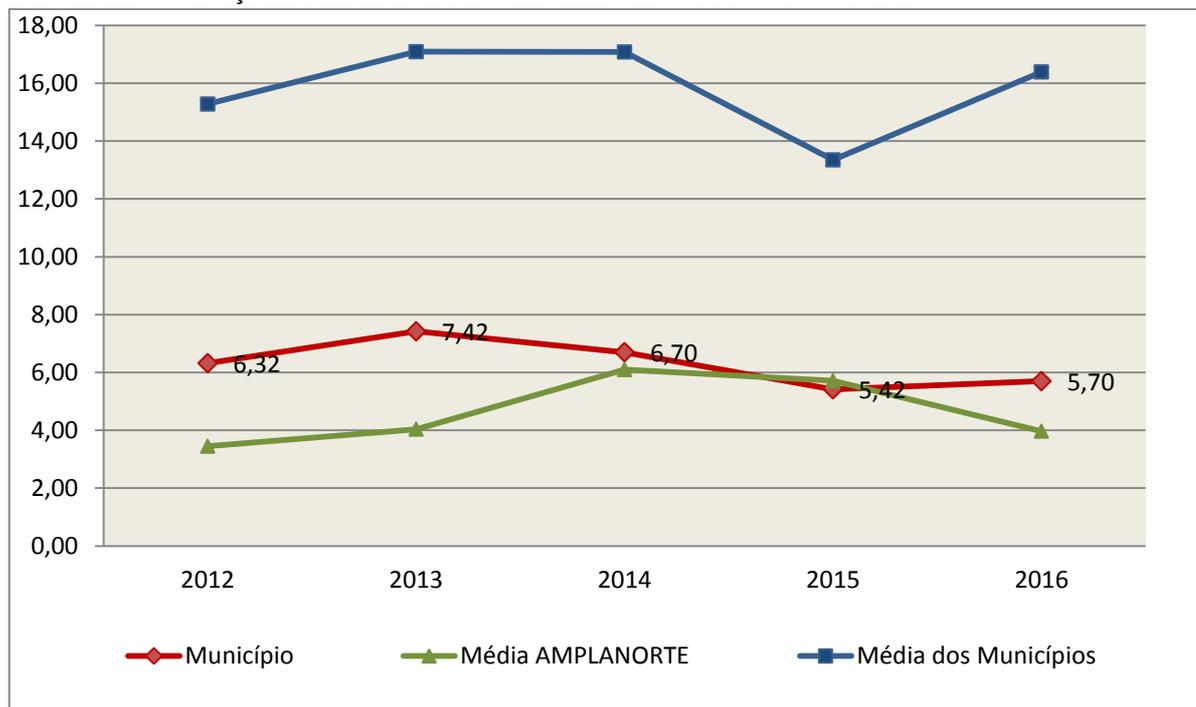
ITENS / ANO	2012	2013	2014	2015	2016
1 Despesa Executada	96.964.484,47	95.458.956,25	112.753.447,32	117.572.067,43	131.951.586,26
2 Restos a Pagar	4.966.486,06	6.294.232,34	11.299.458,00	12.279.374,88	8.281.250,22
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	10.524.721,08	12.142.427,27	21.846.380,06	24.899.957,58	17.307.110,18
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	5.403.942,52	6.820.094,53	11.988.785,91	13.058.899,50	9.524.704,93
5 Ativo Real	91.166.309,84	101.026.590,64	124.808.851,52	133.237.153,17	151.262.622,36
6 Passivo Real	14.425.697,02	13.615.933,60	18.633.213,57	24.586.569,49	26.522.753,60
QUOCIENTES	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Patrimonial (5÷6)	6,32	7,42	6,70	5,42	5,70
Situação Financeira (3÷4)	1,95	1,78	1,82	1,91	1,82
Restos a Pagar (2÷1)*100	5,12	6,59	10,02	10,44	6,28

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2012 – 2016



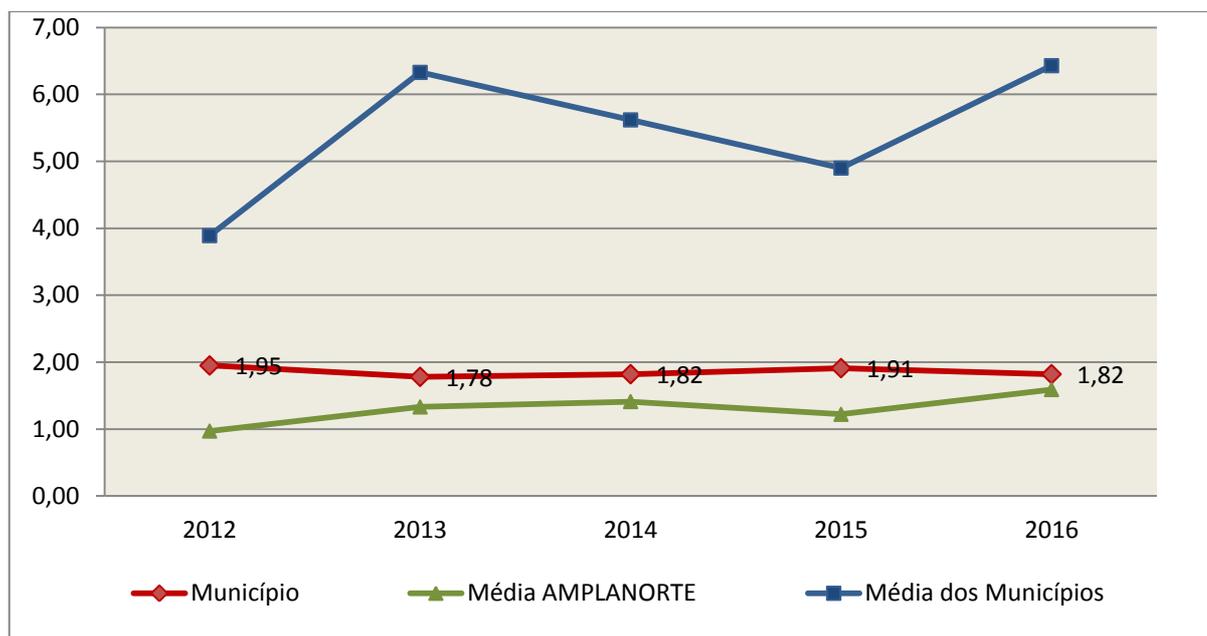
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2016 o Ativo Real apresenta-se **5,70** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

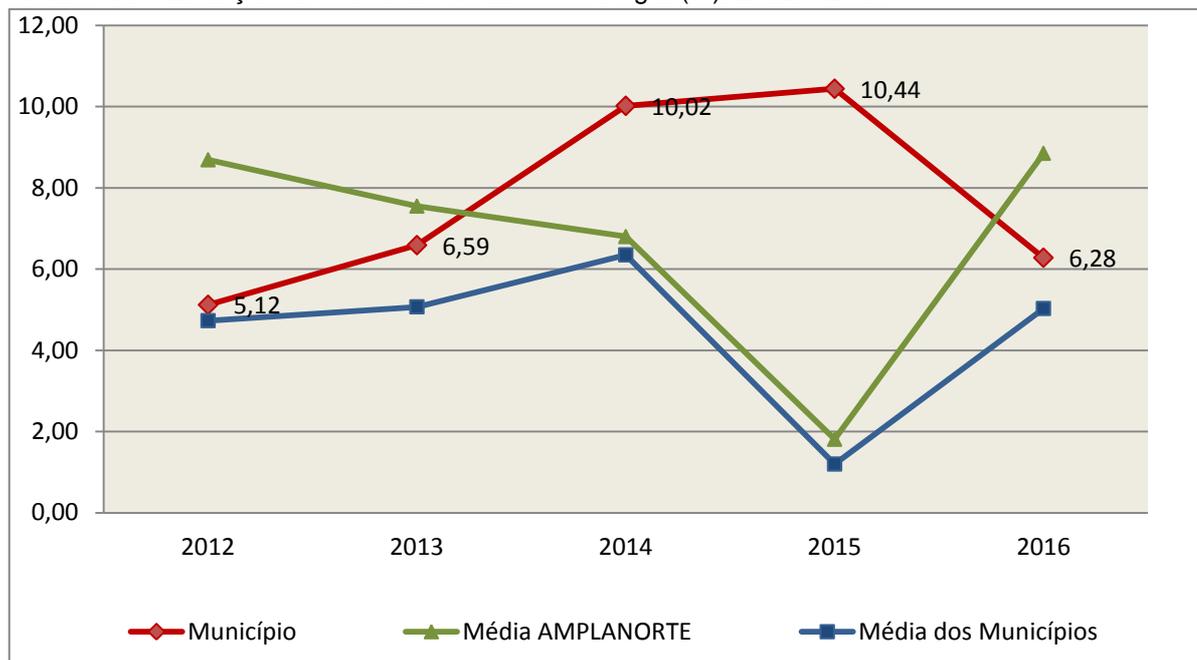
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2016 o Ativo Financeiro representa **1,82** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Canoinhas é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **6,28%** da despesa orçamentária do exercício.

4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência

O Regime Próprio de Previdência de Canoinhas, gerido pelo Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV, constituído sob a forma de AUTARQUIA, apresentou o Relatório de Avaliação Atuarial – RAA para o exercício de 2016, com data-base em 31/12/2015, com os seguintes resultados:

CANOINHAS	2016
Nº Servidores ativos	1.147
Nº Beneficiários (Inativos e pensionistas)	0
TOTAL	1.147
Resultados	Consolidado
Patrimônio Atual	0,00
(+) Receitas Futuras Projetadas⁴	195.289.212,22
(-) Benefícios Futuros Projetados⁵	200.569.560,59
Resultado Atuarial	(5.280.348,37)

⁴ O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das receitas de contribuição dos servidores, receitas de contribuição da quota patronal e, dependendo da Unidade, das receitas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV, amortização de dívidas das contribuições passadas e das alíquotas suplementares e/ou aportes de caixa.

⁵ O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das despesas de benefício concedido, despesas de benefício a conceder e, dependendo da Unidade, das despesas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV.

Segundo dados apresentados no relatório do atuário, Sr. Luiz Cláudio Kogut (MIBA nº 1.308), constata-se que a situação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Canoinhas é de Desequilíbrio Atuarial no primeiro ano de criação, o que indica que em 2016 as obrigações futuras do RPPS estavam descobertas pelo rol de ativos no montante indicado.

Assim, deverá o gestor do Município atuar no sentido de equilibrar atuarialmente o regime sob a sua competência, conduta que será analisada por ocasião do próximo processo de prestação de contas do prefeito, relativamente ao exercício de 2017, a ser analisado em 2018, motivo pelo qual não deverá ser provocado neste momento.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2016 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 17.275.835,96** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **24,51%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 6.704.442,24**, representando **9,51%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	70.475.958,16	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	32.697.212,20	46,39

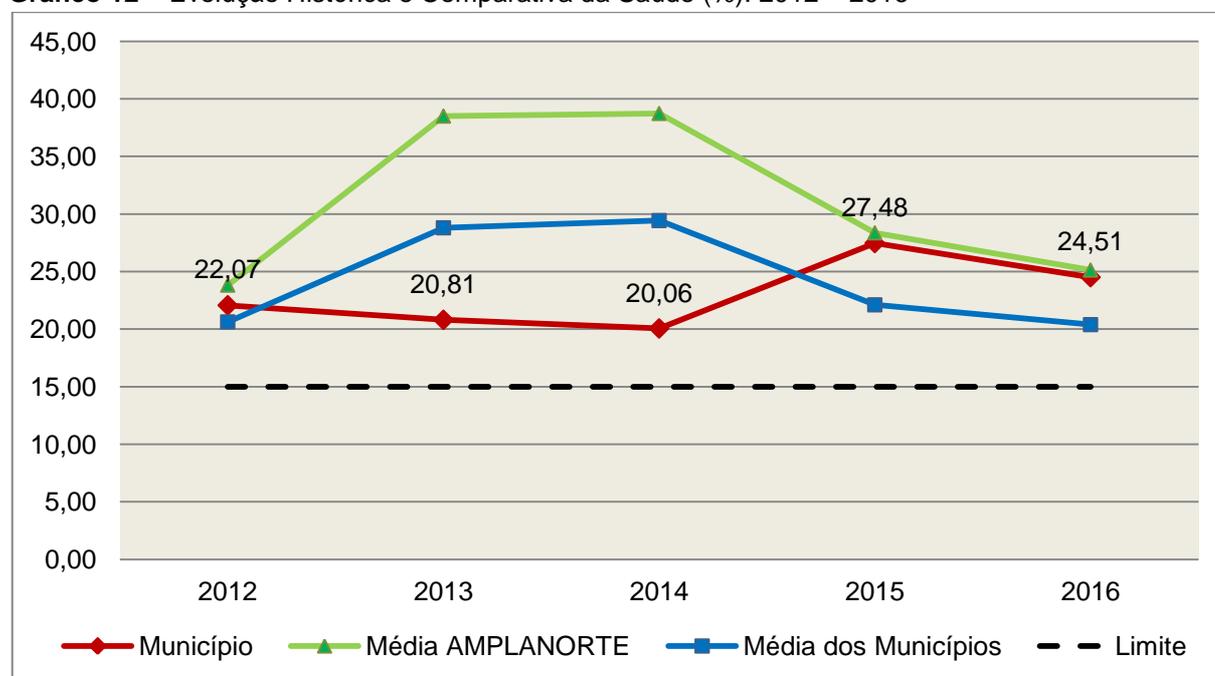
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Atenção Básica	8.867.312,49	12,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	21.679.641,12	30,76
Suporte Profilático e Terapêutico	1.020.686,45	1,45
Vigilância Sanitária	420.745,65	0,60
Vigilância Epidemiológica	708.826,49	1,01
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	15.421.376,24	21,88
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	17.275.835,96	24,51
Valor Mínimo a ser Aplicado	10.571.393,72	15,00
Valor Acima do Limite	6.704.442,24	9,51

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Canoinhas em 2016 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2016) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 19.380.288,33** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **26,81%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.306.572,49**, representando **1,81%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2016

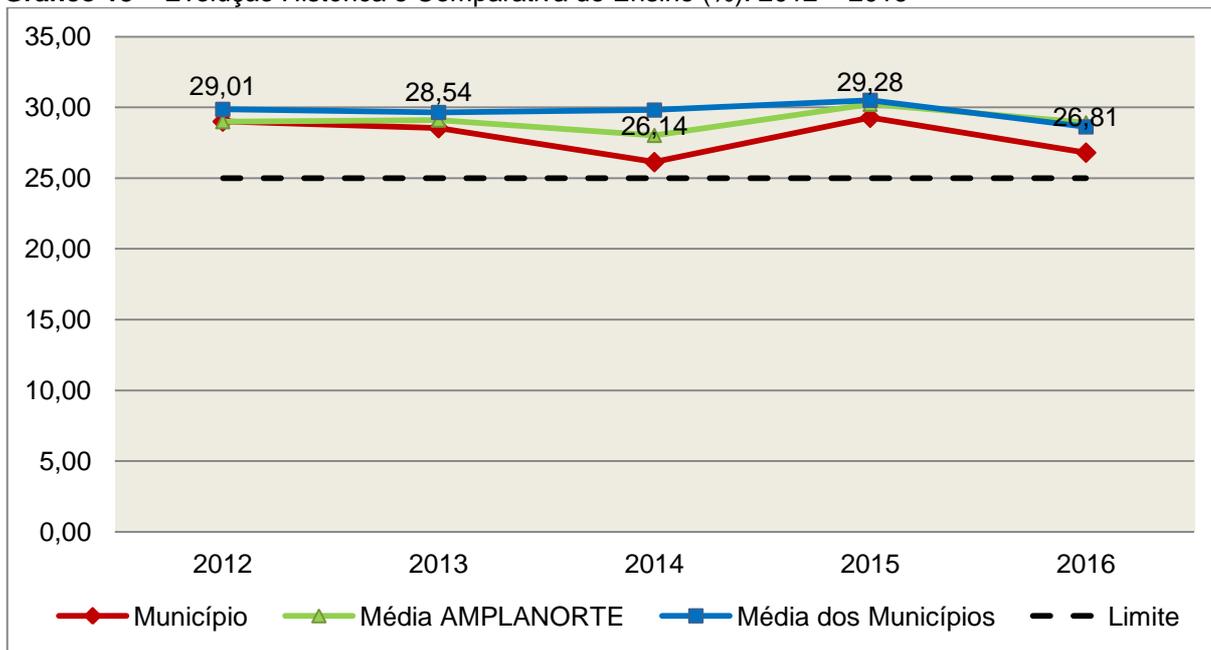
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	72.294.863,37	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	11.451.867,47	15,84
Educação Infantil	11.451.867,47	15,84
Valor Aplicado Ensino Fundamental	29.583.984,42	40,92
Ensino Fundamental	29.583.984,42	40,92
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	21.655.563,56	29,95
Total das Despesas para efeito de Cálculo	19.380.288,33	26,81
Valor Mínimo a ser Aplicado	18.073.715,84	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	1.306.572,49	1,81

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Canoinhas em 2016 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 20.985.820,35**, equivalendo a **80,12%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	26.105.222,68
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	88.096,82
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	26.193.319,50

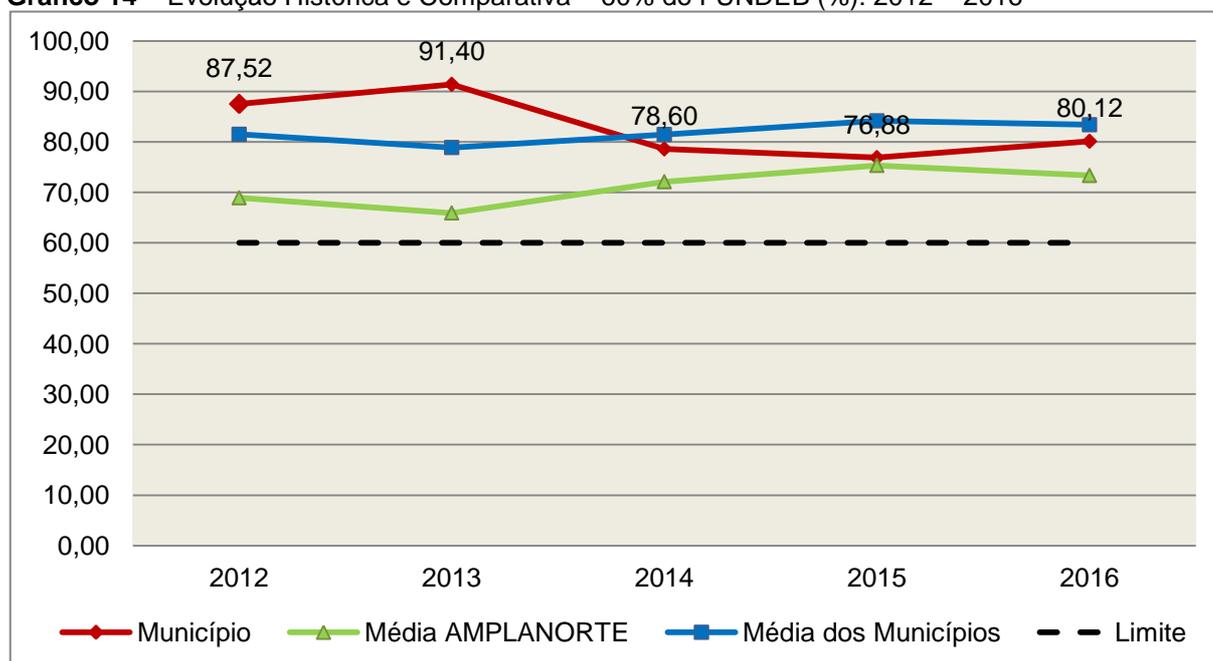
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	15.715.991,70
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	20.985.820,35
Valor Acima do Limite	5.269.828,65

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Obs.: A ausência de remessa do parecer do Conselho do FUNDEB consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 25.760.135,29**, equivalendo a **98,35%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2016

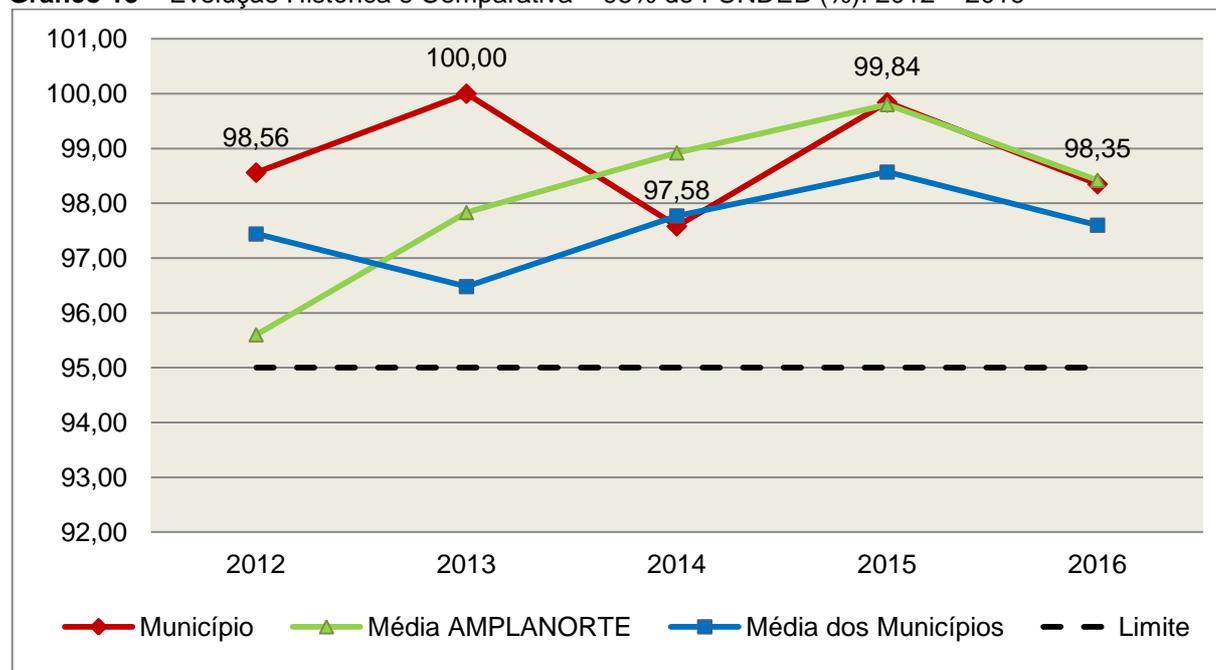
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	26.193.319,50
95% dos Recursos do FUNDEB	24.883.653,53
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	25.760.135,29
Valor Acima do Limite	876.481,76

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Canoinhas reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 36.408,08, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2016: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2016	1.360.685,37
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	927.501,16
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	433.184,21

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2016

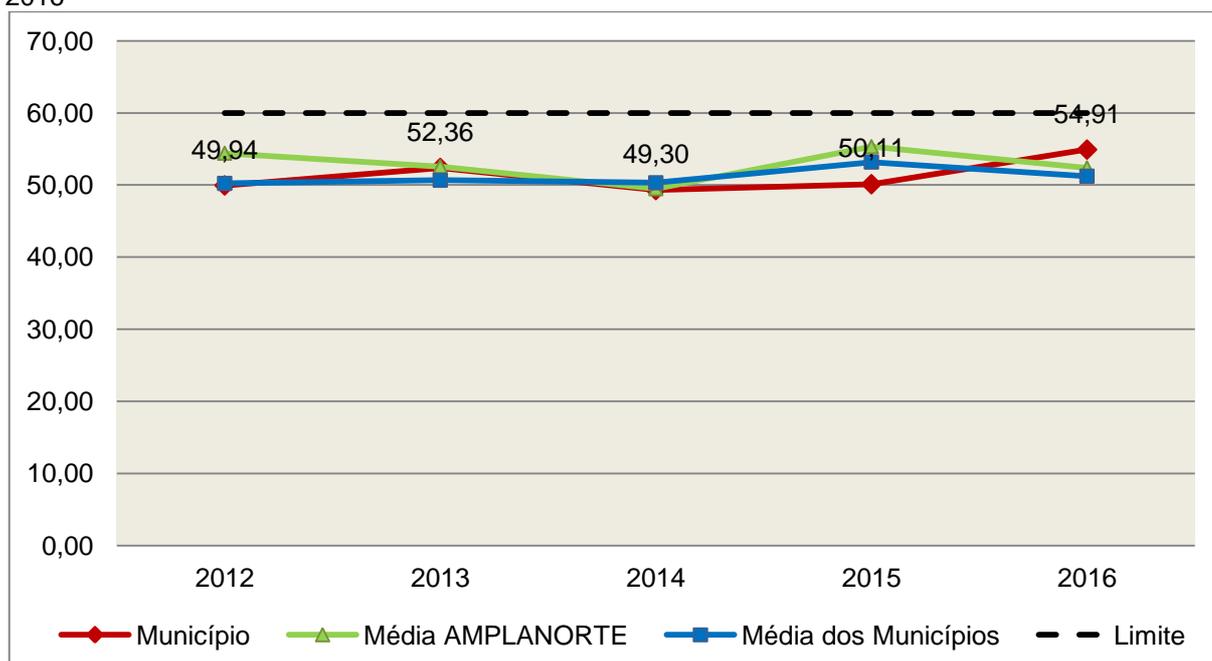
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	118.394.067,86	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	71.036.440,72	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	62.051.534,82	52,41
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.957.546,75	2,50
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	65.009.081,57	54,91
Valor Abaixo do Limite (60%)	6.027.359,15	5,09

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **54,91%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Canoinhas, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	118.394.067,86	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	63.932.796,64	54,00

Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	63.029.579,62	53,24
Pessoal e Encargos*	62.031.016,61	52,39
Pessoal e encargos Inscritos em Restos a Pagar não Processados* (com as deduções)	20.518,21	0,02
Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução reincluídas nos cálculos em razão de terem sido indevidamente contabilizadas no elemento de despesa 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas (Relação 2 do Apêndice)	978.044,80	0,83
Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo**	978.044,80	0,83
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	62.051.534,82	52,41
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.881.261,82	1,59

Fonte: * Sistema e-Sfinge/⁶Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

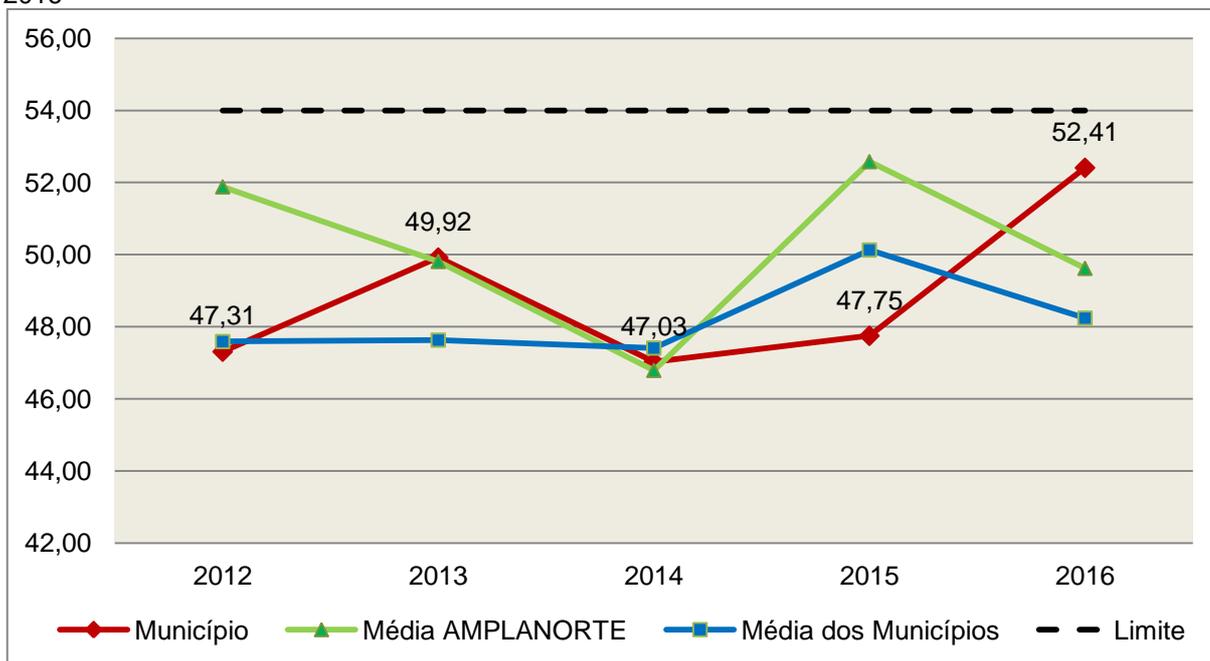
**Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **52,41%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

6 Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais 6ª edição, publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br/pt/web/stn/mdf>

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	118.394.067,86	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.103.644,07	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.957.546,75	2,50
Pessoal e Encargos*	2.957.546,75	2,50
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.957.546,75	2,50
Valor Abaixo do Limite (6%)	4.146.097,32	3,50

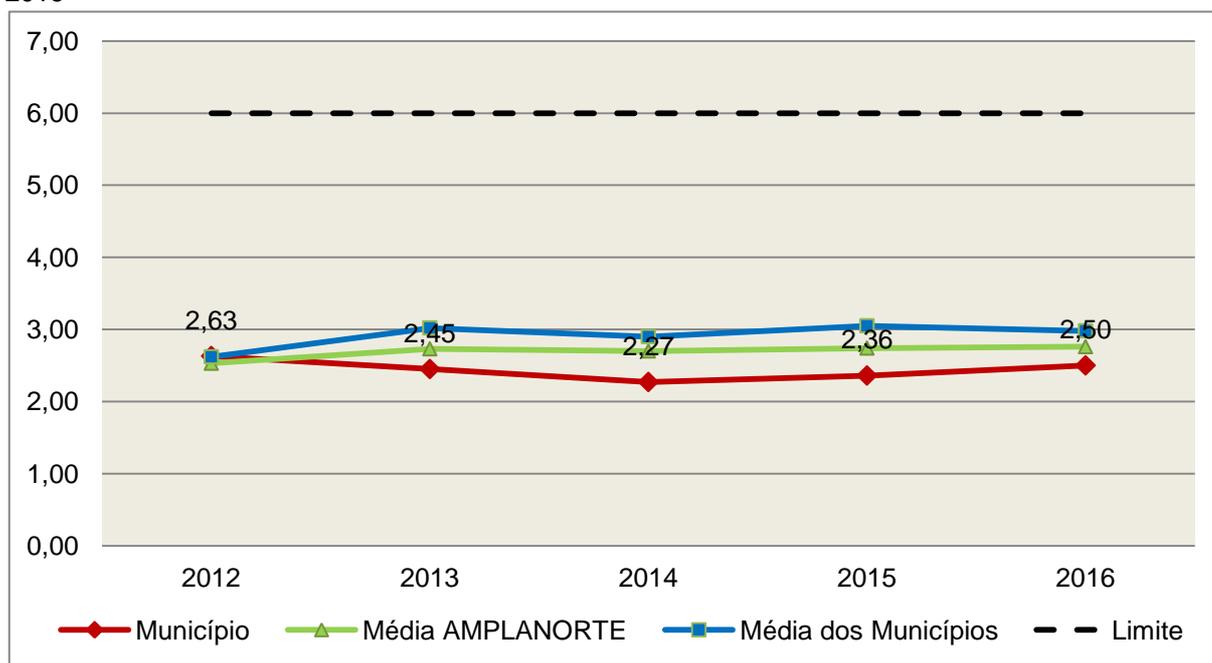
Fonte: * Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,50%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 7º, § único, da Instrução Normativa nº 20, de 01 de março de 2015 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo **Município de Canoinhas**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB não foi encaminhado, em desatendimento em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 c/c artigo 7º, III da Instrução Normativa N.TC-20/2015, conforme considerações expostas no item 1.2.1.1, deste Relatório.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁷.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;

⁷ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;

c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório

detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar no 141/2012.

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Canoinhas**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Canoinhas**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Canoinhas**, constata-se que as contas foram

aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social com a seguinte ressalva:

Os Conselheiros destacam a recorrente devolução de recursos repassados pelo Fundo Estadual de Assistência Social, sendo neste exercício os destinados aos investimentos do CRAS. Porém entende não ser responsabilidade da Administração Municipal de acordo com as informações repassadas a respeito da notificação encaminhada à empresa que não entregou os produtos empenhados e da abertura de novo processo licitatório, onde parte do recurso foi utilizado e o saldo devolvido não possuía dotação orçamentária. Vale ressaltar que o recurso devolvido era saldo reprogramado do ano de 2015.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Canoinhas**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Canoinhas**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Canoinhas**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 08/11/2017 (fls. fl. 442).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 42 dispõe que:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Para fins de verificação do cumprimento do dispositivo legal antes mencionado, foi apurada a disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos, conforme metodologia da Portaria STN nº 553, de 22 de dezembro de 2014, que "aprova a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)".

A Fonte de Recursos trata-se de mecanismo integrador entre a receita e a despesa, onde é atribuído um código que exerce duplo papel no processo orçamentário permitindo compatibilizar a execução orçamentária com as disponibilidades financeiras:

- a) na receita orçamentária: indica a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas;
- b) na despesa orçamentária: identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados e respectiva destinação específica.

Como processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, pode ser classificada em:

- a) destinação vinculada: é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades estabelecidas pela

normaⁱ. Ex.: FR 09 – Fia Imposto de Renda e FR 89 – Alienação de Bens destinados a outros programas;

b) destinação ordinária: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades ⁱⁱ(FR 00 – Recursos Ordinários).

No que tange aos recursos disponíveis para cobertura dos compromissos contraídos, objeto de verificação do cumprimento do art. 42 da L.C. 101/00, considera-se Disponibilidade de Caixa Bruta:

a) Caixa – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira de numerário e de outros valores em tesouraria;

b) Bancos – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira em bancos;

c) Aplicações Financeiras – O saldo, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira referente a aplicações financeiras. No caso dos recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores, as aplicações financeiras equivalem ao grupo Investimentos, conforme plano de contas aplicado aos RPPS.

d) Outras Disponibilidades Financeiras – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, de outras disponibilidades financeiras, que representam recursos com livre movimentação e para os quais não existam restrições para uso imediato.

Com base nesses conceitos, para verificar o cumprimento do art. 42 da LRF, aplicou-se no cálculo os seguintes critérios:

a) Para a disponibilidade de caixa bruta: foram considerados os saldos por fonte de recursos das Contas do Ativo Financeiro com atributo F (1.1.1.X.X.XX.XX – Caixa e Equivalente de Caixa; 1.1.3.8.x.08.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Família Pago; 1.1.3.8.X.09.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago; 1.1.3.8.X.10.00 – Auxílio Natalidade Pago a Recuperar; 1.1.3.8.X.11.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Auxílio Doença e Acidentes Pagos) em 31/12/2016.

Convém esclarecer que o controle das disponibilidades por especificações de fontes de recursos é realizado simultaneamente tanto nas contas com atributo F das Classes 1 – Ativo e 2 – Passivo como nas contas 7.2.1.X.X.XX.XX – Disponibilidades por Destinação e 8.2.1.X.X.XX.XX – Execução das Disponibilidades por Destinação das Classes 7 – Controles Devedores e 8 – Controles Credores, cujos saldos de disponibilidade de caixa devem ser iguais.

b) Obrigações Financeiras: considerou-se todas as despesas contraídas, por especificações de fontes de recursos, divididas em até o 1º

quadrimestre de 2016 (despesas de exercícios anteriores e as contraídas até 30/04/2016) e as do 2º e 3º quadrimestres de 2016.

Ressalta-se que as despesas de exercícios anteriores e aquelas assumidas até 30/04/2016 já estão compromissadas para serem pagas, e conseqüentemente, devem ser consideradas para efeito de projeção de fluxo de caixa para verificação das disponibilidades financeiras ao final do mandato.

Neste sentido, esses compromissos interferem no comprometimento dos recursos financeiros quando do levantamento das disponibilidades de caixa para efeito da LRF. Assim, segundo a mesma, disponibilidade de caixa não é o valor financeiro existente em espécie na tesouraria ou nos bancos (componente do Ativo com atributo F), sendo pois o resultado entre esses saldos e as dívidas existentes registradas no Passivo com atributo F, além de outras despesas não contabilizadas, todas pendentes de pagamento. Este entendimento advém da redação do parágrafo único do artigo 42, o qual estabelece que "na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercícios".

As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens:

a) Depósitos - total dos Depósitos em 31/12/2016, pertencentes a terceiros e resultantes de consignações, cauções e outros depósitos de diversas origens;

b) Despesas liquidadas e não pagas - total em 31/12/2016, divididas em até o 1º quadrimestre e 2º e 3º quadrimestres (tomando-se por base a data da emissão do empenho), as quais referem-se a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

c) Despesas empenhadas e não liquidadas de exercícios anteriores - saldo em 31/12/2016 das despesas empenhadas e não liquidadas de anos anteriores, referentes a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

d) Outras obrigações financeiras - total em 31/12/2016, relativos as operações realizadas com terceiros, independentes da execução orçamentária e são constituídas dos grupos de contas de Serviço da Dívida a Pagar, Outras Obrigações a Curto Prazo, Depósitos Exigíveis a Longo Prazo e Valores Pendentes a Curto Prazo, evidenciadas no Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro.

Com relação aos ajustes das disponibilidades de caixa e das obrigações financeiras, foram utilizadas as seguintes fontes de informações: inspeções; resposta do ofício circular n.º 1.815/2017; dados encaminhados via Sistema e-Sfinge e demais análises técnicas subsidiadas em Diligências, informações da Ouvidoria e Denúncias e Representações.

Informa-se que na verificação do cumprimento do artigo 42 da LRF não serão consideradas as disponibilidades de caixa e conseqüentemente as obrigações financeiras das Câmaras Municipais, dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Fundos de Assistência à Saúde do Servidor.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação as obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de Canoinhas, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 21 - Apuração do cumprimento do art. 42 da LRF (em Reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Descumpriu
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	418.754,99	CUMPRIU
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	302.304,78	CUMPRIU
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	-546.804,74	DESCUMPRIU
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	CUMPRIU
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	CUMPRIU
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	CUMPRIU
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	57.752,38	CUMPRIU
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.187,64	CUMPRIU
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	709.248,71	CUMPRIU
09 - FIA Imposto de Renda	498.763,41	CUMPRIU
10 - Convênio de Trânsito - Militar	10.978,62	CUMPRIU
11 - Convênio de Trânsito - Civil	27.239,67	CUMPRIU
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	153.923,24	CUMPRIU
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 433.184,21	433.184,21	CUMPRIU
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	CUMPRIU
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	273.709,14	CUMPRIU
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	191.587,35	CUMPRIU
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.703.628,35	CUMPRIU
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	518.550,65	CUMPRIU
36 - Salário-Educação	257.042,96	CUMPRIU
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	40.767,85	CUMPRIU
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	1.074.714,10	CUMPRIU
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	52.038,24	CUMPRIU
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	CUMPRIU
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	CUMPRIU
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	105.488,22	CUMPRIU
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	CUMPRIU
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	17.236,49	CUMPRIU
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	CUMPRIU

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Descumpriu
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	251.616,50	CUMPRIU
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	77.404,33	CUMPRIU
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	CUMPRIU
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	697.581,25	CUMPRIU
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	CUMPRIU
80 - Outras Especificações	0,00	CUMPRIU
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	3.571,74	CUMPRIU
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	CUMPRIU
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	20.790,00	CUMPRIU
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	732,42	CUMPRIU
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	307.774,90	CUMPRIU
93 - Outras Receitas Não-Primárias	1.508,11	CUMPRIU
95 – Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	CUMPRIU
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-546.804,74	
00 - Recursos Ordinários	5.273.957,07	CUMPRIU
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	5.273.957,07	

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge, de auditorias, resposta de ofícios.

Portanto, conforme demonstrativo anterior, verificou-se que o Poder Executivo do Município de Canoinhas contraiu obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS VINCULADOS para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS VINCULADAS à Fonte de Recursos FR 02 no montante de R\$ -546.804,74, ressaltando que, a referida insuficiência foi absorvida totalmente pela disponibilidade líquida de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS, no montante de R\$ 5.273.957,07, de toda forma, restando ainda, evidenciado o cumprimento do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.1.1 Ausência de remessa do Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 c/c artigo 7º, III da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 1.2.1.1, deste Relatório);

9.1.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e item 1.2.1.2).

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2016

Quadro 22 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	As demonstrações contábeis demonstram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 6.058.882,56
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 7.782.405,25
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	24,51%
4.2) Ensino	25,00%	26,81%
4.3) FUNDEB	60,00%	80,12%
	95,00%	98,35%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	54,91%
b) Poder Executivo	54,00%	52,41%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,50%
4.5) L.C. Nº 131/2009 E	DESCUMPRIU	

DEC. Nº 7.185/2010	
4.6) Artigo 42 da L.C. nº 101/00	CUMPRIU

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2016 do Município de Canoinhas**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item 9.1, deste Relatório, à vista da Reinstrução procedida, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 8, em 13/11/2017.

GIAN CARLO DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo

TERESINHA DE JESUS BASTO DA
SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 8

De Acordo

Em 13/11/2017.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	15.269.083,34
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.962,89
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde	130.250,50
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde não liquidadas e sem cobertura financeira	20.079,51
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	15.421.376,24

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	954.921,41
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	4.487,50
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	140.765,41
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	4.955.638,71
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	81.362,58
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	192.783,43
Resultado líquido das transferências do Fundeb	15.237.507,70
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	88.096,82
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	21.655.563,56

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94)	978.044,80
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	978.044,80

* Fonte Sistema e-Sfinge

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	26.105.222,68
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	88.096,82
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2016	1.360.685,37
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	927.501,16
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2016	25.760.135,29

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2016	304	164.206,86	163.021,86	163.021,86
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2016	301	207.225,54	207.225,54	207.225,54
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2016	302	197.400,00	144.895,00	80.000,00
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	301	2.787.497,16	2.755.445,26	2.747.737,61
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	302	9.429.261,64	8.667.776,42	8.550.227,11
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	303	421.979,12	421.979,12	421.880,12
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	304	44.951,93	44.216,77	44.216,77
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	305	226.307,12	223.780,52	220.735,65
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	2016	301	9.731,55	9.731,55	9.731,55
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	2016	302	126.000,00	126.000,00	126.000,00
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2016	301	189.654,79	189.654,79	189.654,79
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2016	302	1.210.293,99	684.314,39	681.027,10
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2016	303	193.073,64	177.650,83	177.650,83
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2016	305	50.000,00	0,00	0,00
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	2016	301	11.500,00	11.500,00	11.500,00
TOTAL			15.269.083,34	13.827.192,05	13.630.608,93

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	1491	15/07/2016	OURO VERDE SOM PROP.LTDA E	520,00	520,00	520,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÕES, DESTINADO A SONORIZAÇÃO DA INAUGURAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) QUE ACONTECERÁ DIA 01 DE JULHO DE 2016, COM INÍCIO ÀS 15H, SITO A TRAVESSIA DR. MARIO MUSSI, ANEXO AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS. (Licitação Nº : 122/2015-PR) REEMPENHO REF. ANULAÇÃO Nº 136 DO EMPENHO Nº 1164.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2012	11/10/2016	ALVACIR ANTONIO MARCONDES	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS ETM-7065.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2014	11/10/2016	JOSÉ ALTAIR CARVALHO	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS ETM-7065.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2166	03/11/2016	ADELMO DE CARVALHO	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS ETM-7065.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1888	08/09/2016	ADOLFO LOPES MAGALHAES	153,23	153,23	153,23	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS MHC-3325.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2010	11/10/2016	ADOLFO LOPES MAGALHAES	38,31	38,31	38,31	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS MHC-3325.COMPLEMENTO AO EMPENHO 1888/2016.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	461	26/02/2016	CELIO DOS SANTOS	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS MHY-8532.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1053	20/05/2016	ADELMO DE CARVALHO	153,23	153,23	153,23	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS MHY-8632.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1261	15/06/2016	EVERTON RAMTHUN	153,23	153,23	153,23	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS MHY-8632.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1054	20/05/2016	ALVACIR ANTONIO MARCONDES	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS MJM-4603.
Fundo	02 - Receitas	301	1063	24/05/2016	ROBSON	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Saúde de Canoinhas	de Impostos e Transf de impostos: Saúde				SOARES FRAGOSO				SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS QHB-0378.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	156	14/01/2016	SIOMAR JOSÉ DIAS MACHADO	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS QHB-0388.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1886	08/09/2016	ADELMO DE CARVALHO	127,69	127,69	127,69	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS QHB-0388.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1550	25/07/2016	ADOLFO LOPES MAGALHAES	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLACAS QHB-2375.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1473	13/07/2016	ADRIANO TIAGO MROSKOWSKI	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO DO VEÍCULO OFICIAL DE PLCAS QHB-2375.
Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1353	29/06/2016	VALMIR ANTONIO DA SILVA	204,30	204,30	204,30	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - ADIANTAMENTO SALARIAL PARA QUITAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO (03) DOS VEÍCULOS OFICIAIS DE PLACAS MJM-4803 e MHY-8632.
TOTAL						1.962,89	1.962,89	1.962,89	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2016	365	9.911,00	9.911,00	0,00
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2016	365	18.240,70	18.240,70	16.640,70
36 - Salário-Educação	2016	365	564.831,43	557.906,85	492.916,31
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	365	361.938,28	357.514,28	357.514,28

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
TOTAIS			954.921,41	943.572,83	867.071,29

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4607	31/08/2016	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA	3.550,00	3.550,00	3.550,00	CCONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM E FILMAGEM, PARA O DESFILE CÍVICO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 07 DE SETEMBRO, NA RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, CENTRO, CANOINHAS.CONTRATO Nº PMC 183/2016 (Licitação Nº : 108/2016-PR) - FILMAGEM DO DESFILE CÍVICO DO DIA 07 DE SETEMBRO
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4608	31/08/2016	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA	937,50	937,50	937,50	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM E FILMAGEM, PARA O DESFILE CÍVICO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 07 DE SETEMBRO, NA RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, CENTRO, CANOINHAS. (Licitação Nº : 108/2016-PR) - SERVIÇO DE SOM PARA DESFILE DO DIA 07 DE SETEMBRO
TOTAL						4.487,50	4.487,50	4.487,50	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2016	361	1.708.061,93	1.517.589,29	1.459.053,49
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2016	361	27.440,00	27.440,00	27.440,00
36 - Salário-Educação	2016	361	2.326.932,14	2.174.395,67	2.120.601,35
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	361	866.131,12	860.499,12	860.499,12
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	366	27.073,52	27.073,52	27.073,52
TOTAL			4.955.638,71	4.606.997,60	4.494.667,48

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	5502	16/11/2016	INDAPLACAS LTDA.	31,00	31,00	31,00	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) LACRE PARA PLACA (RELACRE), DESTINADO A MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO AGRALE, PLACAS MIN 4219, UTILIZADO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Canoinhas	Transf de Impostos: Educação								EXCLUSIVAMENTE NA ENTREGA DA MERENDA ESCOLAR NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 1248/2016)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2840	30/05/2016	TECNIBOMBAS UNIAO COM. DE BOMBAS INJETORAS LTDA	2.545,00	2.545,00	2.545,00	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) REPARO 409, 01 (UMA) BOMBA DE PALHETA 308, 01 (UM) BUJÃO 533, 01 (UM) PARAFUSO OCO 344, 01 (UM) RETENTOR 311 E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO VEICULO CAMINHÃO AGRALE, PLACAS MIN-4219, UTILIZADO NA ENTREGA DE MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CANOINHAS. (Compra Direta Nº 749/2016)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5504	16/11/2016	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA	21,00	21,00	21,00	AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) LÂMPADA H4, DESTINADA A MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO AGRALE, PLACAS MIN 4219, UTILIZADO EXCLUSIVAMENTE NA ENTREGA DA MERENDA ESCOLAR NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 1249/2016)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2359	04/05/2016	RETIFICA MOTOCAR LTDA	2.032,00	2.032,00	2.032,00	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) AMORTECEDORES DIANTEIROS E 02 (DOIS) MOLEJOS COMPLETOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA PARTE DIANTEIRA DO CAMINHÃO AGRALE, PLACAS MIN-4219, UTILIZADO NA ENTREGA DA MERENDA NAS ESCOLAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 594/2016)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2755	23/05/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	2.325,28	2.325,28	2.325,28	AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) KG DE FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJÚ, 10(DEZ) KG DE MAIONESE SEM LEITE, 50(CINQUENTA) LITROS DE SUCO CONCENTRADO DIVERSOS SABORES E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4925	29/09/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	42,80	42,80	42,80	AQUISIÇÃO DE 04(QUATRO) KG DE MARGARINA SEM SAL, COM NO MÍNIMO 50% DE GORDURA TOTAL, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4629	31/08/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	274,71	274,71	274,71	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO E 06 (SEIS) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5366	03/11/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	274,71	274,71	274,71	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO E 06 (SEIS) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura	01 - Receitas	361	4458	22/08/2016	AP OESTE COMÉRCIO	335,82	335,82	335,82	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) KG DE BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, 05

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Canoinhas	de Impostos e Transf de Impostos: Educação				LTDA				(CINCO) UNIDADES DE VINAGRE DE ALCOOL, 50 (CINQUENTA) KG DE FEIJÃO PRETO, TIPO 1 E 04 (QUATRO) KG DE GRANOLA TRADICIONAL COM AVEIA FLOCOS, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5365	03/11/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	188,50	188,50	188,50	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) KG DE FARINHA DE MILHO E 30 (TRINTA) LITROS DE SUCO CONCENTRADO DE DIVERSOS SABORES, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2022	14/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	53,50	53,50	53,50	AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) KG. DE MARGARINA SEM SAL E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4919	29/09/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	274,71	274,71	274,71	AQUISIÇÃO DE 05(CINCO) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO E 06(SEIS) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4926	29/09/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	122,35	122,35	122,35	AQUISIÇÃO DE 05(CINCO) KG DE BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, 05(CINCO) KG DE ROSQUINHA SABOR COCO, 10(DEZ) FRASCOS DE ÓLEO DE SOJA REFINADO, FRASCO COM 900ML E DEMAIS ITENS RALACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2756	23/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	390,95	390,95	390,95	AQUISIÇÃO DE 05(CINCO) KG DE MARGARINA SEM SAL, 05(CINCO) LATAS DE FERMENTO EM PÓ QUÍMICO E 80(OITENTA) KG DE MAÇÃ VERMELHA GALA OU FUJI, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4456	22/08/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	102,56	102,56	102,56	AQUISIÇÃO DE 08 (OITO) KG DE BISCOITO CASEIRO SEM CONSERVANTE DE SABORES DIVERSOS, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4459	22/08/2016	ILG COMERCIAL LTDA ME	55,60	0,00	0,00	AQUISIÇÃO DE 08 (OITO) KG DE BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	832	22/02/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	414,00	414,00	414,00	AQUISIÇÃO DE 08(OITO) KG DE DOCE DE FRUTAS, 20(VINTE) KG DE AÇÚCAR REFINADO, 20(VINTE) PACOTES DE ROSQUINHA SABOR COCO E

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Canoinhas	Transf de Impostos: Educação								20(VINTE) PACOTES DE BISCOITO SALGADO (TIPO CREAM CRACKER), DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 123/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3281	17/06/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	489,90	489,90	489,90	AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO E 12 (DOZE) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4455	22/08/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	267,65	267,65	267,65	AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) KG DE ARROZ PARBOLIZADO, LONGO, FINO, TIPO 1, 05 (CINCO) KG DE BISCOITO DE MEL COM GLACÊ, 10 (DEZ) KG DE MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1450	18/03/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	225,25	225,25	225,25	AQUISIÇÃO DE 10(DEZ) KG DE AÇUCAR REFINADO, 10(DEZ) KG DE LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO E 05(CINCO) KG DE SAL REFINADO E IODADO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3289	17/06/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	740,45	740,45	740,45	AQUISIÇÃO DE 10(DEZ) KG DE AÇUCAR REFINADO, 20(VINTE) KG DE LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO, 05(CINCO) KG DE SAL E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	837	22/02/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1.657,87	1.657,87	1.657,87	AQUISIÇÃO DE 10(DEZ) KG DE BANANA COMUM, 40(QUARENTA) KG DE MAMÃO FORMOSA, 150(CENTO E CINQUENTA) KG DE LARANJA PERA E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4924	29/09/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	339,76	339,76	339,76	AQUISIÇÃO DE 10(DEZ) KG DE BISCOITO CASEIRO, 05(CINCO) KG DE FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJÚ, 04(QUATRO) KG DE ACHOCOLATADO EM PÓ E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4092	29/07/2016	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME	120,00	120,00	120,00	AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) CARTAZES: A3-COR:4X0- PAPEL:COUCHÊ-GRAMATURA:180G-TIRAGEM 100, DESTINADOS A DIVULGAÇÃO DO DESFILE DE 07 DE SETEMBRO NO CENTRO DA CIDADE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. (Licitação Nº : 119/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de	361	4632	31/08/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	2.194,80	2.194,80	2.194,80	AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) KG DE COXA E SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO CONGELADO, 40 (QUARENTA) KG DE CARNE MOIDA CONGELADA DE BOVINO E 40 (QUARENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO, SEM

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								OSSO E SEM PELE, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2021	14/04/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	280,85	280,85	280,85	AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) KG. DE ARROZ PARBOLIZADO, PCTE. 1KG E 05 (CINCO) KG. DE MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	840	22/02/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	3.832,50	3.832,50	3.832,50	AQUISIÇÃO DE 100(CEM) KG DE COXA COM SOBRECOPA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, 100(CEM) KG DE CARNE MOÍDA CONGELADA DE BOVINO E 70(SETENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO SEM OSSO E SEM PELE, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4922	29/09/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	2.194,80	2.194,80	2.194,80	AQUISIÇÃO DE 100(CEM) KG DE COXA COM SOBRECOPA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, 40(QUARENTA) KG DE CARNE MOÍDA CONGELADA DE BOVINO E 40(QUARENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO SEM OSSO E SEM PELE, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1454	18/03/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1.766,32	1.313,91	1.313,91	AQUISIÇÃO DE 12(DOZE) KG DE BANANA COMUM, 50(CINQUENTA) KG DE MAMÃO, 150(CENTO E CINQUENTA) KG DE LARANJA PÉRA E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3287	17/06/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	617,56	617,56	617,56	AQUISIÇÃO DE 12(DOZE) KG DE FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJÚ, 10(DEZ) KG DE MAIONESE SEM LEITE, 20(VINTE) LITROS DE SUCO CONCENTRADO E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2032	15/04/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	1.610,32	1.610,32	1.610,32	AQUISIÇÃO DE 120(CENTO E VINTE) LITROS DE IOGURTE INTEGRAL, 48(QUARENTA E OITO) KG DE PÃO FRANCÊS, 20(VINTE) KG DE ALHO EM PASTA E 20(VINTE) KG DE SALSICHA RESFRIADA SEM CONSERVANTES, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1453	18/03/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	1.683,24	1.683,24	1.683,24	AQUISIÇÃO DE 120(CENTO E VINTE) LITROS DE IOGURTE INTEGRAL, 56(CINQUENTA E SEIS) KG DE PÃO FRANCÊS, 10(DEZ) KG DE PÓ PARA PREPARO DE GELATINA, DIVERSOS SABORES E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA BAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de	361	2024	14/04/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	825,55	825,55	825,55	AQUISIÇÃO DE 15 (QUINZE) KG. DE AÇÚCAR REFINADO, 40 (QUARENTA) KG. DE LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO E 15 (QUINZE) KG, DE SAL REFINADO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2023	14/04/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	1.512,48	1.512,48	1.512,48	AQUISIÇÃO DE 15 (QUINZE) KG. DE FARINHA DE MILHO BRANCA, 10 (DEZ) KG. DE MAIONESE SEM LEITE, 60 (SESSENTA) LITROS DE SUCO CONCENTRADO E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2029	15/04/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	686,45	686,45	686,45	AQUISIÇÃO DE 15(QUINZE) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO E 16(DEZESSEIS) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	838	22/02/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	2.664,72	2.664,72	2.664,72	AQUISIÇÃO DE 15(QUINZE) KG DE FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJÚ, 10(DEZ) KG DE ACHOCOLATADO EM PÓ, 05(CINCO) KG DE DOCE DE LEITE E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3285	17/06/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	4.073,60	4.073,60	4.073,60	AQUISIÇÃO DE 160 (CENTO E SESSENTA) KG DE COXA COM SOBRECOPA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, 80 (OITENTA) KG DE CARNE MOIDA CONGELADA DE BOVINO E 80 (OITENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO, SEM OSSO E SEM PELE, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2757	23/05/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	4.073,60	4.073,60	4.073,60	AQUISIÇÃO DE 160(CENTO E SESSENTA) KG DE COXA COM SOBRECOPA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, 80(OITENTA) KG DE CARNE MOÍDA CONGELADA DE BOVINO E 80(OITENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO SEM OSSO E SEM PELE, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2031	15/04/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	4.073,60	4.073,60	4.073,60	AQUISIÇÃO DE 160(CENTO E SESSENTA) KG DE COXA COM SOBRECOPA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, 80(OITENTA) KG DE CARNE MOÍDA CONGELADA DE BOVINO E 80(OITENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO SEM OSSO E SEM PELE, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1455	18/03/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	4.073,60	4.073,60	4.073,60	AQUISIÇÃO DE 160(CENTO E SESSENTA) KG DE COXA COM SOBRECOPA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, 80(OITENTA) KG DE CARNE MOÍDA CONGELADA, 80(OITENTA) KG DE PERNIL SUÍNO CONGELADO, SEM OSSO E SEM PELE, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura	01 - Receitas	361	3283	17/06/2016	JULIAN ODACHOWOSKI	1.626,02	1.291,02	1.291,02	AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) KG DE ALHO EM PASTA, 150 (CENTO E

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Canoinhas	de Impostos e Transf de Impostos: Educação				& FILHOS LTDA				CINQUENTA) LITROS DE IOGURTE INTEGRAL E 48 (QUARENTA E OITO) KG PÃO FRANCES, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1451	18/03/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	871,02	871,02	871,02	AQUISIÇÃO DE 20(VINTE) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO, 16(DEZESSEIS) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, 10(DEZ) KG DE ARROZ PARBOILIZADO E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	836	22/02/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	1.190,50	1.190,50	1.190,50	AQUISIÇÃO DE 20(VINTE) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO, 16(DEZESSEIS) KG DE QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO, 80(OITENTA) KG DE ARROZ PARBOILIZADO E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4331	11/08/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	195,68	195,68	195,68	AQUISIÇÃO DE 20(VINTE) KG DE MAÇÃ VERMELHA GALA OU FUJI, 18(DEZÓITO) KG DE COXA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA E 06(SEIS) KG DE APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 19/2014-CC). REEMPENHO ORIUNDO DO EMPENHO Nº 2990/15, OBSERVADOS OS DITAMES LEGAIS PERTINENTES, ESPECIALMENTE NO QUE TANGE AO PREJULGADO TCE/SC Nº1822 E O PARECER Nº954, PUBLICADO EM 15/05/2009, EXPEDIDO PELO ILUSTRÍSSIMO SENHOR GILBERTO BRASIL, CONSULTOR CONTÁBIL DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS. Processo 199/2014.
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4754	13/09/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	657,80	657,80	657,80	AQUISIÇÃO DE 20(VINTE) UNIDADES DE REFRIGERANTE COM 02 LITROS CADA E 25(VINTE E CINCO) KG DE CARNE DE GADO (FILÉ DUPLO), DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2193	26/04/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	331,70	331,70	331,70	AQUISIÇÃO DE 200 (DUZENTAS) UNDS. DE PAÇOCA DE AMENDOIN 20 GR CADA E 30 (TRINTA) LITROS DE REFRIGERANTE 2 LITROS CADA, DIVERSOS SABORES, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5364	03/11/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	352,25	352,25	352,25	AQUISIÇÃO DE 40 (QUARENTA) KG DE ARROZ PARBOILIZADO, 20 (VINTE) KG DE MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO E 15 (QUINZE) LATAS DE EXTRATO DE TOMATE, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	5367	03/11/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1.353,01	1.353,01	1.353,01	AQUISIÇÃO DE 40 (QUARENTA) KG DE BANANA COMUM, 20 (VINTE) KG DE MAMÃO, 70 (SETENTA) KG DE LARANJA PERA E DEMAIS ITENS

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Canoinhas	Transf de Impostos: Educação								RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3282	17/06/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	2.123,32	2.123,32	2.123,32	AQUISIÇÃO DE 40 (QUARENTA) KG DE BANANA COMUM, 20 (VINTE) KG DE MAMÃO, 150 (CENTO E CINQUENTA) KG DE LARANJA E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4630	31/08/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1.353,02	1.353,02	1.353,02	AQUISIÇÃO DE 40 (QUARENTA) KG DE BANANA COMUM, 20 (VINTE) KG DE MAMÃO, 70 (SETENTA) KG DE LARANJA E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2759	23/05/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	1.224,70	1.224,70	1.224,70	AQUISIÇÃO DE 40(QUARENTA) KG DE AÇÚCAR REFINADO, 40(QUARENTA) KG DE LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO, 20(VINTE) KG DE SAL REFINADO E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4920	29/09/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1.353,02	1.353,02	1.353,02	AQUISIÇÃO DE 40(QUARENTA) KG DE BANANA COMUM, 20(VINTE) KG DE MAMÃO FORMOSA, 70(SETENTA) KG DE LARANJA PERA E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2030	15/04/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	1.886,34	1.886,34	1.886,34	AQUISIÇÃO DE 40(QUARENTA) KG DE BANANA COMUM, 20(VINTE) KG DE MAMÃO, 150(CENTO E CINQUENTA) KG DE LARANJA E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2754	23/05/2016	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	2.123,34	2.123,34	2.123,34	AQUISIÇÃO DE 40(QUARENTA) KG DE BANANA COMUM, 20(VINTE) KG DE MAMÃO, 150(CENTO E CINQUENTA) KG DE LARANJA, E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	841	22/02/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	1.340,34	1.340,34	1.340,34	AQUISIÇÃO DE 40(QUARENTA) KG DE LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO, 90(NOVENTA) KG DE FEIJÃO PRETO, 08(OITO) KG DE GRANOLA TRADICIONAL COM AVEIA E FLOCOS E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	833	22/02/2016	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	656,45	656,45	656,45	AQUISIÇÃO DE 40(QUARENTA) UNIDADES DE EXTRATO DE TOMATE 850 GRAMAS, 10(DEZ) KG DE PÓ PARA GELATINA SABORES DIVERSOS, 10(DEZ) KG DE MACARRÃO COM OVOS TIPO ALETRIA, NINHO OU CABELO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								DE ANJO E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 123/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4631	31/08/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	431,52	431,52	431,52	AQUISIÇÃO DE 48 (QUARENTA E OITO) KG DE PÃO FRANCÊS, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5368	03/11/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	431,52	431,52	431,52	AQUISIÇÃO DE 48 (QUARENTA E OITO) KG DE PÃO FRANCÊS, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4921	29/09/2016	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	431,52	431,52	431,52	AQUISIÇÃO DE 48(QUARENTA E OITO) KG DE PÃO FRANCÊS, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4554	30/08/2016	COM.AGRO-PEC.WAGNER LTDA-ME	32,00	32,00	32,00	AQUISIÇÃO DE 60 (SESSENTA) METROS DE CORDA SEDA COR BRANCO, ESPESSURA DE 05MM, DESTINADOS AO DESFILE CÍVICO 07 DE SETEMBRO. (Compra Direta Nº 1129/2016)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4449	19/08/2016	COMERCIAL PONTAROLO LTDA	48,00	0,00	0,00	AQUISIÇÃO DE 60 (SESSENTA) METROS DE CORDA SEDA COR BRANCO, ESPESSURA DE 6MM, DESTINADOS AO DESFILE CÍVICO 07 DE SETEMBRO. (Compra Direta Nº 1112/2016)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	834	22/02/2016	AP OESTE COMÉRCIO LTDA	234,80	234,80	234,80	AQUISIÇÃO DE 60(SESSENTA) FRASCOS DE ÓLEO DE SOJA REFINADO E 05(CINCO) KG DE BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 123/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4923	29/09/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	541,40	541,40	541,40	AQUISIÇÃO DE 65(SESSENTA E CINCO) KG DE ARROZ PARBOILIZADO, 10(DEZ) KG DE BISCOITO DE MEL COM GLACÊ, 10(DEZ) KG DE MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de	361	5210	25/10/2016	CANTINA CHOCOLATE COM PIMENTA LTDA - ME	560,00	288,00	288,00	AQUISIÇÃO DE 70 (SETENTA) UNDS. DE LANCHES X-SALADA, DESTINADOS AOS MOTORISTAS E AJUDANTES QUE FAZEM A DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR E PEQUENOS REPAROS NAS

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								UNIDADES ESCOLARES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO. (Licitação Nº : 4/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5369	03/11/2016	ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA	632,00	632,00	632,00	AQUISIÇÃO DE 80 (OITENTA) KG DE COXA COM SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3286	17/06/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	514,00	514,00	514,00	AQUISIÇÃO DE 80(OITENTA) KG DE ARROZ PARBOILIZADO, 10(DEZ) KG DE BISCOITO DE MEL COM GLACÊ, 20(VINTE) KG DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS AO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2753	23/05/2016	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	918,10	918,10	918,10	AQUISIÇÃO DE 80(OITENTA) KG DE ARROZ PARBOILIZADO, 10(DEZ) KG DE BISCOITO DE MEL COM GLACÊ, 20(VINTE) KG DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, E DEMAIS ITENS CONFORME RELAÇÃO DESCRITA ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1452	18/03/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	475,80	475,80	475,80	AQUISIÇÃO DE 80(OITENTA) KG DE MAÇÃ VERMELHA GALA OU FUJI, 10(DEZ) KG DE MARGARINA SEM SAL E 08(OITO) KG DE MELADO DE CANA, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	839	22/02/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	600,60	600,60	600,60	AQUISIÇÃO DE 80(OITENTA) KG DE MAÇÃ VERMELHA GALA OU FUJI, 10(DEZ) KG DE MARGARINA SEM SAL, 08(OITO) KG DE MELADO DE CANA E 20(VINTE) PACOTES DE ROSQUINHA SABOR CHOCOLATE, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2028	15/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	323,20	323,20	323,20	AQUISIÇÃO DE 80(OITENTA) KG DE MAÇÃ VERMELHA GALA OU FUJI, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4606	31/08/2016	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA	4.662,50	4.662,50	4.662,50	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM E FILMAGEM, PARA O DESFILE CÍVICO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 07 DE SETEMBRO, NA RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, CENTRO, CANOINHAS.CONTRATO Nº PMC 183/2016 (Licitação Nº : 108/2016-PR) - SERVIÇO DE SOM PARA DESFILE DO DIA 07 DE SETEMBRO
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de	361	5214	25/10/2016	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA	1.240,00	1.240,00	1.240,00	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM (MÉDIO PORTE), CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, DESTINADO A REALIZAÇÃO DA NOITE CULTURAL DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, A SER

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								REALIZADO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016, NO GINÁSIO DA EEB. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, HORÁRIO A SER DEFINIDO. (Licitação Nº : 122/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3058	08/06/2016	REUNIDAS TURISMO S.A.	717,75	717,75	717,75	EMPENHO ESTIMATIVO DESTINADO A LOCAÇÃO DE 145 (CENTO E QUARENTA E CINCO) QUILOMETROS RODADOS EM ÔNIBUS 42 LUGARES, COM DESTINO AO MUNICÍPIO DE MAFRA-SC, NO DIA 27 DE JULHO DE 2016, SAÍDA ÀS 7H E RETORNO ÀS 17H30, PARA LEVAR AS MERENDEIRAS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO QUE PARTICIPARÃO DO ENCONTRO DE MANIPULADORES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLA; ORGANIZADO PELA EPAGRI/AMPLANORTE. PONTO DE SAÍDA E RETONO NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. (Licitação Nº : 96/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Canoinhas	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4378	12/08/2016	SS EMPREENDIMENTOS LTDA	440,00	440,00	440,00	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO DE 40 (QUARENTA) MARMITAS/REFEIÇÕES, DESTINADAS AOS SERVIDORES DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE REALIZAM PEQUENOS REPAROS E ENTREGA DE MERENDA ESCOLAR NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. (Licitação Nº : 99/2016-PR)
TOTAL						81.362,58	80.199,57	80.199,57	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS											
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)						SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTE QUADRO 42 - DESPESAS NÃO EMPENHADAS/CANCELA DAS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	762.649,01	78.423,13	1.413,70	286.202,76	0,00	0,00	396.609,42	320.629,48	0,00	75.979,94	SUPERAVIT
01	692.255,33	174.017,23	190.092,32	138.844,44	0,00	0,00	189.301,34	0,00	0,00	189.301,34	SUPERAVIT
02	126.704,19	298.709,13	367.499,57	159.130,44	0,00	0,00	-698.634,95	0,00	0,00	-698.634,95	DÉFICIT
03	4.567.243,55	6,92	0,00	0,00	0,00	0,00	4.567.236,63	4.567.236,63	0,00	0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
06	64.070,95	712,15	4.987,85	18.687,57	0,00	0,00	39.683,38	0,00	0,00	39.683,38	SUPERAVIT
07	6.187,64	0,00	0,00	160,76	0,00	0,00	6.026,88	0,00	0,00	6.026,88	SUPERAVIT
08	721.736,15	725,32	11.762,12	157.354,47	0,00	0,00	551.894,24	0,00	0,00	551.894,24	SUPERAVIT
09	498.763,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	498.763,41	0,00	0,00	498.763,41	SUPERAVIT
10	11.662,46	96,80	587,04	1.550,31	0,00	0,00	9.428,31	0,00	0,00	9.428,31	SUPERAVIT
11	28.998,18	193,60	1.564,91	4.143,61	0,00	0,00	23.096,06	0,00	0,00	23.096,06	SUPERAVIT
12	158.257,22	202,41	4.131,57	7.840,34	0,00	0,00	146.082,90	0,00	0,00	146.082,90	SUPERAVIT
18	1.221.768,71	310.429,24	478.155,26	0,00	0,00	0,00	433.184,21	0,00	0,00	433.184,21	SUPERAVIT
19	138.916,66	31.083,92	107.832,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
32	342.176,48	0,00	68.446,80	190.493,18	0,00	0,00	83.236,50	0,00	0,00	83.236,50	SUPERAVIT
33	256.482,35	0,00	64.895,00	52.505,00	0,00	0,00	139.082,35	0,00	0,00	139.082,35	SUPERAVIT
34	1.919.971,28	7.202,77	156.140,16	1.318.914,62	0,00	0,00	437.713,73	0,00	0,00	437.713,73	SUPERAVIT
35	525.998,52	244,88	7.202,99	45.128,95	0,00	0,00	473.421,70	0,00	0,00	473.421,70	SUPERAVIT
36	388.115,74	12.287,92	118.784,86	159.461,05	0,00	0,00	97.581,91	0,00	0,00	97.581,91	SUPERAVIT
37	41.089,74	321,89	0,00	10.056,00	0,00	0,00	30.711,85	0,00	0,00	30.711,85	SUPERAVIT
38	1.210.611,16	1.013,51	130.230,45	801.451,98	0,00	0,00	277.915,22	0,00	0,00	277.915,22	SUPERAVIT
39	62.131,74	0,00	10.093,50	9.550,61	0,00	0,00	42.487,63	0,00	0,00	42.487,63	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
42	115.952,01	75,46	10.388,33	77.716,99	0,00	0,00	27.771,23	0,00	0,00	27.771,23	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
62	17.236,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.236,49	0,00	0,00	17.236,49	SUPERAVIT
63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

64	523.972,84	10.883,56	233.932,46	112.856,49	0,00	0,00	166.300,33	0,00	0,00	166.300,33	SUPERAVIT
65	77.404,33	0,00	0,00	4.455,98	0,00	0,00	72.948,35	0,00	0,00	72.948,35	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
67	701.037,90	157,50	3.287,29	591.414,27	0,00	0,00	106.178,84	0,00	0,00	106.178,84	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
83	3.571,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.571,74	0,00	0,00	3.571,74	SUPERAVIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
87	20.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.790,00	0,00	0,00	20.790,00	SUPERAVIT
88	732,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732,42	0,00	0,00	732,42	SUPERAVIT
89	307.774,90	0,00	0,00	126.030,17	0,00	0,00	181.744,73	0,00	0,00	181.744,73	SUPERAVIT
93	1.508,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.508,11	0,00	0,00	1.508,11	SUPERAVIT
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
T.	15.515.771,21	926.787,34	1.971.428,92	4.273.949,99	0,00	0,00	8.343.604,96	4.887.866,11	0,00	3.455.738,85	

B RECURSOS ORDINÁRIOS								
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)			SUPERÁVIT/DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTE QUADRO 42 - DESPESAS NÃO EMPENHADAS/CANCELADAS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA	
0	6.679.212,00	316.674,29	562.064,57	1.473.806,74	0,00	0,00	4.326.666,40	SUPERAVIT
T.	6.679.212,00	316.674,29	562.064,57	1.473.806,74	0,00	0,00	4.326.666,40	

ⁱ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição, p. 119.

ⁱⁱ idem

Cálculo Detalhado por Fonte de Recursos da apuração do cumprimento do art. 42 da LRF:

RECURSOS VINCULADOS												
FR	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	B - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS						AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B +/- AJUSTES)	CUMPRIU/DESCUMPRIU	
			RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016					
			DE ANTERIORES	EXERCÍCIOS ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	2º E 3º QUADRIMESTRES		NÃO EMPENHADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS				EMPENHADAS E CANCELADAS
0	420.404,47	235,78	301,68	1.112,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	418.754,99	CUMPRIU	
1	692.255,33	174.017,23	79.575,88	110.516,44	25.841,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.304,78	CUMPRIU	
2	123.888,93	298.709,13	92.094,89	275.404,68	4.484,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-546.804,74	DESCUMPRIU	

3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
6	64.070,95	712,15	0,00	4.987,85	618,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.752,38	CUMPRIU
7	6.187,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.187,64	CUMPRIU
8	721.736,15	725,32	0,00	11.762,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	709.248,71	CUMPRIU
9	498.763,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	498.763,41	CUMPRIU
10	11.662,46	96,80	391,60	195,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.978,62	CUMPRIU
11	28.998,18	193,60	8,80	1.556,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.239,67	CUMPRIU
12	158.257,22	202,41	455,57	3.676,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.923,24	CUMPRIU
18	1.221.768,71	310.429,24	0,00	478.155,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	433.184,21	CUMPRIU
19	138.916,66	31.083,92	0,00	107.832,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
32	342.176,48	0,00	0,00	68.446,80	20,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273.709,14	CUMPRIU
33	256.482,35	0,00	0,00	64.895,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	191.587,35	CUMPRIU
34	1.919.971,28	7.202,77	154.540,16	1.600,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.703.628,35	CUMPRIU
35	525.998,52	244,88	2.716,50	4.486,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	518.550,65	CUMPRIU
36	388.115,74	12.287,92	10.811,42	107.973,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	257.042,96	CUMPRIU
37	41.089,74	321,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.767,85	CUMPRIU
38	1.210.611,16	1.013,51	47.607,93	82.622,52	4.653,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.074.714,10	CUMPRIU
39	62.131,74	0,00	0,00	10.093,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.038,24	CUMPRIU
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
42	115.952,01	75,46	0,00	10.388,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.488,22	CUMPRIU
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

62	17.236,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.236,49	CUMPRIU
63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
64	523.972,84	10.883,56	12.338,80	221.593,66	27.540,32	0,00	0,00	0,00	0,00	251.616,50	CUMPRIU
65	77.404,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.404,33	CUMPRIU
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
67	701.037,90	157,50	0,00	3.287,29	11,86	0,00	0,00	0,00	0,00	697.581,25	CUMPRIU
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
83	3.571,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.571,74	CUMPRIU
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
87	20.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.790,00	CUMPRIU
88	732,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732,42	CUMPRIU
89	307.774,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307.774,90	CUMPRIU
93	1.508,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.508,11	CUMPRIU
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA										-546.804,74	
RECURSOS ORDINÁRIOS											
A -DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA*	B - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B +/- AJUSTES)	CUMPRIU/DESCUMPRIU			
	DEPÓSITOS	E	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO DE PROCESSADOS	DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016						

FR	VALOR REGISTRADO	OUTRAS OBRIGAÇÕES	DE ANTERIORES QUADRIMESTRE	EXERCÍCIOS ATÉ O 1º	2º E 3º QUADRIMESTRES	EXERCÍCIOS ANTERIORES		NÃO EMPENHADAS	Inscritas em RP Não PROCESSADOS	EMPENHADAS E CANCELADAS			
0	6.442.940,31	316.674,29	118.935,26		443.129,31	290.244,38		0,00	0,00	0,00	0,00	5.273.957,07	CUMPRIU

Relação 01:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Competência: 01/2016 à 06/2016

valorDescoberto: <>0

descricaoFuncao: 10- Saúde

descricaoSubFuncao: 301- Atenção Básica

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Processo Licitatório	VI. Empenhado R\$	VI. Liquidado R\$	VI. Pago R\$	VI. Não Liquidado	Histórico
2	4	04/01/16 00:00:00	CELESC S/A		49.020,85	49.001,71	44.548,32	19,14	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A ESTIMATIVO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2016, DESTINADOS ÀS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE.
2	8	04/01/16 00:00:00	OI S.A		2.470,00	213,25	213,25	2.256,75	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A ESTIMATIVO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2016, UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

2	36	04/01/16 00:00:00	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	835,32	759,80	759,80	75,52	PELA DESPESA EMPENHADA CONTRATO MULTIPLO DE PRESTACAO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS (SERVIÇOS DE POSTAGEM)PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATO nº PREF. 54/2015 - 1º TERMO ADITIVO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016. CONTRATO Nº CORREIO 9912374812
2	45	04/01/16 00:00:00	CLARO S.A.	4.371,19	3.896,66	3.896,66	474,53	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DETÉM AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAR O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM COBERTURA DE SINAL NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, PARA UTILIZAÇÃO PELO FUNDO MUN. DE SAÚDE, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016, CONFORME 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº77/2013. PROC. LIC. Nº 71/2013.

2	<u>122</u>	04/01/16 00:00:00	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		10.528,41	9.852,73	9.852,73	675,68	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL LASER COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS, EXCETO PAPEL, DESTINADAS A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA. (Licitação Nº : 16/2014-PR) 5º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 19/2014 - PERÍODO DE JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2016 - LOCAÇÃO IMPRESSORA DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SETORES DE P.A., SOCIAL VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
---	------------	----------------------	-------------------------------------	--	-----------	----------	----------	--------	---

2	371	22/02/16 00:00:00	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA	7.268,00	7.268,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA EM VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS. CONTRATO N. PMC 09/2016 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, REFERENTE AO VEÍCULOS DESCRITOS, 01 VAN DUCATO PLACA MAP 5204 N. 91, 01 UNO PLACA MGP 9365 N. 96, 01 CORSA PLACA MGW 8154 N.93, 01 CORSA PLACA MGW 0574 N. 92, 01 PEUGEOT PLACA MHC 3325 N. 97, 01 VAN PEUGEOT PLACA ETM 7065 N. 118, 01 GOL PLACA MHY 8632 N. 120, 01 VOYAGE PLACA MHY 8532 N. 121, 01 AMBULÂNCIA PLACA MKF 1239 N. 128, 01 FORD KA PLACA MJM 4603 N. 129, 01 FORD FIESTA PLACA MJM 4803 N. 130, 01 FIAT SIENA PLACA MMB 8253 N. 140, 01 FIAT SIENA PLACA MMB 8433 N. 141, 01 FIAT FIORINO PLACA MMB 8483 N. 142, 01 VAN PLACA MMD 9874, 01 SPIN PLACA MLL 9168 N. 148, 01 CHEVROLET CELTA 1.0 PLACA QHB 2375 N. 159, (Licitação Nº : 137/2015-PR)
---	-----	----------------------	-----------------------------------	----------	----------	--

2	<u>472</u>	02/03/16 00:00:00	CENTRO DE INTEG. EMPR- ESCOLA DO EST. DE SC - CIEE		2.059,89	1.713,69	1.713,69	346,20	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE ESTAGIÁRIOS, DURANTE O EXERCÍCIO 2016. VINCULADO AO CONTRATO PMC 07/2014 - 2º Termo Aditivo - Referente a 13 estagiários no período de Fevereiro à Dezembro de 2016.
2	<u>977</u>	10/05/16 00:00:00	ANINSETO DEDETIZADORA LTDA		1.424,01	830,62	830,62	593,39	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NOS SEGUINTE LOCAIS: - AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA (150M², VALOR UNITÁRIO R\$ 39,556); - FARMACIA POPULAR DO BRASIL (200M², VALOR UNITARIO R\$ 39,556); - CENTRAL DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA SAÚDE (CADS) - SETOR DE TRANSPORTES (250M², VALOR UNITÁRIO R\$ 39,556). CONTRATO Nº FMS 12/2016 (Licitação Nº : 49/2016-PR)

2	<u>1870</u>	31/08/16 00:00:00	KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA		474,00			474,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA EM VEÍCULOS TERRESTRES E AQUÁTICOS, E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS. 1º APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº FMS 06/2016. VEÍCULO QHY 0290 - VAN - Nº 171; PALIO QHB 0378 E PALIO QHB 0388. EMPENHO REFERENTE AOS MESES DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2016
2	<u>2216</u>	08/11/16 00:00:00	CANTINA CHOCOLATE COM PIMENTA LTDA - ME		5.340,74			5.340,74	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AO FORNECIMENTO PARCELADO DE MARMITAS, TIPO QUENTINHA E LANCHES COM CAFÉ, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DO P.A E PLANTONISTAS DO SAMU. 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS 17/2013. - 480 UNIDADES DE MARMITAS.
2	<u>2419</u>	07/12/16 00:00:00	CANOINHAS COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME		515,00	432,60		82,40	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) CARGAS DE ÁGUA MINERAL 20 LITROS, DESTINADAS A MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO 2016. (Licitação Nº : 119/2016-PR)

2	<u>2434</u>	09/12/16 00:00:00	STANG & STANG LTDA		2.905,75			2.905,75	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE 900 (NOVECENTOS) LITROS DE GASOLINA COMUM, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-ATENDIMENTOS BÁSICOS DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO 2016. (Licitação Nº : 123/2016-PR)
2	<u>2569</u>	22/12/16 00:00:00	STANG & STANG LTDA		2.532,52			2.532,52	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE 2.430(DOIS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA) LITROS DE ÓLEO DIESEL S-10, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS/AMBULÂNCIAS UTILIZADOS NO TRANSPORTE DE PACIENTES PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. (Licitação Nº : 65/2016-PR)

Total VI. Não Liquidado: 23.044,62 de 55.096,52
Total VI. Pago R\$: 61.815,07 de 75.951,11
Total VI. Liquidado R\$: 66.701,06 de 83.189,37
Total VI. Empenhado R\$: 89.745,68 de 138.285,89
Total de Registros: 13 de 28



Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas
Competência: 01/2016 à 06/2016
valorDescoberto: <>0
descricaoFuncao: 10- Saúde
descricaoSubFuncao: 302- Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Processo Licitatório	VI. Empenhado R\$	VI. Liquidado R\$	VI. Pago R\$	VI. Não Liquidado	Histórico
2	12	04/01/16 00:00:00	OI S.A		7.108,47	6.469,43	6.469,43	639,04	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A ESTIMATIVO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2016, UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.
2	47	04/01/16 00:00:00	CLARO S.A.		576,82	546,51	546,51	30,31	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DETÉM AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAR O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM COBERTURA DE SINAL NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, PARA UTILIZAÇÃO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NOS ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016, CONFORME 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº77/2013. PROC. LIC. Nº 71/2013.

2	<u>53</u>	04/01/16 00:00:00	CANTINA CHOCOLATE COM PIMENTA LTDA - ME	189.033,50	176.726,97	176.726,97	12.306,53	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MARMITAS, TIPO QUENTINHA E LANCHES COM CAFÉ, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DO P.A E PLANTONISTAS DO SAMU. 7º ADITIVO - PERÍODO DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2016 (Licitação Nº : 3/2013-TP) CONTRATO FMS 17/2013
2	<u>980</u>	10/05/16 00:00:00	ANINSETO DEDETIZADORA LTDA	1.186,68	692,23	692,23	494,45	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NOS SEGUINTE LOCAIS: - CAPS (400M², VALOR UNITARIO R\$ 39,556); - PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (700M², VALOR UNITARIO R\$ 59,334). CONTRATO Nº12/2016 (Licitação Nº : 49/2016-PR)
2	<u>1084</u>	30/05/16 00:00:00	MJA TELECOMUNICAÇÕES EIRELI EPP	1.548,30	1.398,40	1.398,40	149,90	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET, COM VELOCIDADE DE 10MBPS, DESTINADO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA 24 HORAS). CONTRATO N. FMS 18/2016. SENDO O VALOR DE r\$ 499,00 REFERENTE A TAXA DE ATIVAÇÃO DO SERVIÇO E O R\$ 149,90 VALOR MENSAL H

2	<u>1649</u>	05/08/16 00:00:00	STANG & STANG LTDA		14.132,55	10.707,51	5.680,53	3.425,04	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE 5.000(CINCO MIL) LITROS DE ÓLEO DIESEL S-10, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS/AMBULÂNCIAS UTILIZADOS NO TRANSPORTE DE PACIENTES PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. (Licitação Nº : 65/2016-PR)
2	<u>1700</u>	17/08/16 00:00:00	PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTEÇÃO S/S LTDA		894,00	745,00	745,00	149,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DOSIMETRIA DE RADIAÇÃO E CONCESSÃO DO DIREITO AO USO DE DOSÍMETRO. CONTRATO Nº FMS 31/2016 H
2	<u>2034</u>	14/10/16 00:00:00	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA		1.568,75	303,81	303,81	1.264,94	AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) DÚZIAS DE OVOS VERMELHOS, 40 (QUARENTA) UNDS. DE ABACAXI-FRUTA, 30 (TRINTA) KG. DE BANANA COMUM E DEMAIS ITENS RELACIONADOS ABAIXO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS. (Licitação Nº : 150/2015-PR)
2	<u>2198</u>	08/11/16 00:00:00	WALDEVINO ESTEVES MARTINS.		1.200,00			1.200,00	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) CARGAS DE GÁS 13 KG (P13), DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. (Licitação Nº : 136/2015-PR)

2	<u>2245</u>	16/11/16 00:00:00	TRANSPORTE TURISMO BUENO LTDA		8.057,70			8.057,70	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE 4.400 QUILOMETROS RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE VAN , DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. CONTRATO N. FMS 42/2016 (Licitação Nº : 106/2015-PR) H
2	<u>2297</u>	24/11/16 00:00:00	HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS		63.798,00			63.798,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º FMS 02/2016 - CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CREDENCIAMENTO de EMPRESA OU ENTIDADE para prestação de serviços com pessoal na área médica, como serviços de PLANTÃO PRESENCIAL, na especialidade de GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA para atuarem na Maternidade do HSCC (Hospital Santa Cruz de Canoinhas CONTRATO N. FMS 38/2016 (Licitação Nº : 4/2016-IL) EMPENHO COMPLEMENTAR AO EMPENHO N. 2151/2016

2	<u>2315</u>	25/11/16 00:00:00	ROCHA E MACHADO EMPREENDEMENTOS LTDA	14.895,18	9.899,13	9.899,13	4.996,05	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA NAS EDIFICAÇÕES DAS ANTIGAS SEDES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CONFORME PREVÊ CLAUSULA CONTRATUAL DA LOCAÇÃO DOS REFERIDOS IMÓVEIS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL. CONTRATO N. FMS 51/2016 VALOR EMPENHADO REFERENTE AO MATERIAL - REFORMA CEO R\$ 6.737,38 VALOR EMPENHADO REFERENTE AO MATERIAL - REFORMA CAPS R\$ 8.157,80 (Licitação Nº : 3/2016-TP) H
---	-------------	----------------------	---	-----------	----------	----------	----------	---

2	<u>2317</u>	25/11/16 00:00:00	ROCHA E MACHADO EMPREENHIMENTOS LTDA	19.802,67	11.884,12	11.884,12	7.918,55	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA NAS EDIFICAÇÕES DAS ANTIGAS SEDES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CONFORME PREVÊ CLAUSULA CONTRATUAL DA LOCAÇÃO DOS REFERIDOS IMÓVEIS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL. CONTRATO N. FMS 51/2016 VALOR EMPENHADO REFERENTE A REFORMA DO CEO, MÃO DE OBRA R\$ 7.015,51 VALOR EMPENHADO REFERENTE A REFORMA DO CAPS, MÃO DE OBRA R\$ 12.787,16 (Licitação Nº : 3/2016-TP) H
2	<u>2481</u>	20/12/16 00:00:00	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	8.286,50			8.286,50	AQUISIÇÃO DE 280 (DUZENTOS E OITENTA) CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL COM 7M³, 50 (CINQUENTA) CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL GÁS TIPO G1 M³, 10 (DEZ) CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL PP 2,5M³, 10 (DEZ) CARGAS DE OXIGÊNIO POP 1,5M³, 20 (VINTE) CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL 3,5M³ E 50 (CINQUENTA) CARGAS DE GÁS PP 1M³, DESTINADOS AOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E UPA 24H. (Licitação Nº : 29/2016-PR)

2	<u>2482</u>	20/12/16 00:00:00	STANG & STANG LTDA		4.399,89			4.399,89	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE 6000 (SEIS MIL) LITROS DE GASOLINA COMUM, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO 2016. (Licitação Nº : 123/2016-PR)
2	<u>2485</u>	20/12/16 00:00:00	AP OESTE COMÉRCIO LTDA		199,92			199,92	AQUISIÇÃO DE 30(TRINTA) KG DE AÇÚCAR REFINADO, 10(DEZ) FRASCOS DE ÓLEO DE SOJA REFINADO COM 900ML, 10(DEZ) FRASCOS DE VINAGRE DE ÁLCOOL COM 900 ML, 15(QUINZE) KG DE FEIJÃO PRETO E 03(TRÊS) KG DE SAL REFINADO E IODADO, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. (Licitação Nº : 150/2015-PR)

2	<u>2488</u>	21/12/16 00:00:00	ROCHA E MACHADO EMPREENDEMENTOS LTDA	2.574,91			2.574,91	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA NAS EDIFICAÇÕES DAS ANTIGAS SEDES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CONFORME PREVÊ CLAUSULA CONTRATUAL DA LOCAÇÃO DOS REFERIDOS IMÓVEIS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL. 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. FMS 51/2016 EMPENHO REFERENTE A MÃO DE OBRA
2	<u>2489</u>	21/12/16 00:00:00	ROCHA E MACHADO EMPREENDEMENTOS LTDA	3.308,27			3.308,27	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA NAS EDIFICAÇÕES DAS ANTIGAS SEDES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CONFORME PREVÊ CLAUSULA CONTRATUAL DA LOCAÇÃO DOS REFERIDOS IMÓVEIS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL. 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. FMS 51/2016 EMPENHO REFERENTE A MATERIAL.

2	2521	22/12/16 00:00:00	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	1.898,00			1.898,00	AQUISIÇÃO DE 100(CEM) AMPOLAS DE AMINOFILINA 240MG/ML CX C/100 AMPX10ML, 100(CEM) AMPOLAS DE FUROSEMIDA 20MG/2ML CX C/100 AMPX2ML, 600(SEISCENTAS) AMPOLAS DE GLICOSE 25% CX C/200 AMPX10ML, 600(SEISCENTAS) AMPOLAS DE GLICOSE 50% CX C/200 AMPX10ML, 100(CEM) AMPOLAS DE GLIOCORT 500MG CX C/50 (HIDROCORTISONA 500MG) , 500(QUINHENTAS) AMPOLAS DE BROMETO N-BUTIL+DIPIRONA 4MG+500MG/ML CX C/100 AMPX5ML, 100(CEM) AMPOLAS DE AMIODARONA 50MG/ML IV CX C/100 AMPX3ML, 100(CEM) AMPOLAS DE MORFINA 10MG/ML CX C/100 AMPX1ML, 100(CEM) AMPOLAS DE MIDAZOLAM 15MG/3ML CX C/100 AMPX3ML, DESTINADOS A UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA 24 HORAS). (Compra Direta Nº 512/2016)
2	2523	22/12/16 00:00:00	ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRANSITO LTDA.	429,00			429,00	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) KIT LED RUBI FOCUS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DO VEICULO AMBULÂNCIA CITROEN JUMPER RONTANADA MB, PLACAS QHQ-8534, UTILIZADO NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO SAMU. (Compra Direta Nº 514/2016)

Total VI. Não Liquidado: 125.526,00 de 1.467.239,55

Total VI. Pago R\$: 214.346,13 de 6.943.358,56

Total VI. Liquidado R\$: 219.373,11 de 7.033.431,28



Total VI. Empenhado R\$: 344.899,11 **de** 8.500.670,83
Total de Registros: 20 **de** 61

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas
Competência: 01/2016 à 06/2016
valorDescoberto: <>0
descricaoFuncao: 10- Saúde
descricaoSubFuncao: 305- Vigilância Epidemiológica

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Processo Licitatório	VI. Empenhado R\$	VI. Liquidado R\$	VI. Pago R\$	VI. Não Liquidado	Histórico
2	2433	09/12/16 00:00:00	STANG & STANG LTDA		4.331,12			4.331,12	EMPENHO ESTIMATIVO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE 1.320 (HUM MIL, TREZENTOS E VINTE) LITROS DE GASOLINA COMUM, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, DURANTE O EXERCÍCIO 2016. (Licitação Nº : 123/2016-PR)

Total VI. Não Liquidado: 4.331,12 **de** 56.857,72
Total VI. Pago R\$: 0,00 **de** 3.418,36
Total VI. Liquidado R\$: 0,00 **de** 4.056,36
Total VI. Empenhado R\$: 4.331,12 **de** 60.914,08
Total de Registros: 1 **de** 5

Relação 2:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Competência: 01/2016 à 06/2016

Grupo Natureza: =1- Pessoal e Encargos Sociais

Elemento Despesa: =94- Indenizações e Restituições Trabalhistas

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Nr. Licitação	Vi. Empenho (R\$)	Vi. Liquidado (R\$)	Vi. Pago (R\$)	Histórico
0	<u>5922</u>	22/12/2016	ALICE MARA PAULO		7.649,73	7.649,73	7.649,73	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS RELATIVO A FÉRIAS INDENIZADAS E DÉCIMO TERCEIRO INDENIZADO DEVIDO A ESTADO GRAVÍDICO RELATIVO AO PERÍODO DE 01.01.2017 À 10.10.2017, CFE CI DO SETOR PESSOAL Nº 624/2016.
0	<u>331</u>	08/01/2016	ARGOS JOSE BURGARDT		25.142,97	25.142,97	25.142,97	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VENCIMENTOS - RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.
0	<u>2282</u>	29/04/2016	GABINETE DO PREFEITO (FOLHA PAGAMENTO)		7.346,12	7.346,12	7.346,12	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
0	<u>3512</u>	30/06/2016	GABINETE DO PREFEITO (FOLHA PAGAMENTO)		1.899,91	1.899,91	1.899,91	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
0	<u>5267</u>	27/10/2016	GABINETE DO PREFEITO (FOLHA PAGAMENTO)		9.982,82	9.982,82	9.982,82	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
0	<u>5661</u>	30/11/2016	GABINETE DO PREFEITO (FOLHA PAGAMENTO)		2.375,61	2.375,61	2.375,61	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16
0	<u>5958</u>	22/12/2016	GABINETE DO PREFEITO (FOLHA PAGAMENTO)		74.560,29	74.560,29	74.560,29	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>998</u>	26/02/2016	SECRETARIA ADM. FINANÇAS E ORÇAMENTO (FOLHA PAGAME		3.748,41	3.748,41	3.748,41	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 02/16

0	<u>3517</u>	30/06/2016	SECRETARIA ADM. FINANÇAS E ORÇAMENTO (FOLHA PAGAME		19.953,68	19.953,68	19.953,68	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS/RESCISÕES 06/16
0	<u>4955</u>	30/09/2016	SECRETARIA ADM. FINANÇAS E ORÇAMENTO (FOLHA PAGAME		2.174,97	2.174,97	2.174,97	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16
0	<u>5667</u>	30/11/2016	SECRETARIA ADM. FINANÇAS E ORÇAMENTO (FOLHA PAGAME		18.722,56	18.722,56	18.722,56	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16
0	<u>5963</u>	22/12/2016	SECRETARIA ADM. FINANÇAS E ORÇAMENTO (FOLHA PAGAME		39.040,23	39.040,23	39.040,23	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>2905</u>	31/05/2016	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FOLHA PAGAMENTO)		694,53	694,53	694,53	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 05/16
0	<u>3544</u>	30/06/2016	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FOLHA PAGAMENTO)		13.707,16	13.707,16	13.707,16	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
0	<u>4178</u>	29/07/2016	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FOLHA PAGAMENTO)		8.588,85	8.588,85	8.588,85	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
0	<u>5992</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FOLHA PAGAMENTO)		20.049,63	20.049,63	20.049,63	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>2313</u>	29/04/2016	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (FOLHA PAG		3.327,61	3.327,61	3.327,61	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
0	<u>3549</u>	30/06/2016	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (FOLHA PAG		6.079,73	6.079,73	6.079,73	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS/RESCISÕES 06/16
0	<u>5998</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (FOLHA PAG		26.414,20	26.414,20	26.414,20	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>4681</u>	31/08/2016	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (FOLHA PAGAMEN		1.899,91	1.899,91	1.899,91	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 08/16
0	<u>6002</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (FOLHA PAGAMEN		21.808,51	21.808,51	21.808,51	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>6022</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE HABITAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		12.321,47	12.321,47	12.321,47	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16

0	<u>1729</u>	31/03/2016	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (FOLHA PAGAMENTO)		3.327,61	3.327,61	3.327,61	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
0	<u>4686</u>	31/08/2016	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (FOLHA PAGAMENTO)		913,31	913,31	913,31	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 08/16
0	<u>6006</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (FOLHA PAGAMENTO)		24.498,77	24.498,77	24.498,77	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>1735</u>	31/03/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME		1.024,19	1.024,19	1.024,19	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
0	<u>2323</u>	29/04/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME		1.546,37	1.546,37	1.546,37	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
0	<u>2919</u>	31/05/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME		4.328,75	4.328,75	4.328,75	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 05/16
0	<u>3560</u>	30/06/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME		5.086,13	5.086,13	5.086,13	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS/RESCISÕES 06/16
0	<u>4190</u>	29/07/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME		7.222,42	7.222,42	7.222,42	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
0	<u>5319</u>	27/10/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME		2.918,22	2.918,22	2.918,22	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
0	<u>5002</u>	30/09/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME		5.626,02	5.626,02	5.626,02	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16
0	<u>6014</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE OBRAS E DESENV. URBANO (FOLHA PAGAME		70.968,33	70.968,33	70.968,33	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>3556</u>	30/06/2016	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (FOLHA PAGAMENTO)		2.301,52	2.301,52	2.301,52	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
8	<u>6018</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (FOLHA PAGAMENTO)		3.254,07	3.254,07	3.254,07	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
0	<u>6010</u>	22/12/2016	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (FOLHA PAGAMENTO)		44.229,57	44.229,57	44.229,57	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16

18	<u>1004</u>	26/02/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		632,71	632,71	632,71	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 02/16
19	<u>1008</u>	26/02/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		586,67	586,67	586,67	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 02/16
19	<u>1016</u>	26/02/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		880,00	880,00	880,00	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 02/16
1	<u>2294</u>	29/04/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		291,20	291,20	291,20	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
18	<u>2291</u>	29/04/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		153,39	153,39	153,39	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
18	<u>1702</u>	31/03/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		555,27	555,27	555,27	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
19	<u>1706</u>	31/03/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		291,20	291,20	291,20	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
1	<u>2304</u>	29/04/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		195,56	195,56	195,56	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
18	<u>1712</u>	31/03/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		241,76	241,76	241,76	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
18	<u>2300</u>	29/04/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		297,53	297,53	297,53	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 04/16
19	<u>1716</u>	31/03/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		546,00	546,00	546,00	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
1	<u>3527</u>	30/06/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		692,58	692,58	692,58	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
18	<u>3523</u>	30/06/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.126,49	1.126,49	1.126,49	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
18	<u>2886</u>	31/05/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		4.970,38	4.970,38	4.970,38	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 05/16

19	<u>2890</u>	31/05/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		145,60	145,60	145,60	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 05/16
0	<u>3531</u>	30/06/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		391,11	391,11	391,11	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
1	<u>3539</u>	30/06/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		546,01	546,01	546,01	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
18	<u>3535</u>	30/06/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		151,87	151,87	151,87	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
18	<u>2896</u>	31/05/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		298,55	298,55	298,55	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 05/16
19	<u>2900</u>	31/05/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		655,20	655,20	655,20	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 05/16
18	<u>4160</u>	29/07/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		422,88	422,88	422,88	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
18	<u>4648</u>	31/08/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.908,27	1.908,27	1.908,27	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 08/16
19	<u>4164</u>	29/07/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		2.610,12	2.610,12	2.610,12	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
19	<u>4653</u>	31/08/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		2.872,22	2.872,22	2.872,22	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 08/16
18	<u>4661</u>	31/08/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		588,88	588,88	588,88	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 08/16
18	<u>4169</u>	29/07/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.846,68	1.846,68	1.846,68	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
19	<u>4173</u>	29/07/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		910,02	910,02	910,02	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
19	<u>4666</u>	31/08/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.110,84	1.110,84	1.110,84	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 08/16

1	<u>4959</u>	30/09/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.173,33	1.173,33	1.173,33	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16
18	<u>5279</u>	27/10/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		134,36	134,36	134,36	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
18	<u>4964</u>	30/09/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		533,52	533,52	533,52	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16
19	<u>5284</u>	27/10/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		291,20	291,20	291,20	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
19	<u>4969</u>	30/09/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		434,13	434,13	434,13	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16
18	<u>5292</u>	27/10/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.670,24	1.670,24	1.670,24	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
19	<u>5297</u>	27/10/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.368,89	1.368,89	1.368,89	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
0	<u>4984</u>	30/09/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		27.536,77	27.536,77	27.536,77	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16
1	<u>5975</u>	22/12/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		35.473,30	35.473,30	35.473,30	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
1	<u>5967</u>	22/12/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		51.199,90	51.199,90	51.199,90	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
1	<u>5971</u>	22/12/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		123.877,34	123.877,34	123.877,34	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
18	<u>5675</u>	30/11/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		23.913,50	23.913,50	23.913,50	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16
0	<u>5979</u>	22/12/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		586,67	586,67	586,67	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
1	<u>5987</u>	22/12/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		16.311,14	16.311,14	16.311,14	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16



18	<u>5686</u>	30/11/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		736,59	736,59	736,59	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16
19	<u>5691</u>	30/11/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		1.564,44	1.564,44	1.564,44	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16
1	<u>5983</u>	22/12/2016	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FOLHA PAGAMENTO)		66.332,92	66.332,92	66.332,92	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16

Total VI. Pago (R\$): 883.791,41 de 883.791,41

Total VI. Liquidado (R\$): 883.791,41 de 883.791,41

Total VI. Empenho (R\$): 883.791,41 de 883.791,41

Total de Registros: 81 de 81

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Competência: 01/2016 à 06/2016

Grupo Natureza: =1- Pessoal e Encargos Sociais

Elemento Despesa: =94- Indenizações e Restituições Trabalhistas

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Nr. Licitação	VI. Empenho (R\$)	VI. Liquidado (R\$)	VI. Pago (R\$)	Histórico
2	<u>644</u>	31/03/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		4.311,64	4.311,64	4.311,64	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
2	<u>649</u>	31/03/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		1.290,24	1.290,24	1.290,24	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
2	<u>661</u>	31/03/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		8.360,81	8.360,81	8.360,81	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 03/16
2	<u>1363</u>	29/06/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		1.142,03	1.142,03	1.142,03	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 06/16
2	<u>1376</u>	29/06/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		4.956,55	4.956,55	4.956,55	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS/RESCISÕES 06/16

2	<u>1600</u>	29/07/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		10.111,61	10.111,61	10.111,61	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 07/16
2	<u>1967</u>	30/09/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		2.633,57	2.633,57	2.633,57	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 09/16
2	<u>2121</u>	27/10/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		979,80	979,80	979,80	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 10/16
2	<u>2356</u>	30/11/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		1.334,64	1.334,64	1.334,64	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16
2	<u>2540</u>	22/12/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		1.931,99	1.931,99	1.931,99	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
2	<u>2535</u>	22/12/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		37.037,83	37.037,83	37.037,83	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
2	<u>2545</u>	22/12/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		4.707,03	4.707,03	4.707,03	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 12/16
2	<u>2366</u>	30/11/2016	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FOLHA DE PAGAMENTO)		15.455,65	15.455,65	15.455,65	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE MENSAL/FÉRIAS 11/16

Total VI. Pago (R\$): 94.253,39 de 94.253,39

Total VI. Liquidado (R\$): 94.253,39 de 94.253,39

Total VI. Empenho (R\$): 94.253,39 de 94.253,39

Total de Registros: 13 de 13



Parecer nº: MPC/52.516/2017
Processo nº: PCP 17/00131971
Origem: Município de Canoinhas – SC
Assunto: Prestação de Contas realizada pelo Prefeito, referente ao exercício financeiro de 2016
Numeração Única: MPC-SC 2.3/2017.1591

Trata-se de Prestação de Contas efetuada pelo Chefe do Poder Executivo do Município em epígrafe, consoante regra da Constituição Estadual, art. 113, § 1º.

Foram juntados os documentos relativos à prestação de contas em comento às fls. 03-307.

A Diretoria de Controle dos Municípios apresentou relatório técnico (fls. 309-409) identificando, ao final, a ocorrência das seguintes pretensas restrições:

- 9.1 RESTRIÇÃO DE ORDEM LEGAL
- 9.1.1 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

O Ministério Público de Contas, por meio de seu parecer de fls. 410-429, manifestou-se pela emissão de parecer recomendando à Câmara Municipal a aprovação das contas do Município de Canoinhas, sugerindo ainda a abertura de autos apartados para exame de irregularidades constatadas.

O Relator em seu despacho (fls. 430) determinou a realização de citação no tocante ao item 9.1.1 do relatório técnico.



A citação foi cumprida, conforme se constata às fls. 436 a 441, com o documento protocolado pelo Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria.

A Diretoria de Controle dos Municípios apresentou o relatório técnico de fls. 443-547, consignando as seguintes irregularidades:

- 9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL
 - 9.1.1 Ausência de remessa do Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 c/c artigo 7º, III da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 1.2.1.1, deste Relatório);
 - 9.1.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e item 1.2.1.2).

Este o relatório.

Em vista da manifestação do Relator e da reinstrução efetuada pela área técnica, passo a reexaminar a prestação de contas remetida.

Da gestão financeiro-orçamentária

1. O resultado orçamentário deficitário situou-se em patamar que **não deve** ser considerado suficiente para macular a apreciação geral das contas que é objeto do Parecer Prévio a ser emitido pela Corte, **pois o mesmo foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior.**

2. O resultado financeiro do exercício apresentou-se **superavitário**, atendendo, portando, aos ditames legais aplicáveis.

Das aplicações mínimas em educação



3. O disposto no art. 212 da Constituição da República, referente à aplicação mínima de 25% das receitas resultantes de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, revelou-se cumprido.

4. **Foram** aplicados, pelo menos, 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, conforme exige o art. 60 do ADCT c/c art. 21 da Lei nº 11.494/2007.

5. **A obrigação de utilizar no primeiro trimestre os recursos do FUNDEB que deixaram de ser aplicados no exercício anterior (no máximo 5%) mediante abertura de crédito adicional (artigo 21, § 2º, da Lei nº 11.494/2007) foi observada.**

6. **Restou atendido** o art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e o art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que preconizam seja aplicado pelo menos 60% dos recursos recebidos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamental.

Das aplicações mínimas em saúde

7. No capítulo das despesas com saúde, constata-se que foram aplicados em ações e serviços públicos de saúde valores correspondentes ao percentual mínimo do produto de impostos, conforme exige o art. 198 da Constituição Federal c/c o art. 77, inciso III e § 1º, do ADCT.

Dos limites para gastos com pessoal

8. Os **gastos com pessoal do Município** no exercício ficaram abaixo do limite de 60% da Receita Corrente Líquida, conforme o exigido pelo art. 169 da Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, em seu art. 19.



9. Os gastos com pessoal do Poder Executivo no exercício em exame ficaram abaixo do limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida - RCL, conforme exigido pelo art. 20, III, "b" da Lei Complementar 101/2000.

10. O limite de gastos com pessoal do Poder Legislativo previsto no art. 20, III, "a" da Lei de Responsabilidade Fiscal, situado no percentual de 6% da RCL, foi observado nas despesas próprias da Câmara Municipal do Município em epígrafe.

11. Do Controle Interno

Como examinado em Prestações de Contas de Prefeitos de exercícios anteriores, a inexistência ou deficiência do controle interno municipal afronta dispositivos constitucionais, legais e regulamentares que impõem expressamente tal obrigação, cuja inobservância acarreta a violação de deveres essenciais do gestor, no sentido de atuar com cautela e compromisso na utilização dos recursos públicos, com vistas a evitar o mau uso do erário.

Aliás, nunca é demasiado recordar o fato de que deficiências relacionadas à atuação do controle interno são consideradas falhas gravíssimas, que podem ensejar a emissão de parecer prévio recomendando a rejeição das contas prestadas por Prefeitos, nos termos do art. 9º, inciso XI, da Decisão Normativa n. TC 06/2008:

Art. 9º As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, dentre outras, compõe o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes:

[...]

XI – CONTROLE INTERNO – Ausência de efetiva atuação do Sistema de Controle Interno demonstrado no conteúdo dos relatórios enviados ao Tribunal de Contas, ou em auditoria in loco.



Neste sentido, destaca-se que o Programa Unindo Forças (Programa de Fortalecimento dos Controles Internos Municipais), concebido em 2015 pelo Ministério Público Estadual, demonstrou a situação precária dos sistemas de controle interno dos Municípios de Santa Catarina, pontuando que “quase 80% dos municípios catarinenses contam com apenas um servidor na área de controle interno, e 65% não dispõem de cargos específicos para o desempenho das atividades de controle em seus quadros funcionais”¹.

Não obstante tal preocupante contexto, constata-se que a Diretoria de Controle dos Municípios deixou de analisar este aspecto, providência da qual o Ministério Público de Contas discorda.

A omissão da DMU em examinar ponto de destacável importância no âmbito regulamentar, legal e constitucional impede este Órgão Ministerial de se manifestar devidamente acerca do presente assunto.

12. Das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente

Cumpra aqui registrar a discordância deste Ministério Público de Contas com a ausência de análise, por parte da Diretoria de Controle dos Municípios, de aspectos relacionados ao atendimento do **princípio da prioridade absoluta** no âmbito do Município cujas contas ora se analisam.

Ressalto que o referido princípio possui sede constitucional no art. 227² da Carta Magna e encontra-se regulamentado por meio do

¹ Trata-se da manchete de notícia retirada do endereço eletrônico da instituição, matéria que bem sintetiza a problemática, trazendo inclusive acesso ao diagnóstico completo das informações colhidas no programa: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/programa-dompsc-aponta-deficiencia-dos-controles-internos-municipais-em-santa-catarina>.

² É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Estatuto da Criança e do Adolescente e da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) nº 105/2005.

No tocante ao tema, cabe rememorar que em exercícios anteriores a área técnica efetuava o exame da regularidade do funcionamento dos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo sua instituição e a adequada destinação das despesas públicas voltadas à proteção da criança e do adolescente.

Lamentavelmente, nas Prestações de Contas de Prefeitos referentes ao exercício de 2015 e 2016, a diretoria técnica deixou de apontar as irregularidades porventura apuradas com relação às demandas relacionadas aos vulneráveis.

A alteração promovida na apreciação das contas vai de encontro à tendência cada vez mais acentuada de adoção de medidas que visam a assegurar a esmerada aplicação de recursos destinados à proteção de crianças e adolescentes.

Anote-se ainda que, mesmo sob a fiscalização anual do Tribunal de Contas, parcela significativa dos municípios mantém-se omissa no que tange à implementação das medidas impostas pelo ECA e pela Resolução do CONANDA nº 105/2005. Dentre estas, destaca-se a ausência de instituição do FIA e/ou a ausência de execução do orçamento destinado a este fundo, a ausência de atuação ou funcionamento deficiente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ausência de elaboração dos Planos de Ação e Aplicação dos recursos do FIA e a utilização de verba deste fundo para o pagamento de despesas não vinculadas aos seus objetivos.

Diante desse quadro, entendo que deixar de analisar tais aspectos fragilizará ainda mais o funcionamento de um sistema destinado a assegurar ações prioritárias de atendimento a crianças e adolescentes.



Feitas essas considerações, ressalto a importância da retomada do exame das políticas públicas voltadas a essa parcela da população, como meio de fiscalizar a concretização do disposto no art. 227 da CRFB/88.

13. A área técnica apurou que **não houve** (fls. 223-224) a **remessa do parecer do Conselho de acompanhamento e controle da aplicação dos recursos do Fundeb**. Referido conselho exerce importante função de fiscalização dos recursos desse Fundo.

Trata-se de constatação muito grave já que constitui indicativo de que o Conselho de Acompanhamento do FUNDEB não esteja atuando no Município. Impõe-se comunicar ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina para que aquele órgão atue como melhor entender.

14. Da existência e funcionamento dos demais Conselhos Municipais

O relatório técnico emitido pela DMU apreciou ainda a existência e o funcionamento dos Conselhos Municipais da Saúde, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Alimentação Escolar e do Idoso.

Sobre estes conselhos é possível afirmar que **houve** a aprovação das respectivas contas.

15. Do cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

Constatou-se que o Município de Canoinhas **promove parcialmente** em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira.

Desde maio de 2013 é obrigatória a divulgação desses dados, de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000,



alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010.

No presente caso, de acordo com as informações prestadas pela Diretoria de Controle dos Municípios, a Unidade em comento não cumpriu todas as regras estabelecidas pela legislação no que concerne à disponibilização, em meios eletrônicos, de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Verificou-se que não houve a disponibilização de informações sobre o lançamento da receita (art. 48-A, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c o art. 7º, inciso II, do Decreto n. 7.185/10).

O inciso XVI do art. 9º da Decisão Normativa n. TC-06/2008 – acrescentado pela Decisão Normativa nº TC-0011/2013 – dispõe acerca da matéria:

Art. 9º As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, dentre outras, compõe o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes: [...]

XVI – TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL – Descumprimento das regras de transparência da gestão pública, **em todas as suas condições, formas e prazos** previstos nos artigos 48, 48-A e 49 da Lei Complementar (federal) n. 101/2000. [grifei]

Em atenção à redação do referido dispositivo e **considerando o descumprimento de apenas um aspecto analisado pela área técnica, reitero o posicionamento no sentido de entender não ser caso de recomendar à Câmara Municipal a rejeição das contas em exame.**

No entanto, faz-se necessária a autuação de processo apartado para análise e julgamento dessa restrição, já que não foram cumpridas todas as regras estipuladas na legislação que rege a matéria.

16. Do cumprimento do art. 41 da Lei n. 10.257/01

Na realização da incumbência constitucional de defender a ordem jurídica e, mais precisamente, em sua missão de fiscal da execução



da lei, este Ministério Público de Contas identificou que considerável parcela dos Municípios catarinenses não cumpre determinação legal expressa do Estatuto da Cidade, em afronta, assim, a uma obrigação constitucionalmente prevista.

Com efeito, no capítulo destinado à política urbana, a CRFB/88 consignou o seguinte:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Mais de uma década após tal deliberação do poder constituinte, finalmente pôs-se fim a uma arrastada tramitação legislativa com o advento da Lei n. 10.257/01, denominada de Estatuto da Cidade, de cujo capítulo destinado ao plano diretor destacam-se as seguintes estipulações:

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.



Continuação Parecer nº MPC/52.516/2017

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

§ 5º (VETADO)

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Analisando-se tais circunstâncias que tornam a elaboração do plano diretor obrigatória, observa-se tranquilamente que na esmagadora maioria dos Municípios do Estado de Santa Catarina já deveria ser constatada, há bastante tempo, a existência do relevante documento em questão, que pode ser considerado, aliás, como a principal ferramenta de participação popular nos destinos de uma localidade.

Neste contexto, a análise dos processos de Prestação de Contas de Prefeitos revela-se como oportunidade única na atividade de fiscalização do controle externo, mormente se considerando o teor do acima transcrito art. 40, § 1º, da Lei n. 10.257/01, que vincula o plano diretor às leis orçamentárias.

Ora, nada mais natural que utilizar o aparato do Tribunal de Contas para que se comece, enfim, a cobrar o pleno cumprimento do ideal de política urbana trazido no texto constitucional e materializado no Estatuto da Cidade. Da mesma maneira que – apesar da problemática relatada acima



– a irregularidade na transparência da gestão fiscal do Município tornou-se causa de rejeição de contas a partir da Decisão Normativa n. TC-0011/2013, a inserção do descumprimento do art. 41 da Lei n. 10.257/01 no rol do art. 9º da Decisão Normativa n. TC-06/2008, seria medida de vanguarda dessa Corte de Contas no sentido de *ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes*³, *assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas*⁴.

Enfim, no caso específico das contas ora apreciadas, destaca-se que o Município **possui plano diretor vigente**, em consonância, portanto, ao art. 41 da Lei n. 10.257/01.

17. Do cumprimento do art. 42 da LC n. 101/2000

Restou evidenciado o **cumprimento** do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, visto que Município contraiu obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de recursos vinculados, porém a insuficiência foi **totalmente** absorvida pela disponibilidade líquida de caixa de recursos ordinários.

Analisando os dados apresentados nestes autos, em confronto com o disposto na Decisão Normativa nº. TC 06/2008, tem-se que as impropriedades apontadas não são consideradas irregularidades gravíssimas dentro dos critérios que orientam o parecer prévio, e que se destinam a conferir uma opinião geral sobre o conjunto dos atos praticados durante todo o exercício.

³ Art. 182, *caput, in fine*, da CRFB/88.

⁴ Art. 39 do Estatuto da Cidade.



São os apontamentos tidos como “gravíssimos” pela referida Portaria, em princípio, quando constatados, que justificam o posicionamento opinativo da Corte no sentido da rejeição das contas apresentadas.

Todavia, deverá constar no Parecer Prévio a determinação para a oportuna apreciação em sede da competência para julgamento de atos, privativa da Corte (PROCESSO APARTADO):

1) das responsabilidades pela ausência de remessa do Parecer do Conselho do Fundeb (item 9.1.1 da conclusão do Relatório nº 2.034/2017);

2) da inobservância das regras de transparência da gestão fiscal, contrariando os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010 (item 9.1.2 da conclusão do relatório nº 2.034/2017).

Da instauração de processo apartado para apuração das responsabilidades pela ausência de remessa do Parecer do Conselho do Fundeb - possível caracterização de ato de improbidade por omissão

A Corte possui precedentes no sentido de ordenar que se instaure procedimento apartado para a apuração das responsabilidades decorrentes da omissão descrita:

Acórdão nº 139/2016

PCP 16/00297088

Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os:

[...]



Continuação Parecer nº MPC/52.516/2017

6.3. Determina a formação de autos apartados (processo RLI-Inspeção referente a Registros Contábeis e Execução Orçamentária) para fins de exame das seguintes restrições:

6.3.1. Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o art. 27 da Lei n. 11.494/07 (item 6.1 do Relatório DMU)⁵;
(Grifou-se)

Acórdão nº 0048/2008

PCP - 08/00184327

Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e considerando ainda que:

(...)

6.1. É DE PARECER que o Balanço Geral do Município de Guarujá do Sul representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2007, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Municipal, estando, assim, as contas prestadas pelo Prefeito Municipal, Senhor Cláudio Inácio Weschenfelder, em condições de serem APROVADAS, com as ressalvas e determinação, pela Câmara Municipal de Guarujá do Sul:

(...)

6.2. Determinar a formação de autos apartados para apuração dos fatos e dos responsáveis, conforme disposto no art. 85, § 2º da Resolução n. TC-06/2001, para fins de exame das seguintes matérias:

(...)

6.2.3. Não-remessa do Parecer do Conselho de Acompanhamento do FUNDEB, em descumprimento ao art. 27, parágrafo único, da Lei (federal) n. 11.494/2007 (Item B.1 do Relatório DMU);⁶

O relatório nº DMU/2.034/2017 aponta a ausência de remessa do Parecer do Conselho do Fundeb.

Os conselhos de acompanhamento e controle da aplicação dos recursos do FUNDEB são importantes parceiros da atuação fiscalizadora do Tribunal de Contas.

⁵ SANTA CATARINA. **Tribunal de Contas do Estado**. Relator: Gerson dos Santos Sicca. Data da Sessão: 30/11/2016.

⁶ SANTA CATARINA. **Tribunal de Contas do Estado**. Relator: César Filomeno Fontes. Data da Sessão: 20/08/2008.



A proximidade desses conselhos com o lugar em que se dá a execução orçamentária permite-lhes um controle mais efetivo do destino desses recursos públicos.

A Lei federal nº 11.494/2007 prevê:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

(...)

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, indicados por seus pares.

(...)

Art. 27. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas dos recursos dos Fundos conforme os procedimentos adotados pelos Tribunais de Contas competentes, observada a regulamentação aplicável.

Parágrafo único. As prestações de contas serão instruídas com parecer do conselho responsável, que deverá ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas prevista no *caput* deste artigo.

Há indícios, portanto, de que o Conselho responsável pela fiscalização da aplicação dos recursos do FUNDEB tenha se omitido no que tange a sua obrigação.



Tal fato, se confirmado, pode caracterizar ato de improbidade administrativa dos membros desse Conselho, consoante previsão da Lei federal 8.429/92:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

X - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, **bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;**

(...)

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

(...)

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

Importa ressaltar que a omissão cujos indícios se pronunciam pode ter como conseqüências o desvio de recursos especificamente destinados à educação ou mesmo a sua má-aplicação.

Por esta razão deve a Corte comunicar a omissão constatada nestes autos ao Ministério Público estadual, para que aquele órgão, titular de específicas atribuições previstas na própria Lei 11.494/2007 (art. 29) atue como melhor entender⁷.

Considerações gerais sobre a instauração de processos apartados

⁷ BRASIL. LEI nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. **Art. 29. A defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, relacionada ao pleno cumprimento desta Lei, compete ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e Territórios e ao Ministério Público Federal, especialmente quanto às transferências de recursos federais.**



Os chamados “processos apartados” oportunizam a concretização do princípio da indisponibilidade do interesse público. Por estes processos a Corte investigará aquilo que não pode ser investigado no processo de contas por não representar matéria passível de exame em sede de contas, ou por não possuir conteúdo suficiente para macular o conjunto das contas anuais, não obstante revele indícios de práticas ilícitas.

Observado sob a óptica interna dos processos de contas, os ditos “apartados” são também a concretização, em alguma medida, do princípio da proporcionalidade, pois não seria sustentável que todo o conjunto de atos que conformam a gestão financeira, orçamentária e patrimonial de todo um ano, e que são apreciados nesses processos, fosse comprometida pela prática de atos isolados, mesmo que ilegais. Estes atos deverão ser apreciados isoladamente em outro processo – o chamado “processo apartado”.

Não é, contudo, facultativa esta apreciação desses atos isolados. Se a matéria está entre as atribuições do Tribunal de Contas ela deverá ser apreciada em sede da competência para julgar conferida às cortes de contas.

O manejo de argumentos relacionados à falta de estrutura para o exercício do múnus constitucional, como comumente tem ocorrido, também reclama maior cautela.

O Tribunal de Contas de Santa Catarina está, por certo, entre os órgãos melhor aparelhados do Estado e, porque não dizer, da Federação, para o exercício de suas obrigações. Nos últimos anos realizou diversos concursos públicos que culminaram com a nomeação de um invejável quadro de altíssima qualidade técnica. Não lhe faltam também recursos de informática ou de qualquer sorte. Trata-se, pois, de um dos mais afortunados órgãos de controle do Brasil e que possui os meios para o



exercício pleno de todas as suas atribuições. Poderiam ser melhores e maiores os recursos a serem disponibilizados para os tribunais de contas? Sempre poderiam!

Também o manejo do princípio da razoabilidade, como sustentam alguns (normalmente sem demonstrar a aplicação do princípio...), para afastar a atuação da Corte, não pode ocorrer sem a demonstração clara dos subprincípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade *stricto sensu* dessa **não-atuação** do Tribunal de Contas.

Considerações gerais sobre a comunicação de indícios de condutas ilícitas ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina - MPSC

A Lei Complementar nº 202/2000 foi omissa quanto à comunicação de indícios de condutas ilícitas ao MPSC nos casos em que a Corte de Contas aprecia contas para fins de emissão de parecer prévio.

A hipótese do art. 18 § 3º da Lei Complementar nº 202/2000 rege processos submetidos ao juízo do Tribunal de Contas. A outra hipótese, do art. 65 § 5º, também não se aplica diretamente às prestações de contas dos prefeitos ou do governador, posto que estes processos não caracterizam, evidentemente, denúncias ou representação. É verdade que ambos os dispositivos podem ser suscitados, analogamente, com algumas limitações, para minudenciar o alcance do art. 1º XIV da mesma Lei, deixando claro que a Corte representará não apenas ao “Poder competente”, mas a qualquer órgão com funções de controle, como ademais tem procedido rotineiramente (TCE 11/00345970, PCP 16/00110603, RLA 14/00680589, RLA 14/00442211, TCE 13/00427814, RLA 13/00385984, REP 13/00165607 e RLA 12/00414486).



Continuação Parecer nº MPC/52.516/2017

A obrigação legal de comunicar ao MPSC decorre, assim, não da Lei Complementar nº 202/2000, mas de outros dispositivos normativos.

O art. 59, XI da Constituição Estadual estabelece que:

Art. 59 - O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

(...)

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados;

Os arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 7.347/85 determinam que:

Art. 6º Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

Art. 7º Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Nota-se que, para os agentes públicos, de qualquer escalão, não há a faculdade de comunicar o Ministério Público.

Os arts. 14 c/c 22 da Lei Federal nº 8.429/92 obrigam:

Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

(...)

Art. 22. Para apurar qualquer ilícito previsto nesta lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.

Os arts. 24, § 2º c/c 27 e 40 do Decreto-Lei nº 3.689/41 prescrevem:

Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

(...)



Continuação Parecer nº MPC/52.516/2017

§ 2º Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública. (Incluído pela Lei nº 8.699, de 27.8.1993)

(...)

Art. 27. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

(...)

Art. 40. Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

O art. 35, I c/c 49, II da LOMAN, aplicável aos Conselheiros dos Tribunais de Contas, conforme entendimento firme do STF, impõe:

Art. 35 - São deveres do magistrado:

I - Cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício;

(...)

Art. 49 - Responderá por perdas e danos o magistrado, quando:

(...)

II - recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar o ofício, ou a requerimento das partes.

No caso em tela, há indícios de irregularidades graves, sob o ponto de vista das específicas despesas que envolvem, relacionadas ao controle dos recursos do FUNDEB.

O Conselho de Acompanhamento do FUNDEB tem a relevante função de apurar detalhadamente se as regras que regem a aplicação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica foram respeitadas.

A falta do parecer contendo a manifestação do Conselho, permite concluir que, talvez, as contas do FUNDEB não tenham sido submetidas ou apreciadas por este fórum especial ao qual se atribuiu parcela significativa da função de fiscalização.



Continuação Parecer nº MPC/52.516/2017

A Lei nº 11.494/07, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, especificamente ordena:

Art. 29. A defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, relacionada ao pleno cumprimento desta Lei, **competem ao Ministério Público dos Estados** e do Distrito Federal e Territórios e ao Ministério Público Federal, especialmente quanto às transferências de recursos federais.

Ora, se as regras aplicáveis a esta parcela da despesa municipal não foram obedecidas, é possível vislumbrar, em tese, o ilícito capitulado no art. 1º, V do Decreto-Lei 201/67:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:
(...)
V - ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes;

Mas é possível também que restem caracterizados ilícitos previstos na Lei 8.429/92:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)
IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

(...)
Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;
II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;



Tanto eventual crime quanto possível ato de improbidade não são apurados pelo Tribunal de Contas, razão esta porque se impõe a comunicação ao MPSC.

Não é lícito, portanto, sob pena de configurar abuso do poder administrativo, deixar de promover a devida comunicação a quem de direito, a respeito dos ilícitos constatados nestes autos.

A propósito do tema, José Galvani Alberton⁸, em tese intitulada “O Ministério Público e os Abusos do Poder Administrativo”, apresentada e aprovada por unanimidade no VI Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em São Paulo, em 1985, concluiu:

1. Ao velar pela fiel observância da Constituição e das leis, o Ministério Público deve ter presente não apenas o aspecto formal da norma, mas, sobretudo, o seu comando jurídico-filosófico, correlacionado com a dinâmica da vida social onde ela projeta e opera seus efeitos.

2. É dever da Administração Pública exaurir a perspectiva teleológica da lei, ensejando, sempre que cabível, a responsabilização supletiva, civil e/ou penal, do infrator das normas administrativas.

3. Constitui abuso de poder, na forma omissiva, deixar o administrador público de repassar ao Ministério Público informes relativos a infrações apuradas no âmbito do respectivo órgão, sempre que possa o fato configurar delito em tese.

4. Em razão da sua função institucional e das prerrogativas de que está cercado, o Ministério Público é, legítima e preferencialmente, o órgão para o qual deve ser canalizada a *notitia criminis* colhida na esfera da Administração Pública.

5. Como fator de moralização da Administração, deve o Ministério Público deflagrar, sistematicamente, os procedimentos criminais cabíveis contra os administradores e agentes públicos que se omitirem na comunicação de fato caracterizador de infração penal em tese, de que tenham tido conhecimento no exercício da função.

6. O Ministério Público deve pugnar em todos os níveis e de todas as formas, utilizando-se inclusive de suas prerrogativas institucionais, no sentido de ter o mais amplo e fácil acesso aos documentos e peças de informação relacionados com infrações administrativas apuradas pelos órgãos públicos investidos de poder de polícia.

⁸ Sub-Procurador Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais no Ministério Público do Estado de Santa Catarina.



7. A responsabilização sistemática dos infratores de normas administrativas, sempre que haja correlação entre o tipo administrativo e o tipo penal, é fator essencial para a reabilitação da confiança e o fortalecimento da Administração Pública e, também, para a reversão do quadro de impunidade que vem beneficiando os delinqüentes das classes mais abastadas da população. **Grifei**

Não podem o Ministério Público de Contas, ou a Corte de Contas, furtarem-se do compromisso com a validação sistêmica de todo o ordenamento jurídico. No caso do Ministério Público de Contas há a obrigação de velar pela observância da Constituição e das leis, promovendo-lhes a execução “em todo o seu âmbito de incidência e validade, para que, em função dessa observância e desse cumprimento, resulte mantido o equilíbrio social, traduzido na higidez da ordem jurídica e na manutenção de um sólido e eficaz sistema de tutela dos interesses da coletividade”⁹.

Em razão do exposto, o Ministério Público de Contas entende que as contas apresentadas pelo Município cuja prestação ora se examina **apresentam de forma adequada a posição** contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da entidade, e, com amparo na competência conferida pelo art. 108, incisos I e II, da Lei Complementar 202/2000, manifesta-se:

1) pela emissão de parecer recomendando à Câmara Municipal a **aprovação** das contas do Município de Canoinhas, relativas ao exercício de 2016;

2) por **determinar** ao Chefe do Poder Executivo municipal que:

⁹ ALBERTON, José Galvani. O ministério público e os abusos do poder administrativo. Revista *Justitia*, 131-A, p. 113-123.



2.1) a deliberação do Conselho de acompanhamento do FUNDEB, nos termos do art. 27, parágrafo único da Lei federal nº 11.494/2007, acompanhe as contas prestadas pelo Prefeito Municipal;

3) pela **determinação** à Diretoria de Controle dos Municípios para que:

3.1) instaure o procedimento adequado à verificação (PROCESSO APARTADO):

3.1.1) das responsabilidades pela ausência de remessa do Parecer do Conselho do Fundeb (item 9.1.1 da conclusão do Relatório nº. 2.034/2017);

3.1.2) da inobservância das regras de transparência da gestão fiscal, contrariando os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010 (item 9.1.2 da conclusão do Relatório nº 2.034/2017);

3.2) acompanhe o cumprimento da Decisão a ser exarada pela Corte e a eventual tipificação de reincidências no exame que processará do exercício seguinte;

4) **pela imediata comunicação ao Ministério Público Estadual dos apontamentos a seguir transcritos, para ciência dos fatos e adoção das medidas que entender cabíveis**, com fundamento nos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 7.347/85, nos arts. 14 c/c 22 da Lei Federal nº 8.429/92; no art. 35, I c/c 49, II da LOMAN; no art. 24, § 2º c/c art. 40 do Decreto-Lei nº 3.689/41, bem como em atendimento ao previsto no item 2.1, alínea “c”, do Termo de Cooperação Técnica n. 005/2016, celebrado entre aquele órgão e este Ministério Público de Contas:

4.1) da possível omissão dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle da aplicação dos Recursos do FUNDEB,



contrariando o art. 27 da Lei Federal nº 11.494/2007, o que pode inclusive tipificar condutas previstas nos arts. 10, X e 11, II da Lei nº 8.429/92;

4.2) em razão da inobservância das regras de transparência da gestão fiscal, contrariando os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

5) pela **recomendação** ao Município para que adote os procedimentos necessários para a revisão da lei instituidora do plano diretor, nos termos do art. 40, § 3º, da Lei n. 10.257/01, visto que a legislação em vigor data de 2007.

6) pela **comunicação do parecer prévio** ao Chefe do Poder Executivo nos termos do propugnado pela Instrução Técnica, estendendo-se o conhecimento da Decisão da Corte ao Poder Legislativo municipal;

7) pela **solicitação à Câmara Municipal de Vereadores para que comunique à Corte** o resultado do julgamento e ressalvas propugnados pela Instrução.

Florianópolis, 1º de dezembro de 2017.

Diogo Roberto Ringenberg
Procurador do Ministério
Público de Contas

PROCESSO Nº:	@PCP17/00131971
UNIDADE GESTORA:	Prefeitura Municipal de Canoinhas
RESPONSÁVEL:	Luiz Alberto Rincoski Faria
INTERESSADO:	Gilberto dos Passos
ASSUNTO:	Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2016.
RELATÓRIO E VOTO:	GAC/LRH 445/2017

Município. Contas anuais de governo. Adequada demonstração da posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município. Cumprimento de limites constitucionais e legais. Parecer Prévio. Recomendação pela aprovação.

Se as demonstrações contábeis, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município no exercício, e se os resultados demonstram o cumprimento dos pisos e limites constitucionais e legais, é cabível a recomendação ao Poder Legislativo Municipal.

1. INTRODUÇÃO

Tratam os autos de Prestação de Contas do Município de Canoinhas referentes ao exercício de 2016, em conformidade com o art. 31 da Constituição Federal e art. 113, §§ 2º e 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina. As contas têm como responsável o Senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, Prefeito de Canoinhas em 2016.

As contas foram apresentadas tempestivamente pelo senhor Gilberto dos Passos atual Prefeito Municipal, mas o Balanço Anual e demais demonstrações contábeis foram assinadas de forma eletrônica pelo senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, Prefeito Municipal em 2016, em conjunto com a contadora senhora Vanessa Langer.

As contas são submetidas à apreciação do Tribunal de Contas de Santa Catarina mediante emissão de Parecer Prévio pelo egrégio Plenário, consoante art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Nos termos do art. 51 da Lei Complementar nº 202/2000, do art. 83 do Regimento Interno (Resolução nº 06/2001), dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94, alterados pela Resolução nº TC.077/2013, do art. 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, e do art. 3º, inciso I, da Instrução Normativa nº TC-04/2004, o chefe do Poder Executivo Municipal de Canoinhas remeteu a este Tribunal o balanço anual consolidado do Município de 2016 e demais demonstrativos e documentos exigidos por esta Corte.

A Diretoria de Controle dos Municípios (DMU), depois de minucioso exame das contas, inicialmente emitiu o Relatório nº 835/2017 (fls. 309-409), onde no item 9 apontou a seguinte restrição:

9.1 RESTRIÇÃO DE ORDEM LEGAL

9.1.1 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer MPC 51.342/2017 (fls. 410-429), da lavra do Procurador Diogo Roberto Ringenberg, manifestou-se por recomendar à Câmara Municipal de Vereadores de Canoinhas a aprovação das contas prestadas pelo Prefeito, com as seguintes determinações e recomendações:

Em razão do exposto, o Ministério Público de Contas entende que as contas apresentadas pelo Município cuja prestação ora se examina apresentam de forma adequada a posição contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da entidade, e, com amparo na competência conferida pelo art. 108, incisos I e II, da Lei Complementar 202/2000, manifesta-se:

- 1) pela emissão de parecer recomendando à Câmara Municipal a aprovação das contas do Município de Canoinhas, relativas ao exercício de 2016;
- 2) pela determinação à Diretoria de Controle dos Municípios para que:
 - 2.1) instaure o procedimento adequado à verificação (PROCESSO APARTADO):
 - 2.1.1) da conformação do Conselho de Acompanhamento do Fundeb à margem do estabelecido pelo art. 24, § 1º, IV da Lei Federal 11.494/2007 (fls. 223-224 dos autos) - (somente três assinaturas);
 - 2.1.2) da inobservância das regras de transparência da gestão fiscal, contrariando os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada

pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010 (item 9.1.1 da conclusão do Relatório nº 835/2017);

2.2) acompanhe o cumprimento da Decisão a ser exarada pela Corte e a eventual tipificação de reincidências no exame que processará do exercício seguinte;

3) pela imediata comunicação ao Ministério Público Estadual dos apontamentos a seguir transcritos, para ciência dos fatos e adoção das medidas que entender cabíveis, com fundamento nos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 7.347/85, nos arts. 14 c/c 22 da Lei Federal nº 8.429/92; no art. 35, I c/c 49, II da LOMAN; no art. 24, § 2º c/c art. 40 do Decreto-Lei nº 3.689/41, bem como em atendimento ao previsto no item 2.1, alínea “c”, do Termo de Cooperação Técnica n. 005/2016, celebrado entre aquele órgão e este Ministério Público de Contas:

3.1) da possível omissão dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle da aplicação dos Recursos do FUNDEB, contrariando o art. 27 da Lei Federal nº 11.494/2007, em razão da conformação do Conselho à margem do estabelecido pelo art. 24, § 1º, IV da Lei Federal nº 11.494/2007, o que, se confirmado, pode inclusive tipificar condutas previstas nos arts. 10, X e 11, II da Lei 8.429/92;

3.2) em razão da inobservância das regras de transparência da gestão fiscal, contrariando os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

4) pela recomendação ao Município para que adote os procedimentos necessários para a revisão da lei instituidora do plano diretor, nos termos do art. 40, § 3º, da Lei n. 10.257/01, visto que a legislação em vigor data de 2007;

5) pela comunicação do parecer prévio ao Chefe do Poder Executivo nos termos do propugnado pela Instrução Técnica estendendo-se o conhecimento da Decisão da Corte ao Poder Legislativo municipal;

6) pela solicitação à Câmara Municipal de Vereadores para que comunique à Corte o resultado do julgamento e ressalvas propugnados pela Instrução

Diante das considerações do Corpo Técnico e do Representante Ministerial, este Relator determinou a oitiva do Senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, Prefeito Municipal de Canoinhas em 2016, concedendo-lhe oportunidade para manifestação (fls. 430-431).

Recebidos os esclarecimentos (fls. 435-441), a Diretoria de Controle elaborou o relatório final (Relatório DMU-2034/2017 (fls. 443-547), onde manteve e ampliou as restrições inicialmente mencionadas, consignando o seguinte no item 9:

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.1.1 Ausência de remessa do Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 c/c artigo 7º, III da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 1.2.1.1, deste Relatório);

9.1.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e item 1.2.1.2).

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer MPC/52.516/2017 (fls. 548-571), manifestou-se concluindo na mesma linha do Parecer MPC 51.342/2017, acima transcrito (fls. 410-429).

É o sucinto relato.

2. VOTO

Trata-se de apreciação da prestação de contas anuais de governo do Município de Canoinhas referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, Prefeito Municipal naquele exercício.

O exame técnico foi realizado pela Diretoria de Controle dos Municípios, que ao final produziu o Relatório nº DMU-2034/2017 (fls. 443-547). O referido relatório, em sua parte introdutória, contém dados e informações acerca do município, com dados históricos e sócioeconômicos, como PIB, índices de desenvolvimento econômico e social, dentre outros.

O relatório também demonstra os resultados da gestão por meio de tabelas e gráficos do desempenho nos últimos cinco anos e comparativo com médias regionais (das associações de municípios) e nacionais, relativo a diversas variáveis, como esforço tributário, IPTU per capita, cobrança da dívida ativa, quocientes de resultados orçamentário, financeiro e patrimonial, evolução de despesas por função de governo, aplicações em saúde e educação e despesas de pessoal, entre outros. Isto fornece elementos que permitem ampliar a possibilidade de análise tanto por esta Corte quando pelos Vereadores (em sua função julgadora) e da própria comunidade.

Especificamente em relação ao exame das contas anuais de governo do Município de Canoinhas, do exercício de 2016, preliminarmente

cabe tecer considerações essenciais para a correta compreensão do teor e extensão do parecer prévio.

Em relação às contas anuais de governo de entes públicos, como é o caso dos municípios, compete ao Tribunal de Contas emitir parecer prévio, sendo que o julgamento dessa espécie de contas é atribuição do Poder Legislativo, em conformidade com os artigos 59 e 113 da Constituição do Estado.

Nos termos do artigo 53 da Lei Complementar nº 202/2000, o parecer prévio consiste em apreciação geral e fundamentada da gestão e se o Balanço Geral do Município representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município:

Art. 53. O parecer prévio a que se refere o art. 50 desta Lei, consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Município representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública municipal, concluindo por recomendar a aprovação ou a rejeição das contas.

Portanto, tem por escopo os resultados e a adequação das demonstrações contábeis e financeiras aos preceitos legais e regulamentares da matéria.

Assim, o parecer prévio contempla essencialmente os resultados da gestão de governo, sem adentrar nos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que determinaram ou contribuíram para os resultados da gestão. Nesse sentido, o exame compreende:

1. Resultados da execução dos orçamentos (LOA, LDO e PPA), podendo incluir a análise dos resultados da execução dos programas de Governo, nos aspectos orçamentários, financeiros, cumprimento de metas físicas e financeiras;
2. Compatibilidade do Orçamento com o PPA e LDO;
3. Resultados da execução financeira do exercício, demonstrando a existência de déficit ou superávit;

4. Alterações e posição patrimonial do município;
5. Análise dos resultados da gestão fiscal na ótica da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), cumprimento das exigências e índices (limites) nela estabelecidos, em relação a:
 - a) Despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida;
 - b) Operações de crédito;
 - c) Cumprimento das metas fiscais;
 - d) Dívida pública consolidada;
 - e) Inscrição de despesas em restos a pagar;
6. Limites constitucionais em relação às despesas do Poder Legislativo e remuneração dos vereadores;
7. Aplicação do piso constitucional em ações e serviços públicos de saúde;
8. Aplicação do piso constitucional em manutenção e desenvolvimento do ensino e resultados da aplicação dos recursos do FUNDEB;
9. Posição de dívida pública consolidada;
10. Posição da dívida ativa com a demonstração de providências adotadas para a cobrança de crédito tributário e demonstração de desempenho da arrecadação em relação à previsão;
11. Exame da atuação do controle interno do município;
12. Cumprimento das normas relativas à transparência e divulgação sistemática de informações sobre a execução orçamentária e financeira e outros atos administrativos (Leis de Transparência);
13. Atuação de Conselhos Municipais exigidos em lei, como o Conselho Municipal do Fundeb e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
14. Aplicação dos recursos de fundos vinculados e conselhos, como o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e outros fundos exigidos em lei;
15. Exame do cumprimento de ressalvas e recomendações anteriores (solicitar informações e relatórios, examinar

documentos e informações em meio eletrônico ou realizar auditorias *in loco* para verificação do atendimento das determinações do TCE).

Logo, o parecer prévio não representa apreciação dos atos e contratos administrativos. Neste aspecto, o artigo 54 da Lei Orgânica deste Tribunal esclarece que "a elaboração do parecer prévio não envolve o exame de responsabilidade dos administradores incluindo o Prefeito e o Presidente da Câmara de Vereadores e demais responsáveis de unidades gestoras, por dinheiros, bens e valores, cujas contas serão objeto de julgamento pelo Tribunal".

O exame dos atos administrativos, caracterizados como ação formal, regular e legítima, de administrador público que implica, de forma mediata ou imediata, na realização de receita ou de despesa com interferência nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial, tais como: admissão de pessoal, concessão de vantagens, atos de aposentadoria e de pensão, atos de licitação (edital, contratos), atos de dispensa ou inexigibilidade, convênios, acordos e outros ajustes, é realizado por meio de outros processos, em decorrência de auditorias, inspeções, denúncias, representações e análise de processos, não integrando o conteúdo do exame para emissão de parecer prévio.

De forma sintética, o relatório técnico produzido pela DMU, de acordo com os critérios adotados por esta Corte e a avaliação técnica realizada, aponta os seguintes resultados das contas de governo do Município no exercício de 2016:

1) **adequação das demonstrações contábeis:** as demonstrações contábeis, de forma geral, demonstram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial havida no exercício, porquanto, segundo o exame técnico, embora constatada inconsistência de natureza contábil, não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.

a) execução orçamentária (balanço consolidado): O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 6.058.882,56**.

Todavia, ressalto que o **Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 11.841.058,08)**, conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, do Relatório Técnico DMU).

Nos últimos cinco exercícios, a execução orçamentária teve os seguintes resultados:

2012	2013	2014	2015	2016
Déficit	Superávit	Superávit	Superávit	Déficit

Denoto que o Município nos três exercícios anteriores apresentou resultado superavitário, todavia com déficit no exercício de 2016, que foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Constato que o Município de Canoinhas possui grande dependência de transferências correntes (União e do Estado), conforme se verifica a seguir:

Participação das Receitas	Receita Arrecadada (R\$)	% sobre Categoria Econômica da Receita	% sobre Receita Total
Receita Tributária	17.286.995,49	14,03%	13,22%
Receita de Contribuições	4.365.435,57	3,54%	3,34%
Receita Patrimonial	2.072.311,73	1,68%	1,58%
Receita de Serviços	286.939,80	0,23%	0,22%
Transferências Correntes	93.079.620,58	75,55%	71,17%
Outras Receitas Correntes	3.039.016,27	2,47%	2,32%
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	3.078.636,48	2,50%	2,35%
RECEITA CORRENTE	123.208.955,92	100,00%	94,21%
Operações de Crédito	1.888.260,14	24,94%	1,44%
Alienação de Bens	289.052,40	3,82%	0,22%
Transferências de Capital	5.394.301,35	71,24%	4,12%
RECEITA DE CAPITAL	7.571.613,89	100,00%	5,79%
TOTAL DA RECEITA	130.780.569,81		100,00%

As receitas de tributos de competência municipal (impostos, taxas e contribuições) representam apenas 17,57% das receitas correntes e 16,56% do total das receitas. As transferências correntes (União e Estado) representam mais de 75% das receitas correntes e mais de 71% do total das receitas.

As receitas próprias do Município estão em torno de 29% da receita global, ou seja, mais de 71% das despesas do Município dependeram de receitas de transferências constitucionais ou voluntárias.

Em relação à aplicação de recursos por função de governo, predominam os gastos com as funções de Educação, Saúde e Urbanismo, bem como as despesas de Administração. Somadas, representam mais de 82% das despesas:

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2016	%
01-Legislativa	3.212.662,47	2,43%
04-Administração	11.100.602,20	8,41%
06-Segurança Pública	672.134,60	0,51%
08-Assistência Social	4.646.623,31	3,52%
09-Previdência Social	2.488,37	0,00%
10-Saúde	32.697.212,20	24,78%
12-Educação	43.672.705,90	33,10%
13-Cultura	621.081,83	0,47%
15-Urbanismo	21.331.177,60	16,17%
16-Habitação	423.270,14	0,32%
17-Saneamento	11.393,10	0,01%
18-Gestão Ambiental	3.939.587,94	2,99%
20-Agricultura	2.609.294,16	1,98%
23-Comércio e Serviços	1.685.545,93	1,28%
27-Desporto e Lazer	797.672,41	0,60%
28-Encargos Especiais	4.528.134,10	3,43%
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	131.951.586,26	100,00%

2) **execução financeira (balanço consolidado):** o confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício resultou Superavitário (balanço consolidado) em **R\$ 7.782.405,25**.

3) **ações e serviços públicos de saúde:** aplicação de 24,51% do produto da arrecadação dos impostos em ações e serviços públicos de saúde, superando o percentual mínimo de 15% exigidos no art. 198 da Constituição Federal c/c o art. 77, III, do ADCT. O Município tem mantido média superior à 22% nos últimos cinco exercícios.

4) **manutenção e desenvolvimento do ensino:** aplicação de 26,81% das receitas resultantes dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, superando o mínimo de 25% exigido no art. 212 da Constituição Federal. O patamar médio nos últimos cinco exercícios foi superior à 27%.

5) **aplicação dos recursos do FUNDEB:** aplicação de 80,12% dos recursos oriundos do FUNDEB para remuneração dos profissionais do magistério e educação básica, superando o percentual mínimo de 60% estabelecido no art. 60, XII, do ADCT e art. 22, da Lei nº 11.494/2007.

6) **aplicação dos recursos do FUNDEB do exercício:** aplicação de 98,35% dos recursos oriundos do FUNDEB recebidos no exercício de 2016 em manutenção e desenvolvimento da educação básica, atingindo o mínimo de 95% exigido pelo art. 21 da Lei nº 11.494/2007.

7) **aplicação do saldo do exercício anterior dos recursos do FUNDEB:** houve aplicação integral do saldo dos recursos do FUNDEB do exercício anterior, cumprindo o disposto no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

8) **despesas com pessoal do município:** realização de despesa total com pessoal equivalente a 54,91% da Receita Corrente Líquida, cumprindo o limite máximo de 60% fixado no art. 19, III, b, da Lei Complementar nº 101/2000, em conformidade com o art. 169 da Constituição Federal. O comprometimento aumentou com relação aos últimos exercícios.

9) **despesas com pessoal do Poder Executivo (LRF):** realização de despesa total com pessoal no Poder Executivo equivalente a 52,41% da

Receita Corrente Líquida, cumprindo o limite máximo de 54% fixado no art. 20, III, b, da Lei Complementar nº 101/2000. O comprometimento vem aumentando nos últimos exercícios.

10) **despesas com pessoal do Poder Legislativo (LRF):** realização de despesa total com pessoal no Poder Legislativo equivalente a 2,50% da Receita Corrente Líquida, cumprindo o limite máximo de 6% fixado no art. 20, III, a, da Lei Complementar nº 101/2000.

11) **cumprimento do artigo 42 da LRF:** o Relatório Técnico trata, ainda, de forma específica, da análise do cumprimento do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a ser observado no último ano do mandato do Prefeito, situação aplicável às contas anuais de governo do exercício de 2016. O exame técnico apontou o cumprimento do citado dispositivo legal.

Considerando se tratar do último ano do mandato do Prefeito, esta Corte promoveu verificação do cumprimento do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), segundo o qual é vedado ao titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

A apuração da disponibilidade de caixa líquida foi realizada por fonte de recursos, adotando-se a metodologia da 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF da Portaria STN nº 407/2011). O Relatório Técnico explicita de forma detalhada a metodologia utilizada para a verificação do cumprimento do art. 42 da LRF.

O exame técnico concluiu que o Poder Executivo do Município de Canoinhas cumpriu o artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000. Para o exame, a Diretoria de Controle considerou os seguintes aspectos:

Para fins de verificação do cumprimento do dispositivo legal antes mencionado, foi apurada a disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos, conforme metodologia da Portaria STN nº 553, de 22 de

dezembro de 2014, que "aprova a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)".

A Fonte de Recursos trata-se de mecanismo integrador entre a receita e a despesa, onde é atribuído um código que exerce duplo papel no processo orçamentário permitindo compatibilizar a execução orçamentária com as disponibilidades financeiras:

- a) na receita orçamentária: indica a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas;
- b) na despesa orçamentária: identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados e respectiva destinação específica.

Como processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, pode ser classificada em:

- a) destinação vinculada: é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades estabelecidas pela norma¹. Ex.: FR 09 – Fia Imposto de Renda e FR 89 – Alienação de Bens destinados a outros programas;
- b) destinação ordinária: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades² (FR 00 – Recursos Ordinários).

No que tange aos recursos disponíveis para cobertura dos compromissos contraídos, objeto de verificação do cumprimento do art. 42 da L.C. 101/00, considera-se Disponibilidade de Caixa Bruta:

- a) Caixa – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira de numerário e de outros valores em tesouraria;
- b) Bancos – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira em bancos;
- c) Aplicações Financeiras – O saldo, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira referente a aplicações financeiras. No caso dos recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores, as aplicações financeiras equivalem ao grupo Investimentos, conforme plano de contas aplicado aos RPPS.
- d) Outras Disponibilidades Financeiras – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, de outras disponibilidades financeiras, que representam recursos com livre movimentação e para os quais não existam restrições para uso imediato.

Com base nesses conceitos, para verificar o cumprimento do art. 42 da LRF, aplicou-se no cálculo os seguintes critérios:

- a) Para a disponibilidade de caixa bruta: foram considerados os saldos por fonte de recursos das Contas do Ativo Financeiro com atributo F (1.1.1.X.XX.XX – Caixa e Equivalente de Caixa; 1.1.3.8.x.08.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Família Pago; 1.1.3.8.X.09.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago; 1.1.3.8.X.10.00 – Auxílio Natalidade Pago a Recuperar; 1.1.3.8.X.11.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Auxílio Doença e Acidentes Pagos) em 31/12/2016.

Convém esclarecer que o controle das disponibilidades por especificações de fontes de recursos é realizado simultaneamente tanto nas contas com atributo F das Classes 1 – Ativo e 2 – Passivo como nas contas 7.2.1.X.XX.XX – Disponibilidades por Destinação e 8.2.1.X.XX.XX – Execução das Disponibilidades por Destinação das Classes 7 – Controles Devedores e 8 – Controles Credores, cujos saldos de disponibilidade de caixa devem ser iguais.

- b) Obrigações Financeiras: considerou-se todas as despesas contraídas, por especificações de fontes de recursos, divididas em até

o 1º quadrimestre de 2016 (despesas de exercícios anteriores e as contraídas até 30/04/2016) e as do 2º e 3º quadrimestres de 2016.

Ressalta-se que as despesas de exercícios anteriores e aquelas assumidas até 30/04/2016 já estão compromissadas para serem pagas, e conseqüentemente, devem ser consideradas para efeito de projeção de fluxo de caixa para verificação das disponibilidades financeiras ao final do mandato.

Neste sentido, esses compromissos interferem no comprometimento dos recursos financeiros quando do levantamento das disponibilidades de caixa para efeito da LRF. Assim, segundo a mesma, disponibilidade de caixa não é o valor financeiro existente em espécie na tesouraria ou nos bancos (componente do Ativo com atributo F), sendo pois o resultado entre esses saldos e as dívidas existentes registradas no Passivo com atributo F, além de outras despesas não contabilizadas, todas pendentes de pagamento. Este entendimento advém da redação do parágrafo único do artigo 42, o qual estabelece que "na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercícios".

As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens:

a) Depósitos - total dos Depósitos em 31/12/2016, pertencentes a terceiros e resultantes de consignações, cauções e outros depósitos de diversas origens;

b) Despesas liquidadas e não pagas - total em 31/12/2016, divididas em até o 1º quadrimestre e 2º e 3º quadrimestres (tomando-se por base a data da emissão do empenho), as quais referem-se a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

c) Despesas empenhadas e não liquidadas de exercícios anteriores - saldo em 31/12/2016 das despesas empenhadas e não liquidadas de anos anteriores, referentes a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

d) Outras obrigações financeiras - total em 31/12/2016, relativos as operações realizadas com terceiros, independentes da execução orçamentária e são constituídas dos grupos de contas de Serviço da Dívida a Pagar, Outras Obrigações a Curto Prazo, Depósitos Exigíveis a Longo Prazo e Valores Pendentes a Curto Prazo, evidenciadas no Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro.

Com relação aos ajustes das disponibilidades de caixa e das obrigações financeiras, foram utilizadas as seguintes fontes de informações: inspeções; resposta do ofício circular n.º 1.815/2017; dados encaminhados via Sistema e-Sfinge e demais análises técnicas subsidiadas em Diligências, informações da Ouvidoria e Denúncias e Representações.

Informa-se que na verificação do cumprimento do artigo 42 da LRF não serão consideradas as disponibilidades de caixa e conseqüentemente as obrigações financeiras das Câmaras Municipais, dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Fundos de Assistência à Saúde do Servidor.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação as obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de Canoinhas, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

(...)

A DMU conclui que “verificou-se que o Poder Executivo do Município de Canoinhas contraiu obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS VINCULADOS para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS VINCULADAS à Fonte de Recursos FR 02 no montante de R\$ -546.804,74, ressaltando que, a referida insuficiência foi absorvida totalmente pela disponibilidade líquida de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS, no montante de R\$ 5.273.957,07, de toda forma, restando ainda, evidenciado o cumprimento do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.”.

O quadro seguinte sintetiza o exame realizado:

1) Adequação das demonstrações contábeis		
1. Adequação do Balanço Anual Consolidado e das demais demonstrações contábeis	Demonstra adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultados Orçamentário e Financeiro		
	Resultado	Valor (R\$)
2.1. Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	6.058.882,56
2.2. Resultado Financeiro	Superávit	7.782.405,25
3) Limites mínimos (pisos)		
	Parâmetro Mínimo	Resultado (%)
3.1. Aplicação total em Saúde	15,00%	24,51%
3.2. Aplicação total em Ensino	25,00%	26,81%
3.3. FUNDEB -Aplicação nos profissionais do ensino	60,00%	80,12%
3.4. FUNDEB – Aplicação mínima no exercício	95,00%	98,35%
3.4. FUNDEB – Aplicação do saldo no 1º	100,00%	100,00%
4) Limites máximos		
	Parâmetro Máximo	Resultado (%)
4.1. Despesas com pessoal do Município	60,00%	54,91%
4.2. Despesas com pessoal do Poder Executivo	54,00%	52,41%
4.3. Despesas com pessoal do Poder Legislativo	6,00%	2,50%
5) Último ano do mandato do Prefeito		
	Parâmetro	Resultado

Art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000	Não contrair obrigações de despesa sem disponibilidade de caixa, nos últimos dois quadrimestres do mandato	Cumpriu
6) Transparência Fiscal		Resultado
Lei Complementar nº 131/2009 e Decreto nº 7.185/2010		Cumpriu

Considerando as anotações do Relatório Técnico, noto que as demonstrações contábeis, de forma geral, expressam a posição financeira, orçamentária e patrimonial, os resultados da gestão governamental no Município de Canoinhas em 2016. As inconsistências de natureza contábil verificada, segundo o exame técnico, não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial daquele exercício financeiro.

A execução orçamentária de 2016 resultou em Déficit da ordem de R\$ 6.058.882,56. Todavia, o déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 11.841.058,08), o que justifica a não emissão de parecer prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito.

Em relação ao aspecto financeiro, a exemplo do ano de 2015, houve superávit financeiro e o resultado em 2016 foi superavitário em R\$ 7.782.405,25. Todavia ocorreu variação negativa em relação ao exercício de 2015 (R\$ - 4.058.652,83).

O resultado orçamentário-financeiro - com superávit orçamentário e financeiro - e o cumprimento limites legais de despesas demonstram ter havido preocupação com a gestão fiscal responsável preconizada pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Também foram observadas as determinações constitucionais, relativas à aplicação mínima de recurso em saúde e educação.

Quanto ao cumprimento de normas legais que constituem pontos de controle das contas anuais de governo dos municípios, o Relatório Técnico salienta o seguinte:

1. Transparência da Gestão Pública

Com referência à Lei Complementar nº 131/2009, que alterou a Lei Complementar nº 101/2000, determinando que a União, dos Estados e Municípios devem disponibilizar, em tempo real, em meios eletrônicos de acesso público, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, no caso do Município de Canoinhas, todas essas informações deveriam estar disponíveis a partir do exercício de 2013.

O exame da disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município consistiu na verificação, por amostragem, da divulgação dessas informações por meios eletrônicos, constatando-se que dos pontos de controle, o Município de Canoinhas descumpriu o requisito relacionado aos dados relativos ao lançamento da receita.

Oportunizada a oitiva do Responsável, sobreveio a informação (fls. 436) de que já havia regularizado a situação. Todavia a Instrução efetuou consulta ao sitio eletrônico do Município - Portal Transparência (fls. 442) e constatou que os dados do lançamento das receitas ainda não foram disponibilizados.

Na verdade, o descumprimento se refere apenas à questão da falta de disponibilização dos lançamentos de receitas próprias, como no caso do IPTU, conforme exigido pelo art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, inciso II, do Decreto Federal nº 7.185/2010.

Ressalto que a falta de correção da falha apontada poderá prejudicar o Município e a comunidade local, pois o ente não poderá receber transferências voluntárias, conforme estabelece o art. 73-C da Lei Complementar nº 101/2000.

Considero que houve evolução nesse processo de transparência da gestão fiscal, mas merece recomendação para que seja corrigida a falha apontada no Relatório Técnico, para que se atenda aos requisitos mínimos

exigidos no artigo 48-A, inciso II, da Lei Complementar n° 101/2000 e artigos 4º e 7º, inciso II, do Decreto Federal n° 7.185/2010, inclusive como forma de alerta para as consequências do não cumprimento integral dessa legislação.

2. Conselhos municipais

Quanto aos conselhos municipais, conforme indicado pelo Relatório Técnico, a Resolução n. TC.020/2015, exige a remessa dos pareceres, juntamente com a prestação de contas anual, dos seguintes conselhos obrigatórios:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007;

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009; e

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

O Relatório Técnico indica as normas legais a serem observadas pelos entes municipais acerca dos conselhos, incluindo os relatórios e pareceres que estes devem elaborar e apresentar aos órgãos competentes.

Assim, de acordo com o Relatório Técnico houve o encaminhamento dos pareceres, com exceção do parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 c/c artigo 7º, III da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

Também houve esclarecimento – a partir da manifestação do Prefeito (fls. 436-441). A Diretoria de Controle considerou insuficiente os esclarecimentos, mantendo a restrição.

A remessa dos pareceres dos conselhos municipais juntamente com a prestação de contas anual está prevista no artigo 7º, § único, da Instrução Normativa nº TC.020/2015.

No caso, em verdade, não se tratou de falta de remessa do parecer, mas de remessa do parecer sem assinatura dos membros do conselho e apresentação de ata da sessão sem a precisa identificação dos assuntos discutidos e registrados em reunião (438-441). Isto levou a Diretoria de Controle a desconsiderá-lo.

Tal situação enseja recomendação para que os pareceres contenham a nominata dos membros dos respectivos Conselhos, quais órgãos ou entidades representam, quem participou da sessão de apreciação das contas, quais os motivos de eventuais ausências, qual o resultado da votação e identificação das pessoas nas respectivas assinaturas e a ata da sessão com a precisa identificação dos assuntos discutidos e registrados em reunião.

3. Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno

De acordo com o art. 51 da Lei Orgânica deste Tribunal e a Instrução Normativa nº TC-020/2015¹, deve acompanhar as contas do Prefeito o relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, o qual deve conter diversas informações indicadas no Anexo II (arts. 7º, II e 8º da IN 20/2015).

O Representante Ministerial em seu Parecer discorda da omissão nas últimas análises da Diretoria de Controle dos Municípios (DMU), no tocante à

¹ que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências.

atuação do controle interno, por entender que “A omissão da DMU em examinar ponto de destacável importância no âmbito regulamentar, legal e constitucional impede este Órgão Ministerial de se manifestar devidamente acerca do presente assunto”.

Destacou que o Programa Unindo Forças (Programa de Fortalecimento dos Controles Internos Municipais), concebido em 2015 pelo Ministério Público Estadual, demonstrou a situação precária dos sistemas de controle interno dos Municípios de Santa Catarina, pontuando que “quase 80% dos municípios catarinenses contam com apenas um servidor na área de controle interno, e 65% não dispõem de cargos específicos para o desempenho das atividades de controle em seus quadros funcionais”².

Tal circunstância de fato preocupa, posto que deficiências relacionadas à efetiva atuação do controle interno são consideradas falhas gravíssimas, sendo tais tipos de irregularidades passíveis de emissão de parecer prévio recomendando a rejeição das contas prestadas por Prefeitos, à luz do art. 9º, inciso XI, da Decisão Normativa n. TC-06/2008:

Art. 9º As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, dentre outras, compõem o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes:

[...]

XI – CONTROLE INTERNO – Ausência de efetiva atuação do Sistema de Controle Interno demonstrado no conteúdo dos relatórios enviados ao Tribunal de Contas, ou em auditoria in loco (Constituição Federal, art. 31).

Anota-se sobre este aspecto, que para o Exercício de 2016 o Relatório do órgão central do sistema de controle interno deveria conter (já excluídos os pontos facultados pela Portaria N.TC-0106/2017):

- Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social relativa ao Município;

² Trata-se da manchete de notícia retirada do endereço eletrônico da instituição, matéria que bem sintetiza a problemática, trazendo inclusive acesso ao diagnóstico completo das informações colhidas no programa: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/programa-dompsc-aponta-deficiencia-dos-controles-internos-municipais-em-santa-catarina>.

- Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolção de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites quando for o caso;
- Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB;
- Relação de convênios com União e Estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes;
- Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho;
- Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores;
- Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME);
- Outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas.

O Relatório do Sistema de Controle Interno de Canoinhas (fls. 198-222) contempla a análise dos elementos indicados no Anexo II, da Instrução Normativa nº TC-020/2015, acima descritos.

4. Art. 41 da Lei n. 10.257/2001 - Estatuto das Cidades

O Parecer elaborado pelo Representante Ministerial (MPTC/52.516/2017) embora opinando pela aprovação das contas, aborda questão relativa à Lei nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), na qual o art. 41 estabelece obrigatoriedade de plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes, bem como integrantes de áreas de especial interesse turístico, ou inseridas em área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional (ainda que com população inferior a 20 mil habitantes).

Entende o Procurador que este Tribunal, na análise dos processos de Prestação de Contas de Prefeitos, também examine o cumprimento desse aspecto do Estatuto das Cidades, “mormente se considerado o teor do art. 40, § 1º, da Lei nº 10.257/2001, que vincula o plano diretor às leis orçamentárias”.

Nesse sentido, também considera que “a inserção do descumprimento do art. 41 da Lei n. 10.257/01 no rol do art. 9º da Decisão Normativa n. TC-06/2008, seria medida de vanguarda dessa Corte de Contas no sentido de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes³, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas⁴.

Contudo, em princípio, o Município de Canoinhas possui plano diretor vigente, em consonância, portanto, ao art. 41 da Lei n. 10.257/01. Todavia, sugere o Procurador “recomendação ao Município para que adote os procedimentos necessários para a revisão da lei instituidora do plano diretor, nos termos do art. 40, § 3º, da Lei n. 10.257/01, visto que a legislação em vigor data de 2007”.

Dada a relevância do assunto, destaco que a matéria foi encaminhada à Presidência desta Corte, com vista à avaliação da sugestão, conforme voto deste relator inserto no processo nº PCP-1700198618.

³ Art. 182, *caput, in fine*, da CRFB/88.

⁴ Art. 39 do Estatuto da Cidade.

3. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Diante do exposto, proponho ao Egrégio Tribunal Pleno a adoção da seguinte deliberação:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

I - Considerando que é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente, e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

III - Considerando que as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculados ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos arts. 113, §1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

IV - Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os

preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2016;

V - Considerando que o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

VI - Considerando que é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme o art. 113 da Constituição Estadual, o julgamento das contas de governo prestadas anualmente pelo Prefeito;

VII - Considerando que a apreciação das contas e a emissão do parecer prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que contribuíram para os resultados das contas de governo;

VIII - Considerando que a análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, 59, II, e 113 da Constituição Estadual;

IX – Considerando o Relatório Técnico nº 2034/2017 (fls. 443-547), da Diretoria de Controle dos Municípios;

X -Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante o Parecer MPC/52.516/2017 (fls. 548-571)

Clique aqui para digitar texto.

3.1. Emite parecer recomendando à Câmara Municipal de Canoinhas a APROVAÇÃO das contas anuais do exercício de 2016 prestadas pelo senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, Prefeito Municipal de Canoinhas naquele Exercício, com as seguintes recomendações:

3.1.1. adote providências para cumprimento definitivo dos requisitos mínimos exigidos no artigo 48-A, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 e artigos 4º e 7º, inciso II, do Decreto Federal nº 7.185/2010, relativos à transparência da gestão fiscal, especialmente para disponibilizar nos meios eletrônicos de acesso público os montantes dos lançamentos anuais dos tributos de competência do Município, caso contrário poderá inviabilizar o recebimento de transferências voluntárias de outros entes federados;

3.1.2. que os pareceres dos Conselhos Municipais contenham a nominata de todos os membros, quais órgãos ou entidades representam, quem participou da sessão de apreciação das contas, quais os motivos de eventuais ausências, qual o resultado da votação e identificação das pessoas nas respectivas assinaturas e a ata da sessão com a precisa identificação dos assuntos discutidos e registrados em reunião (art. 7º, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 20/2015).

3.2. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores de Canoinhas que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

3.3. Determina dar ciência do Parecer Prévio, do Relatório Técnico DMU nº 2034/2017 e do Parecer nº MPC/52.516/2017 ao senhor Luiz Alberto

Rincoski Faria, à Câmara Municipal de Canoinhas e à Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Florianópolis, em 06 de dezembro de 2017.

LUIZ ROBERTO HERBST
CONSELHEIRO RELATOR

1. **Processo n.:** PCP-17/00131971
2. **Assunto:** Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2016
3. **Responsável:** Luiz Alberto Rincoski Faria
4. **Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Canoinhas
5. **Unidade Técnica:** DMU
6. **Parecer Prévio n.:** 0177/2017

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

I - Considerando que é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente, e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

III - Considerando que as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculados ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos arts. 113, §1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

IV - Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2016;

V - Considerando que o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

VI - Considerando que é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme o art. 113 da Constituição Estadual, o julgamento das contas de governo prestadas anualmente pelo Prefeito;

VII - Considerando que a apreciação das contas e a emissão do parecer prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que contribuíram para os resultados das contas de governo;

VIII - Considerando que a análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, 59, II, e 113 da Constituição Estadual;

IX – Considerando o Relatório Técnico n. 2034/2017 (fs. 443-547), da Diretoria de Controle dos Municípios;

X -Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante o Parecer MPjTC n. 52516/2017 (fs. 548-571);

6.1. EMITE PARECER recomendando à Câmara Municipal de Canoinhas a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2016 prestadas pelo Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, Prefeito Municipal de Canoinhas naquele exercício, com as seguintes recomendações:

6.1.1. Adote providências para cumprimento definitivo dos requisitos mínimos exigidos nos arts. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000 e 4º e 7º, II, do Decreto n. 7.185/2010, relativos à transparência da gestão fiscal, especialmente para disponibilizar nos meios eletrônicos de acesso público os montantes dos lançamentos anuais dos tributos de competência do Município, caso contrário poderá inviabilizar o recebimento de transferências voluntárias de outros entes federados;

6.1.2. Que os pareceres dos Conselhos Municipais contenham a nominata de todos os membros, quais órgãos ou entidades representam, quem participou da sessão de apreciação das contas, quais os motivos de eventuais ausências, qual o resultado da votação e identificação das pessoas nas respectivas assinaturas e a ata da sessão com a precisa identificação dos assuntos discutidos e registrados em reunião (art. 7º, parágrafo único, da Instrução Normativa n. TC-20/2015).

6.2. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores de Canoinhas que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

6.3. Determina dar ciência deste Parecer Prévio à Câmara Municipal de Canoinhas.

6.4. Determina dar ciência deste Parecer Prévio, do Relatório e Voto do Relator e do **Relatório DMU n. 2034/2017** que o fundamentam, bem como do **Parecer**

MPjTC n. 52516/2017, ao Responsável nominado no item 3 desta deliberação e à Prefeitura Municipal de Canoinhas.

7. Ata n.: 85/2017

8. Data da Sessão: 11/12/2017 - Ordinária

9. Especificação do quorum:

9.1 Conselheiros presentes: Luiz Eduardo Cherem (Presidente), Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst (Relator), Herneus De Nadal e José Nei Ascari

10. Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Cibelly Farias Caleffi

11. Auditores presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes locken

LUIZ EDUARDO CHEREM
Presidente

LUIZ ROBERTO HERBST
Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS CALEFFI
Procuradora-Geral Adjunta do Ministério Público junto ao TCE/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SECRETARIA GERAL



Of. TCE/SEG Nº 18533/2017

Florianópolis, 19/12/2017

Prezado Senhor,

Comunico a V. Sa. que o Egrégio Plenário deste Tribunal em sessão de 11/12/2017, quando da apreciação do Processo n. @PCP-17/00131971 – Prefeitura Municipal de Canoinhas, que trata de Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2016., exarou a decisão que está disponibilizada no endereço virtual <http://servicos.tce.sc.gov.br/processo/>.

Atenciosamente,

FRANCISCO LUIZ FERREIRA FILHO
SECRETÁRIO GERAL

Ilmo. Sr. Of. TCE/SEG Nº 18533/2017 @PCP-17/00131971
Luiz Alberto Rincoski Faria
Rua Felipe Schmidt, 10, Centro
89.460-000 - CANOINHAS - SC

Of. TCE/SEG Nº 18523/2017

Florianópolis, 19/12/2017

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exa. que o Egrégio Plenário deste Tribunal em sessão de 11/12/2017, quando da apreciação do Processo nº @PCP-17/00131971, que versa sobre Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2016., da Prefeitura Municipal de Canoinhas, exarou o Parecer Prévio nº 177, que está disponibilizado no endereço <http://servicos.tce.sc.gov.br/processo>.

Ressalto que somente após o trânsito em julgado é que as peças do referido processo estarão disponibilizadas para o competente julgamento e, na oportunidade, esta Câmara será comunicada.

Atenciosamente,

FRANCISCO LUIZ FERREIRA FILHO
SECRETÁRIO GERAL

Exmo. Sr. Of. TCE/SEG Nº 18523/2017 @PCP-17/00131971
Wilmar Sudoski
Presidente da Câmara Municipal de Canoinhas
Rua 3 de maio, 150 - CP 211, Centro
89.460-000 - CANOINHAS - SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SECRETARIA GERAL



Of. TCE/SEG Nº 18518/2017

Florianópolis, 19/12/2017

Senhor Prefeito,

Comunico a V. Exa. que o Egrégio Plenário deste Tribunal em sessão de 11/12/2017, quando da apreciação do Processo nº @PCP-17/00131971, que versa sobre Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2016., da Prefeitura Municipal de Canoinhas, exarou o Parecer Prévio nº 177, que está disponibilizado no portal deste Tribunal ou no endereço <http://servicos.tce.sc.gov.br/processo>.

Atenciosamente,

FRANCISCO LUIZ FERREIRA FILHO
SECRETÁRIO GERAL

Exmo. Sr. Of. TCE/SEG Nº 18518/2017 @PCP-17/00131971
Gilberto dos Passos
Prefeito Municipal de Canoinhas
Rua Senador Felipe Schmidt, 10, Paço Municipal
89.460-000 - CANOINHAS - SC



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Bulcão Viana, 90, Centro - Florianópolis - Santa Catarina

Fone: (048) 3221-3670

Home-page: www.tce.sc.gov.br

Processo: 1700131971

Solicitante: Gilberto dos Passos

RECEBIMENTO DE DOCUMENTO

O ofício N° 18518/2017 foi recebido no dia 26 de January de 2018, às 9:8, pelo usuário Gilberto dos Passos, cujo endereço IP de acesso é 192.168.2.101.